

**Acervo Fitas K7 e Fitas de Rolo****Acesso na instituição somente em CD****As datas entre colchetes foram arbitradas segundo a data aproximada dos assuntos contidos nos documentos****Fitas K7 - de 1 a 102****(aqui coloca as fitas de 1 a 102)****Fitas de Rolo****de 1 a 383****(aqui coloca as fitas)**

Código: BR RJAGCRJ.CL.FAM.2.001

1. Assunto 1.1 Lado A: Debates na Câmara de Mangaratiba

2. Temas 2.1 Lado A: Irregularidade na Cobrança do IPTU

Duração da fita: A: 38 min B: vazio

Data: 09/05/1991

Resumo: Lado A Câmara Municipal de Mangaratiba - Debates acerca de denúncia, feita por Antônio de Barros Neto, envolvendo o vereador Mauro Magalhães em possíveis irregularidades na cobrança do IPTU e loteamentos nas localidades de Angra dos Reis e Mangaratiba.

1.2 Lado B: Vazio

Código: BR RJAGCRJ.CL.FAM.2.002

1. Assunto 1.1 Lados A e B: Leitura de uma Obra de William Shakespeare

2. Temas 2.1 Lados A e B Leitura de Trechos da Peça Júlio César

Duração da fita: A e B: 55min

Data: [Décadas de 1960/1970]

Resumo: Lados A e B Trechos do texto 'Júlio César' de William Shakespeare - Tradução e leitura de Carlos Lacerda.

Código: BR RJAGCRJ.CL.FAM.2.003

1. Assunto 1.1 Lado A: Homenagem ao Brecini (sic)

2. Temas 21. Lados A e B Desenvolvimento econômico, Frente Ampla, eleições diretas, candidatura Carlos Lacerda a deputado federal

Duração da fita: A e B: 40 min

Data: 1966

Resumo: Lados A e B: Discurso de uma pessoa chamada Tônico (?), cuja crítica é dirigida ao desenvolvimento econômico vigente à época, à presença dos grupos estrangeiros, além da defesa da



Frente Ampla por uma pacificação política do país, ou seja, a convocação imediata de eleições diretas para presidente da República e o retorno ao processo democrático. Identifica um inimigo comum, o atraso. Menciona a participação dos EUA no golpe e no apoio à ditadura no país, regime gerador de atraso. Na medida em que critica a "Revolução de 1964", responsável pela consolidação da oligarquia no Brasil, defende uma mudança sob a forma da pré-candidatura do governador Carlos Lacerda para o cargo de deputado federal pela UDN.

Código: BR RJAGCRJ.CL.FAM.2.004

1. Assunto 1.1 Lado A: Assim era o Rádio Vol. XVI - Repórter Esso e Discurso de Carlos Lacerda para Emissoras

1.2 Lado B: Jair Dantas Ribeiro e General Mourão Filho Explicando o Golpe de 1964

2. Temas 2.1 Lado A : Conjuntura política do governo Jango, discurso de Lacerda antes do Golpe de 1964, ameaça comunista, deflagração do movimento "revolucionário"

2.2 Lado B: Jair Dantas Ribeiro (ministro da Guerra, comandante das tropas governistas) e general Mourão Filho, explicando como se originou o Golpe de 1964, tentativa de invasão do palácio Guanabara

Duração da fita: A: 23 min B: 30 min

Data: [1964]

Resumo: Lado A: No Repórter Esso tecem-se comentários acerca da conjuntura política do governo Jango. A reportagem critica o governo Goulart, especificamente a sua vinculação aos ideais comunistas, a sua postura frente ao levante dos marinheiros e ao fato de os haver anistiado, demonstrando, segundo a matéria, sua fraqueza. A reportagem é intercalada por trechos de discursos de João Goulart no Automóvel Clube; Discurso de Carlos Lacerda, em pronunciamento às emissoras de Minas, São Paulo, Rio Grande do Sul e Ceará - pronunciamento que só deveria ser divulgado tão logo a "Revolução" fosse deflagrada. Lacerda diz atender ao apelo da Marinha e que faria uma advertência ao povo brasileiro, revelando que o Brasil estava sendo entregue ao domínio comunista. E, segundo Lacerda, quem o estava entregando era o presidente da República. Afirma que João Goulart optou, entre a Constituição e a traição, pela segunda, na medida em que ele procurava impor à maioria o domínio da minoria comunista. Argumenta que o povo não elegeu os comunistas e que, portanto, não admitiria que eles governassem o Brasil. Comenta que João Goulart, juntamente com os comunistas, estaria desmoralizando todas as resistências, dividindo todas as forças nacionais e destruindo todas as instituições democráticas do país. Fala que a Marinha foi um dos alvos, uma forma encontrada pelos traidores para destruir as forças de defesa nacional. Lacerda afirma que os comunistas - mentores de João Goulart - eram responsáveis pela miséria do país e agravavam as dificuldades naturais da nação para explorar a pobreza e atirá-la contra a liberdade e a paz de sua própria família. Ressalta que as Forças Armadas estariam sendo desmontadas para deixar o povo inerte e a pátria indefesa. O locutor do Repórter Esso menciona alguns fatos da conjuntura, como a notícia de que o general Mourão Filho teria acabado de deflagrar o movimento revolucionário.

Resumo: Lado B: Daí por diante, há uma série de falas e trechos de discursos intercalados à narrativa, expondo os principais atores e suas iniciativas nas vésperas do golpe de 1964. Neste sentido, encontra-se a nota fornecida pelo general Jair Dantas Ribeiro (ministro da Guerra, comandante das tropas governistas) e pelo general Mourão Filho, explicando como se originou o levante, e Carlos Lacerda fazendo apelo ao voluntariado, através da rádio Roquete Pinto, e, posteriormente, lendo o manifesto dirigido ao Exército, assinado pelos generais de Exército Arthur da Costa e Silva, Humberto de Alencar Castelo Branco e Décio Palmeira de Escobar explicando as



razões do golpe sobre o governo João Goulart ou a "Revolução de 1964". Discurso de Lacerda chamando a atenção para a tentativa de invasão do palácio Guanabara por parte dos marinheiros. Em seguida, tenta-se persuadir os mesmos a se juntarem aos que fizeram o movimento de 1964, para que não derramassem sangue de "irmãos", de companheiros inocentes.

Código: BR RJAGCRJ.CL.FAM.2.005

1. Assunto 1.1 Lado A: Depoimento de Armando Falcão para a Sociedade de Amigos Carlos Lacerda (SACL)

2. Temas 2.1 Lado A: Amizade e divergências de Falcão com Lacerda, inquérito contra o jornal *Última Hora*, indisposição de Lacerda com o governo Castelo Branco, malogro da candidatura Lacerda, desavença entre Roberto Marinho e Lacerda, realizações de Lacerda quando governador

2.2 Lado B: Incompreensível

Duração da fita: A: 30 min

Data: [1965/1975]

Resumo: Lado A: Fala de Armando Falcão, numa espécie de depoimento acerca de sua relação com Carlos Lacerda. Menciona que se conheceram quando Lacerda fora ao Nordeste organizar e desenvolver uma campanha para ajudar os flagelados da seca (campanha "Ajuda teu Irmão"). Na ocasião, trocaram impressões sobre o quadro nordestino e revelaram uma constante relação de afinidade e divergência decorrente de suas filiações políticas. Uma dessas divergências ocorreu quando se criou um Inquérito Parlamentar procurando esclarecer a destinação maciça de verbas, feitas pelo governo de então, para o jornal *Última Hora*, através do Banco do Brasil. Frente ao irrisório orçamento dos demais jornais, a liberdade de imprensa se tornaria um mito, acreditava o então jornalista Carlos Lacerda. Na base desse inquérito está o desfecho, que foi a queda do presidente Getúlio Vargas. Armando Falcão fala da ocasião em que Carlos Lacerda começara a demonstrar indisposição com relação ao governo Castelo Branco, e que isso tinha sido o resultado de intrigas, de informações errôneas levadas em consideração por ele, rompendo assim a relação com o presidente. E, dessa ruptura, segundo Falcão, viu-se malograda a candidatura presidencial de Carlos Lacerda. Armando Falcão disse, ainda, que moveu grandes esforços para salvar a candidatura do mesmo, que a estratégia era que Lacerda ficasse em silêncio, mas que ele partiu para o ataque ao governo. Outra desavença política existiu entre o líder do jornal *O Globo*, Roberto Marinho, e Carlos Lacerda. Mais uma vez, Armando Falcão desempenhou o papel de conciliador e, não obstante os esforços para o retorno do exílio de Carlos Lacerda, em 1955, tenha contado com a participação de Roberto Marinho, assegura Armando Falcão, mesmo assim Lacerda continuou com uma postura combativa com relação ao líder do jornal *O Globo*. Fala, ainda, da sua vida pública, enquanto administrador, das obras que realizou, tais como o Guandu, o sistema de transporte de massa, a construção de túneis e também da sua capacidade de convencimento, a da sua fama de bom orador.

Lado B: Incompreensível.

Código: BR RJAGCRJ.CL.FAM.2.006

1. Assunto. 1.1 Lado A: Discursos de Amaral Peixoto e Saldanha Coelho na Assembleia Legislativa

2. Temas. 2.1 Lado A e Lado B: Denúncia de corrupção, violação do Código Penal, falta de ética de Francisco Saraiva, comunização do país, reunião dos sargentos, cabo Anselmo, Saldanha Coelho defende João Goulart

Duração da fita: A e B: 30 min

Data: [Década de 1960]



Resumo: Lados A e B: Na Assembleia Legislativa, Amaral Peixoto denuncia uma série de crimes atribuídos ao general Francisco Saraiva, entre eles o de corrupção. Diz haver grande perseguição aos militares opositores, denuncia a existência de "caixinha" institucionalizada, o uso indevido de verbas, além da frequente violação do Código Penal. Fala que a existência de tais práticas, nas Forças Armadas, descaracteriza a "Revolução". O orador destaca "uma total ausência de princípios éticos - por parte de Francisco Saraiva -, além de procurar enxovalhar o Exército". Amaral Peixoto, representante do PSD (Partido Social Democrata) denuncia a "comunização" do país. A crítica dirigida fortemente ao presidente da República, João Goulart, faz menção à presença do presidente na reunião dos sargentos. Cita, também, ao cabo Anselmo, liderança da Marinha que estaria insuflando a tropa contra a ordem estabelecida, ao se reunir em praça pública em defesa do comunismo. O deputado Saldanha Coelho sai em defesa do presidente Goulart, dizendo que a ida de João Goulart à assembleia dos marinheiros era algo normal, pois a intenção dele era levar a cabo as reformas que o Papa, quando passou pela última vez no país, pregando melhorias sociais segundo a ótica dos princípios cristãos, havia sugerido. Nem por isso, diz o orador, o deputado Amaral Peixoto considerou o Papa comunista. A oposição, portanto, era contra as reformas que João Goulart pretendia fazer, desqualificando-as ao chamá-las de comunistas.

Código: BR RJAGCRJ.CL.FAM.2.007

1. Assunto 1.1 Lado A: Depoimento de Armando Falcão para a Sociedade de Amigos Carlos Lacerda (SACL) – Parte 2

2. Temas 2.1 Lado A – Vários assuntos, citação de uma carta

2.2 Lado B Nada consta

Duração da fita: A: 4 min B: Nada consta

Data: [1985]

Resumo: Lado A: Locutor não identificado (parece ser o ministro Armando Falcão) menciona o nome de Carlos Lacerda e do presidente Costa e Silva, e fala também de uma reunião ocorrida em sua casa (trecho de precária inteligibilidade), que contou com a presença de cerca de 30 congressistas, como Rafael de Oliveira Barreiras (??), Costa Cavalcanti, Joaquim Ramos entre outros), cujo propósito não está inteligível. Fala de uma carta do Carlos Lacerda que foi parar nas mãos do Sarney, chefe de gabinete do Costa e Silva.

Lado B: nada consta.

Código: BR RJAGCRJ.CL.FAM.2.008

1. Assunto 1.1 Lado A: Nosso Jogo no Maracanã – Eu, Carlos, Cesar Maia, Horta, Jorge Roberto Silveira, Mauricinho, Carlos Augusto - Campanha Eleitoral do MDB

2. Temas 2.1 Lado A: Apoio de Lacerda aos candidatos de oposição ao governo militar

2.2 Lado B Nada consta

Duração da fita: Lados A e B: 30 minutos.

Data: [1970/1977]

Resumo: Lado A: Campanha eleitoral dos candidatos do MDB (Movimento Democrático Brasileiro), destacando a preferência e o apoio de Carlos Lacerda aos candidatos do partido de oposição à Ditadura civil-militar (repetição do conteúdo ao longo dos 30 minutos).

Lado B: Nada consta.



Código: BR RJAGCRJ.CL.FAM.2.009

1. Assunto 1.1 Lados A e B: Jogo entre SUDERJ e ALERJ no Maracanã
2. Temas 2.1 Lado A e Lado B Comentários técnicos de Pedro Paradela, cobertura da rádio Bandeirantes

Duração da fita: A e B: 4 min

Data: [1979/1977]

Resumo: Lados A e B: Jogo entre SUDERJ e ALERJ no Maracanã. Trata-se de um jogo de conagraçamento entre as duas instituições e entre os nomes presentes em campo estava César Maia. Os dois times, da SUDERJ e da ALERJ, jogaram com os uniformes dos times do Bangu e do Fluminense, respectivamente. O jogo recebeu a cobertura da rádio Bandeirantes e contou com os comentários técnicos de Pedro Paradela. Ao longo da partida, o locutor faz anúncios e propagandas de produtos e serviços.

Código: BR RJAGCRJ.CL.FAM.2.010

1. Assunto 1.1 Lados A e B: Depoimento de Carlos Lacerda - 2º Dia – Partes 5 e 6
2. Temas 2.1 Lado A: Versão de Lacerda sobre o atentado da rua Tonelero, atuação de Sobral Pinto, investigação de Lacerda, incriminação de Lacerda pela morte de Rubens Vaz, inquérito militar
2.2 Lado B: Atentado à rua Tonelero, guarda pessoal de Getúlio Vargas, Gregório Fortunato, Lutero Vargas e Bejo (Benjamim Vargas)

Duração da fita: A e B: 60min

Data: 20/03/1977

Resumo: Lado A: Lacerda fala do clima político, da ação de pessoas ligadas à Presidência da República. Diz que num desses episódios, uma pessoa chamada Euclides, uma vez em poder da polícia, demonstrou sérios indícios de participação na agressão a um senador. Foi interrogado na ocasião, inclusive com a presença de Lacerda, que fez a ele algumas perguntas, tais como: qual o envolvimento e há quanto tempo ele trabalhava no palácio Guanabara. Ele, então, confessou fazer parte da segurança pessoal do presidente Getúlio Vargas. Heráclito Fontoura Sobral Pinto (advogado) convocou o principal responsável pela guarda pessoal de Getúlio para depor. Lacerda revela que havia uma manobra, por parte dos advogados da Guarda Pessoal da Presidência, propondo a incriminação individual do preso, mas sem levar o caso ao palácio Guanabara. Porém, Lacerda conta que resolveu agir por conta própria e, com a ajuda de um amigo do jornal *Correio da Manhã*, conseguiu dados (fotografias) em que o homem responsável pelos disparos contra o major Rubens Florentino Vaz aparecia desempenhando a sua função, ao lado do presidente Vargas. Em seguida, Lacerda fala do episódio ocorrido em 05 de agosto de 1954, que desembocou na morte do major Rubens Vaz. Ele diz que teria que fazer uma conferência no Externato São José e estava em companhia do major ao serem surpreendidos por um atirador, na Rua Tonelero. Compara o temperamento de Rubens Vaz com o de outros colegas que estavam com ele naquela ocasião. Afirma que o major era muito moderado, que ele até ponderava para que Lacerda abaixasse o tom das críticas ao governo. Lacerda narra em minúcias a sua versão sobre o atentado, desde a chegada de Armando Nogueira, primeiro repórter presente no local (por morar no próprio prédio), à troca de tiros ocorrida entre o major Vaz e o agressor e o próprio Lacerda atirando contra o agressor em fuga. Conta, também, sobre a tentativa de incriminá-lo pela morte de Vaz, quando um chefe de polícia esteve em sua casa fazendo perguntas e solicitou a sua arma, que ele se recusou a entregar.



Fala que o caso acabou envolvendo Eduardo Gomes, da Aeronáutica, que interferiu a favor do inquérito militar para apurar os responsáveis pelo crime, uma vez que a arma usada na morte do major era de uso militar, tinha um calibre específico não autorizado para civis, além do morto ser um oficial da instituição.

Resumo: Lado B: Lacerda segue narrando os desdobramentos (as investigações) do episódio na rua Tonelero. Diz que as atenções se voltaram para a guarda pessoal de Getúlio, tendo este, na tentativa de contornar a situação, dissolvido-a. Fala que tomaram o depoimento de Gregório Fortunato, mas o rumo das investigações mudou quando levaram para o Galeão (sede do inquérito militar) um indivíduo que, segundo Lacerda, agia como espécie de conselheiro de Vargas. Fala que o homem parecia ter uma vida dupla: uma, ligada ao palácio do Catete e outra, como respeitável membro dos moradores de Marília. Comenta que o fato é que o depoimento desse homem apontava para Gregório Fortunato, comprometendo-o no caso da rua Tonelero e que, depois de muito pressionado, citou também o nome de Lutero Vargas. Lacerda ressalta que antes de comprometer uma pessoa da confiança do presidente, deixou inúmeras pistas, supostamente interessadas também na eliminação dele. Outro nome, que apareceu na fala de Gregório, ainda de acordo com Lacerda, foi o do coronel Benjamim ("Bejo!") Vargas, irmão do presidente. Lacerda ressalta que este, uma vez intimado a depor, comunicou ao presidente. No que este lhe respondeu: "É o fim!".

Código: BR RJAGCRJ.CL.FAM.2.011

1. Assunto 1.1 Fita 1: Lados A e B: e Fita 2: Lado A: Depoimento de Carlos Lacerda – 3º Dia – Partes 9 e 10

2. Temas 2.1 Fita 1 - Lado A: General Lott, candidaturas Lacerda, Tenório Cavalcanti, e Mendes de Moraes, relação Juscelino e general Lott, nascimento do estado da Guanabara, campanha baseada em obras, vitória apertada

2.2 Fita 1- Lado B: Mandato de Carlos Lacerda, verbas para água, Sette Câmara, história da aquisição do palácio Guanabara, Sandra Cavalcante e a "Revolução sem armas" do governo Lacerda

2.3 Fita 2 – Lado A: Fenômeno do Lacerdismo, carisma, campanha civilista, anticomunismo, "o derrubador de governos", "o mata mendigos", canteio de obras

Duração da fita: A e B: 90min

Data: 26/03/1977

Resumo: Fita I: Lado A (fita com o conteúdo danificado, pouco inteligível): Carlos Lacerda narra algumas situações acerca da personalidade do General Lott, de caráter claramente irreverente. Diz ser uma pessoa que ousava falar dos mais variados assuntos, com uma "conversa vertiginosa", na opinião de Lacerda, do tipo que encadeava assuntos, tais como cultivar macieiras em Friburgo até a guerra sino-japonesa, ginástica sueca etc. Em seguida Lacerda passa a falar de sua candidatura, que segundo ele, era algo tranquilo. Outras candidaturas apresentadas foram as de Tenório Cavalcanti e do general Mendes de Moraes, que ele comenta, mas diz que a situação estava mais favorável a ele. Comenta também a relação do Juscelino Kubitschek com o general Lott, ressaltando que Juscelino foi criando um afastamento em relação ao general por achá-lo um desastre, ou seja, não era bom ter seu nome vinculado ao dele. E, na medida em que se desinteressou do Lott, desempenhou um papel democrático ao não criar barreiras à candidatura do Jango. Daí pra frente, Lacerda faz uma série de referências aos planos de campanha eleitoral, dele e dos adversários. Comenta que o cenário era o Rio de Janeiro, a Guanabara, que nascia enquanto estado, com interesses e demandas muito próprios. Destacou ter estudado as outras reformas urbanas ocorridas na cidade, no passado, pois sua campanha levava sempre em consideração a realidade, a cidade. Diz que não se limitava a falar de nacionalismo ou de imperialismo, aspectos importantes, mas que tinha pouco efeito sobre a população, naquela conjuntura. Lacerda gaba-se de ter feito uma campanha bastante elaborada, com



muitos comícios, muitos debates, em que cada qual era dedicado a um programa: "O Rio de Janeiro e a saúde", "O Rio de Janeiro e o transporte", etc. Por fim, comenta a sua vitória apertada sobre Mendes de Moraes e sobre Tenório Cavalcanti. Diferentemente do favoritismo que Lacerda apresentava durante a campanha, o que se viu foi uma vitória apertada.

Resumo: Fita 1: Lado B: Lacerda fala sobre o início de seu mandato, do apoio, das alianças políticas e de como se articulavam as forças da máquina governista a seu favor. Do Judiciário, diz, havia nomes que se manifestaram claramente fazendo votos de um governo comprometido com seus interesses, com expectativas em torno de sua gestão. Cita o nome de Sette Câmara para debater a destinação de verbas para obras. Disse que solicitou uma audiência com ele e fez um apelo ao mesmo, pediu que ele reservasse 1 milhão do orçamento existente para que ele, Lacerda, pudesse fazer os estudos em torno do projeto da água, uma obra que demandaria pelo menos 5 anos. Na ocasião da posse, continua, embora Sette Câmara tivesse apresentado um discurso de prestação de contas, de forma muito elegante, diplomática - chegou até a reservar parte da verba para o projeto da água -, Carlos Lacerda relembra que "choveram" críticas nas escadarias do palácio Guanabara. Disse que "trocou farpas" afirmando que havia uma cidade de negociatas, e que, por isso, o funcionário público, daquele momento em diante, teria que trabalhar. O início do mandato foi a fase mais difícil, porém mais compensadora, mais gratificante, segundo Lacerda. Ele pensava o poder com um senso de "servir", por isso dizia ser a coisa mais gloriosa, de grande alegria. Fala que lhe causava repugnância alguém que chega ao poder e não sabe o que fazer, desfruta apenas das honrarias e não faz nada. "O exercício do poder como um dever cumprido", apenas isso, nas palavras de Lacerda, pode trazer uma sensação provisória de imortalidade. Daí pra frente, comenta a situação dos prédios públicos, como é o caso do palácio Guanabara, que não pertence nem ao estado da Guanabara, nem ao governo federal, pertence à família imperial. Conta que essa situação se devia, em parte, ao confisco que se fez dos bens da Coroa, na ocasião da queda do Império. Com a revogação do banimento da família real, no governo Washington Luís, a situação modificou-se, o prédio pertencia à princesa Isabel. Menciona que o governo não tinha uma sede, ainda que houvesse muitos prédios públicos e que isso o incomodava, daí seu receio em morar inicialmente no palácio Guanabara. Comenta alguns casos de pensões agraciadas às autoridades após os mandatos, a seu ver, uma vergonha a existência desse tipo de expediente, pois o povo não tinha nada com isso. Lacerda menciona o seu discurso de posse, pois este continha um dado que foi repetido posteriormente pela Sandra Cavalcante (na presidência do Banco Nacional de Habitação) na frente de Castelo Branco e Roberto Campos, que era o fato de que naquele momento iniciava-se (e não em março de 1964, mas sim em dezembro de 1960) uma "Revolução", pelo conjunto de práticas e o caráter do trabalho adotado, "uma "Revolução sem armas" dava início à gestão Lacerda. Acredita ter havido uma "Revolução" (transformação), uma mudança de mentalidade, uma convocação ao povo para participar do esforço. Faz uma breve crítica à engrenagem da administração existente, bastante corruptível, com seus mandados de segurança irregulares, barganhando aumentos salariais como uma troca de favores automática. Orgulha-se de ser o primeiro governo, em toda a história da administração pública do país, a não perder uma causa sequer no Judiciário. Destaca o fenômeno intitulado "lacerdismo", que, em uma de suas expressões estava a condição de "mal amada" (desfechado pela crítica) atribuída a certas mulheres que ficavam à sua volta, suas admiradoras assíduas. Isso se explica, diz Lacerda, pelo fato de que nenhuma liderança, mesmo a mais democrática, pode prescindir de carisma. Cita, nesse sentido, Kennedy e Churchill como exemplos de figuras capazes de impactar massas através do carisma.

Resumo: Fita II: Lado A: Lacerda segue discorrendo sobre o fenômeno "lacerdismo" e a noção de carisma. Compara a sua própria campanha com a campanha civilista de Rui Barbosa. Fala da sua posição anticomunista, fato este do qual não se arrependia, e, para isso, se necessário, tomaria todas as medidas para levá-la adiante. Diz, inclusive, que essa sua posição foi confundida com a noção de



reacionarismo. Considera o comunismo um movimento antidemocrático, assim como os fascistas. Falando sobre si mesmo, sobre o papel desempenhado como jornalista frente ao país, considera-se um sujeito que pelo poder da pena e da palavra abalava as instituições, uma ideia que fez com que na França o lembrassem como "derrubador de governos". Enquanto na França esse epíteto revelava admiração, diz Lacerda, no Brasil a expressão era usada com sentido pejorativo. Ressalta que esse fenômeno carismático consolidou-se em torno de sua figura na medida em que se mostrou um líder competente, capaz de chegar cedo ao palácio Guanabara, supervisionar obras de helicóptero, conseguir empréstimos com os EUA, além de transformar o Rio de Janeiro em um canteiro de obras. Fala da transparência em torno das licitações envolvendo empreiteiras responsáveis pelas obras, destaca não admitir irregularidades, envolvimento com contraventores etc., enfatizando assim a seriedade, a garantia que seu governo passou a demonstrar. Fala sobre o clima de intrigas, de interesses e de acusações que o cercava. Um episódio desse tipo, destaca, foi a imagem atribuída a si de "mata mendigos", aliás, afirma, foi algo que correu o Brasil inteiro. Por fim, fala da sua vocação para o poder, se diz uma pessoa (jornalista) que gosta de fazer as coisas e que se sentia profundamente satisfeito em servir.

Lado B – Sem gravação

Código: BR RJAGCRJ.CL.FAM.2.012

Assunto 1.1 Lados A e B: Depoimento de Carlos Lacerda – 1º Dia – Partes 7 e 8

2 Temas 2.1 Lado A: Getúlio Vargas e o operariado, direitos trabalhistas, Estado Novo, Partido Comunista, Yedo Fiúza, Luís Carlos Prestes

2.2 Lado B: Eleição de Dutra, voto civilista, carisma de Prestes, suicídio de Vargas, atentado da Tonelero, Dutra e a continuidade da máquina governamental, Mangabeira, o animal político

Duração da fita: Lados A e B: 60 minutos

Data: 19/03/1977

Resumo: Lado A: Carlos Lacerda inicia o depoimento chamando a atenção para um outro tipo de relação, de compromisso na gestão pública: o de ser governo entendido não como um sistema de privilégios, mas sim como uma forma quase de servidão, de doação. Fala sobre o poder da comunicação no fenômeno popular, e cita o exemplo de Getúlio Vargas e sua relação com o operariado, já que este personificou naquele uma série de direitos trabalhistas adquiridos. Destaca o papel das Forças Armadas no Estado Novo, a preferência por um candidato militar (Eurico Gaspar Dutra) e que recebesse o apoio de Getúlio, assim as articulações foram estrategicamente pensadas para dividir o Exército e as Forças Armadas em geral. Menciona, inclusive, a colaboração da UDN a Dutra. Além disso, fala das escolhas de candidatos à Luís Carlos Prestes, como foi o caso de Guilherme Guinle, inicialmente; e depois, Guilherme da Silveira Filho (Silveirinha) para senador, tudo isso com um propósito, uma vez que os candidatos, em alguns casos, tinham uma visão conservadora, com o objetivo de tornar respeitável o Partido Comunista. Entre essas escolhas de Prestes, estava um prefeito de Petrópolis (engenheiro Yedo Fiúza, com fama de honesto), mas que depois se descobriu que o nome dele estava envolvido em muitos escândalos, cujas denúncias partiram do próprio Carlos Lacerda, em jornais, inviabilizando a candidatura apoiada por Luís Carlos Prestes. Lado B: Segue falando sobre as eleições que levaram Dutra à Presidência da República, da divisão das forças, da falta de confiança dos adversários do Estado Novo, do voto civilista contra os militares, representados no próprio Eurico Gaspar Dutra, e do outro lado havia certa simpatia pelos comunistas representados por Prestes, mesmo dos setores que não eram comunistas. Neste ponto, Lacerda destaca o carisma que o líder comunista gozava naquele contexto, mas acusa-o de ser um homem "burro". Chega a compará-lo a Jânio Quadros, pois não soube ter o país nas suas mãos quando a oportunidade surgira. Certa vez, narra Lacerda, numa entrevista, Prestes responde ao repórter que numa guerra entre Brasil e Rússia, hipoteticamente falando, ele



(Prestes), ficaria do lado soviético. Falou também que não tinha ligação com Prestes, nunca tinha se encontrado com ele, embora seu pai o conhecesse e tivesse admiração pelo líder da Intentona Comunista (1935). Resumindo, acredita ser Prestes um homem carismático e nada a mais do que isso. Em seguida, Lacerda encadeia outros assuntos até chegar no tema suicídio de Getúlio Vargas. Analisa o contexto histórico e as circunstâncias que levaram à saída de cena do presidente, principalmente no que tange ao assassinato do oficial da aeronáutica (major Rubens Vaz) por ordem do chefe da segurança particular do Vargas. Carlos Lacerda fala, também, da resistência ao governo Dutra feita pela UDN, uma oposição que tinha à frente o líder Virgílio Melo Franco, e que contou com a sua adesão. O momento, segundo seu partido, não era de união nacional. Nesse sentido, pensa Lacerda, Dutra representava a continuidade da máquina ditatorial. Outra corrente, diz ele, mas de apoio ao sucessor de Vargas, era aquela encabeçada por Otávio Mangabeira, por causa da intenção deste em ser sucessor de Dutra, o que representaria uma forma de retorno do poder civil. Lacerda aproveita para traçar um perfil de Mangabeira, classificado como um "animal político", um homem que "desprezava o dinheiro", e que por isso, provavelmente, não gozava de confiança junto ao empresariado nacional, suficiente para ganhar um pleito presidencial. E, continua ele, foi um homem com essas características que acreditou, diferentemente da UDN, ser capaz de neutralizar a continuidade da máquina getulista por meio do apoio à candidatura presidencial de Eurico Gaspar Dutra.

Código: BR RJAGCRJ.CL.FAM.2.013

1. Assunto 1.1 Lado A: Depoimento do Jurista Sobral Pinto tomado por Raul Brunini para a Sociedade Amigos de Carlos Lacerda

2. Temas 2.1 Lado A: Amizade entre Sobral e Lacerda, juventude comunista, *Correio da Manhã*, querelas entre Lacerda e Vargas, Lacerda e Mendes de Moraes, Frente Ampla, campanha civilista de Rui Barbosa, caudilhismo.

Lado B: sem gravação

Duração da fita: 2.2 A: 24 min B: sem gravação

Data: [Décadas de 1980/ 1990]

Resumo: Lado A: Entrevista com Sobral Pinto, advogado, professor e jurista. O entrevistador (Raul Brunini) tem como tema a vida de Carlos Lacerda. Responde como ele o conheceu - era jornalista, foi comunista, da juventude comunista, e escrevia no *Correio da Manhã*. O entrevistador defendeu Carlos Lacerda inúmeras vezes como advogado e, ainda que não comungassem das mesmas convicções, destacou que se estabeleceu uma aproximação e amizade entre ambos. O caso que teve mais força na acusação contra Lacerda foi o que o responsabilizou pela morte de Vargas. Também houve um outro, por ter Lacerda feito ataques ao prefeito da cidade, Mendes de Moraes. Ao responder o que mais se destacava na personalidade de Carlos Lacerda (se como político, jornalista, ou como administrador), antes de tudo ele se destacou como jornalista, afirma Sobral, mais do que em outras atribuições. Falando sobre a Frente Ampla, que reuniu Lacerda, Juscelino e Goulart, Sobral Pinto diz que ela se formou porque estes dois últimos não tinham mais força para voltar ao poder e as alianças trariam essa possibilidade na figura do Carlos Lacerda. Porém, o povo não tinha essa visão, esse alcance de entendimento. Segundo ele, foi por essa razão que a Frente Ampla não foi feliz. Perguntado sobre a semelhança entre a "campanha civilista" de Rui Barbosa e a oposição feita por Carlos Lacerda ao governo Vargas, Sobral Pinto afirma serem coisas muito diferentes. Na medida em que a campanha de Rui Barbosa era contra o militarismo, que procurava chegar ao poder através das armas, Lacerda se opunha ao caudilhismo existente por trás de figura de Vargas. Acreditava que Lacerda, se não tivesse sido cassado, seria um bom presidente, a exemplo do governo que fez na Guanabara. Diz, inclusive, que, para a história, ele ficaria na memória como um

importante administrador. Esta entrevista foi concedida para a Sociedade Amigos de Carlos Lacerda (SACL).

Não tem Lado B.

Código: BR RJAGCRJ.CL.FAM.2.014

1. Assunto 1.1 Lado A: Plenária da Câmara Municipal de Mangaratiba
2. Temas 2.1 Lado A Projetos e pareceres dos vereadores de Mangaratiba
- 2.2 Lado B: Sem gravação

Duração da fita: A: 30 min B: sem gravação

Data: 14/05/1992

Resumo: Lado A: Câmara Municipal de Mangaratiba - plenária com a apresentação das posições dos vereadores sobre projetos e pareceres. Nenhuma relação com Carlos Lacerda. Este é o conteúdo da fita de nº 14, embora nos créditos do encarte venha escrito: "Fita da "Revolução". (Feita por Walter Cunto) 14/05/1992

Código: BR RJAGCRJ.CL.FAM.2.015

1. Assunto 1.1 Lado A: Discurso na Câmara
- 1.2 Lado B: Caminhão do Povo
2. Temas 2.1 Lado A: Debate sobre cassação de mandato, discurso de defesa de Lacerda, resultado favorável a Lacerda, derrota do governo
- 2.2 Lado B: Caravana da Liberdade, críticas ao governo, associação ao comunismo internacional, economia semitotalitária, Forças Armadas, liberdade

Duração da fita: A: 27 min B: 18 min

Data: [Décadas de 1960/1970]

Resumo: Lado A: Um narrador (tudo indica, que seja o próprio Carlos Lacerda, referindo-se a si mesmo na terceira pessoa) fala sobre a defesa de Carlos Lacerda frente às acusações e à tentativa de cassação de seu mandato junto à UDN. Há uma espécie de leitura do discurso que Lacerda proferiu ao tentar se defender. Lacerda faz acusações virulentas contra o ministro da Fazenda. Trata-se de um discurso bastante verborrágico, com muitas alegorias, cercado por uma retórica que faz referência à Bíblia, à Antiguidade, aos deuses do Olimpo, a Homero etc. Chama a atenção para a possibilidade de o presidente da República tornar-se um usurpador, na medida em que ocorre a destruição do equilíbrio dos poderes por aqueles que se submetem ao paradoxo das democracias totalitárias. No plenário, por 152 votos, contra 132 e mais 3 votos em branco, o governo foi derrotado. O mandato de Carlos Lacerda foi mantido. O povo acompanhou a votação pelo rádio. No debate que antecedeu á votação, estiveram Mangabeira, Juracy Magalhães, Afonso Arinos, Milton Campos, Coelho de Souza, Nelson Monteiro, Adauto Lúcio Cardoso, Guilherme Machado, José Bonifácio, Joaquim Duval, Eurípides Cardoso de Menezes, Neiva Moreira e muitos outros falaram. Segundo o narrador, foi esta presença que provocou a derrota do governo na tentativa de cassação do mandato de Carlos Lacerda.

Resumo: Lado B: Carlos Lacerda fala sobre a Caravana da Liberdade, empreendida, em 1957, pela UDN, para percorrer o Brasil afora, tendo à frente o senador Juracy Magalhães. Por onde passavam, a bordo do "Caminhão do Povo", viam-se esperanças por parte da população. Paralelamente à retórica e à exaltação do povo, seguem-se as críticas ao governo, acusado de corrupção e de associação com o comunismo internacional, comparando-o à China, por haver um ambiente viciado, cercado por uma atmosfera de "podridão". Destaca, inclusive, que o Brasil estava



transformado num país de economia semitotalitária, pois 52% da economia já estavam nas mãos do Estado. Frente a essa realidade, condena o governo, que dava às Forças Armadas a maior parte do orçamento da República, como se pudesse haver defesa nacional com um povo que não comia e que não ia à escola. Ressalta que o “Caminhão do Povo” tinha exatamente o propósito de denunciar os problemas que assolavam a sociedade, de atuar onde houvesse omissão das autoridades, de denunciar a impotência dos concessionários da televisão e do rádio, enfim, de promover o debate, um diálogo democrático. Neste sentido, o “Caminhão do Povo” contava com a colaboração de Afonso Arinos e de Raul Brunini, que iam às ruas. Por fim, denuncia uma suposta aliança crescente, no país, entre as forças do egoísmo e da corrupção e as forças do comunismo e da destruição da liberdade.

Código: BR RJAGCRJ.CL.FAM.2.016

1. Assunto 1.1 Lado A: Discurso de Carlos Lacerda

1.2 Lado B: Cumprimenta as Pessoas Presentes à Cerimônia

2. Temas 2.1 Lado A: Reforma Agrária, latifúndio, minifúndios, produtividade do trabalhador rural, defesa da propriedade privada, anacronismo do campo brasileiro, exportação de produtos agrícolas, crítica a Miguel Arraes, comunismo, dificuldades no início do seu governo, obra do Guandu, Aliança para o Progresso, Kennedy, BID

2.2 Lado B: Cumprimenta as pessoas presentes à cerimônia

Duração da fita: A: 30 min B: 1min

Data: [1965/1977]

Resumo: Lado A: Carlos Lacerda fala sobre a Reforma Agrária. Diz que a preocupação não deveria concentrar-se nos latifúndios, mas sim nos minifúndios. Considera que do ponto de vista econômico só teria sentido fazer uma reforma agrária se o objetivo fosse aumentar a produtividade do trabalhador rural. Sendo assim, aumentaria a renda desse trabalhador, a produção de alimentos e a matéria-prima de origem agrícola. Afirma que se os objetivos não fossem esses, a Reforma Agrária resultaria em fome, desordem, insegurança e, conseqüentemente, em tirania. Diz que é interesse da nação o aumento do número de proprietários de terras, inclusive entre os trabalhadores, porque assim esses proprietários se tornariam mais independentes. Considera que seria necessário defender a propriedade privada, que não se poderia estimular que as pessoas tivessem propriedade privada se as que já a possuíam eram consideradas exploradoras, chamadas de ladrões da nação. Critica a ideia de anacronismo da estrutura do campo brasileiro. Fala que era uma ingratidão, que a agricultura não tivera apoio para se modernizar porque a prioridade era a industrialização. Afirma que não pretendia criticar a indústria, mas não queria que mentissem sobre a história do país. Diz que os governos tinham abandonado a agricultura. Fala da importância da exportação de produtos agrícolas para a economia brasileira. Critica o governador de Pernambuco, Miguel Arraes, por dizer na televisão que considerava São Paulo o estado mais espoliado do Brasil. Comenta que não tinha sentido o governador ir a São Paulo pedir recursos para Pernambuco, se considerava São Paulo o estado mais espoliado. Ressalta que se os homens não fossem às ruas, as mulheres iriam para defender a pátria. Mas, destaca que os homens sabiam o que tinham que fazer naquele momento. Diz que os comunistas deviam se conformar com a ideia de que eram minoria e que existiam por favor da maioria. Mas que não podiam tentar impor o seu domínio.

Outro discurso: Carlos Lacerda narra as dificuldades que tinha enfrentado no início do seu governo, mas ressalta que superara as dificuldades e cita a obra da adutora do Guandu como exemplo de um esforço coletivo do governo e da população e fala de sua importância para a população. Elogia o engenheiro que ele escolheu para supervisionar a obra. Comenta que conseguiu recursos para a obra



através da Aliança para o Progresso, criada pelo presidente dos Estados Unidos, John Kennedy, com intermédio do Banco Interamericano de Desenvolvimento. Critica o governo federal que não liberara recursos para a obra. Destaca que, quando a água chegasse às torneiras das cidades do Rio de Janeiro, muitos não iriam se lembrar da obra, de quem fez a obra. Faz menção aos engenheiros, operários e a todos que trabalharam na obra. Diz que não se pode falar só de quem vai se beneficiar da obra, mas também de quem fez a obra.

Lado B: Carlos Lacerda cumprimenta as pessoas presentes à cerimônia.

Código: BR RJAGCRJ.CL.FAM.2.017

1. Assunto 1.1 Lado A: Discursos - Marília

1.2 Lado B: Sem gravação

2. Temas 2.1 Lado A UDN, luta, vitória, combate à corrupção, discurso de José Bonifácio em 26/06/1861: descentralização administrativa; discurso de Joaquim Nabuco, em 30/08/1880, na Câmara: emancipação dos escravos, Tavares Bastos, Fim do tráfico, Lei do Ventre Livre; discurso de Rui Barbosa, em 10/12/1910: governo provisório, indisciplina do elemento militar e dos políticos,

2.2 Lado B: Sem gravação

Duração da fita: A: 20min B: vazio

Data: [Décadas de 1950/1970]

Resumo: Lado A Carlos Lacerda fala que no Brasil quem roubava era quem mandava mais e que quem mais mandava, mais roubava. Diz que se devia fazer do país uma nação consciente, confiante nas perspectivas do poder, serena em face das dificuldades a vencer, mas decidida a enfrentá-las e realizar na América uma nação democrática. Destaca que deveria haver a união do povo que acreditara neles com o povo que não tinha acreditado e apoiara o que havia de mais tenebroso no pântano, os batráquios que pediam rei, os corruptos que se mediam pela fortuna que amontoavam à custa de miséria alheia, os donos de todos os privilégios, os que dominavam o Brasil havia 20 anos. Comenta que a UDN lutava há 15 anos e que a vitória se aproximava e que esperava que suas palavras fossem de conforto e animação e que era preciso reforçar a oposição para que ela fosse governo depois.

Discurso de José Bonifácio em resposta à fala do trono – Sessão da Câmara em 28/06/1861: Pergunta se sua excelência é amigo da tutela administrativa ou da liberdade. Diz que a tutela administrativa impera impedindo a marcha do progresso. Afirma que a tutela excessiva do governo era prejudicial ao país. Defende que o governo deveria descentralizar a administração, porque os interesses locais eram distintos dos interesses gerais. Ressalta que ao descentralizar a administração todos os interesses seriam atendidos e que o exemplo de outros países mostrava os benefícios da descentralização administrativa.

Discurso de Joaquim Nabuco pedindo urgência para um projeto abolindo a escravidão – Sessão da Câmara em 30/08/1880: Pergunta se algum membro do governo tinha medo que a questão da emancipação fosse discutida na Câmara, como era discutida na imprensa. Diz que se não fosse aprovado o caráter de urgência não queria mandar o projeto à mesa sem justificação, principalmente porque as ideias contidas nele tinham sido apresentadas à Câmara por homens com um sopro liberal, como Tavares Bastos, ou na Assembleia Constituinte, por homens como o patriarca da Independência ou discutidas em outros países que já tinham debatido o assunto. Afirma que faz uma aliança com o futuro na defesa da emancipação e prevê que dentro de dez anos aquela sessão seria vista como um exemplo histórico das divisões, dos temores e receios, dos homens que recuavam sempre diante das grandes medidas salvadoras que transformavam a face do país. Diz que



não cabia ao presidente do Conselho, ou a algum gabinete, impedir que esta medida se realizasse, quando o Imperador entendesse que era chegada a hora de libertar um milhão e meio de escravos que trabalhavam no país. Afirma que o dia da proibição do tráfico de escravos havia chegado, a Lei do Ventre Livre fora aprovada. Faltava chegar o dia em que a escravidão seria abolida, a despeito dos interesses dos que eram contrários à abolição.

Discurso de Rui Barbosa em 10/12/1910: Diz que a sociedade brasileira não estava contaminada pelo espírito de desordem, que residia na indisciplina do elemento militar e na indisciplina do elemento político. Fala que os acontecimentos de então eram o resultado do que fora plantado anteriormente. Comenta que a desordem começava nos governos e depois se espalhava nas camadas inferiores que tinham em suas mãos a força e que, ao verem que as autoridades utilizavam a força de forma abusiva, decidiam utilizá-la da mesma maneira. Fala ao presidente que o espírito da desordem estava no espírito da mentira, no espírito da violência, no espírito do abuso. Explica que os ministros do governo provisório, como ele, não concordavam com a maioria das ações do presidente, mas que ele sabia ouvir suas críticas, e que essa era a sua maior glória, saber ouvir opiniões contrárias às suas. Afirma que se um estrangeiro, dentro de muitos anos, atravessasse o nosso litoral procurando, entre as ondas, adivinhar o rumo do sulco aberto na superfície do mar pela quilha de um navio, em cujas tábuas agentes das Forças Armadas, com a sanção ulterior do nosso governo, assassinaram impiamente oito ou dez brasileiros espingardeados sem culpa, perguntar-se-ia porque um país com essa beleza natural tinha um povo bárbaro e servil. Ressalta que a intelectualidade algumas vezes representava melhor o país do que o seu governo e que a intelectualidade continuaria a mostrar um Brasil que não merecia os seus governos. Afirma que, enquanto tivesse esperança, continuaria fazendo discursos e que a confiança na Justiça era suficiente para um homem lutar contra tudo e contra todos e que falava pelo povo brasileiro.

Código: BR RJAGCRJ.CL.FAM.2.018

1. Assunto 1.1 Lados A e B: Depoimento de Carlos Lacerda – 2º Dia - Partes 2 e 3

2. Temas 2.1 Lado A: Suicídio de Vargas, Revolução de 1930, Revolução de 1932, interventoria de João Alberto, Tenentismo, irresolução de Vargas, João Goulart, alteração com Euclides Aranha

2.2 Lado B: Dorival Fontes, atentados aos inimigos de Getúlio, assassinato de Virgílio Melo Franco, o mito Getúlio, críticas a Vargas, atentado na Tonelero

Duração da fita: A: 30min B: 40min

Data: 20/03/1977

Resumo: Lado A: Lacerda discorre sobre as razões que levam uma pessoa a cometer suicídio. Diz que não contesta a tese de que foi responsável pelo suicídio de Getúlio Vargas, mas busca uma explicação para o acontecimento. Diz que Getúlio Vargas não admitia derrotas. O repórter pergunta se a saída de Vargas da presidência, em 1945, não teria sido uma derrota. Lacerda responde que não, que Vargas não foi derrotado nesse momento, que ele saiu da presidência para sua fazenda em São Borja, não foi preso, nem exilado. Teve um período de descanso, mas manteve a sua máquina em pé. Explica que foi um erro fazer o presidente do Supremo Tribunal, José Linhares, presidir as eleições, porque ele não era a pessoa indicada para fazer isso. Diz que ele era um homem muito simples, cujo maior interesse na vida era futebol. Afirma que Getúlio poderia ter tido uma derrota em 30 ou em 32, como aconteceu em 54. Lacerda diz que Getúlio provocou a “Revolução de 32”. Afirma que a escolha, por Getúlio, de João Alberto para interventor de São Paulo, um gaúcho, militar e tenentista, foi arriscada. Menciona que Getúlio pensou em tirar João Alberto do cargo. Chegou a sugerir que João Alberto participasse de uma missão diplomática. Mas João Alberto se disse representante do Tenentismo e da Revolução de 30 em São Paulo e que não sairia de lá. Getúlio recuou, disse que não queria que ele saísse, só achava importante a participação dele em



uma missão diplomática, mas que não precisava ser imediatamente. Esse episódio, segundo Lacerda, demonstra como Getúlio era irresoluto, ao contrário do que diziam, que ele ficava perplexo quando encontrava resistência. Mas, quando ele encontrava um ponto fraco nessa resistência, tinha uma incrível capacidade de seduzir a pessoa. Por isso, Lacerda disse que sempre evitou Getúlio, e que a maioria dos homens que conheceu passaram pela mão dele alguma vez. Cita seu pai, que foi nomeado procurador da Prefeitura do Distrito Federal, e depois foi afastado. Fala sobre João Alberto, que foi usado por Getúlio para todos os fins. E Oswaldo Aranha, que sempre que pensava em se candidatar à sucessão dele era nomeado para alguma cargo no exterior, como embaixador na ONU. Afirma que Getúlio voltou ao poder desconfiado, porque em 1945 o apoio que o Dutra e o Filinto Miller levaram ao Palácio Guanabara foi tardio e a renúncia dele foi promovida pelo Oswaldo Cordeiro de Farias, um dos seus discípulos preferidos, que foi ao palácio da Guanabara dizer que a situação era insustentável. Então, ele voltou ao poder sem confiança nos líderes tradicionais das Forças Armadas. Lacerda diz que Getúlio foi buscar apoio na esquerda. Destaca que o primeiro erro grave de Getúlio foi a consagração de Jango, um homem inexperiente, esperto, inteligente, ignorante, com pouca vocação para o poder como dever, com mais vocação para o poder como coisa hedonística. Disse que Getúlio pensou em fazer de Jango seu herdeiro. Lacerda diz que a UDN indicou o ministro da Agricultura de Vargas, mas que o Ministério da Agricultura era inútil, que se fosse fechado ninguém iria sentir falta. Ressalta que a UDN tinha alguns políticos que apoiavam qualquer governo. Conta que estava jantando, certa vez, quando foi insultado por um homem que era Euclides Aranha, filho do Oswaldo Aranha. Lacerda comenta que tinha escrito há pouco tempo um perfil do Oswaldo Aranha para um jornal, em que o chamava de mentiroso, improvisador, mas também fazia elogios. Diz que Oswaldo Aranha o traiu no caso do jornal *Última Hora*. Destaca que levou um soco e depois viu Euclides apontar um revólver para ele, mas conseguiu desarmá-lo e depois se lembrou de que estava armado também. Conta que as turistas americanas que estavam no restaurante ficaram fascinadas com a briga e que amigos que estavam no restaurante acabaram evitando que a briga continuasse.

Resumo: Lado B: Lacerda fala sobre Dorival Fontes, chefe da Casa Civil de Getúlio Vargas, que, segundo ele, era um fascista convicto, semelhante ao Golbery. Diz que Dorival criou o mito Getúlio Vargas, influenciou a inteligência brasileira a escrever sobre Getúlio. Afirma que em troca essas pessoas recebiam embaixadas e distinções. Lacerda fala que Dorival afirmava que Getúlio tinha se transformado após ter sido eleito presidente. Comenta sobre a sua experiência de falar na televisão, diz que ficou nervoso ao ter que falar por cinco minutos. Mas a experiência foi bem sucedida, e ele foi chamado mais vezes a falar na televisão e por mais tempo. Depois, ele passou a falar no rádio durante 30, 40 minutos e continuou a falar na televisão, sempre criticando Getúlio Vargas e falando sobre a concorrência entre os jornais, entre os quais estava o seu. Lacerda conta que recebeu a visita de três militares da FAB (Força Aérea Brasileira) que reconheceram a qualidade dos programas que ele fazia, mas consideravam que ele estava muito sozinho e se ofereceram para fazer a segurança pessoal dele e que, então, passou a receber visita dos militares em casa. Lacerda menciona o assassinato de Virgílio Melo Franco, não esclarecido, e diz que ele era ameaçado por aliados de Getúlio. Narra o caso de um jornalista, José Eduardo Macedo Soares, que havia escrito uma série de artigos críticos sobre Getúlio Vargas e que foi agredido e esperou a polícia chegar para ser preso. Após uma investigação, da qual Lacerda participou, descobriu-se que o agressor, que não se identificava e se dizia vagabundo, tinha tido um terno pago pelo palácio Guanabara. Depois de um interrogatório, ele se identificou como Euclides e admitiu que trabalhava na guarda pessoal do presidente Getúlio Vargas. Lacerda assinala que fez por conta própria uma pesquisa para tentar descobrir uma foto em que o Getúlio aparecesse com o Euclides e conseguiu uma. No dia seguinte, a foto foi publicada no *Correio da Manhã*. Diz que estes dois episódios, do Virgílio Melo Franco e do José Eduardo Macedo Soares, eram precedentes que o deixavam em alerta. Destaca a noite em que sofreu o atentado na rua Tonelero, na qual estava acompanhado pelo major Rubens Vaz.



Lacerda diz que Rubens Vaz era o mais ponderado, o que aconselhava mais moderação a ele.

Código: BR RJAGCRJ.CL.FAM.2.019

1. Assunto 1.1 Fita 1 Lados A e B e Fita 2 Lado A: Depoimento de Carlos Lacerda – 1º Dia Partes 3 e 4

2. Temas 2.1 Fita : Lado A: Prisões, Manifesto de Prestes, ordem capitalista burguesa, assassinato de Elza Miranda, versões do caso Miranda, DIP, censura, Observador Econômico, Estado Novo, Gustavo Capanema

2.2 Fita 1: Lado B: Partido Comunista, Samuel Wainer, panfletos trotskistas, conversão ao comunismo, juventude comunista, esquerda festiva

2.3 Fita 2:Lado A: Crítica a Chico Buarque, definição do conceito de esquerda, vanguarda do proletariado, combate à injustiça, Lamarca, Che Guevara, Celso Furtado, economias capitalistas, “Revolução de 1964”, Chirac e Mitterand.

Fita 2: Lado B: - vazio

Duração da fita: Fita 1 A: 30min B: 15 min Fita 2 A: 45 min

Data:19/03/1977

Resumo: Fita 1 Lado A Carlos Lacerda conta que foi preso e que viu um amigo do Pedro Ernesto sair de um interrogatório irreconhecível, por causa de uma sessão de tortura. Diz que foi preso novamente, quando já havia rompido com o Partido Comunista, em 1939. A acusação era de que ele havia distribuído panfletos trotskistas. Conta que depois só foi preso novamente pela “Revolução”, pelo Jaime Portela, chefe da Casa Militar. Comenta que recebeu a incumbência de ler o Manifesto do Prestes na sede da Aliança e que o manifesto era longo e chato, e que era dirigido aos marinheiros, trabalhadores, soldados, negros e índios. Critica o que ele considera romantismo do panfleto por se dirigir aos índios, para que eles se rebelassem contra a ordem capitalista burguesa. Pouco tempo depois, Prestes foi preso. Conta o caso de uma garota, Elza Miranda, de 16 anos, filha de operário, que morava com o secretário geral do Partido Comunista. Os dois foram presos, ela em um presídio feminino junto com Olga Prestes, que depois seria (decapitada) sic na Alemanha. A polícia libertou Elza após um interrogatório em que ela teria sido torturada e a seguiu, conseguindo prender outros integrantes do Partido Comunista, por isso ela foi julgada por um tribunal revolucionário, que foi presidido por um jovem milionário, que depois teve remorso o resto da vida. O nome dele era Honório Freitas de Melo, era um milionário idealista, e achava que devia presidir o tribunal que julgaria uma traidora. Lacerda diz que há um bilhete manuscrito de Prestes dizendo que a “Revolução” deveria ser implacável com os traidores. Explica que tentaram desmentir a existência do bilhete, mas que ele existiu. O encarregado de matá-la foi Natividade Lira, que a matou e esquartejou. Muitos anos depois, João Alberto, que era chefe de Polícia, deu uma passagem para Natividade voltar para o Maranhão, porque ele estava muito doente, com remorso. Diz que no meio da viagem ele teve um ataque cardíaco e morreu. Fala que a história foi divulgada pela imprensa, mas que ninguém acreditou porque os jornais que noticiaram o caso eram a favor da ditadura, como *O Globo*. Conta que só acreditou na história quando encontrou Miranda em um almoço e ele lhe disse que tinham matado sua mulher, que passara a ser católico apostólico romano, que era considerado traidor do Partido e era funcionário do Sindicato de Material de Construção. Menciona que um dia comentou esta história com amigos ligados à PUC, e uma amiga disse que ouviu a história na PUC, que o Miranda havia traído o partido em troca de um cargo de bibliotecário na Polícia. Lacerda disse que isso não era possível, porque a Polícia não tinha biblioteca, e que ele não trairia uma vida inteira de idealismo, em que não teve lucro, pelo contrário, foi preso e torturado, por um emprego como esse. Ressalta que se preocupava com as deformações que uma história poderia sofrer. O entrevistador diz que já ouviu a história de que Miranda era espião da Polícia.



Lacerda diz que também já fora chamado de espião e que se desiludira com o comunismo depois desta história, e graças ao Alceu Amoroso Lima e Gustavo Corção começou a frequentar o mosteiro de São Bento. Casou-se no religioso e batizou seus dois primeiros filhos. Explica que se aproximou do comunismo porque achava que era um regime libertador, mas que foi percebendo que era uma ditadura pior que as outras, porque era mais bem organizada, por isso mais difícil de derrubar. Diz que os trabalhadores tinham algumas regalias, fato que os faziam apoiar o regime. Considera que a derrota do brigadeiro Eduardo Gomes abriu seus olhos porque viu que uma ditadura como a do Getúlio contava com o apoio das grandes massas, dando algumas coisas que elas não tinham, ou seja, bastava melhorar um pouco materialmente a vida do povo, para que o povo abrisse mão da liberdade. Esta constatação o levou a entrar em "crise espiritual". Mas, fala que tinha um escrúpulo de renegar uma coisa no momento que essa coisa era perseguida. Comenta que não podia trabalhar porque o DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda) censurava tudo que ele assinava. Mas diz que começou a escrever alguns artigos para o *Correio da Manhã*, analisando o Prestes e diz que quanto mais escrevia, mais reforçava sua convicção contra o comunismo. O primeiro artigo foi contra o apoio do Prestes a Getúlio. Neste período, foi chamado para trabalhar na revista *Observador Econômico*. Menciona que aceitou o convite e que foi fazer uma entrevista com Gustavo Capanema, em virtude de uma exposição sobre o Estado Novo, em que uma das sessões era sobre educação. Comenta que Capanema tinha um raciocínio alemão, que parecia lógico a princípio, e que ele inventava números sobre a educação, sem constrangimento. Falava sobre o Sistema Nacional de Biblioteca estabelecendo que ele deveria ser, primeiro, completo; segundo, acessível a todos; terceiro primoroso. Lacerda dizia que parecia lógico, mas que não havia Sistema Nacional de Bibliotecas. Depois, recebeu a tarefa de fazer uma reportagem sobre a história do comunismo no Brasil, com base na exposição do Estado Novo, que tinha uma parte dedicada ao anticomunismo no país. Mas recusou-se a fazer. Comenta que frequentava a revista *Diretriz*, que era dirigida pelo Samuel Wainer, e que tinha como colaboradores, ele, Moacir Werneck, Rubem Braga e outros.

Resumo: Lado B: Lacerda comenta que o Samuel nunca foi membro do Partido Comunista, porque não confiavam nele. Lacerda conta que decidiu escrever o artigo sobre o comunismo para evitar que um jornalista anticomunista o fizesse. E que consultou os membros do Partido sobre esta possibilidade de escrever um artigo falando sobre como o Estado Novo havia derrotado o comunismo. Explica que o Partido aceitou que ele escrevesse. Mas, pouco tempo depois, recebeu em sua casa Samuel Wainer, que trazia um boletim mimeografado no qual Lacerda era acusado de ser agente da Gestapo, trotskista, de estar a serviço do imperialismo, de ser traidor da causa do proletariado e de ter escrito o artigo que não tinha sido assinado. Nesse período, ele foi preso, acusado de distribuir panfletos trotskistas. E passou a ser rejeitado por amigos e um tio, que seguindo a recomendação do Partido Comunista, não falava com traidores. Disse que passou a ter dificuldades para conseguir emprego e que isso deu um impulso para ele se reconvertere ao catolicismo e passasse a frequentar o mosteiro de São Bento. Destaca que ficou marcado como traidor de comunistas e que chegaram a dizer que comunistas tinham sido presos e torturados por sua causa. Comenta que entende quem não deixava de ser comunista por medo de sofrer represálias. O entrevistador pergunta se ele foi um esquerdista juvenil. Ele responde que não, que foi mais profundo, que nunca foi da esquerda festiva, que nunca seria como Chico Buarque, cuja música admirava muito, mas cujo caráter não admirava nada.

Resumo: Fita 2 Lado A: Lacerda critica Chico Buarque, diz que ele nunca fez nenhum sacrifício por suas ideias a não ser a censura às suas músicas. Afirma que ele deveria viver de acordo com suas ideias. Comenta que tem horror à esquerda festiva, porque considera que é uma forma parasitária de declarar guerra a uma sociedade de cujos benefícios participa integralmente. Responde à pergunta se ainda se considera uma pessoa de esquerda, dizendo que depende da definição da palavra esquerda. Diz que era difícil definir, naquele momento, o que era esquerda, pois a esquerda, por



exemplo, só queria eleições quando não estava no poder. E que a defesa de eleições era considerada uma das características da esquerda. Perguntam se Perón era de esquerda ou de direita, se Vargas era de direita ou de esquerda. Comenta Lacerda que Mussolini fez reformas na Itália, que seriam consideradas de esquerda. Considera que nada era mais próximo de uma pessoa de extrema esquerda do que uma pessoa de extrema direita e que ambas eram elitistas. Afirma que os comunistas se consideram uma vanguarda do proletariado, uma elite, incumbida de governar o mundo em favor desta grande massa, que era chamada a votar unanimemente, e que os fascistas faziam a mesma coisa. Diz que então percebia a diferença entre esquerda e direita de outra maneira. Se a pessoa achava que a injustiça era natural, que estava na natureza humana e era impossível modificá-la, então, era de direita. Se ao contrário, a pessoa achava que tinha que lutar a vida inteira para diminuir a injustiça no mundo, ela era de esquerda. Se a pessoa achava que não deveria usufruir certos privilégios, quando boa parte da população não tinha direitos, a pessoa era de esquerda, independente de ser liberal, conservadora ou reformista. O repórter diz que ser de esquerda era mais lisonjeiro do que ser de direita. Lacerda responde que a posição de esquerda era mais popular porque não tinha compromisso com a ordem estabelecida. Então, a pessoa poderia ser de esquerda e ser contra a existência da Polícia, por não estar no poder. Mas, estando no poder, ao enfrentar uma situação de um grupo terrorista que fez cem reféns e ameaçava matá-los, a pessoa iria sentir necessidade da existência da Polícia. Nesse caso, a pessoa seria de direita ou de esquerda? pergunta Lacerda. Explica que não perdera a condição de simpatizante do combate à injustiça ao defender o direito à vida, como o direito humano principal. Então, tanto o coronel que torturava o preso, quanto o terrorista que prendia um refém atentam contra os direitos humanos. Afirma que por ele se mataria o terrorista na hora, mas seria inadmissível torturá-lo depois e que considerava a morte de Lamarca justa, que ele morrera bravamente em combate, mas que não tinha nenhuma simpatia por ele nem por Che Guevara. Diz que preferia Che Guevara como figura humana a Filinto Müller, mas diz que os dois se comportariam da mesma maneira no poder. Considera que Che Guevara tinha se tornado símbolo do inconformismo mundial, que se tornara inspiração para os jovens. Questiona o que Che Guevara fez quando esteve no poder em Cuba, diz que ele manteve o inconformismo e não conseguiu melhorar a situação do país. Comenta que ele era um anarquista valente, mas que ser valente não era qualidade, porque quem participava de esquadrões da morte também era valente, porque estava sujeito a morrer. Explica que era preciso rever conceitos, cita como exemplo Celso Furtado, que escreveu um livro dizendo que economias capitalistas, como o Japão, tinham uma distribuição de renda melhor que os países socialistas. Fala que o Brasil era um país injusto, não só porque se prendiam e se torturavam pessoas, mas porque apenas uma pequena parcela da população tinha direito a lucrar o que quisesse, contanto que o governo se associasse a esse grupo, enquanto a maior parte não tinha acesso. Diz que o problema do Brasil não era a distribuição de riqueza, como dizia o MDB, mas a falta de criação de riquezas. As pessoas não pagavam imposto de renda porque não tinham renda. E não tinham renda porque não tinham produtividade, não tinham escola, não tinham saúde, não tinham condições de gerar renda. Comenta que isso acontecia nas cidades e em maior escala no campo. O repórter pergunta sobre o relacionamento de Lacerda com a esquerda, após o seu afastamento. Diz que encontrou muitas pessoas que também tinham se afastado da esquerda. E que pessoas que orientavam intelectualmente a esquerda perceberam que era importante dialogar com pessoas que tivessem alguns pontos de vista em comum, o que possibilitou que ele se entendesse com a Frente Ampla. Afirma que só quem tinha condições de derrotar o comunismo era quem o conhecesse de perto. Comenta que recebeu apoio de pessoas de quem não esperava, mas que, às vezes, não se podia escolher aliados, porque guerra é guerra. Diz que tinha ouvido recentemente seu discurso de posse no governo da Guanabara e que não encontrou contradições com o seu pensamento naquele momento. Explica que falou que só o governante escolhido pelo povo era legítimo, que iria fazer um governo para o povo e não para manter privilégios existentes. Comenta que teve a oportunidade que seu pai não teve e que um dia iria escrever um livro sobre o que representou o seu governo na



Guanabara, como o primeiro governo de um político vindo da oposição e, de certa forma, da esquerda, que deu prioridade a problemas de base, aos que precisavam mais. Comenta que foi o pior governador de Copacabana, pior até que o Negrão de Lima, porém, considera que tinha sido o melhor governador que o subúrbio já tivera. Fala que fez a campanha do brigadeiro (Eduardo Gomes) e sentia grande orgulho disso, mas que naquele momento teria medo de um governo dele, porque não o considerava preparado para assumir um governo. Diz que ele era muito mais um homem preocupado em resolver os problemas do povo do que um grande estadista e que ele poderia ser iludido facilmente. Sustenta que um dos maiores fracassos da “Revolução de 64” foi a despolitização da população, que passou a ser dividida entre guerrilheiros e alienados. Explica que esquerda e direita são expressões jornalísticas utilizadas para simplificar as reportagens. Cita como exemplo os políticos franceses: Chirac, que era considerado de direita, e Mitterrand, que era considerado de esquerda. Aposta que se Mitterrand chegasse ao poder iria incomodar mais os comunistas do que Chirac.

Código: BR RJAGCRJ.CL.FAM.2.020

1. Assunto 1.1 Lados A e B: Depoimento de Carlos Lacerda – 4º Dia – Parte 12 5º Dia – Parte 2

2. Temas 2.1 Lado A: Barganha nas cassações, prorrogação de mandatos, chefe de delegação na ONU, homologação de candidatura, críticas de Roberto Campos a Lacerda, Gama e Silva, inflação do setor estatal

2.2 Lado B: Violação da Constituição, Código de Telecomunicações, discussões com Roberto Campos, inflação versus estagnação econômica, carta de Lacerda a Castelo Branco, Amaral Neto, Sérgio Magalhães, valorização da moeda versus desenvolvimento do país

Duração da fita: A: 45min B: 40min

Data: Lado A: 27/03/1977 Lado B: 16/04/1977

Resumo: Lado A: Lacerda disse que havia barganhas nas escolhas das cassações, alguns eram cassados em troca de outros que tinham seus mandatos preservados. Diz que Castelo Branco evitara a cassação do Afonso Arinos e mais dois ou três. Explica que quando soube que Castelo Branco havia aceitado a prorrogação dos mandatos, percebeu que a eleição tinha ido para o brejo, porque o Castelo Branco sempre fora contra a prorrogação de mandatos alheios. Comenta que ficava claro que a intervenção militar era para valer. Fala sobre o convite que recebeu do presidente Castelo Branco para ser chefe da delegação na ONU. Mas, para aceitar o convite, Lacerda não poderia ser candidato a presidente. Lacerda disse que já era candidato a presidente e não iria abrir mão da candidatura. Explica que havia falado para Castelo Branco que a ONU estava repleta de candidatos a presidente da República dos respectivos países, e que não via problema nisso. Castelo disse que via problemas, que só o nomearia se ele representasse o país e não apenas um partido. Fala sobre a convenção da UDN, na qual a sua candidatura fora homologada. Diz que o ambiente começou a piorar e que percebeu que a “Revolução” pretendia acabar com as eleições diretas e evitar lideranças civis. Comenta que enviou uma carta ao presidente sugerindo mudanças na política econômica. O presidente autorizou o ministro do Planejamento, Roberto Campos, a responder às críticas pela televisão. Conta que Roberto Campos fez duras críticas a ele. Lacerda relata que escreveu uma outra carta ao presidente Castelo Branco, desta vez dizendo que reconhecia a sua autoridade como presidente da República, mas que continuava a ser candidato à sua sucessão. Disse que não iria interferir em assuntos federais e que Castelo Branco gostou da carta. Narra que enviou nova carta criticando a política econômica do governo e que dessa vez houve uma resposta do ministro da Justiça [Gama e Silva?], em Rede Nacional de rádio e televisão, criticando a carta. Contesta as críticas feitas a ele pelo ministro, como a de que contribuiu para o suicídio de Getúlio Vargas e para a renúncia de Jânio Quadros. Contesta a afirmação de Castelo Branco de que haveria



uma separação entre política e economia. Afirma que não era por acaso que se falava políticas econômicas e que apenas os tecnocratas fingiam que esta relação não existia. Diz que sua principal crítica assentava no fato de que o setor mais inflacionário era o estatal e que o setor privado não deveria ser prejudicado por isto. Adianta que era preciso controlar a inflação no setor estatal e incentivar a iniciativa privada.

Resumo: Lado B: Lacerda critica a violação da Constituição em favor de grupos como o de Roberto Marinho, que se associaram a interesses do rádio e da televisão norte-americanos no Brasil, o que era contra as leis do Código de Telecomunicações. Diz que não poderia ser considerado antiamericano, porque estava apenas defendendo o cumprimento da lei. Menciona suas discussões com o ministro do Planejamento do governo Castelo Branco, Roberto Campos. Faz críticas às medidas adotadas por Roberto Campos em seu Ministério. Mas diz que se pôs à disposição do presidente Castelo Branco para ajudar no que fosse necessário. Considera que o interesse público estava acima das divergências pessoais, o que não podia ser entendido por um carreirista como Roberto Campos. Cita um discurso de Roberto Campos, quando embaixador de João Goulart, em que elogiava o governo João Goulart por preservar uma sociedade aberta e de debate livre, sem a mancha de um golpe militar, suspensão de direitos constitucionais ou imposição de controles autoritários. Dizia que a inflação não impedia o crescimento do país e que pior do que a inflação seria a estagnação econômica. Explica que enviou a reportagem em que esse discurso de Roberto Campos foi transcrito para o presidente Castelo Branco, como forma de embasar suas críticas ao ministro. Fala sobre a carta que escreveu para o presidente Castelo Branco em que, além de propostas para a economia do país, fazia críticas ao ministro Roberto Campos. Criticava a decisão do presidente de aprovar a prorrogação dos mandatos. Ironiza na carta a acusação de Roberto Campos de ter sido responsável pela derrubada de governos. Diz que se os governos não tivessem sido derrubados pelo Exército, Castelo Branco não seria presidente e que Roberto Campos talvez fosse ministro, por já ter participado desses governos. Escreve que o governo não foi eleito pelo povo, mas praticamente imposto pelas armas, apenas com a cautela necessária para salvar as aparências, e não interromper o processo de ascensão do Brasil à democracia. Diz que não estava escrevendo a carta como candidato à presidência, mas com o objetivo de ajudar a “Revolução”. Comenta que esta carta o afastou ainda mais de Castelo Branco. Fala sobre os candidatos à sua sucessão e que Amaral Neto não era apoiado pelo governo federal, mas também não encontrava resistência no governo. Lacerda disse que já havia avisado a Castelo Branco sobre os riscos de Amaral Neto assumir o governo da Guanabara. O repórter pergunta a opinião de Lacerda sobre as pessoas que diziam que, se ele não tivesse enfrentado Castelo Branco, teria sido candidato. Lacerda diz que foi muito paciente, que foi chamado de assassino de Vargas e ave agourenta por Roberto Campos, em Rede Nacional, e conseguiu responder a essas provocações civilizadamente, em uma carta ao presidente Castelo Branco. Empreende uma revisão histórica, falando sobre as críticas a Rui Barbosa pela criação da política de Encilhamento. Diz que o país era escravocrata, não havia muita circulação de dinheiro, não havia indústria. Então, quando acabou a escravidão, era necessário que se aumentasse a emissão de papel moeda para manter a economia em atividade. Comenta que os desvios, as atividades ilegais ocorridas nesse período não podiam ser atribuídas a Rui Barbosa. Volta a fazer críticas ao governo Castelo Branco pelo fato de seu ministro, Roberto Campos, defender a valorização da moeda ao invés de investir no desenvolvimento do país.

Código: BR RJAGCRJ.CL.FAM.2.021

1. Assunto 1.1 Lados A e B: Depoimento de Carlos Lacerda – 3º Dia – Partes 13 e 14
2. Temas 2.1 Lado A: Campanha de Jânio Quadros, eleitorado da UDN, campanha do marechal



Lott, candidato do imperialismo norte-americano, campanha de Lacerda ao governo da Guanabara
2.2 Lado B: disputas internas da UDN, pensão dada aos descendentes de D. Pedro II

Duração da fita: A: 28min B: 30min

Data: 26/03/1977

Resumo: Lado A: Depoimento de Carlos Lacerda sobre uma reunião com a participação de Afonso Arinos, na qual o mesmo anunciou a retirada da sua candidatura, com o objetivo de não comprometê-lo. Lacerda tece comentários acerca da vitória de Jânio Quadros para a presidência da República e confessa a pouca participação dele próprio na campanha. A dificuldade em fazer o candidato vir ao estado da Guanabara e os principais temas presentes nas suas falas, como a corrupção e o desenvolvimento econômico, também são mencionados. O líder da UDN sustenta, ainda, que o discurso de Jânio na Revista *O Cruzeiro* teria sido especialmente importante por ter abordado o pouco valor das ideologias em detrimento dos princípios, que deveriam ser o principal vetor de união entre os homens. Segundo Lacerda, o objetivo dessa mensagem era trazer o eleitorado simpatizante dos comunistas para mais perto da UDN. Há, ainda, uma menção aos equívocos do marechal Lott durante a sua campanha, as falhas retóricas cometidas por ele e a falta de uniformidade de assuntos, que era própria de sua personalidade. Além disso, teria havido, ainda, pouco tato ao lidar com os comunistas que estavam inicialmente a seu lado nas eleições, mas que diante das inúmeras afirmações contrárias ao socialismo, se viram sem representação. Lacerda relembra, ainda, a própria candidatura a governador, pautada por uma aparente tranquilidade em relação à sua vitória, mas com adversários de grande capacidade competitiva, como Helio de Almeida, o general Mendes de Moraes, Tenório Cavalcante e Sérgio Magalhães. O rótulo de “candidato do imperialismo americano”, construído pela mídia televisiva, e o mau desempenho de Sérgio Magalhães, candidato que se manteve à frente dos demais nas pesquisas, além da distância de Juscelino em relação à candidatura do PTB, foram fatores que facilitaram a sua vitória. Houve um grande apoio à sua campanha, com investimentos em propagandas na TV e no Rádio, comícios e passeatas pela Zona Sul, com visitas a escolas e igrejas frequentadas por ele durante a juventude.

Resumo: Lado B: Continuação do depoimento sobre as disputas internas da UDN, no final da década de 1950 e início dos anos 1960. O depoente fala sobre a importância do surgimento da televisão para as campanhas eleitorais, que demandava um cuidado ainda maior com a aparência, por parte dos candidatos. É abordada também a grande cobrança que era feita à UDN, quando ela se tornava membro do governo. Era comum ouvir os inimigos alegarem que ser oposição era fácil. Parecia que os políticos udenistas estavam em constante teste. São feitos comentários sobre o discurso de posse do desembargador, presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), em que ele não faz nenhuma questão de ser imparcial e declarar o seu apoio ao estado da Guanabara. Também é lembrado o pedido a Sette Câmara para que ele reservasse uma parte da verba pública dedicada às obras relacionadas à água da cidade. Para o depoente, a cidade encontrava-se numa situação calamitosa, completamente saqueada e mal cuidada. As palavras de esperança eram, portanto, muito bem vindas entre a população. Para o depoente, é incompreensível a atitude de quem chega ao poder e não honra as suas obrigações, apenas aproveita os privilégios. Ele demonstra-se revoltado com o fato de o palácio Guanabara não pertencer nem ao estado, nem à união e sim à família imperial. Aquele era o palácio Isabel, que pertenceu à princesa. Santiago Dantas e Mendes de Moraes instituíram uma pensão para os Orleans e Bragança, assim como fez Salazar em Portugal. O depoente permanece questionando a pensão que é dada aos descendentes de Dom Pedro II, até o fim da sua fala.



1. Assunto 1.1 Lados A e B: Músicas
 2. Temas 2.1 Lado A Músicas do Roberto Carlos
 - 2.2 Lado B Músicas instrumentais e de Roberto Carlos
- Duração da fita: A: 29min B: 28min
Data: (décadas de 1960/1970)
Resumo: Lado A: Músicas do Roberto Carlos.
Resumo: Lado B; Músicas instrumentais e de Roberto Carlos.
-

Código: BR RJAGCRJ.CL.FAM.2.023

1. Assunto 1.1 Lado A: Entrevista de Carlos Lacerda, Chefe do Governo, a Guilherme Chateaubriand e Ricardo Lacerda.
 - 1.2 Lado B: Gravação de uma Entrevista de Carlos Lacerda à Rádio Globo, no Período da Campanha Contra Samuel Wainer.
 2. Temas 2.1 Lado A: Jornal *Última Hora*, Samuel Wainer, cumplicidade de Wainer com o governo federal, corrupção, desvio de recursos, Partido Comunista, Aliança Nacional Libertadora, imprensa livre, rádio Nacional, recursos do Banco do Brasil
 - 2.2 Lado B: Empréstimos ao jornal *Última Hora*, ilegalidade da permanência no Brasil
- Duração da fita: A: 27min B: 25min
Data: 1954
- Resumo: Lado A: Declarações acerca da discordância em relação à continuidade da publicação do jornal *Última Hora* - que seria um meio de comunicação protetor dos poderosos -, por se negar a revelar informações importantes sobre o governo. Samuel Wainer, o dono do periódico, seria um membro da conspiração contra a independência da imprensa. Alguns acontecimentos evidenciariam a cumplicidade do jornalista com o poder federal e um exemplo disso teria sido o acidente sofrido por Lacerda na Rua Tonelero. Além disso, boatos terroristas, com o objetivo de assustar a população, estariam sendo constantemente espalhados e uma quantia significativa de dinheiro público estaria sendo dispensada de forma ilícita para Wainer, que continuaria responsável por maquiagem as atitudes indefensáveis do presidente Getúlio Vargas. São citadas, ainda, outras formas de desvio de verba estatal, tanto para cobrir dívidas do próprio Samuel Wainer, quanto para a organização de uma festa na residência de Ernani do Amaral Peixoto. Lacerda reitera que o desmonte desse esquema de corrupção era urgente. Os repórteres falam sobre a dificuldade de atender a todos os ouvintes que ligavam para a rádio para fazer perguntas e questionavam se era verdade que ele, Lacerda, pertencera ao Partido Comunista. Lacerda nega que tenha sido membro do Partido Comunista, tendo, no entanto, simpatizado e se interessado por ele e participado da Aliança Nacional Libertadora. Há ainda a argumentação de que a campanha de Samuel Wainer, sim, estaria sendo totalmente comandada pela direção do PC. Os repórteres perguntam sobre a importância da nacionalidade de Wainer. Lacerda permanece acusando-o de ser corrupto e menciona o fato de Wainer ter sido o primeiro presidente do *Jornal do Brasil*, e que não sendo brasileiro, isto seria proibido por lei. São levantadas, ainda, suspeitas sobre as indicações para empregos públicos em diferentes esferas do governo. Lacerda explica que a campanha defendida por ele era contra a impunidade e não contra Wainer e a *Última Hora*. Seu objetivo, diz ele, era que o Brasil tivesse uma imprensa livre e laica. Não havia, ainda, preocupações com a intimidade e a vida privada dos adversários. Ao ser perguntado sobre a rádio Nacional, emissora oficial do governo, Lacerda afirma que ela era a *Última Hora* do rádio. Ele ressalta a concorrência desleal desses dois meios de comunicação, sustentados pelo Banco do Brasil, em relação aos demais, que pagavam impostos honestamente. Como ilustração para o seu argumento, Lacerda expõe a situação que havia sido protagonizada por Assis Chateaubriand, havia pouco tempo. O jornalista teve um



pedido de empréstimo negado no Banco do Brasil, mesmo sendo ele o proprietário de 53 empresas registradas legalmente, enquanto Wainer, que era proprietário apenas do já citado jornal, conseguia quantias ilimitadas no mesmo estabelecimento.

Resumo: Lado B: A fala se inicia com uma série de questionamentos a respeito da situação financeira de Wainer e dos empréstimos adquiridos pelo jornal *Última Hora*. Lacerda faz acusações e insinuações sobre a falta de honestidade de Wainer e sobre o seu envolvimento escuso com o governo. São listadas algumas emissoras de rádios que só estariam funcionando por terem apoio não oficial do governo. Lacerda demonstra estar inconformado com o *habeas corpus* dado no dia anterior a Samuel Weiner, alegando que a concessão da *Última Hora* deveria ser dada a outra pessoa, com o passado menos problemático que o dele, que era estrangeiro e não deveria usufruir de tanto prestígio. Lacerda levanta, ainda, a suspeita de que a família de Wainer seria ilegal no país e que estaria envolvida em falsificações e até homicídios.

Código: BR RJAGCRJ.CL.FAM.2.024

1. Assunto 1.1 Lados A e B: Depoimento de Antônio Carlos Villaça à Sociedade de Amigos de Carlos Lacerda (SACL)

2. Temas 2.1 Lado A: Fala sobre o seu primeiro contato com Carlos Lacerda, como leitor do *Correio da Manhã* (1946) e da *Tribuna da Imprensa* (1949), sobre o carisma e a cultura de Lacerda, seu bom humor e hospitalidade, sobre o livro *Aventuras de Paraty*

2.2 Lado B: Villaça fala sobre a adoração de Lacerda pela literatura, solidão, performance nos discursos, interesse de Lacerda pela psicanálise

Duração da fita: A: 29min B: 25min

Data: [1977/1985]

Resumo: Lado A: Pelo que diz Villaça, fica claro que a trajetória política do líder da UDN foi acompanhada com atenção por ele. O primeiro encontro, em 1952, na redação da *Tribuna da Imprensa* (Rua do Lavradio, 98), teria sido proporcionado por Manuel Bandeira, que era amigo de Lacerda e teria enviado a ele uma indicação por escrito, atestando a qualidade do trabalho de Villaça, com o objetivo de facilitar a contratação dele no jornal. Lacerda teria delegado a ele a função de direcionar os suplementos do jornal, que não podiam ter nenhum vestígio de filosofia, deveriam ser práticos e enxutos, o que o assustou e fez com que ele não voltasse. Discorre sobre o reencontro dos dois numa palestra de Pedagogia, no Centro Don Vital, na época da formulação da Lei de Diretrizes e Bases (1059), onde estavam presentes vários nomes políticos importantes. Cita o livro *O nariz do morto* (1970), que fala sobre a força e o carisma de Lacerda e que foi a razão para um novo reencontro, a partir de um artigo escrito por Lacerda no jornal *Estado de São Paulo*. Conta que após uma troca intensa de elogios e cartas, Carlos Lacerda manifestou o desejo de ser seu amigo e o convidou para jantar em sua casa, momento esse que selou a cumplicidade entre os dois, que durou de 1970 a 1977. Menciona a inevitável comparação entre os interesses de Lacerda e os de Getúlio, que segundo o depoente, não se interessava por nada além de política, enquanto seu antagonista tinha um vasto conhecimento cultural, tendo vivido fundamentalmente para o poder e para as letras. Mario de Andrade teria advertido Carlos Lacerda sobre o seu talento e o aconselhado a não se deslumbrar. São feitos, ainda, comentários a respeito do seu bom humor e da sua hospitalidade. Comenta a viagem a Paraty, em 1971, que deu origem ao livro de 1974, *Aventuras de Paraty*, e os relatos das viagens a Serra da Bocanha e a Petrópolis.

Resumo: Lado B: Continuação da fala de Antônio Carlos Villaça, em que ele discorre sobre a adoração de Lacerda pela literatura. Érico Veríssimo, Manuel Bandeira, Garcia Lorca e Cassiano



Ricardo são citados como autores muito lidos por ele. Villaça diz que Lacerda era “um homem inquieto, que amava mais depressa do que a vida”. No fim da vida, Lacerda teria reclamado muito da solidão e da falta de participação política. Os discursos seriam de grande importância para ele, que ensaiava até os gestos antes de proferi-los. O interesse de Carlos Lacerda pela psicanálise também foi mencionado. Esse assunto foi tema de uma série de artigos no jornal *O Estado de São Paulo*.

Código: BR RJAGCRJ.CL.FAM.2.025

1. Assunto 1.1 Lado A: Depoimento de Antônio Carlos Villaça à Sociedade de Amigos de Carlos Lacerda (SACL)

2. Temas 2.1 Lado A: Dinâmica do governo de Lacerda, modelo para outros governantes, construção do Arquivo Municipal

2.2 Lado B: Não tem lado B

Duração da fita: A: 4min B: vazio

Data: [1977 a 1985]

Resumo: Lado A: O entrevistado, Antônio Carlos Villaça, sublinha o estilo novo de governo proposto por Carlos Lacerda, sem passividade e com dinamismo. Conta que essa nova forma de administração se tornara um modelo para os outros governantes e resultara em melhorias nas secretarias de Obras e Educação que eram cada vez vistas com mais admiração pela população e pelos políticos. Cita o exemplo da construção do Arquivo Municipal*, que era dito como fundamental para a percepção daquela maneira de governar e, além disso, também há o argumento de que se não fosse por Lacerda, o projeto não teria sido colocado em prática. Ao ser indagado sobre que mensagem deixaria para os que não tinham conhecido ou que tinham se esquecido de Carlos Lacerda, ele lembra do livro *Crime e castigo*, que defende a luta contra a mediocridade e o estudo como possibilidade de alcançar a inteligência.

Não tem Lado B

*Deve estar se referindo ao Arquivo do Estado, porque o prédio do Arquivo da Cidade (municipal) foi construído na gestão de Marcos Tamoyo, quando já ocorrera a Fusão entre os estados do Rio de Janeiro e o da Guanabara.

Código: BR RJAGCRJ.CL.FAM.2.026

1. Assunto 1.1 Lado A: Depoimento de César Hack Serôa da Motta, chefe de gabinete de Ivo de Magalhães, Engenheiro, e de Marcos Tamoyo à Sociedade de Amigos de Carlos Lacerda (SACL).

1.2 Lado B: Continuação do Depoimento de Cesar Hack Serôa da Motta, Chefe de Gabinete de Ivo de Magalhães e de Marcos Tamoyo.

2. Temas 2.1 Lado A: criação do estado da Guanabara, nomeação de Sette Câmara, falta de verbas, os P.A.s, Sandra Cavalcante, obras em Vila Isabel, qualidade das obras do governo Lacerda, permanência da equipe da Secretaria de Obras

2.2 Lado B: Tamoyo, secretário de Obras, a indústria habitacional, Sistema Nacional de Habitação, estorno de verba, túnel Rebouças, João Ricardo e o da rua Alice, construção da av. Marechal Rondon, 19 viadutos, elogios a Tamoyo, Lacerda, Enaldo Cravo Peixoto e Rafael de Almeida Magalhães

Duração da fita: A: 28min B: 30min

Data: [Década de 1980]

Resumo: Lado A: Comenta sobre a criação do estado da Guanabara (1960), sobre a nomeação de



Sette Câmara como governador e de Ivo de Magalhães como secretário de Obras. Discorre sobre a eleição de Carlos Lacerda, as mudanças no secretariado, a ausência de verbas para as obras necessárias, como as de saneamento, por exemplo, que se tornaram ainda mais urgentes com as enchentes que ocorreram no período. Menciona o trabalho junto à equipe nomeada por Lacerda no bairro de Vila Isabel, com destaque para o brigadeiro Hélio Silva, que teria sido fundamental para a estabilização da situação em que o governo se encontrava. Fala sobre a ordem do governador para que se cancelassem todos os Projetos Aprovados (P.A.s) e a discordância em relação a essa medida, que deveria então ser substituída por uma ação que facilitasse a construção por parte dos proprietários de P.A.s, nas áreas remanescentes dos seus terrenos. Comenta as visitas de Carlos Lacerda às Regiões Administrativas e aos bairros, a necessidade da permissão do coronel Fontenelle para a obtenção de material de construção, o encontro com ele e a revelação de que toda a sua vida particular e todos os seus bens haviam sido rastreados. Conta sobre o pedido de Carlos Lacerda, por meio de Enaldo Cravo Peixoto, para que ele fosse trabalhar junto à secretária de Serviços Sociais, e que ela, Sandra Cavalcante, já estaria ciente de que seria auxiliada por ele. Explica que o trabalho consistia em ler o que os assessores dela escreviam e censurar o conteúdo considerado equivocado. Conta que com isso criou ainda mais intimidade com Carlos Lacerda e a sua participação junto ao gabinete dele foi crescendo, tendo ele inclusive ajudado Sandra Cavalcante a escolher os assuntos das entrevistas que ela daria. Comenta o envio de verbas nunca antes conhecidas para o seu trabalho, as obras múltiplas em Vila Isabel, a construção de um canal, que impediu novas enchentes, e o abandono do mesmo pelas autoridades públicas, que não cumpriam a manutenção de limpeza necessária no local, desde o governo Tamoyo (1975-1979). Tece comentários sobre o fato de Carlos Lacerda ser muito bem informado. Menciona o convite para ser administrador regional, do qual declinou. Reafirma a função de engenheiro e o desagrado de Lacerda com essa decisão, que teria sido tomada na frente da imprensa. Conta sobre a visita ao palácio Guanabara, sobre o pedido a Lacerda para que reconsiderasse a solicitação, tendo como justificativa a grande amizade com Ivo de Magalhães, que teria sido demitido equivocadamente. Acrescenta que Lacerda não hesitava em enviar dinheiro para as obras e era bastante exigente com os resultados, queria qualidade e rapidez. Destaca que nunca deixou de ser atendido, e que a construção de um canal no Grajaú, por exemplo, durou apenas dois meses. Salienta que um outro dado que teria chamado a atenção de Lacerda teria sido a devolução, feita por ele, de um excedente financeiro, após a conclusão de uma obra. O depoente afirma, ainda, que Lacerda era um homem que procurava cativar as pessoas através dos sentimentos e que foi isso o que mais o impressionou nele. Muitos elogios teriam sido dispensados a ele diante do Conselho Fiscal e de outras autoridades. Isso teria sido deveras emocionante para o próprio, já que, segundo ele, sua vida profissional teria sido marcada pela honestidade. Nunca houve indicação ou qualquer tipo de ascensão duvidosa. Serôa da Motta comenta, ainda, o momento em que Enaldo Cravo Peixoto ficou doente, sendo substituído na Secretaria de Obras por Rafael de Almeida Magalhães, assessorado por dois procuradores, Dario Micelli de Abelha e Péricles Barbeito do Nascimento Vasconcelos. Nesse curto período, Rafael Magalhães tenta revolucionar a estrutura administrativa e descentraliza o poder, dando autonomia às Regiões Administrativas e nomeando Tamoyo da Silva como secretário de Obras, já que ele era o antigo diretor de Urbanização. O entendimento de que a maior parte da equipe não deveria ser modificada teria sido, então, essencial, para o sucesso das obras anteriormente iniciadas.

Resumo: Lado B: A gravação inicia-se com a fala do depoente sobre o período em que Tamoyo foi secretário de Obras. É mencionada a construção do túnel que liga a rua Barata Ribeiro à rua Raul Pompéia, em Copacabana e o fato de esse orçamento ter sido feito em meia hora. Marcos Tamoyo teria sido um homem altivo, que apesar de respeitar o governador Carlos Lacerda, não hesitava em questionar as ordens dadas por ele. Foi necessário que se trabalhasse dia e noite para que o problema de asfaltamento da cidade do Rio de Janeiro fosse resolvido. A manutenção de uma relação cordial com os ex-companheiros de governo era um costume de Carlos Lacerda, que teria



pedido que o depoente investisse na indústria habitacional e teria dito que a falta de recursos financeiros não seria problema. Ao aceitar emprestar a sua competência para esses fins, o governo cuidaria da vinda da verba necessária. Depois de uma pesquisa, Serôa da Motta comprou o terreno e conseguiu concluir a obra proposta no prazo de seis meses, tendo que ir morar em Bangu para supervisionar de perto o trabalho. Após a conclusão do projeto, ter podido devolver dinheiro ao governo foi para o depoente muito importante, por conta das muitas críticas que o Sistema Nacional de Habitação vinha recebendo. Ele conseguiu provar que aquele tipo de obra valia a pena. Ali, Serôa da Motta encerrou a sua atividade profissional. Posteriormente, Lacerda o procurou muitas vezes para pedir consultas sobre construções do seu interesse, inclusive a de um hotel em Mambucaba, praia próxima a Angra dos Reis. Serôa demonstra um grande orgulho em ter feito parte da equipe de Lacerda e elogia o governador, argumentando que nenhum outro político fez obras tão corajosas e tão bem sucedidas. Túneis como o Rebouças, João Ricardo e o da rua Alice foram colocados à disposição da população, com qualidade. Conta que a região da rua 24 de Maio foi aliviada do trânsito intenso com a construção da avenida Marechal Rondon. Comenta que foram criados o Centro Médico da rua Desembargador Isidro, na Tijuca, 19 viadutos foram construídos por toda a cidade, fazendo inclusive melhorias no subúrbio. As passarelas no Parque do Flamengo também foram construídas nesse governo. “Lacerda não era um político que conhecia a cidade pelo jornal, ele se entregava às obras, ia até elas” - diz Serôa, que atribui essa mesma qualidade a Marcos Tamoyo. Por fim, é feita uma série de elogios aos dois e ainda a Rafael de Almeida Magalhães e Enaldo Cravo Peixoto. A resolução do problema de falta de água no Rio de Janeiro por Lacerda é destacada como uma obra muito importante..

Código: BR RJAGCRJ.CL.FAM.2.027

1. Assunto 1.1 Lado A: Depoimento de Ruth Alverga, Secretária de Carlos Lacerda, à Sociedade de Amigos Carlos Lacerda (SACL)

1.2 Lado B: Continuação do Depoimento de Ruth Alverga, Secretária de Carlos Lacerda.

2. Temas 2.1 Lado A: Amizade com Lacerda, trabalho na *Tribuna da Imprensa*, enriquecimento intelectual, aumentos inescrupulosos

2.2 Lado B: Excesso de confiança de Lacerda, os bons secretários e assessores, sucessão de Lacerda
Duração da fita: A: 29min B: 18min

Data: (1977 a 1985.)

Resumo:Lado A: Ruth conta como conheceu Carlos Lacerda, que era amigo de um tio dela. Ela discorre sobre o início do trabalho na *Tribuna da Imprensa*, na gerência do jornal e da mudança para o cargo de secretária, aos 22 anos, por conta da saída da funcionária anterior, e sublinha a grande contribuição intelectual que o convívio com Lacerda proporcionou a ela. É feita menção à tentativa de prisão de Carlos Lacerda, episódio em que a sua participação teria sido fundamental para que o desfecho se desse da melhor forma. Fala sobre o prazer de trabalhar com um homem tão inteligente, que teria sempre estado mais preocupado com os textos que escrevia do que com as finanças do jornal. O entrevistador pergunta se era verdade que durante um tempo não teria havido espaço físico para ela no jornal e comenta ainda os aumentos inescrupulosos que seriam dados constantemente aos funcionários. Na resposta, (Ruth) afirma que sim, havia aumentos constantes, mas que não fugiam ao poder aquisitivo da empresa e alega ainda que era tratada com muito respeito por todos os seus colegas e pelo próprio Carlos Lacerda.

Resumo: Lado B: A fita se inicia com Ruth Alverga falando sobre o excesso de confiança que Lacerda tinha nas pessoas. Certa vez, ele teria acolhido um espião do governo acreditando que ele era professor de línguas estrangeiras. Os repórteres mencionam o “anjo bibliotecário”, espécie de



pseudônimo que Lacerda atribuía à sua intuição, sempre muito pertinente. Alverga afirma nunca ter frequentado nenhuma festa ou confraternização no palácio Guanabara e nem ter sido convidada para a inauguração da sala Cecília Meireles. São citados os maiores companheiros de Lacerda, Eliomar Baleeiro, Magalhães Pinto, entre outros. Os bons secretários também são lembrados: Lúcio Carlos Vital, Silviano Sarmiento, Rafael Magalhães, Sérgio Borges e Veiga Brito. Ainda é comentada a importância dos assessores. João Avelange e Enaldo do Cravo Peixoto. Ruth Alverga fala, ainda, sobre a tristeza que sentiu quando o governo não conseguiu eleger o seu candidato e deixa para os jovens a recomendação de que pesquisem e entendam o trabalho que teve Lacerda para construir a democracia no Brasil. Ela termina lendo um cartão escrito pelo ex-líder da UDN, em 1969, quando a cumprimentou pela sua formatura em Direito.

Código: BR RJAGCRJ.CL.FAM.2.028

1. Assunto 1.1 Lados A e B: Depoimento de Enaldo Cravo Peixoto à Sociedade de Amigos Carlos Lacerda (SACL)

2. Temas 2.1 Lado A: Convite de Lacerda para secretário de Obras, sucessão do governo do estado, falta de apoio da UDN, escolha livre da equipe, adutora do Guandu, túnel Rebouças, Parque do Flamengo, praia de Botafogo, empréstimos internacionais, BEG

2.2 Lado B inteligência e erudição de Lacerda, aptidão para idiomas, honestidade, Escola Penedo, corte da rocha na Pinheiro machado, reformas na Zona Oeste, Goulart, gigolô do povo”

Duração da fita: A: 28min B: 27min

Data: 18/09/1985

Resumo: Lado A: Partidário de Carlos Lacerda desde os tempos de estudante, secretário de Obras e Turismo no seu governo e candidato a sucessor dele no mesmo cargo, Enaldo Cravo Peixoto dá início à sua fala contando que só conheceu pessoalmente Carlos Lacerda quando este o convidou para ser presidente da FIRJAN (Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro). Ele explica que recebeu uma ligação de Ruth Alverga, secretária de Lacerda, agendando um encontro dos dois e que o objetivo de Lacerda era convidá-lo para ser secretário de Obras. Tendo ele aceitado, tomou posse em abril de 1962. Durante os quatro anos de governo, a convivência teria sido muito intensa. Veio, então, a sugestão para que Cravo Peixoto concorresse à sucessão ao governo do estado. Uma afirmativa interessante feita pelo ex-secretário de Obras, é de que Carlos Lacerda teria sido uma pessoa espetacular e um péssimo político. A justificativa seria a falta de tato do principal opositor de Getúlio Vargas com os políticos à sua volta. Ele seria honesto em suas atitudes, porém teria pouco tato com os pedidos que lhe eram feitos por possíveis aliados. Esta teria sido a razão para o apoio parcial da UDN à candidatura de Cravo Peixoto, que, segundo ele, embora consciente de que estava desfavorecido, teria concorrido com dignidade até o final da eleição. Alguns comentários sobre os postos que ocupou e as realizações que comandou também foram feitos. Cravo Peixoto sublinha o fato de só ter dado satisfações sobre os seus atos - durante o período em que esteve à frente da Secretaria de Obras -, a Carlos Lacerda, que por sua vez lhe dava a autonomia e o respaldo necessários para que conseguisse colocar em prática os seus planos. Todos os nomes que compuseram a sua equipe, com exceção de José [Lergonio?] e Armando Coelho de Freitas, teriam sido escolhidos livremente por ele, sem que houvesse qualquer indicação ou pressão externa. Coincidência ou não, ambos foram demitidos em poucos meses. Alguns exemplos de obras importantes foram destacados: a adutora do rio Guandu, recorde mundial de obra de saneamento, que teria ficado pronta dentro dos quatro anos do governo Carlos Lacerda e que obteve muito sucesso, já que diminuiu drasticamente a falta de água na cidade; o túnel Rebouças, que até aquele momento era o maior túnel urbano viário do mundo; o Parque do Flamengo, que teria sido reformado até a rua Dois de Dezembro, mantendo íntegra a praia; a praia de Botafogo, que ganhou



a areia clara da baía de Guanabara para compor a decoração da enseada; a construção do trecho da via do aterro do Flamengo, que vai da Glória ao Mourisco; obras de esgoto, entre outras. Diz ele que foi necessário pedir empréstimos internacionais e financiamentos de empresas brasileiras para que esses projetos fossem bem sucedidos. Comenta que o governador tinha uma visão empreendedora e avançada o suficiente para administrar esses apoios. Menciona, ainda, a ideia de construção da avenida Marechal Rondon, que foi idealizada num passeio de helicóptero e que se realizou com grande apoio do Banco do Estado da Guanabara. Enaldo Cravo Peixoto ressalta, ainda, que Lacerda teria lhe pedido para não aceitar qualquer dinheiro ou colaboração de empreiteiros em sua campanha, de forma que a mesma fosse limpa. Para ele, Lacerda era, acima de tudo, um homem de grande inteligência.

Resumo: Lado B: A fala se inicia com os comentários a respeito da inauguração de um parque em que Lacerda discursou e impressionou a todos pela sua erudição. A inteligência de Carlos Lacerda destacava-se sempre, segundo Peixoto. A aptidão para os idiomas era excepcional. Além disso, tece elogios ao caráter e à honestidade dele. Cravo Peixoto declara-se um grande admirador de Lacerda e diz ainda guardar uma carta dele em sua pasta. É mencionada a construção da Escola Penedo, em Copacabana, entre outras obras, com grande ênfase ao aterro do Flamengo. A reforma hidráulica da avenida Oswaldo Cruz e o corte da rocha que seccionava a rua Pinheiro Machado também são lembrados. A rua Mena Barreto, que se tornou uma terceira via de tráfego em Botafogo, e as reformas no sistema de esgoto da rua Voluntários da Pátria, que foram feitos desapropriando pouquíssimas casas, são citados. Reformas na Zona Oeste, que melhoraram a situação de vias internas entre Bangu e Santa Cruz e obras de renovação do asfalto na rua Marques de São Vicente e na rua Senador Vergueiro também constam na fala do ex-secretário de Obras. Comenta que em muitas ruas do Leblon e Ipanema, antes do governo Lacerda, o revestimento era de paralelepípedo. Os viadutos, passarelas e chafarizes diversos, construídos naquele período, são ditos como de grande importância para a cidade. Por fim, o túnel Santa Bárbara é a última obra comentada. Os apelidos dados por Lacerda, como “gigolô do povo” para João Goulart, e os empréstimos que os órgãos públicos pediam na época dele são recordados pelo entrevistado.

Código: BR RJAGCRJ.CL.FAM.2.029

1. Assunto 1.1 Lados A e B: Depoimento de Enaldo Cravo Peixoto à Sociedade de Amigos Carlos Lacerda (SACL)

2. Temas 2.1 Lado A: Obras do governo Lacerda, postes de 80m no parque do Flamengo, túnel Rubens Vaz, restauração da faixa de areia da praia de Ramos, elevatória de Lameirão, imparcialidade na concessão,

2.2 Lado B: Relacionamento com Carlos Lacerda, eleições e democracia

Duração da fita: A: 27min B: 16min

Data: 18/09/1985

Resumo: Lado A: O depoente continua falando sobre as obras do governo Carlos Lacerda, especialmente sobre o parque do Flamengo. A iluminação dessa área teria sido inovadora e, por isso, motivo de muitas discordâncias entre os arquitetos e engenheiros responsáveis pelo seu planejamento. Havia planos de se instalar postes de até 80 metros de altura, mas para evitar manifestações contrárias também por parte da Aeronáutica, o governo decidiu-se pelos de 45 metros, uma estatura maior do que a dos postes comuns (12 metros) e mais plausível para as demais autoridades. Cravo Peixoto questiona o fato de as pistas automobilísticas serem fechadas aos domingos e feriados, apesar de o parque ter cerca de 1.200.000 metros quadrados de área, dos quais 600.000 são compostos por área verde. Na opinião dele, o tamanho dos campos de futebol também



deveria ser revisto. O túnel Major Rubens Vaz, em Copacabana, é mencionado e, segundo Cravo Peixoto, o dinheiro que seria gasto com o revestimento do túnel tinha sido suficiente para que duas escolas fossem construídas, o que justificaria o seu mau acabamento. O ex-secretário de Obras comenta, ainda, a situação da praia de Ramos que, apesar de poluída, era muito frequentada pelos banhistas. A seu ver, esse não era um problema exclusivo do Brasil, já que até na França as proibições em trechos poluídos das orlas marítimas eram desrespeitadas. Por conta disso, a restauração da faixa de areia teria sido necessária. A licitação para a construção do túnel Rebouças também foi abordada. A concessão para as obras teria que ser dada a uma empresa que conseguisse cumprir a meta de três anos para a finalização da obra e Lacerda não teria adotado critérios pessoais para fazer a escolha, tendo contratado, inclusive, um prestador de serviços com quem não se dava. A elevatória de Lameirão, obra que obteve inclusive destaque internacional por bombear água a 110 metros de altura, também é lembrada por Peixoto como exemplo de imparcialidade na escolha da empresa que receberia a concessão. O encerramento das atividades do Mercado Municipal é elogiado, por ter proporcionado uma melhoria sensível na infraestrutura do centro do Rio de Janeiro.

Resumo: Lado B: Enaldo Cravo Peixoto fala do seu relacionamento com Carlos Lacerda, que teria sido marcado pela lealdade, respeito e franqueza. Na opinião dele, Lacerda teria sido um espírito evoluído. Não tinha vícios de linguagem, não tinha o costume de falar gírias, tinha facilidade com inglês e francês e era forte fisicamente. Cravo Peixoto lê a carta enviada a ele por Lacerda na ocasião do prêmio Paulo de Frontin, em seis de junho de 1976. A mensagem que deixa sobre Carlos Lacerda aos jovens de hoje é a de que apesar das decepções, deveriam continuar dando muito valor às eleições e à democracia, que foram tão importantes na luta de Lacerda. Ele aconselha, ainda, que estudassem e escolhessem com cuidado os candidatos a qualquer função pública.

Código: BR RJAGCRJ.CL.FAM.2.030

1. Assunto 1.1 Lados A e B: Depoimento de Walter Cunto, Assessor de Comunicação de Carlos Lacerda, à Sociedade de Amigos de Carlos Lacerda (SACL)

2. Temas 2.1 Lado A: Lacerda grande intelectual e grande figura humana, diretor de jornal, *Tribuna da Imprensa*, escola de jornalismo”, gestos delicados de Lacerda, coluna no *Correio da Manhã*, coluna na *Tribuna da Imprensa*, organização do acervo Carlos Lacerda

2.2 Lado B: Campanha Lacerda, o improvisado, melhor governo da história, as ideias de Lacerda, Vila Kennedy, Vila Aliança, saúde, política econômica, educação, concursos públicos, remoção de favelas, excursão às obras do Guandu, manifesto da Frente Ampla

Duração da fita: A: 29min B: 29min

Data: 29/04/1985

Resumo: Lado A: O depoente (Walter Cunto) inicia sua fala contando como conheceu Carlos Lacerda, lendo um artigo seu no *Correio da Manhã*, aos 17 anos. Posteriormente, quando veio morar no Rio de Janeiro, foi funcionário do *Diário Carioca*. Conta que era nítida, ainda, a recordação do dia 27 de dezembro de 1949, data do lançamento da *Tribuna da Imprensa*, que funcionou por algum tempo numa sala do edifício Dark, no Centro do Rio. A princípio, a maioria dos funcionários era jovem, tendo cerca de 22 anos, enquanto Lacerda tinha 33. Sua primeira reportagem ali foi sobre uma casa de irmãs de caridade, em Botafogo, que recolhia mulheres pobres nas ruas e as indicava para serem empregadas domésticas. Carlos Lacerda representava, na redação do jornal, além de um grande intelectual, uma grande figura humana que tratava a todos como colegas, sem ressaltar a sua imagem de diretor. Era comum, por exemplo, vê-lo de manhã cedo, antes do horário de chegada da equipe, batendo à máquina reportagens que ele mesmo tinha feito



durante a noite. São feitos elogios à coragem e a facilidade verbal de Lacerda e diz também que a *Tribuna da Imprensa* não foi uma grande empresa, mas foi a melhor escola de jornalismo da época, bastando ver como estavam atualmente as pessoas que lá trabalharam. São lembradas as campanhas feitas no periódico no tempo em que o depoente foi funcionário, uma de estímulo à solidariedade, outra contra os policiais corruptos e a última contra a *Última Hora*. Ressalta, ainda, que Lacerda era muito leal aos seus amigos, mas não hesitava em criticá-los quando julgava necessário, o que teria feito com que muitas pessoas se afastassem dele. A timidez é outra característica sublinhada por Cunto em Lacerda. As visitas à casa de Carangola e alguns gestos delicados de Lacerda também são recordados. Um fato importante que também é contado pelo ex-compadre de Lacerda é a fundação da *Tribuna da Imprensa*. Ele explica que o líder da UDN tinha uma coluna no jornal *Correio da Manhã*, denominada “Na tribuna da imprensa”, desde a Constituinte de 1946. Logo o espaço começou a ser utilizado para questionar o governo e o segundo artigo de protesto deixou de ser publicado, o que fez com que ele saísse do jornal. Lacerda pediu, então, a Paulo Bittencourt, diretor do jornal, que desse uma satisfação pública a respeito da sua saída e este o fez, explicando que lamentava muito a saída do companheiro e argumentando que naquele periódico ele tinha toda a liberdade para falar de quem quisesse, contanto que não ofendesse os amigos dele. Posteriormente, os dois voltaram a ser amigos e na ocasião do lançamento da *Tribuna da Imprensa*, Bittencourt, inclusive, expressou apoio a Lacerda. Por fim, o depoente sinaliza a dificuldade que tinha para organizar o acervo documental de Carlos Lacerda, por conta da grande variedade de assuntos abordados nos artigos e discursos do ex-político.

Resumo: Lado B: O depoente inicia a sua fala explicando a campanha de Carlos Lacerda, que teria sido ao estilo dele, sem sequência e com muitos improvisos. A vitória apertada é atribuída à falta de união da oposição. Comenta que graças a esse fator, o Rio de Janeiro pôde ter o melhor governo da sua história. O governo teria herdado o estado com um orçamento muito ruim. O convite para a Assessoria de Imprensa da campanha teria vindo de Wilson Machado, comandante da PANAIR, que viajou muito para a Europa durante o período de propaganda eleitoral, mas que depois acabou tendo que escolher trechos mais curtos, como Buenos Aires, por conta do baixo orçamento disponível. O depoente explica que parou de receber o seu salário pela *Tribuna da Imprensa* graças ao pouco dinheiro que restou após as eleições. No entanto, para ele, o esforço para propagar as ideias de Lacerda não teria sido em vão. Diz ele que as Administrações Regionais, por exemplo, passaram a ser mais discutidas e bem aceitas. Para o ex-assessor de imprensa, as grandes obras de Lacerda teriam sido de cunho social, Vila Kennedy e Vila Aliança, entre outras. Explica que se o projeto original tivesse sido seguido, chegar-se-ia a uma boa solução para a população de baixa renda. É feita a defesa das atitudes do governo em relação à saúde (hospital Souza Aguiar), à política econômica (BEG ou BANERJ, posteriormente) e à educação, com a criação de escolas (média de uma sala de aula por dia), concursos públicos e um rodízio de alunos que acabou com as filas para matrícula em todo o estado. São narrados casos de pessoas que moravam em espaços minúsculos e de cidadãos a beira da morte, sem ter a quem recorrer em diversas favelas do estado, que Lacerda aprendeu a conhecer bem e esperava melhorar essa situação, levando-os para os novos conjuntos habitacionais. Comenta que a transferência não era feita a força, como muitos diziam, pois havia um trabalho de conscientização da população, com assistentes sociais capacitados para ajudar a quem precisasse. Além disso, o argumento muito utilizado pela oposição de que aquelas pessoas teriam sido levadas para um local distante de onde trabalhavam, também é visto por ele como vazio, afinal, diz ele, muitas pessoas que já moravam na Zona Oeste trabalhavam no Centro e não deixavam de conseguir chegar lá, por conta da distância. Outros residiam em bairros próximos ao Centro e trabalhavam no subúrbio. Isso não seria anormal. Em relação às obras do rio Guandu, Lacerda lamentava o fato de que, após a conclusão, não se poderia ver nada, por conta da inundação. Foi, então, que se fez o convite à população para que fosse conhecer as instalações antes do término, aproveitando que as máquinas ainda estariam visíveis. Houve uma aceitação maciça ao convite.



Dezessete ônibus chegaram a sair a cada sábado para ir fazer a visita. As excursões passaram a ser utilizadas como propaganda das demais obras feitas pelo governo, Parque do Flamengo, túnel Rebouças e outras, até chegar ao Guandu. Na Assessoria de Comunicação do governo, o depoente teria sido o único responsável, inicialmente. O trabalho de divulgação das melhorias no estado da Guanabara logo se tornou um embrião da campanha para a presidência da República. É dito, ainda, que Lacerda era muito presente em todos os âmbitos do governo. Ele teria sido o seu próprio secretário de Obras, de tão bem que conhecia cada projeto em execução na cidade. As seguintes situações são narradas com o objetivo de ilustrar a coragem de Carlos Lacerda: Numa visita à Faculdade de Filosofia, sabendo que a sua entrada seria problemática por conta da grande quantidade de estudantes de esquerda que tentariam impedi-lo, Lacerda decidiu ir sozinho e ao chegar debateu ideias de forma enfática com Pedro Calmon. Numa rebelião num presídio, certa vez, ele também entrou sozinho no pátio e os presos o respeitaram e se dispuseram ao diálogo. Numa greve bancária, por fim, ele abriu as portas de diversos bancos à revelia dos manifestantes. Lacerda não temia pela sua segurança. Ele se dizia um mau político e na opinião do depoente, era o oposto completo de Tancredo Neves, que fazia uma espécie de política “mineira”, muito baseada nos bastidores e segredos. Lacerda era aberto, e isso, para o depoente, no Brasil, é ser um bom político. É dito ainda que Lacerda tomava posições coerentes, não hesitava em criticar ou elogiar os companheiros ou adversários. Na sua opinião, o mais difícil debate de Lacerda teria sido com João Goulart, que passou por cima das acusações recebidas com grandeza. Sobre a Frente Ampla, o depoente diz que o manifesto foi redigido por Lacerda. Ao ler para os seus amigos, em sua casa de Teresópolis, foi incompreendido pela maioria. O que acontece é que a visão de Carlos Lacerda era muito evoluída e ele enxergava à frente, atitude difícil para os demais.

Código: BR RJAGCRJ.CL.FAM.2.031

1. Assunto 1.1 Lado A: Depoimento de Walter Cunto, Assessor de Comunicação de Carlos Lacerda, à Sociedade de Amigos de Carlos Lacerda (SACL) – Parte 2

1.2 Lado B: Sem gravação

2. Temas 2.1 Lado A manuscritos de Lacerda, vitória da democracia, elogios ao brigadeiro Eduardo Gomes

2.2 Lado B: Não tem lado B

Duração da fita: A: 05min B: vazio

Data: 29/04/1985

Resumo: Lado A: O depoente inicia a sua fala contando sobre os escritos de Carlos Lacerda em livros e cadernos, em diversas situações da sua vida, quando foi preso ou em viagens, por exemplo. Havia também desenhos e cópias de trechos de textos de que ele gostava. O depoente diz ter consigo, além de muitos desses manuscritos, alguns documentos e discursos do ex-líder da UDN. Em um discurso posterior à eleição de 1945, Lacerda teria versado sobre a derrota da UDN nas urnas, alegando que a democracia em si já era uma vitória e que nessa luta ele se considerava vitorioso. São feitos, ainda, elogios ao brigadeiro Eduardo Gomes e ditas algumas palavras de esperança em relação ao futuro e de estímulo à vigilância constante da população sobre os governantes.

Código: BR RJAGCRJ.CL.FAM.2.032



1. Assunto 1.1 Lados A e B : Depoimento de Carlos Lacerda através de Ligação Telefônica
2. Temas 2.1 Lado A: Apoio aos militares, “Revolução libertadora do Brasil”, prisão de Miguel Arraes, saída de João Goulart para o Uruguai, elogio à Marinha, crítica ao apoio aos líderes sindicais, cerco ao palácio da Guanabara, solicita ajuda ao povo, críticas ao almirante Aragão
- 2.2 Lado B: Continuação da ligação telefônica, repórter pede que Lacerda fale ao povo de Minas, os comunistas, fim do governo João Goulart

Duração da fita: A:28min B:25min

Data: Lados A e B: 1964

Resumo: Lado A: Discurso de Carlos Lacerda, em abril de 1964, em que ele justifica o apoio dado aos militares no que chama de “Revolução libertadora do Brasil”. O ex-líder da UDN afirma ter orgulho de ser amigo dos generais que estavam comandando a ação, e que, para ele, afastaria definitivamente os ideais socialistas do país. A prisão de Miguel Arraes, governador de Pernambuco, e a saída de João Goulart do estado da Guanabara rumo ao Uruguai são comemoradas por Lacerda, que faz repetidos elogios à Marinha nacional, alegando que em nenhum outro lugar do mundo os marinheiros teriam o direito de estudar, só no Brasil. Lacerda condena a revolta dos fuzileiros navais e acusa João Goulart de ter agido de forma equivocada ao aceitar as reivindicações deles. São feitas, ainda, críticas a outros aspectos do governo Jango, principalmente no que dizia respeito ao apoio aos líderes sindicais, chamados por Carlos Lacerda de pelegos. É anunciada a chegada, em poucas horas, ao Rio de Janeiro, de uma parte das tropas revolucionárias vitoriosas. Há uma interrupção no discurso repentinamente e o ex-governador passa a pedir ajuda, chamando a atenção para o fato de o palácio Guanabara estar sendo atacado por comunistas, naquele exato momento. Lacerda pede, então, que as pessoas se recolhessem às suas casas e apartamentos e tenta tranquilizar o que chama de “boas famílias cariocas” com o argumento de que muitos subversivos já teriam sido presos. São evocadas palavras de cunho cristão e se inicia um apelo para que o povo carioca ajude a salvar um governador honesto (ele próprio) das mãos dos comunistas. É feito o aviso de que cada um que tentasse invadir o palácio Guanabara morreria “como um rato na calçada”. Lacerda afirma que ele e os militares que faziam a guarda dele não queriam matar, mas estavam prontos para não morrer. Consecutivas ameaças são feitas aos fuzileiros navais rebelados, que “deveriam se unir aos seus irmãos policiais militares” na defesa de um Brasil democrático. Por fim, são atribuídos adjetivos como “assassino” e “traidor” ao almirante Aragão, líder dos marinheiros rebelados e novas ameaças a ele são feitas.

Resumo: Lado B: Continuação da gravação telefônica do dia 01 de abril de 1964, quando um radialista mineiro tenta falar com Carlos Lacerda para confirmar o apoio do estado da Guanabara aos militares, que tinham acabado de tomar o poder. O radialista parece se desentender com a telefonista que não consegue o telefone do palácio da Guanabara, para que ele pudesse retomar a sua conversa com o governador. São feitas diversas tentativas e o radialista afirma que o estado de Minas Gerais aguardava ansiosamente a mensagem de Lacerda. O momento é definido como “dramático” pelo locutor. São repetidas as informações sobre a prisão de Miguel Arraes e os elogios aos comandantes que estavam liderando o movimento. São noticiadas as consecutivas renúncias e afastamentos dos membros do governo de João Goulart, chamados pelo locutor de “comunistas”. É declarado extinto o comunismo no Brasil e muitas homenagens aos generais permanecem sendo feitas.

Código: BR RJAGCRJ.CL.FAM.2.033

1. Assunto 1.1 Lados A e B: Depoimento de Alcino Salazar, Ex-secretário de Justiça do Governo Carlos Lacerda, à Sociedade Amigos de Carlos Lacerda (SACL) -Parte 2
2. Temas 2.1 Lado A: Críticas aos serviços judiciais, construção do palácio da Justiça por Lacerda, obstáculos antepostos a Lacerda



2.2 Lado B: Alcino Salazar continua falando das relações de Lacerda com o Tribunal

Duração da fita: A: 26min B: 11min

Data: 16/05/1985

Resumo: Lado A: No início de sua fala, ele diz que o Departamento de Justiça do Distrito Federal era desprezado anteriormente. São listados os edifícios que abrigavam os serviços judiciais do período. As instalações são criticadas. O ano de 1931 é lembrado como marco dessa percepção. Os presidentes dos tribunais, em grande parte, não reclamavam da falta de estrutura latente porque não queriam perder o direito à indicação de cargos públicos. A população crescia e o número de cartórios permanecia o mesmo, o que causava um atraso ainda maior no trabalho dos juízes e demais funcionários dessa área. Havia ações que demoravam mais de vinte anos para serem resolvidas, por exemplo. Ele afirma que Carlos Lacerda se empenhou em construir o palácio da Justiça num terreno novo e de forma séria e apropriada. O governo federal, segundo Salazar, além de não repassar recursos para Lacerda, ainda dificultava o recebimento de outras verbas pelo governo do Distrito Federal. Os engenheiros e os arquitetos escolhidos para planejar a obra foram instruídos a levar em consideração as características políticas e espaciais da cidade. O resultado foi que os pedidos de *habeas corpus* e mandados de segurança passaram a ser concluídos tão rapidamente que não havia praticamente mais fila de espera. A qualidade dos demais serviços prestados pelo Ministério da Justiça teria subido consideravelmente graças a atenção dada por Lacerda.

Resumo: Lado B: Alcino Salazar, a fala inicia seu depoimento explicando que Lacerda tinha boas relações com o Tribunal, com os juízes e demais autoridades do Ministério da Justiça. Explica que não houve casos de indicação por parte do governo ou pressão sobre qualquer decisão judicial. Salazar fala que tinha o dever de ser imparcial e acrescenta que muitas inimizades foram feitas por conta disso. Havia membros do governo, cujos nomes ele não cita por valores éticos, que não entendiam a separação legítima dos poderes.

Código: BR RJAGCRJ.CL.FAM.2.034

1. Assunto Depoimento de Alcino Salazar, Ex-secretário de Justiça do Governo Carlos Lacerda, à Sociedade Amigos de Carlos Lacerda (SACL) – Parte 1

2. Temas 2.1 Lado A: Convite de Lacerda para que Salazar ocupasse a Justiça, discordâncias com Lacerda, túnel Rebouças, concursos ao invés de indicações

2.2 Lado B: Nepotismo na Justiça, concurso público, Lacerda presidente do Brasil

Duração da fita: A: 27min B: 27min

Data: 16/05/1985

Resumo: Lado A: A fala tem início com Salazar explicando que conheceu Carlos Lacerda durante a campanha que este último tinha feito contra a ditadura. (Vargas) O primeiro diálogo dos dois foi por conta de uma fraude descoberta no gabinete da oposição. O convite para a Secretaria de Justiça, segundo Salazar, foi feito por Lacerda quando fundou o estado da Guanabara. Nunca teria havido, segundo o ex-secretário, qualquer tipo de interferência do Poder Executivo na sua função. Conta que houve, sim, momentos de discordância, mas nunca uma censura por parte de Lacerda às suas opiniões e atitudes. Quanto às acusações de que Carlos Lacerda fosse um homem teimoso e irascível, Salazar nega sumariamente e afirma que o ex-líder da UDN era muito acessível e respeitoso em relação à opinião de seus colegas. A construção do túnel Rebouças é exemplificada por ele como uma obra de estímulo à integração social da cidade, por tornar a Zona Sul e a Zona Norte mais próximas. Como homem público, Lacerda se distinguia pelos ideais e buscas de soluções para o Brasil. Nunca teria havido conduta do ex-governador que priorizasse os interesses



peçoais em detrimento dos que fossem para o bem do estado. Mesmo quando as suas ambições políticas eram ameaçadas, Lacerda era honesto e imparcial na atividade do serviço público, tendo inclusive organizado concursos de seleção para cargos públicos, ao invés de pedir indicações para os mesmos.

Resumo: Lado B: No início da gravação, Salazar fala sobre três juizes que ele selecionou em um concurso do qual fazia parte da banca e diz que tendia a confiar na integridade deles. Carlos Lacerda, que segundo ele, era um homem muito honesto, surpreendeu-se quando foi pedida a exoneração desses magistrados. Conta que, no entanto, posteriormente, a competência e a idoneidade deles foi comprovada e que um deles, inclusive, ocupava então um cargo de alta patente no Ministério da Justiça. Outro caso narrado por Salazar foi o de que, devido à grande competição pela Procuradoria do Estado no Distrito Federal, em virtude da alta remuneração paga a seus funcionários, muitos juizes e desembargadores tentavam utilizar o seu poder para indicar seus filhos para a função, tendo sido particularmente difícil para Carlos Lacerda o combate ao nepotismo. Na época da sua entrada no governo do estado da Guanabara, havia cerca de 150 procuradores gerais do estado, sendo que apenas 30 trabalhavam. Lacerda, então, teria sondado Salazar para saber se ele podia tomar conta daquela área e moralizar a situação que ali se encontrava. Salazar fez questão de cumprir a lei que exigia que houvesse concurso para a Procuradoria da República. É dito, ainda, que Lacerda teria transformado a Guanabara, que estava em franca decadência, no segundo maior estado brasileiro. O antigo costume brasileiro de fazer política com base em surtos demagógicos e trocas de favores, segundo Salazar, não se aplicava ao ex-líder da UDN. Por fim, o secretário de Justiça afirma que se tivesse sido presidente da República, Carlos Lacerda teria tido prestígio internacional.

Código: BR RJAGCRJ.CL.FAM.2.035

1. Assunto 1.1 Lados A e B: Aula de Francês

Duração da fita: A: 28min B: 28min

Data: (1960/2005)

Código: BR RJAGCRJ.CL.FAM.2.036

1. Assunto: 1.1 Lado A: Entrevista de Sobral Pinto, Advogado, Professor, Jurista e Líder Católico, à Sociedade de Amigos de Carlos Lacerda (SALC)

1.2 Lado B: Sem gravação

.Duração da fita: A: 27min B: vazio

Data: (1985)

Resumo: Lado A: Logo no início, Sobral Pinto conta que conheceu Carlos Lacerda como jornalista, na época em que ele era comunista e escrevia no *Correio da Manhã*. São feitos elogios rasgados aos artigos escritos por Lacerda, inclusive os que defendiam a cultura marxista. Sobral recorda-se de ter enviado a Lacerda uma carta em que argumentava contra o marxismo, explicando que essa ideologia seria a responsável pela disseminação da violência no mundo. Isso teria sido no início dos anos 1930. Sobral Pinto recorda as defesas que fez de Carlos Lacerda e mostra orgulho por seu cliente e amigo nunca ter sido condenado. Os casos mais importantes, na sua opinião, foram os que envolviam Getúlio Vargas e o que o acusava de ter planejado uma desmoralização de Mendes de Moraes. São feitos comentários sobre Lacerda ter deixado de lado o comunismo por obra de Deus,



que teria lhe mostrado o caminho do bem.

Código: BR RJAGCRJ.CL.FAM.2.037

1. Assunto 1.1 Lado A: Depoimento de Armando Falcão para a Sociedade de Amigos Carlos Lacerda (SACL) - Parte 2

1.2 Lado B: Sem gravação

2. Temas 2.1 Lado A reunião de congressistas na casa de Lacerda, militares perseguiram Lacerda

2.2 Lado B: Não tem lado B

Duração da fita: A: 04min B: vazio

Data: [1985]

Resumo: Lado A: A gravação se inicia com o depoente contando sobre uma reunião que se realizou em sua casa, com cerca de 30 congressistas, entre eles Rafael de Almeida Magalhães, Mendes de Moraes e Joaquim Ramos. Um dia antes, Costa e Silva havia se tornado presidente da República e teria tido um desentendimento com Almeida Magalhães. Carlos Lacerda começou a ser procurado para dizer se havia desistido da “Revolução”. Os militares procuravam indícios escritos contra o ex-líder da UDN.

Código: BR RJAGCRJ.CL.FAM.2.038

1. Assunto 1.1 Lados A e B: Depoimento de Armando Falcão para a Sociedade de Amigos Carlos Lacerda (SACL) – Parte 1

2. Temas 2.1 Lado A: Campanha para eliminação da seca no Nordeste, investigação jornal *Última Hora*, CPI, liberdade de imprensa, talentos de Lacerda, Lacerda presidente, Castelo revolucionário, governo parlamentarista

2.2 Lado B: cassação de Lacerda, fechamento do Congresso, intervenção federal no Rio grande do Sul, estado de sítio

Duração da fita: A: 28min B: 28min

Data: [1985]

Assunto: Lado A: O depoente fala sobre ter conhecido Carlos Lacerda numa viagem de avião, de Fortaleza para o Rio de Janeiro, durante a campanha pela eliminação da seca no Nordeste, que contava com a participação de ambos. Ali nasceu um relacionamento no qual nem sempre houve concordância mútua. Os “altos e baixos” eram comuns, segundo o entrevistado. A ideia de se iniciar uma investigação sobre os benefícios que o governo dava ao jornal *Ultima Hora*, uniu os dois. O objetivo de preservar a liberdade de imprensa no Brasil era o ponto chave para a Comissão de Inquérito Parlamentar, iniciada por eles. Alguns deputados participaram dessa comissão, que teria sido a causa principal para a queda de Getúlio Vargas, embora o depoente deixe claro que o suicídio do presidente não era almejado por nenhum deles. Após esse período, a relação do depoente com Lacerda estreitou-se e ele se engajou na campanha de seu colega para o governo do estado. São feitos elogios ao grande talento de Lacerda para escrever e discursar e, além disso, são citadas outras qualidades como honestidade e dignidade. Lacerda, no entanto, tinha atitudes muito impulsivas, o que, na opinião do depoente, fez com que ele não tivesse tido a oportunidade de chegar à Presidência da República. É dito, por exemplo, que Carlos Lacerda seria o candidato que Castelo Branco queria que o sucedesse, mas que por conta do envolvimento em intrigas da oposição, essa chance se perdeu. Ao ver do depoente, Lacerda foi envenenado por pessoas que



queriam combater o presidente Castelo Branco e, por conta disso, cometeu equívocos graves contra esse homem, que aqui é chamado de revolucionário. Teria sido a partir desse rompimento que a vida política do ex-líder da UDN começou a ruir. O depoente afirma que Lacerda faz falta ao país, tanto como jornalista, quanto como político. São destacadas a energia e a modernidade que direcionaram o seu governo, no estado da Guanabara. O depoente sustenta que convergiu com Lacerda como oposição ao governo Vargas, quando se colocou contra a posse de João Goulart e quando apoiaram a revolução de 1964. É mencionada, ainda, a decisão sugerida por Afonso Arinos de Melo Franco de tornar o sistema de governo parlamentarista, com o objetivo de limitar o poder de Jango, atitude essa apoiada por Armando Falcão.

Resumo: Lado B: A gravação começa com Armando Falcão explicando que Castelo Branco nunca teria sido a favor da cassação de Carlos Lacerda, por duas razões: o esforço do ex-líder da UDN em fazer vitoriosa a “Revolução” e por não querer parecer revanchista diante da população, por conta dos insultos e críticas que lhe eram direcionados pelo mesmo. Falcão diz não saber quem votou a favor da cassação de Lacerda. Ele teria ouvido dizer que quem mais estimulou Costa e Silva a tomar essa atitude definitiva foi o general Rogério Portela. Há uma interrupção e outra entrevista começa a ser gravada. Falcão fala sobre a sua reconciliação com Carlos Lacerda, após a participação dele num programa de televisão. No final da atração, o presidente da Câmara teria feito uma ligação questionando as denúncias graves feitas ali e pedindo uma definição da posição política do entrevistado (queria saber se ele partiria para a oposição, como tinha feito Lacerda, ou se permaneceria aliado ao governo). Após algum tempo, ele decidiu sugerir ao líder da Câmara que fosse cuidadoso com acusações feitas por Lacerda, que diziam respeito ao fechamento do Congresso. O líder da Câmara decidiu, então, agir e convocou o deputado José Maria Alckmin, companheiro político de Jânio Quadros, para depor. É mencionada ainda a frase dita pelo deputado Pedro Aleixo: “Eu não admito ser réu num Congresso em que eu quero ser o juiz”. É falado que Jânio Quadros, quando era presidente, sabia que João Goulart teria problemas para ser empossado presidente da República e inclusive por isso ele teria apoiado não oficialmente a candidatura “Jan-Jan”, em que ele seria o presidente e Goulart o vice. No entanto, se já havia uma grande restrição a Jango como vice e se para que ele se tornasse presidente, quando Quadros renunciou, o sistema de governo teve que se tornar parlamentarista para limitar os seus poderes, no momento em que ele recuperou a autonomia, o medo de que ele permanecesse por mais cinco anos no poder foi enorme. Teria sido sugerido a Armando Falcão que ele assumisse o Ministério da Justiça, mas ele hesitou e colocou duas exigências, uma era a intervenção federal no Rio Grande do Sul e a outra era a decretação do estado de sítio em todo o país.

Código: BR RJAGCRJ.CL.FAM.2.039

1. Assunto 1.1 Lados A e B: Entrevista do General Salvador Mandim, Ex-secretário de Segurança do Governo Lacerda, para a Sociedade de Amigos de Carlos Lacerda (SACL)
 2. Temas 2.1 Lado A: Substituição dos bondes, venda dos trilhos à CSN, os “azulões”, objetivo turístico, terminal da praça Mauá, poucas verbas no novo estado, construção da rodoviária, colaboração dos militares, defesa do estado da Guanabara
 - 2.2 Lado B: Resistência dos militares, cerco ao Palácio Guanabara
- Duração da fita: A: 29min B:12min
Data: [1985]

Resumo: Lado A: O depoimento inicia-se com o entrevistado, Salvador Mandim, falando a respeito da substituição dos bondes pelos ônibus, na cidade do Rio de Janeiro. Os ônibus elétricos são citados como uma estratégia que foi pensada para melhorar a situação dos transportes, mas é



lembrado que, para que haja eficiência nesse tipo de veículo, os trajetos devem ser retos. O que ocorreu foi que se passou a aproveitar os caminhos percorridos pelos bondes para esses “*troller bus*”, e eles acabaram por não se fixar como alternativa aos automóveis movidos a óleo diesel. Começou-se, então, a pensar em uma forma de financiamento das Mercedes Benz e para isso se decidiu pela retirada dos trilhos dos bondes do chão das ruas, que seriam vendidos para arrecadar dinheiro. As garagens de bondes precisariam ser transformadas e muitas outras obras nas ruas teriam que ser feitas. Havia muitas empresas que concorriam na licitação dessas obras, com as mais diferentes propostas. Um bilhão de cruzeiros foram arrecadados na venda dos trilhos à CSN (Companhia Siderúrgica Nacional) e os primeiros ônibus, os “*azulões*” começaram a circular pela cidade. No Alto da Boa Vista, no entanto, os bondes foram preservados com objetivo turístico. Isso não se manteve nos demais governos, o que é considerado lamentável pelo depoente. Os bancos e as madeiras dos bondes foram aproveitados, assim como as oficinas de triagens. Alguns bondes foram doados para instituições de caridade, outros ficaram nas praças públicas, podendo ser visitados por qualquer um que ali passasse. Os governos posteriores, entretanto, não se preocuparam em conservá-los e esse tipo de enfeite praticamente extinguiu-se. É mencionada, então, a rodoviária “*Novo Rio*”. Esse projeto teria nascido por conta do anseio de Carlos Lacerda por melhorar a vida da população. O terminal da praça Mauá encontrava-se em péssimas condições, mas não havia dinheiro para mais uma obra. A cidade do Rio de Janeiro apresentava um crescimento muito rápido e sofria com os resquícios do Distrito Federal. As instituições aqui existentes eram, em grande maioria, do poder federal. O estado em si tinha poucas posses. Começou-se a pensar na utilização de terrenos devolutos para a construção de um novo terminal. A área da Avenida Brasil, onde hoje se encontra a Vila do João, foi a primeira a ser estudada. Uma parte do cais do porto depois também foi cogitada. A avenida Francisco Bicalho acabou sendo escolhida, por ser considerada próxima dos principais pontos da cidade. O Corpo de Bombeiros que existia ali foi demolido com a ajuda do Exército. O trânsito precisou ser interrompido para que se pudesse implodir a estrutura do prédio com dinamite. A construção da rodoviária se deu sem recursos diretos do governo. Os espaços foram divididos e arrendados para diferentes empresas. A obra foi feita com instalações hidráulicas aparentes, para facilitar o conserto, quando fosse necessário. A inauguração se deu no dia 06 de janeiro de 1965, às 09:00 horas, pelo então governador Rafael de Almeida Magalhães. Durante a madrugada do dia anterior, os generais trabalharam juntos com os demais operários para limpar o piso e finalizar os últimos retoques. As antigas oficinas da LIGHT foram fundamentais para a obra. Era lá que os metais e as madeiras eram trabalhados e organizados de acordo com a demanda do novo terminal. Foram apenas 165 dias de obra. O entrevistador pergunta ao general Salvador Mandim sobre a colaboração dos militares na construção da rodoviária e ele responde que houve muita satisfação das Forças Armadas em participar daquele processo. O general (secretário de Segurança) diz, ainda, que Lacerda nunca levantou a voz para falar com ele, ao contrário, ele expressava muito carinho e respeito. Sobre a sua colaboração no movimento de 1964, Salvador Mandim explica que foi condutor da defesa no estado da Guanabara, por conta da sua experiência na Segunda Guerra Mundial. Ele acreditava que não havia uma estrutura de resistência séria mas, que se tivesse havido, a defesa seria complicada, pois a preparação do Exército não era a melhor.

Resumo: Lado B: Havia planos para o lançamento de coquetéis molotov e combinações com alguns vizinhos civis e com os caminhões de lixo da redondeza. Por muito tempo na fita se discute a capacidade de resistência dos militares, mas a conclusão a que se chega é a de que, realmente, seria complicado enfrentar um ataque dos opositores da “*Revolução*”. É dito que houve um momento em que se permitiu que os que quisessem desistir saíssem pela rua Farani, em Botafogo. Acreditava-se, de fato, que o palácio Guanabara seria alvo dos manifestantes. Houve choro no Hino Nacional e na chegada dos tanques, acreditava-se que as tropas oficiais estariam a favor de Jango, o que não aconteceu. Fala-se sobre a emoção de Lacerda pelo fim vitorioso da ação que instaurou o governo militar e são feitos muitos elogios a ele como líder político e ser humano. Salvador Mandim fala,



ainda, sobre o patriotismo e a honestidade daquele que, no seu entender, foi o seu maior chefe e o nosso maior estadista..

Código: BR RJAGCRJ.CL.FAM.2.040

1. Assunto 1.1 Lado A: Depoimento de Armando Abreu para a Sociedade de Amigos de Carlos Lacerda (SACL)

1.2 Lado B: Sem gravação

2. Temas 2.1 Lado A: Moralização da administração pública, sopa para mendigos, recolhimento de menores, doação americana, água, esgoto e eletricidade para as favelas, urbanização versus remoção, associações de moradores, críticas a obras no Pavão/Pavãozinho, Vila da empregada doméstica, Vila Aliança, Vila Kennedy

2.2 Lado B Não tem lado B

Duração da fita: A: 23min B: vazio

Data: [1985]

Resumo: Lado A: Depoimento do doutor Armando de Abreu, em que ele explica a sua atuação na SEFA, instituição responsável pelos abrigos públicos e favelas no governo Carlos Lacerda. É dito que a professora Sandra Cavalcante, ao criar a Secretaria de Serviços Sociais, tinha o objetivo de moralizar essa área da administração pública. Foi criada nesse momento a distribuição de sopa para os mendigos, com alimentos doados por alguns supermercados, e teve início uma tentativa de conscientizar essa população marginal a respeito da higiene pessoal. Além disso, os menores eram recolhidos para espaços monitorados por assistentes sociais preparadas para fazer um trabalho sério em relação ao mau comportamento e à falta de educação total deles, que não eram liberados enquanto não se recuperassem. Abreu acredita que o menor bandido tem que ser tratado como tal. Apesar de todas essas questões, eram as favelas o maior problema. O governo Carlos Lacerda havia recebido uma doação norte-americana para que levasse água, eletricidade e esgoto às favelas. Havia a recomendação para que uma comunidade fosse urbanizada e outra fosse removida para um bairro onde houvesse infraestrutura para receber as famílias de forma decente. Foram, respectivamente, a favela da Vila Proletária da Penha e a da Vila Aliança. Para Abreu, Lacerda se aprofundava em cada assunto a ponto de ser preparado como alguém formado naquilo. Na sua visão, favelas e morros até poderiam receber melhorias, mas nada muito profundo que substituísse a sua erradicação. Naquela ocasião, mais de uma centena de favelas receberam obras muito eficientes. O sistema eleitoral existente consistia em entregar aos favelados tábuas e paus para que eles próprios melhorassem os seus barracos. Lacerda acabou com isso. Para ele, o favelado era pobre, mas não miserável. É narrada, inclusive, uma situação em que um morador de uma comunidade procurou o governador pedindo material para melhorar a situação da sua casa. Lacerda negou e perguntou a ele sobre o seu trabalho e ainda sobre estar ausente dele para estar ali. A sugestão do ex-líder da UDN era de que fossem organizadas associações de moradores, ideia essa que deu certo e continuava sendo de grande importância. Segundo o depoente, não existe obra de mutirão em favelas. Se a obra é particular o morador se mobiliza, mas, se é no espaço público, ele espera que um pedreiro seja contratado para trabalhar ali. São feitas ainda críticas às obras no morro Pavão Pavãozinho, que estariam acontecendo na época da entrevista. Foram oferecidos todos os meios legais para que os favelados se organizassem. Advogados foram colocados à disposição, as companhias telefônicas se dispuseram a se fazer presentes e muitas dessas comunidades tornaram-se bairros. Eram escolhidos os moradores mais ativos e capacitados para liderar a organização e, dependendo do grau de mobilização, o governo aumentava ou não a ajuda financeira requisitada. Outro projeto mencionado foi a Vila da Empregada Doméstica, em Realengo, que sorteava empregadas domésticas para saírem das favelas. Lá, nunca teria havido registros de crimes, o que



comprovaria a tese de Lacerda de que, havendo dignidade, as atividades ilícitas não seriam mais tão comuns. O depoente cita ainda a Vila Aliança como exemplo de lugar tranquilo e explica que a Vila Kennedy não teve o mesmo destino por ter sido desenvolvida posteriormente. A ideia era de que o migrante tivesse uma área limitada para morar, vendida a ele por um preço muito barato (cinquenta mil cruzeiros na época). As áreas de Santa Cruz e Campo Grande foram as mais cogitadas. Não foi possível executar esse programa de forma plena e por isso as favelas voltaram a crescer na cidade e continuaram a dar problemas.

Código: BR RJAGCRJ.CL.FAM.2.041

1. Assunto 1.1 Lados A e B: Depoimento de Armando Abreu para a Sociedade de Amigos de Carlos Lacerda (SACL) – Parte 1

2. Temas 2.1 Lado A: Falta de recursos, abandono de escolas, moralização das instituições, reformulação dos serviços urbanos, iluminação pública, telefonia

2.2 Lado B: Melhorias na av. Brasil e favelas, rodoviária Novo Rio, remoção da favela Pavão Pavãozinho, substituição dos bondes, retirada do Mercado Municipal da praça XV

Duração da fita: A: 28min B: 29min

Data: [1985]

Resumo Lado A: Depoimento do general Armando de Abreu, que conheceu Carlos Lacerda primeiro como jornalista e, posteriormente, como político. A seu ver, a Secretaria de Serviços Públicos, antes da sua posse, estava praticamente desprovida de recursos e os hospitais e as escolas estavam abandonados. No momento em que ele assumiu, afirma, novas diretrizes foram estabelecidas e uma melhor distribuição do dinheiro foi feita, com o objetivo de moralizar as instituições de responsabilidade do governo estadual. Fala que era necessário reverter os prejuízos e o déficit deixado pelos governos anteriores e os serviços de gás, transporte e eletricidade foram reformulados por conta do crescimento da população, que merecia mais qualidade nos tais serviços. Comenta que a verba para as obras necessárias fora adquirida com empréstimos externos, que a Companhia Telefônica era a que mais demandava reformas e que o trabalho tinha sido intenso para atender à grande procura por consertos e novas linhas. Outra questão destacada foi a iluminação pública, que seria precária antes do governo Lacerda. Em Padre Miguel, por exemplo, diz ele, havia apenas um poste mas, depois das obras, o município ganhou um aspecto mais limpo e segurança. Outros locais teriam passado pelo mesmo processo e ganhado qualidade de vida.

Resumo: Lado B: Continuação do depoimento de Armando de Abreu, que aqui fala sobre as melhorias que o governo de Carlos Lacerda fez na avenida Brasil e nas favelas que cresciam ao seu redor. Explica que foram ajustes na iluminação pública e na pavimentação, além da adequação do recolhimento do lixo naqueles locais. Conta que Lacerda apoiava cada decisão tomada pelo depoente e sempre demonstrava confiança na sua competência. Sobre o terminal rodoviário “Novo Rio”, o entrevistado afirma que a sua construção estaria de acordo com as demais obras idealizadas por aquele governo e se furta a comentar as possíveis críticas feitas a ela. A favela do Pavão Pavãozinho é mencionada como exemplo de comunidade que deveria ter sido deslocada do seu local de origem. São feitos comentários, ainda, sobre a substituição dos bondes por ônibus e também a respeito da valorização de alguns trechos da cidade, por conta da maior oferta de meios de transporte, como a praça da Bandeira, Vila Isabel e Campo Grande. Por fim, a retirada do Mercado Municipal da Praça XV, outra ação do governo Carlos Lacerda, é entendida pelo depoente como um ato de coragem, digno de elogios.



Código: BR RJAGCRJ.CL.FAM.2.042

1. Assunto 1.1 Lados A e B: Depoimento de Carlos Lacerda – 5º Dia – Partes 3 e 4

2. Temas 2.1 Lado A: Política econômica do presidente Campos Sales, abertura ao capital estrangeiro, Joaquim Murтинho, imigrantes, primeira Guerra Mundial, construção de fábricas, Era Mauá, política econômica de Roberto Campos, moeda forte, comparação com Salazar, substituição de importações, importação de insumos e tecnologia, reforma agrária

2.2 Lado B: ESDI, Negrão de Lima, linha dura, candidatura à presidência

Duração da fita: A: 30min B:29min

Data: [16/04/1977]

Resumo: Lado A: Depoimento de Carlos Lacerda, que discorre sobre o compromisso do presidente Campos Sales que, em troca de um empréstimo de consolidação dos impostos, comprometera-se a não aumentar as despesas públicas, exercendo o controle do funcionalismo bem como dos investimentos. Haveria uma abertura ao capital estrangeiro, principalmente inglês, e o desenvolvimento nacional seria interrompido, tornando o Brasil um país ainda menos autônomo. Joaquim Murтинho, ministro das Finanças, embora fosse médico homeopata de profissão, era o responsável pela implantação dessa política econômica. Campos Sales teria se comprometido com a Inglaterra a manter os vínculos deles com o Brasil, que, por consequência, continuaria se desenvolvendo pouco. É dito que na fase áurea da expansão americana, enquanto os EUA teriam recebido imigrantes de diversos países europeus, ao Brasil teriam chegado apenas alemães, italianos e alguns espanhóis, que não tinham onde ser bem empregados, por conta da não existência de fábricas. Com a Primeira Guerra Mundial, no entanto, diante da impossibilidade dos ingleses de exportarem seus produtos, por conta do bloqueio alemão, o governo se viu obrigado a investir na construção de fábricas, como a Bangu e a Light, por exemplo. Lacerda comenta a frase “Sem a Light São Paulo não seria nada” e diz que, na sua opinião, a frase deveria ser invertida, porque qualquer um poderia ter construído aquela empresa, já a terra roxa, só Deus! É mencionada a era Mauá, que apesar da traição do imperador, foi um período de desenvolvimento industrial e modernização nacional. Chega-se, então, à questão da política econômica de Roberto Campos, que supervalorizou a moeda nacional e acabou, na opinião de Lacerda, repetindo o exemplo de Campos Sales. No entanto, para Castelo Branco, Campos Sales era um grande exemplo de economia bem sucedida e se Roberto Campos conseguisse atingir os resultados de Joaquim Murтинho, os objetivos estariam alcançados. Castelo Branco acreditava que para que o Brasil alcançasse a credibilidade dos estrangeiros, seria necessária uma moeda forte. É feita ainda uma comparação com Salazar, que fez o escudo maior que o país, o que para o depoente é visto como um problema. Para Lacerda, o maior erro de JK foi ter baseado o desenvolvimento numa industrialização de substituição de importações, que não foi capaz de fazer com que se diminuísse a necessidade de importar, ao contrário, para se sustentar as indústrias automobilísticas era necessário que se trouxesse de fora diversos insumos e tecnologias. Nós importávamos aço, por exemplo, que era caríssimo. Diz ele, ainda, que o presidente Castelo Branco falava em reforma agrária para controlar o desejo do povo que, desde o governo Jango, tinha percebido a importância dessa ideia. Comenta, no entanto, que se deveria fazer uma reforma do uso da terra e não da propriedade da mesma. Devia-se, segundo ele, revolucionar os métodos de exploração da terra, afinal o Brasil era um fornecedor de alimentos e o mundo precisava mais de comida do que de automóveis. Portanto, continua, o governo JK deveria ter dado mais atenção ao Ministério da Agricultura, assim como Castelo Branco. Afirma, também, que a exploração agrícola no Brasil ainda era feita de forma arcaica, com enxadas e poucas máquinas eficientes. Fala que Castelo Branco acreditava que a política e a economia deveriam ser separadas uma da outra e, por conta desse excesso de especialização, os cidadãos comuns não teriam o direito de expressar as suas opiniões a respeito de qualquer aspecto do governo. Isso, na opinião de Carlos Lacerda, foi a razão de um grande atraso no progresso nacional e que essa conduta, própria dos



militares formados na Escola do Estado Maior, teria sido agravada no período do governo de Castelo Branco, que, além disso, teria sido muito vaidoso e obstinado. Por essas razões, o diálogo entre os dois teria se tornado impossível. Castelo teria sido conivente com os erros do sistema, inclusive com o afastamento dele próprio, Carlos Lacerda, e de seus partidários, da política. A igreja, por exemplo, não teria apoiado a candidatura de Rafael de Almeida Magalhães, por ele ser, na época, casado com uma mulher desquitada. Comenta as manobras políticas dos partidos da época para driblar a ditadura e manter as suas pretensões nas eleições.

Resumo: Lado B: O depoimento inicia-se com os comentários de Carlos Lacerda sobre a tentativa da UDN de eleger Flexa de Lima. O objetivo era mostrar à população que estava havendo abuso de autoridade por parte do Exército. Fala sobre as obras relacionadas à educação que foram feitas durante o seu governo, como por exemplo, a ESDI, Escola Superior de Desenho Industrial, a primeira da América Latina. O nome de Negrão de Lima é mencionado. Ele é descrito aqui como uma pessoa preguiçosa e de péssimo caráter, que usaria da política para usufruir privilégios. Segundo Lacerda, Negrão de Lima teria conseguido manter-se bem perante o governo por conta da sua grande amizade com Castelo Branco. Diz que o governo federal começou a negar verba para o estado da Guanabara por conta da sua posição recente na oposição. Comenta que o túnel Rebouças, por exemplo, foi preterido pelo metrô, o que na opinião dele, era uma incoerência, já que essas obras aliviarão o trânsito em menos tempo do que o metrô, que de fato, só veio a ficar pronto na década de 1980. Lacerda fala, ainda, sobre ter perdido a candidatura à presidência da República, sobre ter se sentido traído pelos militares e se indignado com a suspensão das eleições no Brasil. Faz uma crítica à “linha dura” dos militares, que ao chegar ao poder ignoraram o desejo democrático de muitos dos que apoiaram a revolução.

Código: BR RJAGCRJ.CL.FAM.2.043

1. Assunto 1.1 Lado A: Depoimento de Jânio Quadros a uma Emissora de Rádio Paulista. Discurso de Lacerda à Rádio Roquete Pinto

1.2 Lado B: Depoimento de Sandra Cavalcante

2. Temas 2.1 Lado A: Posse de Sandra Cavalcante, reformas no governo Lacerda, Fundação Leão XIII, Vila Aliança, Vila Esperança, Cruzada São Sebastião

2.2 Lado B: Trajetória de Sandra Cavalcante, “Revolução”, extinção do comunismo, honestidade ideológica, reformas sociais profundas, Angola, Moçambique, JK, partidos extremistas europeus

Duração da fita: A: 30min B :30min

Data: 02/02/1963

Assunto: Lado A: Pronunciamento de Carlos Lacerda à emissora de rádio Roquete Pinto, no estado da Guanabara, na ocasião da posse de Sandra Cavalcante no cargo de secretária de Serviço Sociais. Estavam presentes na solenidade o arcebispo dom Elder Câmara, o presidente da Assembleia Legislativa, Raul Domingues, o primeiro secretário da Câmara dos Deputados, José Bonifácio, o líder da UDN na Câmara Federal, Bilac Pinto, o embaixador da Alemanha no Brasil, o reitor da PUC, além de Lobo Coelho, Alcino Salazar e Rafael de Almeida Magalhães. É lido um texto que dá a Sandra Cavalcante o direito de participar, como secretária de Serviços Sociais, do governo Lacerda. Ambos assinam o termo de posse e o governador inicia o seu discurso. Faz uma saudação às autoridades presentes, em sua maioria relacionadas à política e à Igreja católica. Imediatamente Carlos Lacerda começa a abordar a reforma pela qual o estado da Guanabara estava passando. Menciona que essas mudanças objetivariam a recuperação social e humana da comunidade local, que eram modificações planejadas nas mais diversas áreas, e que segurança, saúde e educação seriam as principais. Explica que a Fundação Leão XIII substituiria a Companhia de Habitação



Popular, mas com objetivos menos assistencialistas e mais comprometidos com a conscientização dos moradores de áreas pobres, mostrando que a força deles poderia gerar oportunidades melhores. Cita a Vila Aliança, a Vila Esperança e a Cruzada São Sebastião como transformações de uma postura paternalista em uma concepção solidária para com os favelados, que seriam, então, integrados à sociedade. Para Lacerda, o progresso só seria possível se houvesse uma reforma estrutural no país, menos demagógica e eleitoreira e mais ligada à educação. Considera que deveria haver movimentos sindicais autônomos e mais organizações em defesa da família. Afirma que os conjuntos habitacionais construídos por ele seriam um caminho para que não houvessem mais crianças abandonadas, que se tornariam jovens agressivos ou vegetativos. Lacerda ressalta a competência de Sandra Cavalcante para auxiliá-lo nessas transformações e explica que as funções de dona de casa e mãe de família, nesse caso, se uniam com a grande aptidão política.

Resumo: Lado B: O apresentador faz uma breve retrospectiva da trajetória de Sandra Cavalcante e tece uma série de elogios e agradecimentos a ela. Carlos Lacerda diz que o maior problema do Brasil, naquele momento, era a “Revolução”, que teria objetivos maiores do que a extinção do comunismo. Para ele, o que era grave no Brasil era a junção do comunismo, do oportunismo e do negociamento e isso era o que fazia com que fosse urgente o combate a ele. Em outros países, continua, no entanto, isso não acontecia e essa luta não precisava ser travada. Conta que alguns homens, como Mario Henrique Simonsen e Walter Moreira Sales, eram empresários que serviriam a qualquer regime, por não terem nenhum tipo de honestidade ideológica. Comenta que o apoio deles às organizações de esquerda dar-se-ia por uma ambição de lucro e não por fidelidade à causa. Segundo Lacerda, a “Revolução” precisava destruir a máquina associada aos comunistas. Ele diz que os comunistas o apresentavam como um anticomunista feroz e alega ser muito maior do que isso. Afirma que era contra o comunismo como foi contra o fascismo, explica que ser contra esses regimes não era a sua profissão. Argumenta que ao invés de o rotularem de anticomunista, podiam lembrar que ele era a favor das escolas e de reformas sociais profundas, que dessem prioridade à técnica e a honradez. Uma repórter pergunta se Lacerda pretende dizer o mesmo que disse em Portugal, também nos Estados Unidos, para onde ele iria em seguida. E ele responde que sim e usa a seguinte expressão: “É preciso, para apagar o fogo em algumas casas, que não se recomende atear o incêndio em outras”. Ele diz que a pressão sobre Portugal, por conta das revoltas de independência em Angola e Moçambique, era um erro crasso que se dava graças a uma padronização da política internacional. Para Lacerda, os dois países já teriam atingido um grau de independência suficiente, muito maior, por exemplo, do que a do Congo, que dependia dos EUA para tudo. Ele afirma que um dia os EUA se cansariam de pagar as independências dos outros. O ex-governador diz, ainda, que gostaria muito de conhecer Angola e Moçambique, mas que não poderia fazê-lo naquele momento porque teria que voltar ao Brasil para trabalhar. Embora diga que não gosta de fazer prognósticos, Lacerda explica que gostaria de levar a todo o território brasileiro o caso do estado da Guanabara. A nível internacional, na sua opinião, o Brasil deveria retomar a sua linha tradicional, com autonomia, não se permitindo ser o “yes man” de ninguém, nem dos seus melhores amigos. Sobre JK, Lacerda diz que o desenvolvimentismo introduziu um empobrecimento no Brasil e que ele gostaria de derrotá-lo nas urnas, de forma respeitosa. A inflação seria consequência da política econômica de JK. Carlos Lacerda comenta, ainda, ser favorável ao livre comércio entre as nações de origem lusa e acredita que essa seria uma forma de os privilégios das antigas metrópoles serem neutralizados. Salienta que a política não fez com que a sua paixão pela imprensa acabasse. Lacerda faria, então, nas suas palavras “jornal com tijolos”. Sobre a França, conta que na sua visita a esse país foi convidado para uma conferência patrocinada pela “direita”. Ele não teria gostado dessa associação e alega não estar disposto a servir de “boi de piranha” para ninguém. Lacerda diz-se contrário aos partidos extremistas europeus. Faz um agradecimento aos jornalistas ali presentes e a entrevista é encerrada.



Código: BR RJAGCRJ.CL.FAM.2.044

1. Assunto 1.1 Lados A e B: Depoimento de Carlos Lacerda – 2º Dia – Partes 1 e 2

2. Temas 2.1 Lado A: UDN, ideias heterogêneas, peronismo, papel dos jesuítas, caudilhismo, positivismo, liberalismo, democracia

2.2 Lado B: Encontro com Darcy Vargas, construção da cidade das meninas, seca do Nordeste, ameaças de suicídio

Duração da fita: A: 29:32min B: 29:52min

Data: 20/03/1977

Resumo: Lado A: Lacerda fala sobre a dificuldade de acumular a atividade de jornalista com a da política. Ele diz que não queria que o seu jornal fosse um órgão de comunicação da UDN. Conta que o seu objetivo era de que ali houvesse liberdade partidária. Comenta que Afonso Arinos, que era o líder da UDN na Câmara, por exemplo, ao anunciar os seus discursos, tinha o objetivo de instigar debates entre os seus próprios correligionários. Explica que, na maioria das vezes, a *Tribuna da Imprensa* expressava a opinião dele próprio, Lacerda, já que os membros da UDN tinham ideias muito heterogêneas. Para Lacerda, a ocorrência de um outro Estado Novo no Brasil seria muito difícil, por conta das características fascistas que passaram a ser muito combatidas, após o fim da Segunda Guerra Mundial. Já um regime aos moldes de Perón, na sua opinião, seria possível. Por algum tempo o ex-governador fala sobre o papel dos jesuítas na história do Rio Grande do Sul e sublinha a particularidade gaúcha de ter escolhido ser brasileiro. O papel do caudilho é abordado e ele diz que Getúlio Vargas teria feito uma apropriação interesseira desses aspectos do seu estado, para justificar um republicanismo que deveria parecer inabalável. Lacerda diz, ainda, que não havia lugar para a UDN no Rio Grande do Sul, graças à predominância do positivismo e do liberalismo. Menciona que Borges de Medeiros teria dominado a vida política gaúcha por muito tempo e Getúlio teria se formado nos moldes dele, guardadas as devidas diferenças, como por exemplo, os traços rurais da sua cidade. Para Lacerda, Getúlio Vargas seria um homem incompatível com a democracia.

Resumo: Lado B: Continuação da fala de Carlos Lacerda em que ele narra o dia em que teria se encontrado com a senhora Darcy Vargas, esposa de Getúlio. Diz que foi a primeira vez que entrara no palácio do Catete e descreve cada detalhe da decoração do local na época. Dona Darcy estaria deitada na cama, cercada de jornais, ouvindo uma emissora de rádio. Ela o teria chamado de “demônio” e questionado os constantes ataques a seu marido. Os temas dessa conversa teriam sido: a construção da cidade das meninas, o respeito mútuo que a primeira dama tinha pelo jornalista e vice versa, a proposta de um acordo de honestidade entre a *Última Hora*, a *Tribuna da Imprensa* e o serviço social liderado por ela, que distribuiu abacates no Nordeste. Ao fim, houve uma troca polida de discordâncias e só. Como resultado da reunião, não oficial, Lacerda aponta o envio de um número maior de aviões da FAB para ajudar na seca do Nordeste. Sobre Getúlio Vargas, Lacerda aponta a resistência do presidente em liderar a Revolução de 1930, e que teria inclusive dito que, caso fosse derrotado, cometeria suicídio. Outro fato mencionado foi o aviso de Chateaubriand sobre a Revolução Constitucionalista, que teve como resposta do presidente outra ameaça suicida. Lacerda diz, então, que Getúlio seria um suicida nato, teria um impulso de autodestruição e utilizaria as circunstâncias para justificar o seu desejo. A derrota não era admitida pelo presidente.

Código: BR RJAGCRJ.CL.FAM.2.045



1. Assunto 1.1 Lados A e B: Depoimento de Carlos Lacerda – 2º Dia – Partes 3 e 4
 2. Temas 2.1 Lado A: Queda de Getúlio, apoio a Dutra, nacionalismo exacerbado, PTB e as reformas, consagração de Jango, ameaça de Euclides Aranha, Golbery do Couto e Silva, Samuel Wainer, *Última Hora*
 - 2.2 Lado B: *Última Hora*, concorrência desonesta, complô do *Diário de Notícias* e de *O Globo*, Rubens Vaz, Harry Truman
- Duração da fita: A:30min B:30min
Data: 20/03/1977

Resumo: Lado A: Continuação da fala de Carlos Lacerda, que inicia discorrendo sobre o 29 de outubro de 1945, data em que, apesar de ter sido afastado do poder, o presidente teria sido protegido pelo Exército e por Filinto Müller. No entanto, ao voltar à presidência, Getúlio não teria mais confiança nas Forças Armadas. Conta que Getúlio teria sido obrigado a apoiar Dutra, para sobreviver politicamente, que Góes Monteiro não era confiável e por isso o presidente aproximou-se da esquerda. Ele teria tentado unir o seu nacionalismo exacerbado ao dos antigos adversários. Lacerda afirma que na esquerda havia pessoas que já teriam estado ao lado de Getúlio e que ele teria alcançado um grande respeito dos ex-tenentes, por exemplo, e dos companheiros de Prestes, por ter sido eleito democraticamente. Essa esquerda, segundo Lacerda, acreditava que o Exército não existia para assegurar privilégios, mas sim para promover reformas e foi nessa ideia que grande parte do PTB começou a apostar. Para Lacerda, foi nesse momento que Getúlio cometeu seu primeiro erro grave, a consagração de João Goulart, que ao seu ver era um rapaz inexperiente e com pouca adequação aos deveres intrínsecos ao poder. Ao apostar em Jango como seu herdeiro, Vargas teria se equivocado. A UDN forneceu o ministro da Agricultura desse governo e Getúlio fechou esse Ministério. Isso revoltou Lacerda. Narra o episódio em que, no meio de um jantar, ele teria sido ameaçado com violência pelo filho de Oswaldo Aranha. Explica que o Exército teria começado, nesse momento, a se organizar num movimento contra os Estados Unidos, que refletia menos uma afirmação nacionalista e mais um distanciamento dos ideais democráticos. Para Lacerda, aquele era o caminho de retorno ao autoritarismo e por isso teria se articulado com alguns militares, com o intuito de retomar o Clube Militar. Foi nesse momento que ele conheceu Golbery do Couto e Silva. Samuel Wainer também é mencionado. Ele teria sido escalado por Chateaubriand para entrevistar Getúlio Vargas no momento em que ele foi vitorioso nas eleições. Era a primeira aparição pública do presidente desde o fim do Estado Novo e isso ocasionou uma grande aproximação dele com Wainer. Lacerda afirma que, até aquele dia, Wainer tinha sido oposição a Getúlio, e que a partir dali tornou-se o seu jornalista oficial, o que demonstrava a sua fraqueza de caráter e ideologia. Para Lacerda, nesse período longe do governo, Getúlio teria se sentido abandonado. Ele teria ficado em São Borja, sem os familiares, inclusive. Foi assim, segundo Lacerda, que João Goulart aproximou-se dele, nesse momento difícil. A criação da *Última Hora* teria sido uma ideia de Wainer, para dar a Getúlio um porta voz. A primeira tiragem do jornal foi financiada pelos Matarazzo, continua ele. Além disso, afirma, a concorrência era desleal, a *Última Hora* trazia um suplemento colorido por dia e custava o mesmo preço dos outros jornais, mas pagava salários bem mais altos aos seus funcionários e tinha condições de investir em tecnologias diversas.

Resumo: Lado B: Continuação do depoimento de Carlos Lacerda, em que ele fala muito tempo sobre a forma desonesta de concorrência da *Última Hora*. Lacerda explica que por conta disso aceitou um empréstimo do Banco do Brasil para tentar melhorar a situação de vendas da Tribuna da Imprensa. Diz que *O Globo* e o *Diário da Noite*, de Chateaubriand, uniram-se a Lacerda contra a *Última Hora*. Lacerda teria ido à rádio Tupi e explicado no microfone o que estava acontecendo com a imprensa do Distrito Federal. Outras emissoras foram, então, cedendo espaço para ele. Havia uma união da imprensa contra Getúlio Vargas. Nas vezes em que foi à televisão, Lacerda teria tentado utilizar novos modos de discurso para atrair a atenção do espectador. Narra o dia em que ele, Lacerda, conheceu o major Rubens Vaz, em fins de 1953 ou início de 1954. O major e outros



dois militares teriam se aproximado de Lacerda para tentar ajudá-lo e protegê-lo. Eles acreditavam que, por serem membros das Forças Armadas, se fossem vítimas de qualquer atentado, chamariam mais atenção do que ele, um simples jornalista. Menciona o ano de 1952, em que ele teria estado nos EUA, cobrindo a eleição de Harry Truman, enquanto no Brasil ocorriam atentados contra os opositores do governo.

Código: BR RJAGCRJ.CL.FAM.2.046

1. Assunto 1.1 Lados A e B: Depoimento de Carlos Lacerda – 3º Dia – Partes 9 e 10

2. Temas 2.1 Lado A: Traidor da pátria, inquérito do governo argentino, vitória de Milton Campos, golpe militar, marechal Lott

2.2 Lado B: Anistia, porta-aviões, rivalidade Marinha/ Aeronáutica, Castelo Branco, exploração de petróleo, CPI, greve e inquérito da Panair, construção de Brasília, criação do estado da Guanabara

Duração da fita: A: 30 min B: 30 min

Data:26/03/1977

Resumo: Lado A: Lacerda narra o processo que sofreu durante o governo de Juscelino, e como conseguiu ser absolvido, na Câmara, da acusação de traidor da pátria, e que a Casa não autorizou que se abrisse um processo contra ele. Diz que a sua absolvição era a prova de que o telegrama, que dizia que um inquérito oficial do governo argentino incriminava o vice-presidente João Goulart, era verdadeiro. Comenta que a Câmara reconheceu que João Goulart havia sido incriminado e que não se falou mais nesse assunto. Fala sobre a vitória de Milton Campos em Minas, considerada inesperada. Diz que inicialmente a UDN não acreditava no próprio candidato, mas houve uma reviravolta e ele venceu a eleição. Comenta que ele foi um bom governante, mas sem vocação política. Fala sobre uma tentativa de golpe militar planejada por oficiais da Aeronáutica. Explica que foi convidado a participar do golpe, mas se recusou e ainda avisou a alguns deputados e alertou o ministro da Guerra, marechal Lott, que tomou as devidas providências para evitar o golpe.

Resumo: Lado B: Lacerda diz que o caso da revolta foi resolvido, e que recebeu algumas críticas por ter interferido no episódio. Conta que Juscelino foi muito hábil ao pedir anistia para os revoltosos. Relata que a Marinha tinha o sonho de ter um porta-aviões e que a Aeronáutica era contra. Juscelino comprou o porta-aviões agradando à Marinha, que não o apoiava. Houve, segundo Lacerda, um aumento da rivalidade entre a Marinha e a Aeronáutica. Diz que só o Castelo Branco resolveu essa briga, quando foi presidente. Fala sobre um acordo feito pelo Brasil para explorar petróleo na Bolívia, através do qual o governo brasileiro abriu uma licitação para as empresas brasileiras. Menciona que foi aberta uma CPI na Câmara dos Deputados para investigar esse acordo. Diz que foi convidado a participar da CPI e aceitou o convite e que um dos depoentes disse que não entendia nada de petróleo, mas tinha conseguido participar da concorrência por ter se aproximado do presidente Juscelino. Acrescenta que depois esse homem sumiu. Outro caso de CPI foi o da greve da Panair. Lacerda conta que foi ele que propôs a criação da CPI, porque obteve informações sobre a grave crise que a empresa atravessava. Comenta que teve uma reunião com presidente da Panair, Paulo Sampaio, e tentou um acordo antes do seu depoimento na CPI. Explica que ele não aceitou, então Lacerda o convocou para depor na CPI. A primeira pergunta que Lacerda fez a ele, na CPI, foi como ele, sendo presidente de uma companhia brasileira de aviação, era o maior acionista de uma companhia de aviação venezuelana. Perguntou, também, como ele poderia ser grande acionista da Cruzeiro do Sul, se era presidente da Panair. Fala que fez várias perguntas que ele não soube responder e os grevistas saíram vitoriosos. Ressalta que a sua defesa da greve da Panair criou uma confusão nos políticos de esquerda, que não sabiam se também defendiam a greve, ou se ficavam contra a greve para não ficar do mesmo lado que ele. Comenta que teve uma discussão com



Antônio Maria porque este defendeu Paulo Sampaio na sua frente. Afirma que era contra a construção de Brasília, mas preferiu não criar polêmica porque sabia que não iria conseguir evitar a construção da cidade, e porque a maioria da UDN era favorável. Critica a criação do estado da Guanabara, por ter sido feita de maneira apressada. Explica que a lei da criação do estado foi feita em 24 horas.

Código: BR RJAGCRJ.CL.FAM.2.047

1. Assunto 1.1 Lados A e B: Depoimento de Carlos Lacerda – 5º Dia – Partes 13 e 14

2. Temas 2.1 Lado A: Armando Falcão, nepotismo, gosto pelo poder, escola Anne Frank, neutralidade na partilha da Palestina

2.2 Lado B: Elogios e críticas a Jânio Quadros, deportação de Hélio Fernandes, crítica aos mortos, alienação da TV, cassação de direitos políticos, Saturnino Braga

Duração da fita: A: 30 min B: 30 min

Data: 16/04/1977

Resumo: Lado A: Carlos Lacerda discorre sobre a amizade. Diz que às vezes uma pessoa parece ser sua amiga, mas faz alguma coisa, ou cobra alguma coisa, que impede que a amizade continue existindo. Comenta sobre Armando Falcão, seu adversário, diz que já tinha falado muito mal dele, mas também já fizera as pazes. Afirma que conseguia manter uma relação cordial com ele, apesar das divergências. Considera que em geral não iniciava as brigas, mas não se recusava a entrar em uma. Diz que sabe separar a amizade da sua atividade política, que não beneficia os amigos com cargos, o que o fizera perder alguns amigos. Argumenta que se uma pessoa brigava com ele por um motivo injusto, não merecia a sua amizade. Diz que cultivava pouco as amizades, raramente visitava os amigos. Salienta que preferia ser escritor a político, pois não gostava de política, gostava de poder, e a política era um meio de chegar ao poder. Diz que gostava do poder não por vaidade, mas por dar a possibilidade de servir, ser útil. Considera que um dos seus maiores defeitos era o egoísmo, e que o egoísmo era constante na política. Considera que uma característica do seu governo fora a de transmitir a ideia de que o governo deve servir à população e que seu governo fora copiado por muitos governantes. Critica alguns destes governantes que não entenderam o seu governo e acharam que para imitá-lo era necessário apenas fazer muitas obras. Fala sobre o constrangimento de inaugurar a escola Anne Frank em frente ao consulado alemão. Acrescenta que tinha criado uma polêmica com a comunidade judaica carioca ao defender a neutralidade do Brasil, em relação à partilha da Palestina. Diz que a sua reaproximação com a comunidade judaica foi intermediada pelo embaixador de Israel. Comenta que só percebeu a proximidade da escola com o consulado durante o discurso de inauguração. Explica que pretende continuar sendo coerente, ou seja, elogiar uma pessoa quando ela merecia e criticá-la quando ela merecesse também. Afirma que incoerente era quem não mudava de posição.

Resumo: Lado B: Cita como prova da sua coerência os elogios que fez inicialmente a Jânio Quadros, seguidos depois de críticas a ele. Diz que incoerente foi Jânio Quadros, não ele. Fala sobre um livro escrito por seu pai e que iria reeditar, em que o autor critica duramente o ex-presidente Arthur Bernardes. Diz que o Brasil deveria se orgulhar da sua cordialidade e que então as pessoas pareciam ter vergonha de serem cordiais. Cita dois exemplos de falta de cordialidade recente no Brasil. O primeiro é o de Hélio Fernandes, que escreveu um artigo, segundo ele, cheio de ódio, com alguns pontos corretos, mas inoportuno, sobre Castelo Branco, após a sua morte, e foi duramente punido, sendo deportado para Fernando de Noronha. Lacerda critica o rigor da punição, mas considera que o artigo era antibrasileiro e que os mortos não deveriam ser tratados como santos, mas mereciam ser respeitados. Acrescenta que a responsabilidade de se fazer crítica aos mortos



cabia aos historiadores e que os brasileiros deveriam evitar cultivar o ódio. Argumenta que não devia ser considerado o jornalista brasileiro mais combativo, pois no passado havia jornalistas muito mais combativos do que ele. Mas, não nega que era um jornalista combativo. Afirma que era combativo porque o resto da imprensa ficava calada ou falava muito baixo e por isso ele se destacava. Considera que naquela época o maior risco era ser punido por um artigo em jornal, que iria ser lido por apenas 10 pessoas. Critica a televisão por alienar a população e afirma que os jornais perderam a relevância com a popularidade da televisão. Diz que perdeu a motivação para trabalhar como jornalista. Salienta que as pessoas não sabiam que ele tinha sido cassado e o criticavam na rua por ter saído da política. Comenta que, às vezes, escrevia no jornal que não podia concorrer, mas as pessoas prestavam mais atenção no que era noticiado na televisão. Lacerda diz que sua vitalidade estava diminuindo, que era um pré-diabético e que se sentia melancólico por ter sido cassado. Acrescenta que a situação era pior porque considerava que não havia pessoas preparadas para governar o país, e a escolha de generais, escolhidos sem critérios adequados, não era boa para a nação. Lacerda diz que Saturnino Braga era um político promissor, mas que não queria ajudá-lo, nem prejudicá-lo. Diz que tem a impressão que ele tinha condições de fazer algo novo, mas que não o conhecia bem.

Código: BR RJAGCRJ.CL.FAM.2.048

1. Assunto 1.1 Lados A e B: Depoimento de Carlos Lacerda – 4º Dia – Partes 12 e 13

2. Temas 2.1 Lado A: “Revolução”, reunião dos governadores, tentativa de realizar eleições, saída de Ranieri Mazzilli, menção do nome de Dutra, escolha de Castelo Branco, ESG, general Muniz Aragão, Magalhães Pinto, prisão de Seixas Dória

2.2 Lado B: Indicação de Castelo Branco, reação de Costa e Silva, ditadura militar, carta de Lacerda a Costa e Silva, ministério de Castelo Branco.

Duração da fita: A: 30 min

B: 30 min

Data: 19/03/1977

Resumo: Lado A: Lacerda narra as duas reuniões de governadores realizadas após a “Revolução” e diz que na segunda reunião falaram sobre a necessidade de indicar ao Exército um nome para a chefia do governo. Discorre sobre a tentativa de realizar uma eleição logo após a “Revolução”, para que a situação se normalizasse o mais rapidamente possível. Diz que houve uma reunião no Rio de Janeiro, para tentar resolver a questão com o presidente em exercício, Ranieri Mazzilli, para convencê-lo a sair da presidência rapidamente. Lacerda disse que durante a reunião contou uma conversa que teve com o ministro da Guerra, Costa e Silva, e que esse se disse responsável por nomear os ministros do governo. Lacerda utilizou esse argumento para dizer que era melhor Mazzilli sair, para evitar que houvesse um governo civil de fachada. Este argumento foi suficiente para convencer Mazzilli a sair do governo mais cedo. Comenta sobre a tentativa de escolher um nome entre os militares, na reunião de governadores, para assumir o governo. Diz que cada governador apresentou duas ou três opções e que o nome do general Dutra chegou a ser cogitado. Fala que recebeu durante a reunião um bilhete em que o general Muniz Aragão, em nome da Vila Militar, declarava seu apoio ao nome de Castelo Branco para presidente e dizia estar a caminho. Lacerda conta que revelou o teor do bilhete aos outros participantes da reunião, e disse que o nome de Castelo Branco tinha sido citado por todos, logo ele deveria ser confirmado. Disse que o general também era o preferido da ESG (Escola Superior de Guerra). Todos aceitaram a ideia. Narra a chegada do general Muniz Aragão à reunião, na qual ele fala sobre os motivos que levaram o Exército a escolher o nome de Castelo Branco. Lacerda disse que contou ao general que o nome de Castelo Branco já tinha sido aceito na reunião. Então, o general disse que era sua obrigação falar



sobre os defeitos do escolhido, como a sua profunda vaidade, obstinação, teimosia, e o fato de ser muito cioso de sua autoridade. Mas, apesar disso, era considerado o melhor candidato. Diz que havia um acordo entre os governadores para não revelar o conteúdo da reunião aos repórteres, mas que o governador Magalhães Pinto quebrou o acordo. Então, ao chegarem à reunião com Costa Silva, este já sabia da escolha. Comenta que o governador Magalhães Pinto contou ao general Costa e Silva que havia sido procurado pela mulher do governador de Sergipe, Seixas Dória, que havia sido preso e, desde então, estava desaparecido. Costa e Silva respondeu que o governador estava preso e iria continuar preso, e que ele não estava lá para dar essas informações.

Resumo: Lado B: Lacerda diz que a reunião continuou tensa, mas que ele conseguiu falar para o Costa e Silva que o nome indicado para a Presidência da República, pelos governadores que apoiavam a “Revolução”, era o do general Castelo Branco. A reação de Costa e Silva foi dar um soco na mesa e dizer que ele e Castelo Branco tinham se comprometido a não aceitar a indicação de seus nomes para a Presidência da República. Lacerda disse que este era um problema entre os dois e que os governadores não tinham nada a ver com isso, e que os governadores manteriam a indicação do nome de Castelo Branco. Lacerda diz que quando chegou em casa, refletindo sobre a reunião, chegou à conclusão de que haveria uma ditadura no Brasil. Acrescenta que escreveu uma carta para Costa e Silva dizendo que ele pretendia estabelecer uma ditadura militar disfarçada no Brasil, mantendo um civil na Presidência, enquanto ele seria o ditador. E, por isso, ele sairia do governo do estado e não teria mais compromisso com a “Revolução”. Mas, diz que foi convencido a não entregar a carta para Costa e Silva, pelo Juraci Magalhães e pelo Cordeiro de Farias. Comenta que, pouco tempo depois, conseguiu convencer Mazzilli a sair da Presidência para evitar uma ditadura comandada pelo general Costa e Silva. Lacerda diz que depois que Castelo Branco ficou sabendo da sua indicação para a Presidência, chamou Lacerda para uma reunião em sua casa. Nessa reunião, Castelo Branco anunciou seus futuros ministros. O primeiro a ser mencionado foi Milton Campos, que seria convidado para ser ministro da Justiça. Lacerda disse que se mostrou contrário a essa indicação, não por questionar a capacidade do indicado, mas por achar que ele não era a pessoa mais indicada para ser ministro de uma “Revolução”. Mas Castelo Branco disse que o convite já havia sido feito. Então, Lacerda elogiou a escolha e não se manifestou a respeito dos outros nomes indicados para os outros ministérios. Mas diz que considerou que Castelo Branco fez escolhas conservadoras.

Código: BR RJAGCRJ.CL.FAM.2.049

1. Assunto 1.1 Lado A: Depoimento de Carlos Lacerda – 1º Dia – Partes 5 e 6

2. Temas 2.1 Lado A realização como governador, nova forma de governar, erro da campanha do brigadeiro Eduardo Gomes, Dutra dividiu as Forças Armadas, campanha contra o “rato Fiúza”

Duração da fita: A: 45 min B: 45 min

Data: 19/03/977

Resumo Lado A: Lacerda afirma estar realizado por tudo que fez como governador, mesmo não tendo feito tudo que queria, mesmo tendo errado. Considera que inaugurou, no país, uma nova forma de governar. Diz que governo é uma doação, que o governante deve ter uma dedicação integral ao cargo. Considera que a pessoa deve ter satisfação em exercer cargos públicos, que tem nojo dos políticos que dizem que estão fazendo um sacrifício ao assumir um cargo público. Fala sobre o estrago causado à campanha do brigadeiro Eduardo Gomes pela frase dita pelo deputado eleito por São Paulo, Hugo Borghi, que difundiu que o brigadeiro tinha dito que não precisava do voto dos marmiteiros. Lacerda disse que tentou persuadir o brigadeiro a desmentir a frase imediatamente, mas não conseguiu convencê-lo. Explica que não havia candidato melhor do que o



brigadeiro Eduardo Gomes, que não havia um bom candidato civil. Considera que a escolha do general Dutra, como candidato de Getúlio Vargas, dividiu as Forças Armadas. Diz que o apoio da esquerda democrática à candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes afastou o voto dos ricos. Falou que sua função na campanha do brigadeiro era falar para os jovens e que parte da esquerda, que apoiava o brigadeiro, estava insatisfeita com o apoio de Prestes a Getúlio Vargas. Discorre sobre a campanha que fez contra o candidato Fiúza, do Partido Comunista, um engenheiro que tinha sido prefeito de Petrópolis e que era considerado honesto e competente. Porém, Lacerda diz que foi alertado por um primo, que dizia que Fiúza era corrupto e incompetente. Conta que trabalhava no jornal *Diário Carioca* e foi autorizado a iniciar uma campanha contra o candidato. E que começou a mostrar que o patrimônio de Fiúza era incompatível com a sua renda e que ele acabou criando um personagem “o rato Fiúza”. Comenta que Fiúza tentou responder às acusações, mas não conseguiu, porque não havia como justificar o seu patrimônio. Lacerda diz que, mesmo assim, ele teve mais de 600.000 votos, enquanto o vencedor teve pouco mais de 2 milhões de votos. As explicações para esta quantidade de votos, segundo Lacerda, era o voto civilista, em um candidato que não era militar; pouca confiança no Dutra, que seria o candidato da continuação do Estado Novo; desconfiança em relação ao brigadeiro, por considerarem que ele era reacionário, e uma simpatia pelo Partido Comunista, principalmente por causa de Prestes, que era muito carismático. Lacerda considerava-o muito burro, diz que se Prestes não fosse comunista, teria tomado conta do Brasil. Ele diz que Sobral Pinto, grande admirador de Prestes, disse que a grande vocação de Prestes era para a matemática e que seu pai era amigo de Prestes e dizia que ele era apenas um líder carismático. Lacerda faz comentários sobre o livro que Alzira Vargas escreveu sobre seu pai e sobre a crise que resultou no suicídio de Vargas, em 1954.

Resumo: Lado B: Continua falando sobre os bastidores da crise em 1954. Diz que convidou o general Zenóbio para derrubar Getúlio. Fala sobre a oposição que fazia ao governo Dutra, quando trabalhava no jornal *Correio da Manhã*. Comenta que o governo Dutra era uma continuidade da ditadura, então não poderia ser apoiado. Discorre sobre o apoio de Otávio Mangabeira ao governo Dutra e afirma que o brigadeiro desprezava o marechal, e que não o perdoava por não ter cumprido a palavra ao ter apoiado o Estado Novo, quando havia um acordo no Exército de não apoiar. Fala sobre uma convenção na UDN, em que foi discutida a participação de dois udenistas no governo Dutra. Lacerda fez um discurso contra a participação dos udenistas no governo. Fala sobre a sua oposição à entrega de duas refinarias à iniciativa privada. Menciona que escreveu um artigo sobre este tema, que foi vetado pelo dono do jornal, e que, ao cobrar explicações sobre o veto, ficou sabendo que o dono do jornal era amigo de infância de um dos beneficiados com a concessão das refinarias. Então, saiu do jornal e criou o jornal *Tribuna da Imprensa*. Explica que a *Tribuna* se transformou em uma escola de jornalismo. Menciona que foi eleito vereador com a maior votação do país, com cerca de 32 mil votos. Fala que a Câmara incomodava muito o governo Dutra, que lá não se discutiam assuntos regionais, apenas assuntos nacionais. Diz que renunciou ao mandato de vereador após o Senado decidir que a Câmara não poderia mais examinar os vetos do prefeito. Sendo o prefeito indicado pelo presidente, Lacerda considerava que estava caracterizada a ditadura e que seu mandato não tinha mais sentido, por isso renunciou. Lacerda fala sobre as discussões políticas ocorridas na Câmara, quando seu pai era vereador. Ele comenta que outros vereadores também renunciaram e eles passaram a fazer comícios pelo Brasil, e obtiveram êxito. Explica que já então reconhecia algumas qualidades de Dutra, como a habilidade política. Lacerda diz que o marechal manteve as oligarquias no poder, como fez a “Revolução”. Acrescenta que foi institucionalizado o peleguismo patronal e operário, nenhum dos dois verdadeiros representantes de suas classes. Fala sobre a finalização da Constituinte, em 1946. Diz que uma das propostas apresentadas por um deputado da UDN previa a participação dos operários nos lucros e que essa proposta nunca foi regulamentada porque os operários preferiam aumento salarial à participação nos lucros. Explica que outra emenda apresentada por um político da UDN foi a do monopólio da



Petrobras, que não teve muita repercussão.

Código: BR RJAGCRJ.CL.FAM.2.050 –

1. Assunto 1.1 Lados A e B: Depoimento de Carlos Lacerda - 1º Dia – Partes 3 e 4

2. Temas 2.1 Lado A: Comícios de estudantes comunistas, Estado de Guerra, prisão de Lacerda, pelotão da Internacional Comunista, condições revolucionárias no Nordeste, Levante Comunista de 1935, origem da Aliança Libertadora Nacional, comício no João Caetano

2.2 Lado B: Relação comunistas com integralistas, ALN, manifesto de Prestes, julgamento e assassinato de Elza Miranda, execução de Olga Benário

Duração da fita: A:30min B:30min

Data: 19/03/1977

Assunto: Lado A: Continuação do depoimento de Carlos Lacerda. A fita se inicia com o depoente falando sobre os comícios de estudantes comunistas e das confusões entre eles, os integralistas e o governo. Os principais simpatizantes do comunismo estavam na Bahia, naquele momento, segundo Lacerda. Houve uma expansão para o Espírito Santo e, a partir daí, os manifestantes contrários a Getúlio, que estavam no RJ e em SP, ganharam força. O governo declarou então “Estado de Guerra”. Narra o momento em que ele se fingiu de estudante de Medicina, em 1937, aos 14 anos, na Bahia. Nessa época ele ainda era comunista e conheceu vários presos políticos. Ele conta sobre quando foi preso, em 1935/36, e do encontro com alguns integralistas na prisão. O nome Oiticica é citado pelo depoente. Era um crítico de música, anarquista, muito interessante e inesquecível para Carlos Lacerda, que também foi preso junto com ele. Ele teria se unido a Prestes por falta de opção. Lacerda afirma que nunca foi maltratado na prisão, mas que viu muitas pessoas, inclusive idosos, serem torturadas. Ele recorda também as prisões dos comunistas e os detalhes da organização minuciosa dos documentos deles, cujos principais dirigentes eram um alemão, um americano e um belga. Os três formavam o pelotão da Internacional Comunista no Brasil e mandavam em Luís Carlos Prestes. Havia rumores de que no Nordeste havia reais condições revolucionárias, como guerrilhas indígenas e outras comoções populares que chegavam aos russos e faziam com que eles acreditassem no potencial comunista brasileiro. Lacerda sublinha a bravura de Agildo Barata e de Eduardo Gomes no Levante Comunista de 1935. O jornalista Caio Júlio César Tavares, posteriormente conhecido como Júlio Tavares, também é mencionado. Conta a origem da Aliança Libertadora Nacional, movimento do qual participou, e diz que havia membros desse grupo que não eram comunistas. O erro grave teria sido querer fazer um comício popular no teatro João Caetano, com a presença de Getúlio Vargas. Isso teria descaracterizado o objetivo inicial da ALN. Lacerda teria sido incumbido por Costa Leite a conclamá-lo para líder da ALN. Ele achou sensacional e inclusive teria feito muitos elogios ao companheiro. Lacerda conta, ainda, que já tinha tido como missão, na época em que era comunista, pichar “Abaixo o Imperialismo” numa estátua de Pedro Álvares Cabral. Isso teria sido em 1933.

Resumo: Lado B: A fita é iniciada com Carlos Lacerda falando sobre a relação dos comunistas com os integralistas. A ALN funcionava na rua Almirante Barroso. Lacerda teria sido encarregado de ler um manifesto escrito por Luiz Carlos Prestes, em Barcelona. No texto, o líder socialista declarava apoio aos trabalhadores, soldados, marinheiros, negros e índios. Lacerda sinaliza o romantismo presente naquelas palavras. Menciona o nome do secretário do PC, Miranda, que era casado com uma menina de dezesseis anos, chamada Elza. Ela não estaria preparada para ser a esposa de um membro comunista tão importante e acabou sendo presa, junto com Olga Benário. Lacerda se detém um tempo falando sobre a execução de Olga na Alemanha nazista. Ao ser solta, Elza, não se sabe bem porque razão, acabou denunciando uma série de nomes importantes para a Polícia. Por conta



disso, ela foi submetida a um julgamento pelo tribunal revolucionário, que tinha como juiz um homem rico, conhecido como “milionário” e condenada à morte. Teria sido encontrado um bilhete de Prestes sobre o assunto, que dizia: “A revolução deve ser implacável com os traidores”. O assassinato teria sido cometido em uma casa do subúrbio e o corpo enterrado no quintal. Lacerda teria deixado de ser comunista e passado por uma crise ideológica. Foi um período difícil, ele não podia assinar os seus artigos e não entendia o apoio de Prestes a Getúlio Vargas. Ele teria sido indagado sobre este assunto por uma pesquisadora do CPDOC-FGV (ainda recente na época), que disse a ele ter sabido na PUC uma outra versão dessa história. Após ter deixado o PC, Lacerda foi trabalhar numa revista e escreveu contra a criação do Instituto do Doce. Numa matéria sobre educação ele conheceu Gustavo Capanema. Ao ser incumbido de fazer uma matéria sobre a luta do Estado Novo contra o comunismo, Lacerda se informou sobre o financiamento que a Light teria dado a uma revista de aspirações comunistas.

Código: BR RJAGCRJ.CL.FAM.2.051

1. Assunto 1.1 Lados A e B: Depoimento de Carlos Lacerda – 1º Dia- Parte 13 2º Dia – Parte 1

2. Temas 2.1 Lado A: Cristiano Machado, brigadeiro Eduardo Gomes, eleições, vitória de Getúlio, apoios a Vargas, espírito Tenentista, aliança Getúlio e Perón, FEB, luta contra a Itália, fim da ditadura, financiamento da campanha getulista, quebra do código do Itamaraty

2.2 Lado B: Vida política versus rotina de jornalista, tradição positivista, democracia versus ditadura, vítimas da seca, LBA, encontro com Darcy Vargas

Duração da fita: A: 40 min B: 40 min

Data: Lado A: 19/03/1977 Lado B: 20/03/1977

Resumo: Lado A: Fala sobre sua amizade com o político mineiro Cristiano Machado, e que foi discutir com ele a sua candidatura a presidente, dizendo que se o brigadeiro Eduardo Gomes e ele, Cristiano Machado, disputassem a eleição, Getúlio Vargas venceria. Então, que um dos dois teria que abrir mão da candidatura para evitar a vitória de Getúlio Vargas. Mas, Cristiano Machado não abriu mão da sua candidatura e o que ele tinha previsto aconteceu, Getúlio Vargas venceu a eleição. Comenta que fez campanha pelo brigadeiro, mas sabia que ele seria derrotado. Discorre sobre os discursos de Getúlio falando para os pobres. Mas, ressalva que a burguesia apoiou Getúlio também. Explica que nessa eleição começou a defender a tese, que desenvolveria depois, do suicídio de Vargas, de que não se substituiu uma ditadura por uma democracia em 24 horas e que esta tese lhe valeu fama de golpista e fascista. Afirma que a estrutura montada para estabelecer uma ditadura não seria desmontada facilmente e que a convocação da eleição sem fazer reformas no sistema eleitoral e sem desmontar a estrutura da ditadura era uma maneira de manter o estado de exceção. Acrescenta que, na década de 50, havia ainda um espírito Tenentista nas Forças Armadas brasileiras. Menciona que um dos erros do Castelo Branco foi acelerar o processo de renovação do Exército. Faz elogios ao general Góis Monteiro que, segundo ele, tinha vocação política e ascendência intelectual sobre os militares. Faz elogios também ao general Dutra. Diz que ele saiu do governo muito respeitado. Afirma que formulou a tese de que a volta do Getúlio ao poder representava uma aliança entre o Getúlio e o Perón, e que o articulador da aliança seria João Goulart. Acrescenta que encontrou com João Goulart, então ministro do Trabalho de Vargas, e conversou com ele sobre democracia, sobre sua proximidade com Perón e outros assuntos. Lacerda disse que nessa conversa teve a impressão, que depois se confirmou, que a relação de João Goulart com o poder era hedonista. Que ele não seria capaz de fazer sacrifícios para se manter no poder e que isso salvou o Brasil de uma guerra civil. Lacerda volta a falar sobre os generais do Exército brasileiro na década de 50. Afirma que a FEB (Força Expedicionária Brasileira) foi criada contra a vontade do Dutra e do Getúlio e que esse foi o preço para o Brasil ganhar uma siderúrgica e sentar-



se à mesa dos vencedores no fim da Segunda Guerra Mundial. Comenta que a entrada do Brasil na guerra contra a Itália, que era uma ditadura, contribuiu para o fim da ditadura no Brasil, mas que este não foi o fator principal. Explica que o fator principal foi o medo dos militares de que houvesse uma aliança entre Getúlio e a esquerda. Menciona que recebeu de um amigo, após a queda do Perón, na Argentina, uma xerox de um inquérito feito pelos oficiais que tinham tomado o poder na Argentina e que envolvia João Goulart. João Goulart teria superfaturado a venda de madeiras para a Argentina, com o objetivo de financiar a campanha eleitoral do Getúlio. Mas, explica que recebeu essa xerox com a condição de não divulgar a fonte e que depois recebeu uma carta comprovando a negociação irregular de João Goulart. E disse que pediu pela rádio Globo que o ministro da Guerra, General Lott, abrisse um inquérito policial militar para investigar o caso, e foi atendido. Conta que o militar nomeado para investigar o processo disse que a carta era verdadeira, mas depois reviu sua posição e afirmou que a carta era falsa. Lacerda admite que a carta era falsa e que esse episódio o desmoralizou. Menciona que depois teve acesso a um telegrama cifrado, com tradução em português, enviado pela embaixada brasileira em Buenos Aires ao Itamaraty, afirmando que existia um processo contra João Goulart na Argentina e que estava comprovada a irregularidade na venda de madeiras para financiar a campanha do Getúlio Vargas. Ressalta que foi à Câmara ler o telegrama, mostrando a tradução do código. Comenta que o grupo ligado a João Goulart pediu que a sua imunidade parlamentar fosse cassada para que ele fosse julgado como traidor da pátria, por haver revelado um código do Itamaraty, o que poria em risco a segurança nacional.

Resumo: Lado B: Lacerda diz que não se candidatou a nenhum cargo em 1950, porque não conseguia conciliar a atividade política com a sua rotina de jornalista. Explica que sempre tentou evitar que o seu jornal fosse um órgão da UDN (União Democrática Nacional) e que escrevia artigos críticos a Afonso Arinos, líder da UDN na Câmara, e que no dia seguinte sempre havia crises no partido. Destaca que outro motivo para desistir de se candidatar foi a sua constatação de que Getúlio Vargas iria vencer as eleições. Isto fez com que ele ficasse desmotivado. Fala que no Rio Grande do Sul existia uma tradição positivista entre os políticos e que Borges de Medeiros era um exemplo disso. E diz que Getúlio Vargas era um outro exemplo de político gaúcho positivista. Lacerda afirma que o positivismo dá margem ao autoritarismo. Comenta que Getúlio era incompatível com a democracia. Lacerda menciona a única vez que viu Getúlio pessoalmente, em uma visita a FEB. Assinala que não teve uma boa impressão do presidente, que fez perguntas inapropriadas ao general Cordeiro de Farias, comandante da FEB. Conta um episódio em que estava havendo uma seca terrível no Nordeste e que os órgãos do segundo governo Getúlio Vargas desmentiram a existência de seca. Fala que viajou para o Nordeste e verificou a existência da seca, por isso lançou uma campanha para ajudar às vítimas da seca, no rádio e no jornal. Destaca que a campanha inicialmente fez sucesso, mas que depois foi alvo de críticas da LBA (Legião Brasileira de Assistência), o que fez com que ela perdesse força e quase acabasse. Menciona que foi convidado por um amigo para ir ao palácio do Catete, com o objetivo de conversar com a primeira dama, Darcy, e que Getúlio estava viajando. Ele aceitou o convite e foi ao palácio do Catete com seu filho e seu amigo. Discorre sobre a sua conversa com a primeira dama e conta que ela disse que não tinha nenhuma ligação com a política do marido. Lacerda pediu apoio para a sua campanha contra a seca e comenta que conseguiu chegar a um acordo com a primeira dama. Ele acrescenta que houve uma troca de farpas entre eles, mas nada que chegasse a tornar o encontro desagradável. Explica que a campanha durou pouco tempo, a LBA assumiu tudo. Mas ele considera que a campanha obrigou o governo a reconhecer, oficialmente, a existência da seca e que o governo começou a tomar providências, diminuindo a importância das campanhas filantrópicas.



Código: BR RJAGCRJ.CL.FAM.2.052

1. Assunto 1.1 Lados A e B: Depoimento de Carlos Lacerda – 3º Dia – Partes 8 e 9

2. Temas 2.1 Lado A: CPI da greve da Panair, contra construção de Brasília, UDN favorável, lei de criação do estado da Guanabara, contribuição do IBADE, elogio a Jânio Quadros, Samuel Wainer e a *Última Hora*, Caravana da Liberdade, Tenório Cavalcante, candidatura Lacerda

2.2 Lado B: Candidatura de Jânio Quadros

Duração da fita: A: 45 min B: 45 min

Data: 26/03/1977

Resumo: Lado A: Diz que foi convidado a participar da CPI e aceitou o convite e que um dos depoentes disse que não entendia nada de petróleo, mas tinha conseguido participar da concorrência por ter se aproximado do presidente Juscelino. Acrescenta que depois esse homem sumiu. Outro caso de CPI foi o da greve da Panair. Lacerda diz que foi ele que propôs a criação da CPI, porque obteve informações sobre a grave crise que a empresa atravessava. Comenta que teve uma reunião com presidente da Panair, Paulo Sampaio, e tentou um acordo antes do seu depoimento na CPI. Explica que ele não aceitou, então Lacerda o convocou para depor na CPI. A primeira pergunta que Lacerda fez a ele, na CPI, foi como ele sendo presidente de uma companhia brasileira de aviação era o maior acionista de uma companhia de aviação venezuelana. Perguntou, também, como ele poderia ser grande acionista da Cruzeiro do Sul, se era presidente da Panair. Fala que fez várias perguntas que ele não soube responder e os grevistas saíram vitoriosos. Ressalta que a sua defesa da greve da Panair criou uma confusão nos políticos de esquerda, que não sabiam se também defendiam a greve, ou se ficavam contra a greve, para não ficar do mesmo lado que ele. Comenta que teve uma discussão com Antônio Maria porque este defendeu Paulo Sampaio na sua frente. Afirma que era contra a construção de Brasília, mas preferiu não criar polêmica porque sabia que não iria conseguir evitar a construção da cidade, e porque a maioria da UDN (União Democrática Nacional) era favorável. Critica a criação do estado da Guanabara, por ter sido feita de maneira apressada. Explica que a lei da criação do estado foi feita em 24 horas. Fala sobre a contribuição que alguns políticos receberam do IBADE (Instituto Brasileiro de Ação Democrática) em suas campanhas eleitorais. Diz que não via problemas nisso, que essa contribuição não era ilegal e que nem todas as empresas que financiavam o IBADE eram americanas. Comenta sobre um encontro que teve com Jânio Quadros, após ele ter sido eleito prefeito de São Paulo. Faz elogios a Jânio Quadros e conta que ele tinha interesse em resolver os problemas, era carismático, e pela primeira vez um político de oposição tinha condições de ser eleito presidente da República. Explica que, depois, Jânio Quadros o visitou e fez várias críticas a Samuel Wainer e à criação de seu jornal, dizendo que era um escândalo. Lacerda publicou as críticas e pouco tempo depois Jânio Quadros o desmentiu, afirmando que nunca havia dado aquelas declarações. Lacerda ligou para ele e o chamou de charlatão. Lacerda volta a falar da Caravana da Liberdade e conta o sucesso que Tenório Cavalcante fazia nas viagens às cidades do interior. Diz que a Caravana aproximou a UDN da população, embora o objetivo não fosse fazer campanha eleitoral, pedir votos. Explica que a Caravana o ajudou a ficar conhecido nacionalmente e que a tônica da campanha era a corrupção no governo Juscelino, o desperdício, o crescimento da inflação. O objetivo era politizar a população, visitar locais que os políticos só visitam em época de eleição. Comenta que a UDN era um partido pobre, embora alguns políticos que pertenciam ao partido fossem ricos. Acrescenta que não tinha intenção de se candidatar à presidência em 1960, embora tivesse apoio dentro da UDN para ser candidato. Menciona que depois de se recusar a ser o candidato da UDN, ouviu Juraci Magalhães dizer que, se fosse candidato, teria o apoio do Juscelino e talvez o de Jânio Quadros. Lacerda disse que não fazia sentido ter o apoio de Juscelino, que era alvo de críticas da UDN. Explica que o fato de não ser candidato não significava que apoiaria outra candidatura da UDN. Fala sobre uma reunião que teve com Jânio Quadros, que definiu o apoio da UDN à sua candidatura a presidente. Diz que São Paulo enganou o resto do país ao mostrar uma imagem positiva de Jânio.



Resumo: Lado B: Lacerda fala sobre as imposições que os udenistas fizeram a Jânio para garantir apoio à sua candidatura. Diz que Jânio aceitou todas as imposições e que ameaçou renunciar à candidatura por divergências sobre a escolha de seu vice. Conta que, depois disso, Jânio sumiu e que teve que ir atrás dele. Lacerda fala que conseguiu saber onde Jânio estava e foi encontrá-lo. Jânio, então, disse que estava insatisfeito com as pressões que estava sofrendo e alegou outro motivo, a suspeita de que sua mulher estivesse com câncer. Discorre sobre as reuniões para decidir o vice de Jânio, que havia decidido manter a candidatura. Menciona que surgiu o nome de Milton Campos como opção para ser vice. Lacerda discorre sobre as reuniões que confirmaram a candidatura de Jânio Quadros à presidência da República e que Jânio pensou em desistir da candidatura novamente, mas que acabou aceitando a indicação de Milton Campos para seu vice. Lacerda explica porque apoiou Jânio, pois ele ganharia de qualquer maneira, então era melhor tê-lo como aliado do que como adversário. Explica que praticamente não participou da campanha de Jânio.

Código: BR RJAGCRJ.CL.FAM.2.053

1. Assunto 1.1 Lados A e B: Depoimento de Carlos Lacerda 5º Dia - Partes 7 e 8

2. Temas 2.1 Lado A: Prisão, ditadura militar, greve de fome, apoio de Mario Lago, coma diabético
2.2 Lado B: Protestos e apoio à greve de fome, interrogatório, rompimento com a “Revolução”, traição do Exército, carta a Costa e Silva, fim da greve de fome

Duração da fita: A: 30 min

B: 30 min

Data: 16/04/1977

Resumo: Lado A: Carlos Lacerda fala sobre sua prisão no período da ditadura militar. Conta que teve como companheiro de cela o ator Mário Lago, que foi preso várias vezes nesse período. Diz que eles ficaram amigos na prisão. Lacerda conta o caso do filho de um advogado que foi preso com o pai, porque o pai tinha pedido um *habeas corpus* para um estudante, preso em uma manifestação contra o governo. O pai conseguiu sair, mas o filho ficou preso e não se conformava com a prisão e dizia para os outros presos: Vocês, eu entendo porque estão aqui, mas eu? Lacerda discorre sobre a sua decisão de fazer uma greve de fome em protesto contra a sua prisão. Diz que já havia feito isso antes e que estava de dieta, por isso chegou a pensar em não fazer greve de fome, mas acabou decidindo fazer. Contou que encontrou um coronel que havia sido seu comandante quando era governador e se mostrou disposto a ajudá-lo no que fosse possível. Menciona o pedido que fez para que avisassem ao dono do Lidador que ele estava preso e que provavelmente passaria o Natal na cadeia. Pouco tempo depois, ele recebeu duas caixas com vários produtos suficientes para fazer um Natal de luxo. Lacerda acrescenta que conseguiu manter a greve de fome e distribuiu os mantimentos entre os outros presos. Fala que Mário Lago foi aclamado líder da cela, mas com a condição de que Lacerda o ajudasse. Comenta que preso nunca poderia estar satisfeito e nem dizer que estava sendo bem tratado. Acrescenta que a primeira reivindicação dos presos aceita foi o direito ao banho de sol duas horas por dia e que se sentiu mal no primeiro dia de banho de sol por causa da greve de fome, e que os médicos foram contra, mas vendo que ele insistia, recomendaram que bebesse muita água. Ele, então, argumentou que não tinha dinheiro para comprar água e que um dos médicos comprou várias garrafas d'água. Lacerda destaca que o coronel que o ajudava conseguiu uma geladeira para colocar as garrafas. Então, o Mário Lago reclamou: “esta prisão não vale. Eu já estive na geladeira, mas prisão com geladeira eu nunca vi. Isso é privilégio demais, já está perdendo a graça.” Lacerda ressalta que os presos tentaram jogar cartas para se distrair, mas não deu certo porque só o Hélio Fernandes sabia jogar cartas. Então, que a diversão passou a ser um rádio de pilha que alguém conseguiu. Conta, também, que foi comunicado pelos médicos que, pelo



fato de haver um histórico de diabetes na família, poderia entrar em coma diabético e que eles teriam que avisar ao coronel. Lacerda diz que foi assim que os outros presos ficaram sabendo. O único que sabia até então era o Mário Lago.

Resumo: Lado B: Lacerda fala que começou a receber visitas da família e que sua mulher e sua filha não pediram que ele desistisse da greve de fome, mas que seu irmão falou: “Carlos, eu te conheço, eu sei que não adianta tentar tirar isto da sua cabeça. Agora, queria que você entendesse bem o que está se passando. Os jornais não estão noticiando nada disso, as praias estão repletas, o sol está maravilhoso, está todo mundo na praia, ninguém está tomando conhecimento disso. Então você vai morrer estupidamente. Você quer fazer Shakespeare na terra da Dercy Gonçalves?” Comenta que esse argumento quase o fez mudar de ideia, mas ele não desistiu. Discorre sobre um depoimento que teve que prestar a um delegado que foi à prisão e que as perguntas eram irrelevantes, cita a primeira: “O senhor tentou formar uma Frente Ampla com os ex-presidentes Juscelino Kubitschek e João Goulart? E que ele respondeu: “Tentei, o que me admira é o senhor não saber, saiu em todos os jornais.” Ressalta que as perguntas continuaram nesta linha e que ele disse que a única coisa que teria a acrescentar é que a formação da Frente Ampla foi criada antes do AI5 e que, portanto, não deveria ser considerada crime. Destaca que respondeu à pergunta “porque rompeu com a “Revolução””, afirmando que o Exército traiu o seu compromisso de garantir à população liberdade e eleições livres. Narra, ainda, que conseguiu enviar uma cópia do seu depoimento ao exterior e que lá foi publicada a notícia de que ele estava em greve de fome, fato que gerou uma certa repercussão. Menciona que os médicos que estavam cuidando da sua saúde enviaram uma carta ao presidente Costa e Silva relatando a gravidade da sua greve de fome e que sua filha também enviou uma carta ao presidente. Lacerda conta que no dia seguinte foi visitado por um delegado que tentou convencê-lo a acabar com a greve de fome, sugerindo que ele passasse a ficar em prisão domiciliar. Lacerda recusou a oferta. O delegado disse que poderia forçá-lo a se alimentar artificialmente. Mas Lacerda disse que toda vez que acabasse a alimentação artificial, ele voltaria à greve de fome. Comenta que o delegado voltou dizendo que ele estava livre. Então, acabou a greve de fome que durara uma semana. Ele convidou o coronel à sua casa para tomar uísque e comer empadinhas. Mas, diz que a alegria durou pouco, porque seu médico chegou e o proibiu de comer empadinhas, beber uísque e mandou ele ir para cama descansar e beber coca-cola. Discorre sobre a formação da Frente Ampla.

Código: BR RJAGCRJ.CL.FAM.2.054

1. Assunto 1.1 Lados A e B: Depoimento de Carlos Lacerda – 5º Dia – Partes 5 e 6

2. Temas 2.1 Lado A: Uso do Ato para cassação, direito a defesa, críticas à “Revolução”, alienação política, mudanças estruturais

2.2 Lado B: Eleição de Costa e Silva, rivalidade Costa e Silva / Castelo Branco, ingerência do general Portela, AI 5, fechamento do Congresso, prisão

Duração da fita: A: 30 min - B: 30 min

Data: 16/04/1977

Resumo: Lado A: Carlos Lacerda fala sobre as cassações e que utilizou o Ato para cassar dois funcionários do estado da Guanabara, um desembargador e um delegado de polícia. Mas, afirma que considerava um absurdo que a pessoa fosse cassada sem ter direito a defesa. Critica as cassações de políticos como Juscelino e João Goulart porque, segundo Lacerda, há políticos que teriam mais motivos para serem cassados do que os dois ex-presidentes. Critica a “Revolução” por não expulsar do poder as oligarquias políticas que levaram o país ao atraso político, econômico, social e cultural. Considera que Juscelino teve grande responsabilidade na situação a que o Brasil



chegara, porque ele tinha colocado os interesses políticos acima dos interesses nacionais. Fala que a “Revolução” afastou os estudantes e as mulheres da política, transformou a faculdade apenas em formadora de profissionais, não mais formadora de cidadãos. Explica que o potencial que o Brasil tinha para ser uma grande potência não era o suficiente para que o país realmente se desenvolvesse, pois seriam necessárias, segundo Lacerda, mudanças estruturais em diversas áreas para que o país progredisse. Fala principalmente sobre a necessidade de melhorar a educação, do ensino básico às universidades, mas também ressalta a necessidade de haver melhoras na agricultura e na indústria brasileira. Comenta que o pior dos 38 anos de ditadura de Portugal não foi a falta de liberdade, mas a falta de desenvolvimento do país, que permanecia até aquela data, mesmo o país tendo então um regime democrático.

Resumo: Lado B: Lacerda fala sobre a eleição de Costa e Silva e sobre a sua suspeita de que Costa e Silva já estava doente antes de assumir a Presidência. Conta sobre uma reunião que teve com ele em que eles não conversaram nada de relevante. Lacerda ficou em dúvida se Costa e Silva estava senil, ou mudou de ideia e não quis conversar nada de importante, depois que a notícia da reunião saiu no jornal. Discorre sobre a rivalidade existente entre Costa e Silva e Castelo Branco, que teria sido iniciada há muito tempo. Levanta várias hipóteses para o motivo da rivalidade, mas não chega a uma conclusão. Diz que o general Portela começara a mandar muito no governo Costa e Silva, o que seria um indício de que Costa e Silva já estava doente. Mas que era só uma hipótese, que não tinha como ser comprovada. Comenta sobre o fechamento do Congresso e a implantação do AI5. Diz que, nesta época, estava fazendo um tratamento de sonoterapia e que viu de casa a leitura do AI5. Conta que se surpreendeu com a reação de um sobrinho de 16, 17 anos, que demonstrou total desinteresse em relação ao Ato Institucional. Lacerda acrescenta que no dia seguinte à decretação do AI5 foram até a sua casa prendê-lo e que foi levado para o forte de Santa Cruz, em Niterói, mas ficou pouco tempo lá, tendo sido transferido para o quartel da Polícia Militar, na rua Frei Caneca.

Código: BR RJAGCRJ.CL.FAM.2.055

1. Assunto 1.1 Lados A e B: Depoimento de Carlos Lacerda 3º Dia – Parte 5 1º Dia – Parte 7

2. Temas 2.1 Lado A: Retorno ao Brasil, anistia, Alckmin, ministro da Fazenda, campanha contra FMI, liderança da oposição, inquérito João Goulart

2.2 Lado B: Processo e absolvição, traidor da pátria, incriminação de João Goulart, vitória de Milton Campos, tentativa de golpe militar

Duração da fita: A: 30 min

B: 30 min

Data: Lado A: 26/03/ 1977 Lado B: 19/03/1977

Resumo: Lado A: Lacerda fala sobre a sua decisão de voltar ao Brasil depois de morar em Paris e em Lisboa. Diz que Juscelino foi inteligente ao anistiar os militares que tentaram derrubar o seu governo através de um golpe. Fala sobre a dificuldade que Juscelino teve para encontrar um ministro da Fazenda e que ele acabou nomeando o Alckmin. Fala sobre o apoio que Juscelino recebeu ao fazer uma campanha contra o Fundo Monetário Internacional (FMI). Lacerda conta que seu carro ficou 10 meses retido na Alfândega, por implicância do ministro da Fazenda, [José Maria] Alckmin, com ele. Fala sobre as disputas políticas que ocorriam na Câmara entre os deputados dos partidos de oposição ao governo. Conta como foi eleito líder da oposição na Câmara e que parte dos deputados que o elegeram cobraram uma posição mais ativa dele como líder e que, como resposta, ele passou praticamente dois dias inteiros reunido com esses deputados, demonstrando que tinha resistência para enfrentar longas reuniões. Disse que, depois disso, não houve mais cobranças. Fala sobre o episódio da carta que recebeu da Argentina acusando João Goulart de cometer



irregularidades na venda de madeiras para o país, com o objetivo de financiar a campanha de Getúlio Vargas à Presidência do Brasil, em 1950. Diz que a embaixada brasileira recebeu essa informação e enviou um telegrama em código ao Itamaraty relatando o caso. Disse que teve acesso ao telegrama, mas que não iria revelar a sua fonte.

Resumo: Lado B: Fala sobre o processo que sofreu durante o governo de Juscelino e que conseguiu ser absolvido da acusação de traidor da pátria na Câmara, que não autorizou que se abrisse um processo contra ele. Diz que a sua absolvição era a prova de que o telegrama que dizia que um inquérito oficial do governo argentino incriminava o vice-presidente João Goulart era verdadeiro e que a Câmara reconheceu que João Goulart havia sido incriminado. Diz que não se falou mais nesse assunto. Discorre sobre a vitória de Milton Campos em Minas Gerais, considerada inesperada. Explica que inicialmente a UDN não acreditava no próprio candidato, mas houve uma reviravolta e ele venceu a eleição. Comenta que ele foi um bom governante, mas sem vocação política. Fala sobre uma tentativa de golpe militar, planejada por oficiais da Aeronáutica. Diz que foi convidado a participar do golpe, mas se recusou e ainda avisou a alguns deputados e alertou o ministro da Guerra, marechal Lott, que tomou as devidas providências para evitar o golpe.

Código: BR RJAGCRJ.CL.FAM.2.056

1. Assunto 1.1 Lados A e B: Depoimento de Carlos Lacerda 4º Dia – Partes 4 e 5

2. Temas 2.1 Lado A: Viagem a Brasília, renúncia ao cargo de governador, condecoração a Che Guevera, conversa com Jânio, escritos sobre estado de exceção, apoio a reformas

2.2 Lado B: Conversa com Eudes e Pedroso Horta, reformas na Constituição, apoio das Forças Armadas, tentativa de golpe de Jânio Quadros

Duração da fita: A: 30 min

B: 30 min

Data: 27/03/1977

Resumo: Lado A: Carlos Lacerda discorre sobre sua viagem a Brasília, com a intenção de renunciar ao cargo de governador da Guanabara. Explica que não se surpreendeu com a condecoração de Che Guevara com a ordem do Cruzeiro do Sul e diz que não foi a Brasília por esse motivo. Comenta que achou cômico, como já havia achado cômicas outras condecorações. Diz que teve uma reunião com o presidente Jânio Quadros e inicialmente a conversa foi irrelevante. Lacerda menciona que depois de um tempo perguntou a Jânio quais eram as suas intenções e disse que se sentia parcialmente responsável por sua eleição e que por isso queria saber quais eram os seus planos. Jânio o convidou para ir ao cinema. Eles foram ao cinema no palácio do Alvorada e começaram a ver um filme de cowboy. Lacerda diz que interrompeu o filme e disse que pensava na possibilidade de renunciar ao cargo de governador da Guanabara, por ter dado seu apoio a ele. Jânio disse que queria conversar após ver o filme. Lacerda conta que Jânio chamou um contínuo e pouco tempo depois o contínuo voltou dizendo que o ministro Horta estava ao telefone. Ressalta que Jânio voltou e disse que o ministro queria falar com ele e que ele respondeu que não tinha nada a falar com o Horta, mas Jânio insistiu e ele foi. Discorre, então, sobre a sua reunião com o ministro Horta na casa dele, onde estavam também San Tiago Dantas e José Aparecido, e que foi uma reunião informal. Até que foi conversar separadamente com o Horta e que este lhe disse que o Jânio havia pedido que conversasse com ele, Lacerda. Horta disse que Jânio tinha interesse em alguns artigos que Lacerda tinha escrito sobre estado de exceção, durante o governo Café Filho. Lacerda concordou que havia escrito aqueles artigos, mas que não entendia porque havia interesse neles, porque o contexto de então era totalmente diferente. Lacerda conta que Horta pediu que Lacerda falasse com o ministro da Marinha para que ele apoiasse as reformas que Jânio pretendia fazer. Lacerda não aceitou e disse que se não tivesse uma conversa com o presidente iria renunciar ao



cargo de governador e voltar a se dedicar ao seu jornal. E afirmou mais uma vez que se Jânio Quadros não cumprisse as promessas que havia feito, ele abandonaria a vida pública.

Resumo: Lado B: Lacerda comenta que, ao voltar para o palácio, foi informado de que o presidente havia reservado um quarto para ele em um hotel. Então, foi para o hotel e começou a escrever em um diário sobre as reuniões que havia tido no último dia, pois estava angustiado com a situação. Conta que chamou Eudes ao seu quarto e pouco tempo depois informaram da portaria que o Pedroso Horta queria falar com ele. Ele mandou o Pedroso Horta subir e começou a conversa. Pedroso Horta disse que o Jânio considerava impossível governar com o Congresso e por isso pretendia fazer reformas na Constituição que reforçassem o poder do presidente. Lacerda respondeu que não poderia dar um cheque em branco e que acreditava que as reformas poderiam ser feitas pelo Congresso. Horta ressaltou que Jânio tinha o apoio das Forças Armadas. Lacerda retrucou que não fazia sentido instalar um estado de exceção, o que era defendido pelo Horta. Lacerda conta que decidiu encerrar a reunião e disse ao ministro que não aceitava intermediários e que tinha duas escolhas ou renunciaria ou iria denunciar a conspiração que Jânio estava programando. Horta tentou convencê-lo a mudar de ideia. Diz que no dia seguinte voltou ao Rio e convocou uma reunião em sua casa. Depois, marcou uma reunião com o ministro da Aeronáutica, e o alertou de que ele seria convidado a participar de um golpe e que explicou a ele a situação. Lacerda explica que tinha credibilidade e que o brigadeiro acreditou nele. Lacerda contou que o ministro do Exército e o da Marinha estavam apoiando o presidente e acrescenta que depois viajou para São Paulo, para conversar com o Carvalho Pinto, a quem contou os planos de Jânio Quadros. Sugeriu que Carvalho Pinto organizasse uma reunião de governadores, que apoiavam o governo, com o presidente, para saber o que ele queria do Congresso, para os governadores decidirem se deviam apoiá-lo. Carvalho Pinto recusou-se a marcar a reunião porque Jânio não havia conversado com ele. Lacerda disse que então iria à televisão denunciar as intenções de Jânio. Explica que foi à televisão no dia seguinte e que, quando começou a falar, a plateia no auditório impediu que a voz dele fosse ouvida. Mas salienta que depois de um tempo conseguiu falar da maneira mais diplomática possível sobre o risco que o país estava correndo.

Código: BR RJAGCRJ.CL.FAM.2.057

1. Assunto 1.1 Lado A: Propaganda Política

1.2 Lado B: Música

2. Temas 2.1 Lado A Propaganda política de Mauro Magalhães

2.2 Lado B: Música

Duração da fita: A: 01min B:04:46min

Data: s/d

Resumo: Lado A: Propaganda política – É mencionado o nome Mauro Magalhães com música ao fundo.

Lado B: Música

Código: BR RJAGCRJ.CL.FAM.2.058

1. Assunto 1.1 Lados A e B: Depoimento de Carlos Lacerda 4º Dia – Partes 8 e 9

2. Temas 2.1 Lado A: Reforma Agrária, terras para os índios, relatório sobre comunistas



2.2 Lado B organizações militares contra o comunismo, veto da UDN, tentativa de reconciliação de João Goulart

Duração da fita: A:30: 40min B:30:35min

Data:27/03/1977

Resumo: Lado A: Depoimento de Carlos Lacerda, que fala inicialmente sobre a Reforma Agrária e ressalta a necessidade de se solucionar o problema da ausência de terras para os índios. São feitas considerações sobre a importância que a esquerda dava a esse processo e o nome de Miguel Arraes é mencionado. Cita um relatório secreto da embaixada francesa sobre os comunistas, que teria sido muito procurado pelos militares, durante a consolidação da “Revolução de 1964”.

Resumo: Lado B: A gravação se inicia com os comentários de Carlos Lacerda sobre as organizações militares contra o comunismo. O objetivo dessas organizações era fazer com que a população se sentisse parte do regime e denunciasse os opositores. Lacerda conta que a UDN não concordava com essa postura. Fala sobre o assassinato de um fazendeiro de Magé, no interior do Rio de Janeiro, que tinha problemas com o governo militar, por não concordar com as políticas agrícolas recém-implementadas. Lacerda fala que João Goulart tentou se reconciliar com alguns militares, mas que não obteve êxito.

Código: BR RJAGCRJ.CL.FAM.2.059

1. Assunto 1.1 Lados A e B: Depoimento de Carlos Lacerda – 4º Dia – Partes 4 e 5

2. Temas 2.1 Lado A: Críticas a Jânio, falta de diálogo, condecoração a Che Guevara, reunião com Pedroso Horta, San Tiago Dantas e José Aparecido, artigos sobre regime de exceção, apoio dos ministros

2.2 Lado B: Conteúdo igual à fita 056, lado B, com final inédito - Conversa com Eudes e Pedroso Horta, reformas na Constituição, apoio das Forças Armadas, tentativa de golpe de Jânio Quadros, convite para fim de semana em Brasília, pretexto para não ir

Duração da fita: A: 40 min B: 40 min

Data: [1961 a 1977]

Resumo: Lado A: Lacerda critica o relacionamento de Jânio Quadros com o Congresso. Diz que o presidente dava pouca importância ao Congresso e não dialogava com os congressistas. Acrescenta que o presidente não mandava leis para o Congresso votar. Desmente que tenha ido ao palácio do Planalto para falar com Jânio Quadros, por causa da visita de Ernesto Che Guevara ao Brasil, com vistas a ser condecorado com a medalha do Cruzeiro do Sul. Diz que só soube que Che Guevara tinha ido a Brasília quando já estava a caminho do palácio do Planalto e que não se surpreendeu com a visita, porque Jânio Quadros já tinha ido a Cuba. Conta que chegou na hora do jantar e que Jânio Quadros já havia jantado. Comenta que ambos falaram mal de Brasília. Após o jantar, Lacerda disse que tinha uma parcela de responsabilidade na eleição de Jânio e que esperava saber quais eram os planos dele na Presidência. Jânio não quis conversar e preferiu convidar Lacerda a ver um filme. Lacerda aceitou, mas continuou insistindo que precisava conversar com Jânio, mas que ele preferia continuar vendo o filme. Pouco tempo depois, o filme foi interrompido para Jânio atender a uma ligação do Pedroso Horta e pediu para Lacerda ir à casa dele. Lacerda foi e disse que encontrou na casa o Santiago Dantas, o Pedroso Horta e o José Aparecido. Lacerda conta que Horta pediu para conversar com ele em particular e disse que Jânio tinha pedido para conversar com ele. Jânio queria que Lacerda mandasse para ele uma série de artigos que havia escrito sobre regimes de exceção. Lacerda respondeu que não havia a menor necessidade de se pensar em regime de exceção. Horta argumentou que algumas mudanças precisavam ser realizadas e que o Jânio tinha o apoio do ministro da Guerra e do ministro da Marinha. Lacerda conta que considerou melhor



interromper a conversa naquele ponto e que ainda pretendia ter uma conversa com Jânio Quadros. Diz, ainda, que Jânio desistiu de ler a série de artigos sobre regimes de exceção.

Resumo: Lado B: Lacerda comenta que ao voltar para o palácio foi informado de que o presidente havia reservado um quarto para ele em um hotel. Então, foi para o hotel e começou a escrever em um diário sobre as reuniões que havia tido no último dia, pois estava angustiado com a situação. Conta que chamou Eudes ao seu quarto e pouco tempo depois informaram da portaria que Pedroso Horta queria falar com ele. Ele mandou Pedroso Horta subir e começou a conversa. Pedroso Horta disse que Jânio considerava impossível governar com o Congresso e por isso pretendia fazer reformas na Constituição que reforçassem o poder do presidente. Lacerda disse que não poderia dar um cheque em branco e que acreditava que as reformas poderiam ser feitas pelo Congresso. Horta ressaltou que Jânio tinha apoio das Forças Armadas. Lacerda retrucou que não fazia sentido instalar um estado de exceção, o que era defendido por Horta. Lacerda disse que decidiu encerrar a reunião e disse ao ministro que não aceitava intermediários e que tinha duas escolhas ou renunciaria ou iria denunciar a conspiração que Jânio estava programando. Horta tentou convencê-lo a mudar de ideia. Diz que no dia seguinte voltou ao Rio e convocou uma reunião em sua casa. Depois marcou uma reunião com o ministro da Aeronáutica, e o alertou de que ele seria convidado a participar de um golpe e que explicou a ele a situação. Lacerda disse que tinha credibilidade e que o brigadeiro acreditou nele. Lacerda contou que o ministro do Exército e o da Marinha estavam apoiando o presidente. Lacerda acrescenta que depois viajou para São Paulo para conversar com o Carvalho Pinto, a quem contou os planos de Jânio Quadros. Sugeriu que Carvalho Pinto organizasse uma reunião de governadores que apoiavam o governo com o presidente para saber o que ele queria do Congresso, para os governadores decidirem se deviam apoiá-lo. Carvalho Pinto recusou-se a marcar a reunião porque Jânio não havia conversado com ele. Lacerda disse que então iria à televisão denunciar as intenções de Jânio. Explica que foi à televisão no dia seguinte e que, quando começou a falar, a plateia no auditório impediu que a voz dele fosse ouvida. Mas, diz que depois de um tempo conseguiu falar da maneira mais diplomática possível sobre o risco que o país estava correndo. Diz que pouco tempo depois recebeu um telefonema de Jânio Quadros. No telefonema Jânio disse que os dois precisavam conversar mais e convidou Lacerda e sua esposa para passarem o fim de semana em Brasília. Lacerda comenta que aceitou o convite e que falou com a sua mulher, mas ela não quis ir. Ela ponderou que era uma estratégia do Jânio para evitar que Lacerda fizesse novas críticas a ele, depois de passar um fim de semana agradável em sua companhia. Lacerda afirmou que não podia recusar o convite. Sua mulher lembrou que o filho deles, Sebastião, estaria de volta da Alemanha depois de um mês. Esse foi o pretexto utilizado por Lacerda para recusar o convite. Ele conta que começaram a chegar as notícias de que o golpe estava em marcha e que foi à televisão denunciar, pois derrubar maus governos não chegava a ser um demérito. Lacerda menciona que recebeu a visita do general Cordeiro de Farias no palácio Guanabara, e que este afirmou que Jânio não pretendia dar um golpe.

Código: BR RJAGCRJ.CL.FAM.2.060

1. Assunto 1.1 Lado A: Depoimento de Carlos Lacerda – 5º Dia – Partes 3 e 4

2. Temas 2.1 Lado A: Crítica a Castelo Branco, igreja veta Rafael de Almeida Magalhães, candidaturas Flexa Ribeiro, Negrão de Lima e marechal Lott, atraso no repasse de verbas, fim da eleição direta

2.2 Lado B: Castelo Branco/Costa e Silva, barganha e hesitação nas cassações, uso político e ampliação das cassações, Banco Nacional da Habitação, Sandra Cavalcante

Duração da fita: A: 40min B: 45min



Data:16/04/1977

Resumo: Lado A: Carlos Lacerda critica Castelo Branco por ter separado a economia da política. Diz que essa era uma característica dos militares, separar as áreas, e diz que por isso os militares não eram bons políticos. Destaca que o governo Castelo Branco não inovou em nada, apenas repetiu o que já estava estabelecido. Fala sobre a disputa interna existente na UDN para a escolha do candidato a governador da Guanabara, após o término do seu mandato. Lacerda afirma que um dos possíveis candidatos, Rafael de Almeida Magalhães, não tinha apoio da Igreja porque ele não era casado e vivia com uma mulher desquitada. Conta que o alertou que se ele fosse candidato teria que enfrentar a pressão da Igreja em relação à sua família. Lacerda o considerava o candidato ideal, mas ele acabou desistindo da candidatura. Lacerda comenta sobre as candidaturas dos outros partidos para o governo da Guanabara. Ele ressalta que o PTB enfrentara dificuldades para encontrar um candidato. Lacerda afirma que o único candidato que unira a UDN tinha sido o Flexa Ribeiro. Faz críticas ao candidato que concorreu com Flexa Ribeiro, Negrão de Lima, mas reconhece que ele era um político muito hábil. E comenta que ele tinha a vantagem de ser muito próximo ao Juscelino e não ter maiores incompatibilidades com o PTB. Diz que o PSD apoiou o Lott e o PTB o Negrão de Lima. Conta que o governo federal começou a diminuir o repasse de verbas para o estado da Guanabara e que com isso o governo atrasou em dois meses o salário dos servidores estaduais. Lacerda assinala que avisou a Flexa Ribeiro, durante a campanha eleitoral, que ele já havia perdido a eleição e que não haveria mais eleição direta no Brasil. Salienta que avisou a população, durante a campanha, que se Flexa Ribeiro não vencesse a eleição, não haveria mais eleições diretas. Explica que a aliança que apoiava Negrão de Lima era muito forte e por isso ele venceu a eleição. Lacerda afirma que a sua previsão se confirmou e pouco tempo depois acabou a eleição direta no Brasil.

Resumo: Lado B: Lacerda fala que Castelo Branco não queria que Costa e Silva fosse seu sucessor na presidência da República, mas não conseguiu evitar que isto acontecesse. Diz que a linha dura apoiava Costa e Silva. Elogia Castelo Branco por ter mantido o respeito a ele, apesar da mágoa que lhe tinha. Diz que não foi cassado porque não havia motivo, não poderia ser acusado de corrupção, nem de ser subversivo. E antes do AI5 ninguém era cassado só por criticar o presidente, segundo Lacerda. Ele lembra que Castelo hesitou em cassar Juscelino e que antes do AI-5 havia muita barganha nas cassações. Lacerda afirma ser contra o Ato, mas admite que o usou contra um desembargador. Mas confirma que era contra a aplicação do Ato. Explica que as cassações eram utilizadas para dar maioria à Arena, ou por outros motivos pelos quais não deviam ser utilizadas. Mas, considera que o mais grave não foram as cassações, mas a manutenção da classe política que havia levado o país à situação que provocou a “Revolução”. Diz que esse foi um grande erro, pois deveria ter havido uma reforma profunda na política brasileira. Considera Juscelino responsável pela situação a que o país chegou. Diz que ele colocou os seus interesses políticos acima dos interesses nacionais. Critica os militares por terem cassado apenas os grandes líderes e não terem ampliado e cassado quem levou o país a essa situação. Critica também a falta de apoio dos militares à participação política dos estudantes e das mulheres. Assinala que uma das poucas mulheres que obteve apoio dos militares foi Sandra Cavalcante, que foi nomeada presidente do Banco Nacional de Habitação. Mas diz que ela não ficou muito tempo no cargo, porque no seu discurso de posse disse que a “Revolução” tinha começado no governo Carlos Lacerda. Argumenta que o fato de o Brasil ser um país grande e com riquezas naturais não garantia que alcançasse o desenvolvimento igual ao do Canadá ou Austrália, pelo contrário, afirma que o país poderia ficar em um estágio semelhante ao da Índia. Critica a educação no Brasil, a decadência das universidades, a precariedade do ensino de segundo grau.



Código: BR RJAGCRJ.CL.FAM.2.061

1. Assunto Depoimento de Carlos Lacerda 3º Dia – Parte 12 4º Dia – Parte 2

2. Temas 2.1 Lado A: Aliança para o Progresso, Guandu, apoio do BID, taxa de água, Lincoln Gordon, remoção de favelas, Vila Aliança, remoção da favela do Pasmado e da Catacumba, túnel Rebouças

2.2 Lado B: Mediocridade da vida pública, críticas e elogios a Jânio Quadros, críticas a Nasser, Tito e Fidel Castro, confrontos com a Assembleia Legislativa, combate à inflação, Conferência Panamericana

Duração da fita: A:42min B:40min

Data: Lado A: 26/03/1977 Lado B: 27/03/1977

Resumo: Lado A Carlos Lacerda fala sobre o programa lançado pelo governo dos EUA - Aliança para o Progresso - que beneficiou principalmente o estado da Guanabara. Cita o exemplo da obra feita para acabar com o problema de abastecimento de água no Rio de Janeiro. Conta que o projeto da obra teve que ser aprovado em Washington. O BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) aprovou o empréstimo, que teria que ser pago com o dinheiro do contribuinte, por isso foi criada a taxa d'água. Explica que era complicado aprovar a cobrança de uma taxa d'água na Assembleia Legislativa antes de a obra ficar pronta. Fala sobre a sua amizade com o embaixador americano no Brasil, Lincoln Gordon. Cita como as principais obras do seu governo as que foram feitas no subterrâneo, e foram as obras em que o governo gastou mais dinheiro. Diz que foi muito criticado por causa da transferência de favelas, mas que a favela da Catacumba precisava ser removida, que era curral eleitoral de alguns políticos. Considera que não fazia sentido fazer casas populares em áreas valorizadas, o que tornava estas áreas menos valorizadas, prejudicando a arrecadação do governo. Lacerda fala sobre a construção da Vila Aliança, em Bangu. Diz que a intenção era que os novos bairros fossem criados próximos a zonas industriais, para facilitar que os novos moradores conseguissem emprego. Comenta sobre a remoção da favela do Pasmado. Menciona que as moradoras da favela foram levadas em um ônibus, com a Sandra Cavalcante, para conhecer as novas casas e que elas gostaram e convenceram seus maridos e filhos a saírem da favela. Lacerda argumenta que algumas favelas não podiam ser urbanizadas e que a única solução seria a remoção. Fala sobre a construção do túnel Rebouças e sobre a importância do engenheiro Marcos Tamoyo na obra. Diz que o seu governo mudou a máquina do estado e que o seu sucessor, apesar de preguiçoso, tinha aproveitado a máquina do estado para fazer algumas obras, mas que as mudanças que ele implementara no governo estavam se perdendo.

Resumo: Lado B: Carlos Lacerda afirma que muitos entravam para a política sem terem vocação, o que tornava a convivência com essas pessoas extremamente desagradável. Diz que sempre sentiu tédio em conversa com políticos e que não sentia saudade da vida pública. Comenta que os políticos não tinham interesse em resolver os problemas, não liam, eram medíocres intelectualmente. Cita Milton Campos como um político que não tinha gosto pelo poder, e que não sabia o que fazer no poder, apesar de suas reconhecidas qualidades. Para ele, Jânio Quadros era o oposto, gostava do poder e sempre quis fazer as coisas e vê-las feitas. Assinala que esperava que Jânio montasse um grande ministério, começasse logo a trabalhar e que tivesse um projeto de governo, mas Jânio não conhecia o Brasil, tinha um conhecimento infantil do país. Lacerda conta que logo se decepcionou com a escolha dos ministros de Jânio Quadros, porque algumas escolhas não tinham lógica, os ministros eram em sua maioria medíocres. Critica a política externa do governo de Jânio Quadros e cita os governantes que Jânio admirava, Nasser, Tito e Fidel Castro, com observações críticas a eles. Relata que conversou com Jânio sobre a dificuldade de governar, sobre os confrontos com a Assembleia Legislativa, mas que os obstáculos acabavam sendo resolvidos. Jânio, segundo Lacerda, narrou diversos casos de governadores que não estavam conseguindo governar seus estados e concluiu que seria difícil governar o Brasil com aquele Congresso. Lacerda diz que só depois percebeu que o problema de Jânio com o Congresso era com a instituição e não com a composição



dele. Diz que ficou aguardando os primeiros dias de governo e que nada de relevante acontecia. Levanta a hipótese de que Jânio tenha facilitado a eleição de João Goulart como vice-presidente. Ele elogia a política de combate à inflação implementada por Jânio Quadros. Discorre sobre a Conferência Panamericana de Punta Del Leste, afirmando que Jânio nomeou como delegado o brasileiro Leonel Brizola, que Brizola tinha sido proibido de falar em nome da delegação brasileira, pelo chefe da delegação, Clemente Mariano. Lacerda afirma que Che Guevara queria que o Brasil fosse intermediário da aproximação entre Cuba e os EUA e que por isso se aproximou de Clemente Mariano, ignorando Leonel Brizola. Considera que Jânio Quadros era um presidente sem assunto e que não sabia o que fazer no governo.

Código: BR RJAGCRJ.CL.FAM.2.062

1. Assunto Depoimento de Carlos Lacerda 5º Dia – Partes 11 e 12

2. Temas 2.1 Lado A Partido Comunista, Partido Comunista, Frente Ampla, os lacerdistas, Dom Helder Câmara

2.2 Lado B conversa com D. Helder Câmara, Miguel Arraes, Frente Ampla, transição governo militar / governo civil, elogios à esposa

Duração da fita: A: 30min B: 30 min

Data: 16/04/1977

Resumo: Lado A: Lacerda diz que era mais difícil um getulista perdoar um antigetulista, um udenista perdoar um getulista, do que todos perdoarem o Jânio Quadros. Ele afirma que Jânio iludiu até os adversários. Considera que era melhor legalizar o Partido Comunista do que proibi-lo, porque seria mais fácil fiscalizar um partido legalizado do que um partido clandestino. Seria um mal necessário. Diz que tinha esperança que a Frente Ampla pudesse fazer um governo de concentração nacional. Comenta que Juscelino disse que apoiaria uma candidatura sua. Lacerda conta que Castelo Branco, logo que assumiu a Presidência, pediu a ele para escrever um esboço de um discurso que ele tinha que fazer sobre política externa e que ele atendeu ao pedido e escreveu. Lacerda afirma que ficou com a consciência tranquila após as reuniões que fez para formar a Frente Ampla, que não houve troca de acusações durante as conversas, o que o deixou satisfeito. Considera que a criação da Frente Ampla foi um gesto político calculado, que talvez tenha sido prematuro, mas que não poderia ser feito depois. Menciona que apostou um pouco mais na inteligência política dos brasileiros. Salienta que não gostava do apoio dos fanáticos, dos “lacerdistas”, e que uma parte destes lacerdistas acreditava na imagem construída sobre ele de que era reacionário, um homem de ódio, o que o decepcionava ainda mais. Explica que entre a criação da Frente Ampla e a decretação do AI-5 houve pouco tempo, que ainda chegaram a fazer alguns comícios. Cita um que foi feito em Santo André. Discorre sobre Dom Hélder Câmara e fala que ele era muito vaidoso, que se aproximou dele em um congresso eucarístico que ocorreu no Rio de Janeiro. Conta que depois encontrou Dom Helder em Recife e que ele morava em uma bela casa. Sua intenção era que ele fizesse parte da Frente Ampla.

Resumo: Lado B: Lacerda continua a relatar sua conversa com Dom Helder Câmara sobre a Frente Ampla e conta que pediu que ele desse uma declaração de apoio ao movimento e que Dom Helder disse que ia pensar. Depois, procurou Jânio Quadros, mas as conversas não evoluíram. Lacerda diz que o ex-governador Miguel Arraes foi, desde o início, contra a criação da Frente Ampla, então, por isso, não o procurou. Ressalta que Magalhães Pinto tinha uma obsessão: ser presidente da República. Lacerda afirma que a Frente Ampla foi extinta antes do AI-5 e que, quando foi cassado estava no exterior. Considera que o Exército precisava encontrar um caminho de transição do governo militar para o governo civil, e que isto iria acontecer em algum momento. Afirma que um



movimento de normalização da política no país não podia começar pela anistia e que o Brasil sempre viveu em crise econômica e que a crise que viviam não era motivo suficiente para os militares abrirem mão do governo. Salienta que o governo militar deveria acabar por causa de uma crise política, não econômica. Conta que teve a sorte de casar com uma mulher desprezível, de origem humilde, que teve uma infância sofrida e que conseguia ficar mais calma nos momentos mais tensos. Diz que ela nunca representou um peso para ele, ajudava um asilo em Botafogo, mas de maneira discreta. Lacerda reconhece que perdeu parte da infância dos filhos. Ele considera que apenas Sérgio tinha vocação política. Explica que é comum os pais não acompanharem totalmente a infância dos filhos, mas que costumam ter horários mais regulares do que ele. Lacerda admite que seus filhos, quando eram pequenos, tinham raiva das pessoas que o criticavam.

Código: BR RJAGCRJ.CL.FAM.2.063

1. Assunto 1.1 Lados A e B: Depoimento de Carlos Lacerda – 4º Dia - Partes 2 e 3

1.2 Lado A: Conteúdo igual ao da fita 61, lado B

2. Temas 2.1 Lado A: Mediocridade da vida pública, críticas e elogios a Jânio Quadros, críticas a Nasser, Tito e Fidel Castro, confrontos com a Assembleia Legislativa, combate à inflação, Conferência Panamericana

2.2 Lado B: Jânio, João Goulart, combate à inflação, aproximação Cuba / EUA, relação Jânio / Congresso

Duração da fita: A:42min B: 30min

Data: 27/03/1977

Resumo: Lado A: Conteúdo igual ao da fita 61, lado B

Resumo: Lado B: Início igual ao final da fita 61 B. Lacerda disse que ficou aguardando os primeiros dias de governo e que nada de relevante acontecia. Ele levanta a hipótese de que Jânio tenha facilitado a eleição de João Goulart como vice-presidente. Elogia a política de combate à inflação implementada por Jânio Quadros. Lacerda discorre sobre a Conferência Panamericana de Punta Del Leste. Diz que Jânio nomeou como delegado brasileiro Leonel Brizola e que Brizola foi proibido de falar, em nome da delegação brasileira, pelo chefe da delegação, Clemente Mariano. Lacerda comenta que Che Guevara queria que o Brasil fosse intermediário da aproximação entre Cuba e os EUA e que por isso se aproximou de Clemente Mariano, ignorando Leonel Brizola. Assinala que Jânio Quadros era um presidente sem assunto e que não sabia o que fazer no governo. Comenta que pensou na sua responsabilidade de levar a UDN a apoiar Jânio Quadros, mas afirma que mantinha conversas cordiais com Jânio Quadros e que, a certa altura, percebeu que algo muito estranho estava acontecendo. Explica que a relação do Jânio com o Congresso, que já era ruim, ficou pior. Comenta que Jânio não enviava leis ao Congresso e parecia não querer enviar. E que os parlamentares se queixavam da falta de palavra de Jânio. Narra uma história ocorrida com Jânio em Portugal. Conta que ele se hospedou em um hotel e não saía de lá. Até que um dia ele resolveu passear no jardim, na Quinta onde estava hospedado, quando viu um cachorro do caseiro, que estava preso e com um aspecto meio ruim. Jânio disse que queria levar o cachorro para o Brasil, para cuidar dele. Diz que Jânio contou a história do cachorro em uma entrevista coletiva e que mandou que o cachorro fosse enviado para a embaixada de Lisboa. Mas depois Jânio esqueceu do cão e nunca mais falou no assunto.

Código: BR RJAGCRJ.CL.FAM.2.064



1. Assunto Entrevista de Carlos Lacerda – 1º Dia - Partes 5 e 6

2. Temas 2.1 Lado A: Artigo comunista, agente da Gestapo, trotskista, imperialista, conversão ao catolicismo, juventude comunista, esquerda festiva, Mussolini, diferença entre esquerda e direita, Che Guevara, comunismo em Cuba, Filinto Miller, “Revolução de 1964”, despolitização, Chirac e Miterrand

2.2 Lado B: Revisão de conceitos, Celso Furtado, capitalismo, distribuição e criação de riquezas, afastamento da esquerda, Frente Ampla, governo da Guanabara

Duração da fita: A: 30 min B: 30min

Data:19/03/1977

Resumo:Lado A: Carlos Lacerda diz que Samuel (Wainer) nunca foi membro do Partido Comunista, porque não confiavam nele. Conta que decidiu escrever o artigo sobre o comunismo para evitar que um jornalista anticomunista o fizesse. E que consultou os membros do partido sobre esta possibilidade de escrever um artigo falando sobre como o Estado Novo havia derrotado o comunismo. Diz que o partido aceitou que ele escrevesse. Mas, pouco tempo depois, recebeu em sua casa Samuel Wainer, que trazia um boletim mimeografado, no qual Lacerda era acusado de ser agente da Gestapo, trotskista, de estar a serviço do imperialismo, e de ser traidor da causa do proletariado e de ter escrito o artigo que não tinha sido assinado. Neste período, ele foi preso, acusado de distribuir panfletos trotskistas. E passou a ser rejeitado por amigos e um tio, que seguindo a recomendação do Partido Comunista, não falavam com traidores. Disse que passou a ter dificuldades para conseguir emprego. Isto deu um impulso para ele se reconverter ao catolicismo e passar a frequentar o mosteiro de São Bento. Assinala que ficou marcado como traidor de comunistas e que chegaram a dizer que comunistas tinham sido presos e torturados por sua causa. Comenta que entende quem não deixa de ser comunista por medo de sofrer represálias. O entrevistador pergunta se ele foi um esquerdista juvenil. Ele responde que não, que foi mais profundo. Que nunca foi da esquerda festiva e que nunca seria como Chico Buarque, cuja música admirava muito, mas cujo caráter não admirava nada. Critica Chico Buarque, diz que ele nunca fez nenhum sacrifício por suas ideias, a não ser a censura às suas músicas. Considera que ele deveria viver de acordo com suas ideias. Ressalta que tem horror à esquerda festiva, porque considera que era uma forma parasitária de declarar guerra a uma sociedade de cujos benefícios participava integralmente. Responde à pergunta se ainda se considerava uma pessoa de esquerda, dizendo que depende da definição da palavra esquerda, que era difícil definir, naqueles dias, o que era esquerda. Diz que a esquerda, por exemplo, só queria eleições quando não estava no poder. E que a defesa de eleições era considerada uma das características da esquerda. Pergunta se Perón era de esquerda ou de direita, se Vargas era de direita ou de esquerda. Diz que Mussolini fez reformas na Itália que seriam consideradas de esquerda. Acrescenta que nada era mais próximo de uma pessoa de extrema esquerda do que uma pessoa de extrema direita. Ambos eram elitistas. Diz que os comunistas se consideravam a vanguarda do proletariado, uma elite, incumbida de governar o mundo em favor da grande massa, que era conclamada a votar unanimemente, quando era chamada. Diz que os fascistas faziam a mesma coisa. Destaca que então percebia a diferença entre esquerda e direita de outra maneira. Se a pessoa achava que a injustiça era natural, que estava na natureza humana e era impossível modificá-la, então seria de direita. Se ao contrário, a pessoa achava que tinha que lutar a vida inteira para diminuir a injustiça no mundo, ela era de esquerda. Se a pessoa achava que não devia usufruir certos privilégios, quando boa parte da população não tinha direitos, a pessoa era de esquerda, independente de ser liberal, conservador ou reformista. O repórter destaca que ser de esquerda era mais lisonjeiro do que ser de direita. Lacerda diz que a posição de esquerda era mais popular, porque não tinha compromisso com a ordem estabelecida. Então, a pessoa poderia ser de esquerda e ser contra a existência da Polícia, por não estar no poder. Mas, estando no poder, ao enfrentar uma situação de um grupo terrorista que tinha feito cem reféns e ameaçava matá-los, a pessoa iria sentir necessidade da existência da Polícia. Neste caso, a pessoa seria de direita ou de esquerda, pergunta Lacerda. Diz que não perde a condição de simpatizante do combate à injustiça



ao defender o direito à vida, como o direito humano principal. Então, tanto o coronel que torturava o preso quanto o terrorista que prendia um refém, atentavam contra os direitos humanos. Diz que por ele se mataria o terrorista na hora, mas seria inadmissível torturá-lo depois. Comenta que considerava a morte de Lamarca justa, que ele morreria bravamente, em combate. Mas diz que não tinha nenhuma simpatia por ele nem por Che Guevara. Saliencia que preferia Che Guevara como figura humana a Filinto Müller, mas diz que os dois se comportariam da mesma maneira no poder. Diz que Che Guevara tinha se tornado símbolo do inconformismo mundial, que se tornou inspiração para os jovens. Questiona o que Che Guevara tinha feito quando esteve no poder em Cuba. Acha que ele manteve o inconformismo e não conseguiu melhorar a situação de Cuba. Assinala que ele era um anarquista valente, mas que ser valente não era qualidade, porque quem participava de esquadrões da morte também era valente, porque estava sujeito a morrer. Explica que um dos maiores fracassos da “Revolução de 1964” foi a despolitização da população, que passou a ser dividida entre guerrilheiros e alienados. Considera que esquerda e direita eram expressões jornalísticas utilizadas para simplificar as reportagens. Cita como exemplo os políticos franceses: Chirac, que era considerado de direita, e Mitterand, que era considerado de esquerda. Aposta que se Mitterand chegasse ao poder iria incomodar mais os comunistas do que o Chirac.

Resumo: Lado B: Lacerda explica que seria preciso rever os conceitos, cita como exemplo Celso Furtado que escreveu um livro dizendo que economias capitalistas, como o Japão, tinham uma distribuição de renda melhor do que os países socialistas. Considera que o Brasil era um país injusto, não só porque prendiam e torturavam pessoas, mas porque apenas uma pequena parcela da população tinha direito de lucrar o que quisesse, contanto que o governo se associasse a esse grupo, enquanto a maior parte não tinha acesso. Diz que o problema do Brasil não era a distribuição de riqueza, como dizia o MDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro), mas a falta de criação de riquezas e que as pessoas não pagavam imposto de renda porque não tinham renda. E não tinham renda porque não tinham produtividade, não tinham escola, saúde, portanto, não tinham condições de gerar renda. Explica que isso acontecia nas cidades e, em maior escala, no campo. O repórter pergunta sobre o relacionamento de Lacerda com a esquerda após o seu afastamento. Comenta que encontrou muitas pessoas que também tinham se afastado da esquerda. E que pessoas que orientavam intelectualmente a esquerda haviam percebido que era importante dialogar com pessoas que tivessem alguns pontos de vista em comum, o que possibilitou que ele se entendesse com a Frente Ampla. Explica que só quem tinha condições de derrotar o comunismo era quem o conhecia de perto e que recebeu apoio de pessoas das quais não esperava o gesto, mas que, às vezes, não se pode escolher aliados, porque guerra é guerra. Ratifica que ouviu novamente seu discurso de posse no governo da Guanabara e que não encontrou contradições com o seu pensamento atual. Conta que falou que só o governante escolhido pelo povo era legítimo, que iria fazer um governo para o povo e não para manter privilégios existentes. Menciona que teve a oportunidade que seu pai não teve e que um dia iria escrever um livro sobre o que representara o seu governo na Guanabara como o primeiro governo de um político vindo da oposição e, de certa forma, da esquerda, que dera prioridade aos problemas de base, aos que precisavam mais. Afirma que fora o pior governador de Copacabana, pior até que o Negrão de Lima, mas que tinha sido o melhor governador que o subúrbio já teve. Diz que fez a campanha do brigadeiro (Eduardo Gomes) e sentia grande orgulho disso, mas que depois teve medo de um governo dele, porque não o considerava preparado para assumir um governo. Diz que ele era um homem muito mais preocupado em resolver os problemas do povo, do que um grande estadista, e que ele poderia ser iludido facilmente.



1. Assunto 1.1 Lados A e B: Depoimento de Carlos Lacerda 4º Dia – Partes 14 e 15

2. Temas 2.1 Lado A: Governo Castelo Branco, Milton Campos, desistência da candidatura, desentendimento com Roberto campos, cafeicultores

2.2 Lado B: Críticas a Roberto Campos, elogios ao governo Castelo Branco, críticas de Roberto Campos a Lacerda, posse de Sandra Cavalcante, Banco Nacional da Habitação, viagem à França, apoio dos EUA à “Revolução”, tortura, De Gaulle

Duração da fita: A: 30min B: 30min

Data:27/03/1977

Resumo: Lado A: Lacerda fala sobre o início do governo Castelo Branco, sobre a escolha dos ministros e relata a desconfiança de que Milton Campos não tivesse o perfil adequado para ser o ministro da Justiça de um governo que cassaria políticos, que teria que remover certos obstáculos legais. Lacerda conta que recebeu a visita, no palácio da Guanabara, do deputado Bilac Pinto, presidente da UDN, que o aconselhou a desistir da sua candidatura. Lacerda argumentou que a “Revolução” havia sido feita para garantir a realização de eleições e que se ele retirasse sua candidatura não haveria eleições e o Exército estaria descumprindo sua promessa. Mas Bilac Pinto continuou insistindo que ele deveria desistir da candidatura. Lacerda diz que sugeriu que houvesse uma nova convenção da UDN para homologar ou não a sua candidatura. Ele conta o início do seu desentendimento com o ministro da Fazenda, Roberto Campos, que começou com uma divergência do ministro com os cafeicultores. Diz que foi conversar com o presidente Castelo Branco para discutir o problema dos cafeicultores. Lacerda afirma que Roberto Campos tinha o desejo de livrar o Brasil da dependência do café. Mas, que conseguiu marcar uma audiência dos cafeicultores com o presidente.

Resumo: Lado B: Lacerda conta que foi à televisão criticar Roberto Campos e o planejamento da produção de banana, de ovo, a longo prazo, e outros aspectos. Conta que o plano era pretensioso porque o governo Castelo Branco só deveria durar até o fim do que seria o mandato de João Goulart. Mas, diz que também fez elogios ao governo de Castelo Branco e que foi por ele chamado, pois não havia gostado de ouvir críticas ao seu ministro. Lacerda disse que reiterou as críticas feitas na televisão e que também esperava que o seu mandato acabasse quando acabaria o de João Goulart, para que houvesse eleições. Castelo Branco disse que havia autorizado Roberto Campos a respondê-lo. Lacerda conta que não se incomodou com isso, que as críticas que Roberto Campos fez a ele na televisão foram as mesmas que ele estava acostumado a ouvir: derrubador de governos, eterno descontente, ambicioso, culpado pela morte de Getúlio Vargas. E para defender o plano econômico do governo, Lacerda disse que eram apenas hipóteses, um cálculo aproximado. Menciona que depois disso houve a posse da deputada Sandra Cavalcante como presidente do Banco Nacional de Habitação e que no seu discurso ela afirmou que a “Revolução” tinha começado no governo de Carlos Lacerda. O clima, que já não era bom, segundo ele, piorou após o discurso. Acrescenta que decidiu tirar uma licença para viajar, mas antes encontrou o presidente Castelo Branco. Salienta que avisou ao presidente que ia viajar e que se ele precisasse de alguma coisa falasse logo. Pouco tempo depois, viajou para Brasília e Castelo Branco lhe pediu que fosse à Europa tentar melhorar a imagem do governo brasileiro no exterior, que não estava boa. Relata que desembarcou primeiro em Paris e que levava uma carta pessoal do Castelo Branco para o general De Gaulle. Conta que respondeu a uma entrevista coletiva e que a primeira pergunta foi se a “Revolução” tinha tido o apoio dos EUA. Ele espondeu que não, que os EUA ajudaram na libertação da França. Outra pergunta foi se ele tinha sido comunista na juventude. Ele respondeu que sim, como o ministro André Maurois. Perguntaram também como acontecera uma “Revolução” sem sangue no Brasil. Ele disse que “Revolução” no Brasil era como casamento na França. Fizeram uma pergunta sobre a existência de tortura no Brasil. Ele conta que esta pergunta o irritou profundamente, e ele respondeu que não. Lacerda afirma que nesta época não havia tortura, havia, no máximo, prisões arbitrárias. Acrescenta que a entrevista foi transmitida ao vivo pela televisão e



que depois ficou sabendo de uma hipótese, que não tem como ser comprovada, de que as piores perguntas tinham sido elaboradas por um jornalista francês, casado com uma irmã de Miguel Arraes. Conta que não foi recebido por De Gaulle.

Código: BR RJAGCRJ.CL.FAM.2.066

1. Assunto 1.1 Lado A: Depoimento de Carlos Lacerda 4º Dia – Parte 1

1.2 Lado B: Sem gravação

2. Temas 2.1 Lado A: Amizade com Lincoln Gordon, obras no subterrâneo, Vila Aliança, proximidade das zonas industriais, remoção da favela do Pasmado, túnel Rebouças, máquina azeitada, governo Negrão de Lima, Fusão

2.2 Lado B: Sem gravação

Duração da fita: A: 30min

Data: 27/03/1977

Resumo: Lado A: Carlos Lacerda fala sobre a sua amizade com o embaixador americano no Brasil, Lincoln Gordon. Cita como as principais obras do seu governo as que foram feitas no subterrâneo, e comenta que foram as obras em que o governo gastou mais dinheiro. Diz que foi muito criticado por causa da transferência de favelas, mas que a favela da Catacumba precisava ser removida, que era curral eleitoral de alguns políticos. Ressalta que não faz sentido fazer casas populares em áreas valorizadas, o que torna estas áreas menos valorizadas, prejudicando a arrecadação do governo. Discorre sobre a construção da Vila Aliança, em Bangu. Diz que a intenção era que os novos bairros fossem criados próximos a zonas industriais, para facilitar que os novos moradores conseguissem emprego. Fala sobre a remoção da favela do Pasmado e conta que as moradoras da favela foram levadas em um ônibus com a Sandra Cavalcante para conhecer as novas casas. Elas gostaram e convenceram seus maridos e filhos a saírem da favela. Lacerda argumenta que algumas favelas não podem ser urbanizadas e que a única solução é a sua remoção. Relata a construção do túnel Rebouças e reafirma a importância do engenheiro Marcos Tamoyo na obra. Diz que o seu governo mudou a máquina do estado e que o seu sucessor, apesar de preguiçoso, aproveitou a máquina do estado para fazer algumas obras, mas que as mudanças que ele implementou no governo estavam se perdendo. Afirma que o seu governo foi inovador, que ele governou de maneira diferente, embora reconheça que houve falhas humanas, mas que a máquina estava emperrada e passou a funcionar até nos governos seguintes. Destaca que o seu sucessor, Negrão de Lima, um preguiçoso, se aproveitou disso no início do seu governo, mas que depois a máquina voltou a ser ineficiente. Conta que quando era governador chegou a propor a fusão do estado da Guanabara e do Rio de Janeiro, mas que depois considerou que a fusão não foi bem feita. Acrescenta que conseguiu fazer um governo que políticos como seu pai e Rui Barbosa idealizaram, mas não conseguiram realizar.

Código: BR RJAGCRJ.CL.FAM.2.067

1. Assunto 1.1 Lados A e B: Depoimento de Carlos Lacerda 5º Dias - Partes 1 e 2

2. Temas 2.1 Lado A: Chefe da delegação da ONU, convenção da UDN, fim das eleições diretas, carta a Castelo Branco, política econômica, suicídio de Getúlio e renúncia de Jânio Quadros, controle da inflação, violação da Constituição, Código de Telecomunicações

2.2 Lado B: crítica a Roberto Campos, leitura de parte da carta a Castelo Branco, candidatura à presidência, Amaral Neto, política econômica de Rui Barbosa

Duração da fita: A: 30min B: 30min



Data:16/04/1977

Resumo: Lado A: Carlos Lacerda fala sobre o convite que recebeu do presidente Castelo Branco para ser chefe da delegação na ONU. Mas, para aceitar o convite, Lacerda não poderia ser candidato a presidente. Lacerda disse que já era candidato a presidente e não iria abrir mão da candidatura. Diz que falou para Castelo Branco que a ONU estava repleta de candidatos a presidente da República dos respectivos países, e que não via problema nisso. Castelo respondeu que via problemas, sim, que só o nomearia se ele representasse o país e não apenas um partido. Fala sobre a convenção da UDN em que a sua candidatura foi homologada. Relata que o ambiente começou a piorar e que percebeu que a “Revolução” pretendia acabar com as eleições diretas e evitar lideranças civis. Conta que enviou uma carta ao presidente sugerindo mudanças na política econômica. O presidente autorizou o ministro do Planejamento, Roberto Campos, a responder às críticas pela televisão e, então, Roberto Campos fez duras críticas a ele. Lacerda relata que escreveu uma outra carta ao presidente Castelo Branco, desta vez dizendo que reconhecia a sua autoridade como presidente da República, mas que continuava a ser candidato à sua sucessão, porém não iria interferir em assuntos federais. Menciona que Castelo Branco gostou da carta. Destaca que enviou nova carta criticando a política econômica do governo e que houve uma resposta do ministro da Justiça, em rede nacional de rádio e televisão, criticando a carta. Contesta as críticas feitas a ele pelo ministro, como a de que contribuiu para o suicídio de Getúlio Vargas e pela renúncia de Jânio Quadros. Contesta a afirmação de Castelo Branco de que haveria uma separação entre política e economia. Acrescenta que não era por acaso que se dizia política econômica, que apenas os tecnocratas fingiam que esta relação não existia. Afirma que sua principal crítica era o fato de que o setor mais inflacionário era o estatal e que o setor privado não deveria ser prejudicado por isto. Que era preciso controlar a inflação no setor estatal e incentivar a iniciativa privada. Lacerda critica a violação da Constituição em favor de grupos como o de Roberto Marinho, que se associaram a interesses do rádio e da televisão norte-americanos no Brasil, o que era contra as leis do Código de Telecomunicações. Diz que não pode ser considerado antiamericano, porque estava apenas defendendo o cumprimento da lei. Fala sobre a carta que escreveu para o presidente Castelo Branco em que, além de propostas para a economia do país, fazia críticas ao ministro Roberto Campos. Criticava a decisão do presidente de aprovar a prorrogação dos mandatos. Ironiza na carta a acusação de Roberto Campos de ter sido responsável pela derrubada de governos. Diz que se os governos não tivessem sido derrubados pelo Exército, Castelo Branco não seria presidente e que Roberto Campos talvez fosse ministro, por já ter participado daqueles governos.

Resumo: Lado B: Lacerda continua a criticar Roberto Campos e a política econômica proposta por ele. Lê partes da carta que escreveu ao presidente Castelo Branco criticando o ministro. Entre as críticas que faz, diz que não se deveria separar a política da economia. Critica também a mediocridade da política brasileira. Lacerda reafirma a sua disposição de ser candidato a presidente da República. Conta que esta carta tinha aumentado a distância entre ele e o presidente Castelo Branco. Comenta que pouco tempo depois começou a especulação sobre quem seria seu sucessor, que primeiro cogitaram o nome de Amaral Neto, que ele não aprovava como substituto, porque ele tinha dívidas de jogo. Lacerda não concorda com a ideia de que teria tido oportunidade de ser candidato a presidente, se tivesse tido paciência. Diz que ninguém teve mais paciência do que ele. Considera que a carta que escreveu respondendo às críticas que Roberto Campos fez a ele na televisão, chamando-o de assassino de Vargas e ave agourenta, era uma prova de paciência. Lacerda afirma que ainda iria reeditar o livro “A viagem do senhor Campos Sales à Europa”, de Tobias Barreto. Afirma que os brasileiros precisavam conhecer a história do país. Diz que no Brasil não havia dinheiro por causa da escravidão, não se pagava salário na agricultura, que era a principal atividade econômica do país. Mas, com o fim da escravidão, tornou-se necessário emitir dinheiro, atitude tomada por Rui Barbosa. Diz que os exageros que ocorreram no período do Encilhamento não poderiam ser atribuídos a Rui Barbosa. Fala da viagem de Campos Sales à Europa a fim de



tentar conseguir empréstimos para o Brasil.

Código: BR RJAGCRJ.CL.FAM.2.068

1. Assunto 1.1 Lados A e B: Depoimento de Carlos Lacerda 5º Dia – Partes 9 e 10

2. Temas 2.1 Lado A: Reunião com Juscelino, criação da Frente Ampla

2.2 Lado B Inaudível

Duração da fita: A: 30min B: inaudível

Data: 16/04/1977

Resumo: Lado A: Carlos Lacerda conta sobre uma reunião que teve com Juscelino, em que conversaram sobre a formação da Frente Ampla. Diz que escreveu o manifesto da Frente Ampla, que tratava a “Revolução” como fato consumado e que Juscelino assinou. Lacerda considera que isso foi uma vitória da “Revolução”, porque Juscelino era um grande adversário e havia reconhecido que era um fato consumado. Lacerda afirma que a simpatia de Juscelino era uma de suas maiores qualidades. Comenta sobre as críticas que recebia dos meios de comunicação por causa da ideia de formar a Frente Ampla. Lacerda volta a falar sobre a conversa que teve com Juscelino, diz que eles tinham visões políticas diferentes, mas podiam se entender em nome de um objetivo comum. Afirma que se sentia orgulhoso das conversas que teve para formar a Frente Ampla, porque eram sinceras, e todos sabiam que a aliança seria temporária. Diz que mandou um emissário procurar Jânio Quadros e que viajou a Montevideu para conversar com Jango, e que ele disse que poderia ter resistido, mas preferiu ceder para evitar derramamento de sangue.

Código: BR RJAGCRJ.CL.FAM.2.069

1. Assunto 1.1 Lados A e B: Depoimento de Carlos Lacerda 1º Dia – Partes 7 e 10

2. Temas 2.1 Lado A: Cassação do Partido Comunista, Carlos Marighela, legalização do Partido Comunista, legalização do jogo, críticas a Mendes de Moraes, tentativa de sequestro, elogios a setores do governo Dutra, neutralidade na partilha da Palestina, reorganização da Bucha

2.2 Lado B: Comícios em todo o Brasil, Congresso de Engenharia Sanitária, manifestação organizada por Brizola, mito do corpo fechado, disputas internas na UDN, candidatura do brigadeiro

Duração da fita: A: 45 min B: 45 min

Data: 19/03/1977

Resumo: Lado A: Carlos Lacerda fala sobre a cassação do Partido Comunista, em 1947, por estar filiado à Terceira Internacional. A Constituição proibia a filiação de partidos brasileiros a instituições internacionais. Lacerda diz que a cassação tinha sido feita dentro da lei, por um erro do Partido Comunista. Menciona que fora nessa época que conheceu o Carlos Marighela e que os deputados do Partido Comunista perderam seus mandatos. Lacerda conta que defendeu que os deputados tivessem seus mandatos preservados e que o Partido Comunista deveria continuar legalizado, desde que desfizesse a sua filiação à Terceira Internacional. Lacerda considerava que era mais fácil controlar o Partido Comunista legalizado do que o partido ilegal. Menciona que os comunistas não gostaram do seu apoio, porque não queriam admitir que poderiam ser defendidos por reacionários. Fala sobre a questão da legalização do jogo no Brasil. Assinala que o brigadeiro Eduardo Gomes, em campanha para presidente, disse que iria proibir o jogo, e que seu adversário, Dutra, disse que não tinha opinião formada. Quando Dutra ganhou a eleição, pouco tempo depois, proibiu o jogo. Fala sobre uma agressão que sofreu após fazer críticas ao prefeito Mendes de



Morais, na rádio Mairinck Veiga. Ressalta que levou uma coronhada e que tentaram colocá-lo dentro de um carro, mas que ele conseguiu escapar. Acrescenta que na época associaram a agressão ao prefeito, mas nada ficou provado. Elogia o governo Dutra em algumas áreas, como a Educação, por exemplo, e o Ministério de Viação. Elogia também a atuação do Ministério do Exterior no governo Dutra. Exalta a atuação do ministro do Exterior, Raul Fernandes. Destaca que se posicionou contra a decisão da delegação brasileira na ONU de ser favorável à partilha da Palestina. Lacerda disse que o Brasil deveria adotar uma postura neutra, em uma questão que resultaria em guerra, e que em respeito às comunidades árabe e judaica existentes no Brasil o país deveria se manter neutro. Fala sobre uma sociedade secreta, que reunia diversos políticos brasileiros como Diogo Feijó e Venceslau Brás, conhecida como Bucha. Diz que Ademar de Barros foi um dos políticos que entrou para essa sociedade, mas depois a traiu. Conta que Rui Barbosa também pertenceu à essa sociedade. Compara essa sociedade à Maçonaria, e fala que era uma sociedade organizada para dirigir o país. Explica que a Bucha poderia promover seus associados a altos cargos, assim como impedir os não associados de subirem em suas carreiras. Destaca que a Bucha estava em decadência e que o Gama e Silva tentou reorganizá-la, mas não obteve sucesso. Assinala que os membros dessa sociedade eram todos pertencentes à famílias brasileiras tradicionais. Cita o livro que estava escrevendo sobre essa sociedade.

Resumo:Lado B: Lacerda faz comentários sobre os comícios dos quais participava em todo o Brasil, junto com outros políticos da UDN. Conta alguns problemas que ocorriam, às vezes, nesses comícios. Critica os sociólogos que tentavam classificar o político como representante de determinada parcela da população, uma vez que a representação é variável e não se pode determinar exatamente com que político uma parcela da população se identifica. Discorre sobre a sua rotina quando participava de comícios ao redor do Brasil e menciona que tinha pouco tempo para conhecer as cidades que visitava, pois tinha uma programação extensa a cumprir. Lacerda afirma que conheceu todos os estados do Brasil, exceto o Acre. Conta que foi a Porto Alegre participar de um Congresso de Engenharia Sanitária e que na saída do congresso foi aconselhado a não sair pela frente, porque havia uma manifestação contra ele, organizada pelo prefeito Leonel Brizola. Lacerda ressalta que se recusou a sair por trás e saiu pela frente, e que as pessoas foram abrindo caminho, que não havia realmente um ódio em relação a ele. Acrescenta que os gaúchos respeitam a valentia e são extremamente hospitaleiros, e que, em Uruguiana, conheceu o pai do organizador do comício, um coronel amigo de Getúlio Vargas. Relata que o coronel disse para ele que tinha falado muito bem dele para Getúlio Vargas, e que se Getúlio o tivesse ouvido, estaria vivo. Lacerda diz que o general já estava senil. Discorre sobre o seu estilo político de fazer comícios mesmo fora de sua área eleitoral e em épocas que não eram próximas a eleições. Diz que isto despertava o interesse das pessoas e que criaram um mito a seu respeito de “corpo fechado”, que atraía as pessoas aos comícios. Menciona o número de mulheres que ia aos comícios. Lacerda fala sobre as disputas internas na UDN em torno da escolha de candidatos para as eleições, sobre as tentativas de aliança com outros partidos e da tentativa de fazer uma aliança entre PSD e UDN para evitar a candidatura de Getúlio Vargas. Narra uma reunião que teve com Afonso Arinos, para falar sobre a escolha do brigadeiro Eduardo Gomes como candidato à Presidência, se não houvesse um acordo entre UDN e PSD. Afirma que dessa vez o brigadeiro estava motivado a ser candidato, ao contrário da outra eleição, e que na convenção da UDN ficou decidida a candidatura de Eduardo Gomes. Lacerda disse que o brigadeiro iria ser derrotado novamente, desta vez por Getúlio Vargas, e perguntou se todos estavam preparados para isso. Ele explica que os outros membros da UDN estavam convencidos que Getúlio não iria se candidatar.



Código: BR RJAGCRJ.CL.FAM.2. 070

Problema na fita logo no início

1. Assunto 1.1 Lados A e B: Programa “Falando Francamente” da TV Tupi – Entrevista de Carlos Lacerda

2. Temas: 2.1 Lado A: Favelas

2.2 Lado B: Guandu, saneamento, túnel Rebouças, metrô

Duração da fita: A: 40min B: 30min

Data: [1964]

Resumo: Lado A: Carlos Lacerda começa colocando o favelado como sendo um cidadão, igual a outro qualquer, também contribuinte dos institutos de previdência, e diferente apenas por não possuir moradia, tendo que residir em barracos. Ele apresenta três programas para as favelas: 1º. melhoria da favela, com pequenas e grandes obras como lixeira, construção de um reservatório d'água, campo de esporte etc. Cerca de 60 a 70 favelas participariam do programa. 2º. denominada “urbanismo base” e tida como de “pobre”: levar água, esgoto, luz, arreamento, sendo o próprio morador responsável pela melhoria do seu barraco. 3º. mudança/translado dos habitantes de uma favela para um bairro popular. Relata que naquele momento estavam sendo construídas cerca de dez mil casas no estado da Guanabara e diz não ser nada comparado ao déficit anual de moradias, que era exatamente de dez mil casas, mostrando ser esse o resultado do abandono de programas de habitação pelos governos anteriores. Fala sobre a primeira vila construída, a Vila Aliança, erguida em parte com o apoio do programa norte-americano “Aliança para o Progresso” junto ao governo do estado da Guanabara. Lacerda lembra que, naquele momento, o apoio vinha sendo negado devido ao medo da embaixada norte-americana com relação às ameaças do governo federal em relação a ele (Lacerda). Cita a Vila Kennedy como mais um exemplo das vilas que vinham sendo construídas, relatando o nascimento da primeira criança do conjunto habitacional, cuja mãe era proveniente da favela do Pasmado e deu-lhe o nome de Jaqueline, em homenagem a viúva do ex-presidente dos EUA, John Kennedy. Cita também, a Vila Esperança, em Vigário Geral, e a Vila João XXIII, em Botafogo, na rua Álvaro Ramos, onde estavam sendo construídos apartamentos, e também uma nova vila na rua Santo Amaro, em Santa Teresa. Fala que os remanejamentos, até então, tinham acontecido sem maiores problemas, sendo o da favela do Pasmado o mais espetacular. Menciona que lá moravam centenas de famílias que estavam sendo transferidas para Bangu, na Vila Aliança, e para Senador Camará, na Vila Kennedy, relatando que esse trabalho devia-se à grande capacidade de coordenação e de persuasão da sua secretária de Serviço Social, a professora Sandra Cavalcanti, com a colaboração dos bombeiros, polícias civil e militar, do Serviço Social do Estado, do Departamento de Estradas e Rodagem, da SURSAN, do Departamento de Obras, da Secretaria de Governo etc. Um trabalho que ele diz ser alvo de dura campanha difamatória. Relata que o Partido Comunista tinha infiltrado seus membros entre os favelados e que eles eram os responsáveis por espalhar boatos e causar terror aos moradores como, por exemplo, dizendo que a Vila Aliança não existia. Com isso, o governo teve de levar alguns moradores até Bangu, para verem as casas já construídas. Outro boato era de que o governador separaria homens e mulheres, ficando os maridos no Pasmado e as mulheres em Bangu, por exemplo. Ele diz possuir fotos das comissões de favelados quem iam à Assembleia Legislativa. Em uma delas foi registrado um professor do magistério público, que nunca foi favelado, e que veio a ser demitido “a bem do serviço público”. Fala, ainda, que a grande reclamação vinha dos moradores que ainda não tinham se mudado e que no local onde estava instalada a favela pretendia-se construir um hotel de turismo ou algo também útil para a cidade. Ele aponta, ainda, que os moradores estavam tendo a oportunidade de comprar as casas construídas através de um financiamento ao longo de 10 anos, no qual o morador pagava 15% do seu salário e esse capital financiava a construção de mais casas – salvo alguns casos, em que o nível de pobreza não permitia e, por, isso, esses estavam nos “Parques Proletários”. Desde a fundação do estado da Guanabara, em 1960, ele diz ter encontrado 137.338m² de hospitais públicos e postos de saúde e vacinação. No seu governo, explica que estava construindo mais 270.000m²,



dentre os hospitais novos, como o hospital Salgado Filho, no Méier, e a ampliação de outros, como era o caso do hospital Souza Aguiar. Afirmar, a partir dos números, que isso se devia ao repasse integral das rendas da loteria do estado, empregadas na construção de hospitais. Aproveita para felicitar a Loteria Federal por adotar o mesmo método, mas denuncia pagamentos atrasados e retidos ainda na Caixa Econômica Federal. Recua um pouco no raciocínio e relata que os operários da construção civil, contratados para obras do governo, também participavam dos projetos através de sorteios de casas nessas vilas e que esses sorteios tinham como objetivo o adiantamento das obras e, com isso, maior economia de tempo e gastos, além de estimular e recompensar o trabalhador. Mostrando e interpretando uma foto apresentada no programa, fala sobre a imagem de uma das vilas, lembrando que os institutos de previdência do estado da Guanabara não cederam e nem venderam seus terrenos, acusando-os de serem os grandes latifundiários do estado da Guanabara. Lembra, ainda, que as casas construídas possuíam o que era considerado o essencial: banheiro, cozinha e um aposento, possuindo terreno suficiente para a construção de até três quartos, uma varanda e ainda sobrando espaço para o jardim e também para o quintal. Menciona que não somente investia na construção das casas em si, mas na infraestrutura para a qualidade de vida nessas vilas, como a construção de escolas e a criação de novas linhas de ônibus, ligando Bangu e Senador Camará às estações de trem. Apresenta mais uma foto no programa com a imagem de ex-moradores da favela do Pasmado, onde se vê a figura do chefe de família, a mulher e seus dois filhos entrando na Vila Aliança. Pede reflexão sobre o que se passava na cabeça desses cidadãos que, pela primeira vez, tinham a oportunidade de pagar por sua moradia, e seus filhos tinham a oportunidade de brincar de roda, como toda e qualquer criança do mundo. Para ele, segundo seu relato, isto era o mais importante, e não a extinção das favelas. Cita a necessidade de se construir 8 milhões de casas em todo o país. Denuncia os atos de vandalismo praticados por alunos da Faculdade de Filosofia (da antiga Universidade do Brasil, atual UFRJ) que “emporcalharam” a cidade com frases como “E a água?”, lembrando que esses “transviados” tinham pais também coniventes, já que permitiam que seus filhos fossem educados para a traição ao Brasil. Começa, a partir de então, a relatar as obras da adutora do rio Guandu, lembrando que elas foram deixadas de lado por 30 anos, agravando o problema da falta d’água no Rio de Janeiro. Comenta que, ainda em 1964, poderia haver outra falta d’água como a que gerou os protestos dos “transviados”, mas lembra também que seu compromisso só acabaria em março de 1965 e que, até essa data, as obras da adutora do Guandu já estariam dando resultados. Desabafa, afirmando detestar a burrice daqueles chamados “medalhães”, que são tidos como grandes personalidades, sendo na verdade subservientes e vindo a tornar-se pelegos, sendo eles os verdadeiros culpados e não os “moços comunistas”, pois esses, segundo ele, eram “coitados envenenados” e que, assim como ele próprio, ao serem “desintoxicados, gozariam de boa saúde pelo resto da vida”. Já os “medalhães” morreriam assim, sendo eternamente omissos. Voltando ao assunto da água, fala que era a obra de maior importância. Acrescenta que em 1960 ela era orçada em 12 bilhões e que, paulatinamente, foi chegando a 40, 45 bilhões de cruzeiros, e que isso se devia à inflação, que ele considerava um roubo ao povo brasileiro. Lembrou, ainda, que culpavam o presidente João Goulart pela seca, mas não o responsabilizavam pela inflação, como se a inflação sim, é que fosse fenômeno da natureza. Diz também que a capacidade de abastecimento de água, em 1960, era de 25.000 m³ por dia e afirma que em 1965 chegaria a 3.000.000 m³ por dia. Mais uma vez, interpreta a foto que aparece no programa. Dessa vez, uma foto relativa à estação de tratamento do rio Guandu, cuja capacidade ele relembra que estava sendo dobrada, acreditando que a partir de então se obteria água mais pura, além de, finalmente, ter solucionado o problema da falta d’água no Rio de Janeiro. Fala, ainda, sobre a obra ter sido financiada pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e pela taxa d’água paga pela população do Rio de Janeiro.

Resumo: Lado B: Além das obras da adutora do Guandu, também demonstra, através de fotos, que estavam sendo construídos reservatórios de água em alguns bairros, entre os quais ele cita os de



Vila Valqueire, Bangu, Ilha do Governador e o da Penha, este último já em funcionamento. Diz que o Congresso Nacional, com a criação da Guanabara, destinou 3 bilhões para o novo estado, o que era, segundo ele, muito pouco perto do que foi levantado. Relembra que, antes mesmo de ter sido eleito, pediu ao então governador Sette Câmara para destinar uma verba para a questão da falta d'água, pois já era sabida a necessidade de obras vultosas e demoradas e que também precisariam de um reajuste justo na taxa da água. Comenta, também, sobre os esgotos do Rio de Janeiro, construídos em 1857 e que possuíam apenas 1142 km, lembrando que em seu governo já havia 325 km construídos e que no total seriam mais de 700 km de novas tubulações de esgoto na cidade. Essas obras, explica, resultariam no fim do despejo de esgoto proveniente da Zona Sul da cidade na Baía de Guanabara. Cita, em agradecimento, os nomes dos engenheiros, Enaldo Cravo Peixoto, secretário de Obras Públicas, e Serôa da Motta, ambos engenheiros da SURSAN. Relata, ainda, que preferiu ampliar a rede de esgotos por toda a cidade ao invés de fazer apenas em uma região em detrimento de outras, afirmando que nas regiões de Jacarepaguá e nos subúrbios da Central e da Leopoldina seriam entregues, em 1963, cerca de 600 milhões de cruzeiros em esgoto. O entrevistador relata o número de telefonemas e de perguntas enviadas pelos telespectadores ao governador e pede para que ele fale um pouco sobre a abertura de túneis e a ligação norte-sul da cidade. Lacerda começa falando sobre um túnel iniciado pelo ex-prefeito Mendes de Moraes. O entrevistador o leva a falar sobre a construção do Túnel Rebouças. O governador discorre sobre a sua extensão de 2400m de comprimento, e menciona o fato de ele ser o maior túnel urbano do mundo. Fala que através dele quis ligar a Zona Norte à Zona Sul da cidade, de maneira que a cidade se tornasse homogênea e impedindo que barreiras naturais, como uma montanha, separassem as diversas zonas da cidade. A fita é interrompida. Retorna falando sobre a polêmica que ocorreu por ele ter contratado um grego para tratar da área urbanística do Rio de Janeiro. Incomodado com este questionamento, já que brasileiros trabalhavam sem problemas no exterior, e a empresa de urbanismo contratada possuía grandes projetos nos Estados Unidos e na Europa, defende-se afirmando estarem sendo contratados como consultores, junto ao grupo de engenheiros e arquitetos da Guanabara, para fazer o plano de desenvolvimento do estado até o século XXI. Comenta que essas críticas irresponsáveis e difamatórias eram devidas à sua possível candidatura à Presidência da República. Lamenta, também, que ainda faltassem especialistas em trânsito no país, devido às universidades brasileiras não possuírem tal cadeira. A partir daí, Lacerda acusa o então ministro da Viação e Obras Públicas, Hélio de Almeida, do governo parlamentarista de João Goulart, de ter sabotado a construção do metrô no Rio de Janeiro durante seu governo, já que ele lhe negou um pedido apenas de colaboração, referente às linhas da Estrada de Ferro Central do Brasil. Menciona ter conseguido o financiamento do material para a construção com os franceses e também ter conseguido até 33% de desconto da própria obra de engenharia no Brasil. Comenta ter recebido o apoio do então ministro dos Transportes, Virgílio Távora, mas mesmo assim não conseguiu dar início às obras para implantação do metrô. Continuando as denúncias, relata a questão da compra de geradores, que teriam evitado o problema de racionamento de energia e que vinham sendo comprados tardiamente. Acusa, mais uma vez, o ministro da Viação e Obras Públicas, e então presidente do Clube de Engenharia, de resolver problemas técnicos de maneira emocional, responsabilizando-o pela autoria de telegramas difamatórios sobre ele, direcionados aos engenheiros e termina taxando-o como sendo um vendedor de sinais automáticos para a Central do Brasil e que também se autointitulava urbanista. A gravação pula para um outro assunto. O governador fala sobre a candidatura à Presidência da República. Novamente há uma falha na gravação e o governador relembra um gesto de D. Pedro II que, com o dinheiro destinado à construção de um monumento em homenagem a ele, optou pela construção de três escolas. Termina fazendo uma reflexão, dizendo pensar da mesma forma, ou seja, que o importante não era ser lembrado mas sim ter construído. Encerra-se o programa com o apresentador comprometendo-se a entregar as inúmeras perguntas ao assessor de imprensa do governador, o jornalista Walter Cunto, agradecendo-o também por tê-lo ajudado na realização do programa com o então governador da



Guanabara. Carlos Lacerda termina agradecendo à emissora, ao apresentador e aos telespectadores.

Código: BR RJAGCRJ.CL.FAM.2.071

1. Assunto 1.1 Lado A: Depoimento de Carlos Lacerda 1º Dia – Parte

1.2 Lado B: Não tem gravação

2. Temas: 2.1 Lado A: Vida acadêmica, movimentos integralista e socialista, UDN, Estado Novo

Duração da fita: A: 20min

Data: 19/03/1977

Resumo: Lado A: Lacerda discorre sobre o início de sua vida acadêmica e sobre o flerte com o marxismo na universidade, em um momento em que a direita e a esquerda recrudesciam suas lutas através dos movimentos integralista (direita) e socialista (esquerda). Conta sobre o início da carreira jornalística no *Diário de Notícias* como free lancer e, posteriormente, sobre a criação da coluna na *Tribuna da Imprensa*, no jornal *Correio da Manhã*, coluna primeiramente criada para ser uma espécie de crônica sobre a Constituinte de 1946. Discorre sobre a União Democrática Nacional, a UDN, em seus primeiros momentos, e, posteriormente, sobre a participação do partido na vida política do país como conspirador civil e, posteriormente, militar. Fala sobre o início do desgaste da ditadura do Estado Novo no pós-guerra e sobre a crescente manifestação sobre a necessidade de novas eleições.

Código: BR RJAGCRJ.CL.FAM.2.072

1. Assunto 1.1 Lados A e B: Depoimento de Carlos Lacerda 4º Dia – Partes 6 e 7

2. Temas 2.1 Lado A: Jânio Quadros, golpe, João Goulart, posse, parlamentarismo

2.2 Lado B: Renúncia de Jânio Quadros, posse de João Goulart, instituição do parlamentarismo

Duração da fita: A: 15min B: 30 min

Data: 27/03/1977

Resumo: Lado A: Lacerda discorre sobre o início das denúncias, em seu programa de rádio, e sobre um possível golpe do então presidente da República, Jânio Quadros. Menciona a recusa a uma aproximação com Jânio Quadros e a renúncia dele. Narra o decorrer do processo de renúncia, com lembranças, fatos e motivações que levaram ao ato. Manifesta sua opinião sobre o governo contraditório de Jânio Quadros, um governo aparentemente de esquerda na política externa e internamente de direita. Fala sobre os atos do governo e sobre o desenrolar da crise decorrente do processo sucessório de Jânio Quadros. Aponta para o apoio pessoal dado à posse de João Goulart, mas somente após o acordo civil-militar, que permitiu a posse de João Goulart como presidente da República, com a implantação de um regime parlamentarista. Explica sua mudança de postura em relação à presidência de Goulart, a partir de então.

Resumo: Lado B: Lacerda fala que apesar das ameaças que Jânio Quadros tinha feito de renunciar, surpreendeu-se com a renúncia dele. Diz que Jânio admirava Nasser, Perón e Fidel Castro, que renunciaram e voltaram como ditadores ao poder. Lacerda comenta sobre uma desavença entre João Goulart e Jânio Quadros e afirma que logo depois Jânio Quadros enviou João Goulart em missão oficial à China. Segundo Lacerda, Jânio fez isso porque acreditava que os ministros militares não iriam aceitar a posse de João Goulart e iriam conceder-lhe mais poderes para continuar ocupando a



Presidência. Mas, isto não aconteceu, embora tenham apelado para que ele não renunciasse. Lacerda afirma que alguns chegaram a propor que o Congresso recusasse a renúncia. Mas o Auro Moura Andrade, presidente do Congresso, afirmou que uma carta de renúncia não poderia ser votada, por ser um ato de vontade, que não dependia da disposição do Congresso. A primeira parte do plano havia falhado, explica Lacerda. Afirma que chegou a temer pela reação do almirante Sílvio Heck, embora achasse improvável que ele tomasse alguma atitude. Lacerda conta que Jânio foi para base aérea de Cumbica e dizem que ele chegou a ter uma crise de choro. Jânio viajou para Londres e Ranieri Mazzilli assumiu a Presidência interinamente. Lacerda menciona que Jânio fazia uma política interna de direita e uma política de externa de esquerda, que ele se aproximava da Rússia para agradar à esquerda brasileira, mas que internamente adotava uma política de direita, principalmente na área econômica. Lacerda, ao ver a reação à renúncia, conta que teve a sensação de que tinha havido uma decepção generalizada da população, inclusive dos adversários de Jânio, e que esta foi a principal causa do 31 de março. Ele considera que houve uma despolitização, uma ressaca nacional, uma perda de interesse na política. Acrescenta que João Goulart, antes de voltar da China, fez uma escala em Paris, e estava receoso de voltar ao país, enquanto San Tiago Dantas tentava convencê-lo a assumir a Presidência. Conta que os ministros militares rejeitaram imediatamente a posse de João Goulart, mas que não encontraram uma alternativa. Ele salienta que era favorável a posse de Jango, embora previsse que isso não seria bom, mas, para ele, o mais importante era não interromper o processo democrático no Brasil. Diz que João Goulart deveria ser vigiado e que na primeira que ele fizesse seria retirado do poder. Lacerda fala sobre a solução de adotar o regime parlamentarista para resolver o impasse. Diz que o parlamentarismo contava com alguns defensores no país. Lacerda menciona que Cordeiro de Farias tinha sido um dos responsáveis por fazer a campanha a favor da adoção do regime parlamentarista. Lacerda acrescenta que levou um susto, que sabia que era uma fórmula falsa que iria dar errado e passou a combater a posse de João Goulart. Mas o Congresso aprovou a emenda constitucional que instituiu o parlamentarismo.

Código: BR RJAGCRJ.CL.FAM.2.073

Com defeito

Código: BR RJAGCRJ.CL.FAM.2.074

1. Assunto 1.1 Lado A: Programa da Rádio JB – Entrevista de Mauro Magalhães, José Aliverti e Fernando de Azevedo

1.2 Lado B: Criminalidade Juvenil

2. Temas: 2.1 Lado A: Seguro desemprego, FGTS, pacto dos governadores, criminalidade

2.2 Lado B :Criminalidade juvenil

Duração da fita: A: 30min B: 30min

Data: [1967/ 1975]

Resumo: Lado A: Mauro Magalhães discorre sobre seguro desemprego e sobre o FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço), defendendo modificações em ambos. O dr. José Aliverti responde que o seguro desemprego já estava na Constituição, mas ainda não tinha sido regulamentado. Defende que o governo desse maior atenção ao mercado interno e explica que o seguro desemprego era importante para manter o mercado interno. O dr. Fernando Azevedo fala que o assunto foi bem abordado e que só acrescentaria que a contribuição sindical obrigatória poderia ser utilizada na



ajuda ao trabalhador desempregado. Jornal da rádio JB. Reportagem sobre a diminuição do tempo de vida de casais que se separam. Afirmam que o homem em geral morre mais cedo. Convidados debatem o assunto. A reportagem considera que após as convenções regionais, o PMDB estaria rachado. O deputado Jarbas Vasconcelos, derrotado na convenção do partido para escolha do candidato à prefeitura de Recife, ameaça sair do PMDB. Encontro do presidente José Sarney com o governador de São Paulo, Franco Montoro, para discutir o pacto dos governadores. O PT estava preocupado com o seu pequeno crescimento e o partido se reuniria para discutir o problema e buscar soluções para resolvê-lo.

Lado B Programa da rádio JB. Debate sobre a criminalidade juvenil. Reportagens sobre o Rio de Janeiro, Brasil e mundo.

Código: BR RJAGCRJ.CL.FAM.2.075

1. Assunto 1.1 Lados A e B: Trechos de Discursos de Carlos Lacerda na Inauguração da Obra do Guandu

2. Temas 2.1 Lado A: Construção da adutora do Guandu, inauguração da adutora do Guandu

2.2 Lado B: Partido Comunista, eleições, Companhia Estadual de Habitação

Duração da fita: A: 30min B: 30min

Data: (1966)

Resumo: Lado A: Lacerda defende a obra de construção da adutora do rio Guandu, que seria paga também pelos governos posteriores ao seu. Diz que os juros cobrados pelo empréstimo do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) eram baixos e que a taxa d'água ajudava a pagar a dívida. Defende que o ritmo das obras deveria continuar igual no estado e no país. Agradece aos trabalhadores que deram a vida para que a população do estado da Guanabara tivesse acesso à água. Explica que as obras deveriam continuar, para que não houvesse desemprego entre os operários. Elogia a criação da Companhia de Água do Estado da Guanabara e afirma que sempre haveria reclamações, mas que esperava que elas se tornassem cada vez mais raras com a criação da companhia. Reportagem da rádio JB Inauguração da nova adutora do Rio Guandu. O ex-governador da Guanabara, responsável pela obra, faz um discurso na inauguração. Lacerda agradece ao presidente dos EUA, John Kennedy, que auxiliou no financiamento da obra, aos operários e engenheiros que participaram da obra, à população que pagou a taxa d'água antes da obra ficar pronta. A reportagem descreve as etapas pelas quais passou a obra da adutora do Guandu, iniciadas no governo Carlos Lacerda e terminadas no governo Negrão de Lima. O repórter a chama de "obra do século". Lacerda responde a uma pergunta dizendo que não era radical, não no sentido de ser violento, mas no sentido de defender seus princípios. Diz que o Brasil tinha muitos reflexos condicionados, como por exemplo, a distinção entre esquerda e direita, que para ele era difícil de ser feita, mas que a população aceitava sem questionamento. Outro reflexo condicionado seria a ideia de reformas de base, que as pessoas aceitavam sem saber o que eram. Comenta que as pessoas usavam a palavra radicalização para assustar os adultos, assim como os adultos usavam a palavra bicho-papão para assustar as crianças. Lacerda cita um protesto contra ele, ocorrido na Universidade Federal da Bahia, em que uma faixa dizia "Go home, Lacerda". Critica os que fizeram o protesto por escreverem a faixa em inglês e considera que eles eram filhos de Lee Oswald, assassino de Kennedy. Diz que estas pessoas eram filhas do fanatismo, da intolerância, não queriam ouvir e queriam impedir que os outros ouvissem. Salienta que eles ainda tinham coragem de se intitularem democratas. Afirma que eles precisavam ser combatidos pelas autoridades. Comenta que o protesto tinha sido organizado clandestinamente pelo Partido Comunista.



Resumo: Lado B: Lacerda critica os que chamavam a sua candidatura de radical. Diz que Lincoln radicalizou quando acabou com a escravidão, assim como a princesa Isabel. Afirma que Getúlio Vargas também tinha radicalizado quando criou os sindicatos de trabalhadores e que Eduardo Gomes radicalizou quando aceitou ser candidato para derrubar a ditadura. Considera que a eleição era uma escolha entre caminhos. Ironiza as afirmações de que no governo João Goulart não havia radicalizações. Explica que era preciso escolher ser pró ou contra e que estava pensando o mesmo que a população da Bahia. Considera que se não houvesse radicalização haveria uma submissão pela inércia e pelo temor. Lacerda volta a criticar o protesto contra ele organizado em Salvador. Comenta que só mostraram a faixa em locais onde ele não esteve. Conta que eram apenas duzentos ou trezentos e os chama de ridículos. Menciona que está desapontado com o Partido Comunista da Bahia, que aquelas pessoas não riam, o que os desumanizava. Lacerda afirma que era considerado reacionário e de direita porque era contra o Partido Comunista, e que era contra assim como o Papa João XXIII era contra. Assinala que era contra e radicalizava porque o Partido Comunista, que era minoria, agia como se fosse maioria e que, por isso, às vezes, no meio do riso era preciso indignar-se. Lacerda considera que os manifestantes que fizeram o protesto contra ele deveriam ser punidos de acordo com a lei. O repórter pergunta como o governador tinha resolvido o problema de habitação no estado. Lacerda menciona as casas construídas pela Companhia Estadual de Habitação, discorrendo sobre a construção de 400 casas na Vila Aliança e sobre a urbanização na Vila da Penha, além da construção de casas na Vila Kennedy e as obras de saneamento e iluminação em favelas. Comenta que as casas eram vendidas com prazo máximo de 10 anos. Afirma que o problema de habitação no Brasil tinha solução. Destaca que era contra o voto dos analfabetos, porque defendia que os analfabetos tivessem escola. Sugere que se chamassem de analfabetos o ministério de João Goulart, porque não haveria diferença. Afirma que qualquer analfabeto poderia substituir Abelardo Jurema.

Código: BR RJAGCRJ.CL.FAM.2.076

1. Assunto 1.1 Lados A e B: Depoimento Carlos Lacerda – 4º Dia – Partes 10 e 11.

2. Temas 2.1 Lado A: Carreira militar, Golpe de 1964

2.2 Lado B: Golpe de 1964, ingerência americana, Exército brasileiro, cerco ao palácio Guanabara

Duração da fita: A:30min B:30min

Data:27/03/1977

Resumo: Lado A: Lacerda fala sobre a origem de boa parte dos militares brasileiros, que, segundo sua opinião, vinham de famílias de baixa renda. Diz que o Exército era a única profissão na qual se recebia para estudar. Lacerda conta que o que ficava da carreira do militar eram as condecorações que eles recebiam ao longo da profissão, porque o salário, na maior parte das vezes, não era satisfatório e a rotina era desgastante. Conta que fez um apelo público a Juscelino para que eles fizessem uma aliança de oposição ao governo João Goulart e que Juscelino recusou a oferta, porque não queria perder o apoio do presidente. Fala sobre a convenção da UDN para a escolha do candidato a presidente e diz que foi o escolhido. Conta que recebeu um telefonema de Armando Falcão falando que o general Mourão havia saído com as tropas. Lacerda afirma que Krueel, que era anticomunista, mas fiel a Jango, fez um último apelo para que o presidente afastasse os comunistas do seu governo. Jango não aceitou o apelo e Krueel aderiu à “Revolução”. Lacerda menciona que recebeu uma ligação de Nova York perguntando por notícias, porque tinham ficado sabendo que o palácio da Guanabara estava cercado. Ele então contou o que estava acontecendo. Lacerda disse que conseguiu falar com a televisão e com o rádio, mesmo com o palácio cercado. Diz que escreveu um telegrama aos governadores e que recebeu uma ligação do general Castelo Branco. Fala que o



general, pouco tempo antes, havia escrito um manifesto que era quase uma convocação a uma revolução. Lacerda relata que Castelo Branco estava no Ministério da Guerra, em seu gabinete de chefe do Estado Maior das Forças Armadas, assim como o ministro do Exército estava em seu gabinete. Cada um estava protegido por um grupo de oficiais.

Resumo: Lado B: Lacerda conta que Castelo Branco apelou para que ele saísse do palácio Guanabara. Ele respondeu que respeitava o apelo, mas que sua mãe e sua mulher concordaram que ele deveria ficar no palácio. Conta que Castelo Branco insistiu, mas ele se manteve irredutível. Lacerda suspeita que o objetivo do apelo feito por Castelo Branco era afastar uma liderança civil que poderia ser incômoda. Diz que Jango prestou um serviço ao país ao não tentar resistir e que quando Jango viajou para o Rio Grande do Sul apareceram os nomes dos chefes da “Revolução”. Narra que o embaixador americano, Lincoln Gordon, elogiou a “Revolução” por ter sido rápida, sem sangue, e por ter evitado que os Estados Unidos tivessem que intervir. Comenta que houve alguns excessos, como o incêndio na sede da UNE, as prisões a esmo, mas que ele as considerava inevitáveis. Conta que se surpreendeu com a notícia de que iria ser estabelecida a censura à imprensa. Lacerda diz que era contra, mas entendia porque a censura tinha sido estabelecida. Ressalta que não havia comprovação de que tivesse ocorrido ajuda direta do governo americano aos militares brasileiros para que houvesse a “Revolução”. Argumenta que não seria necessário o apoio americano, porque não havia resistência. Critica os jornalistas que estavam impressionados com a ideia de ajuda dos Estados Unidos. Comenta que os americanos tinham interesse na vitória da “Revolução” e que poderiam ajudar se fosse preciso, mas afirma que não tinha sido necessário. Defende que o Exército brasileiro poderia ensinar ao Exército americano como dar um golpe. Ressalta que não se deveria duvidar da capacidade do Exército brasileiro de organizar uma revolução.

Código: BR RJAGCRJ.CL.FAM.2.077

1. Assunto 1.1 Lados A e B: Depoimento de Carlos Lacerda na Câmara Municipal de Marília

2. Temas: 2.1 Lado A Reforma agrária, latifúndio, comunismo

2.2 Lado B minifúndio, adutora do Guandu, agricultura

Duração da fita: A:30min B:30min igual à fita 16 lado A

Data: 30/03/1964

Resumo: Lado A: Carlos Lacerda agradece o convite da Câmara Municipal de Marília para falar sobre os problemas e se possível apontar soluções para o Brasil. Diz que iria falar para todos e não apenas para seus companheiros udenistas. Elogia o estado de São Paulo, que abrigava pessoas do Brasil inteiro e do mundo inteiro. Afirma que os valores estavam invertidos, que se fazia injustiça em nome da justiça, guerra em nome da paz, que se destruía a liberdade fingindo estar a favor dela. Considera que a pátria não precisa de bons moços, mas de bons cidadãos, que o país estava em perigo e que precisava ser salvo pela sua população. Diz que o perigo estava em querer substituir eleições por plebiscito, que era uma forma totalitária de se fingir democracia. Lacerda afirma que nada era mais parecido com a esquerda do que a direita e cita como exemplo o acordo que Hitler fez com Stalin. Diz que os caudilhos e comunistas pertenciam à mesma família, dos fanáticos e ambiciosos. Faz elogios a Marília, que considera um símbolo do valor da multiplicação do trabalho pela liberdade. Salienta que por isso é que deveria ser irradiado de Marília para o Brasil o exemplo de que se não fosse a liberdade de criar riqueza, de plantar, Marília não existiria. Lacerda pensa que a reforma agrária era uma falsidade. Critica também as reformas que as pessoas falavam que queriam que fossem feitas, sem especificar quais seriam essas reformas. Comenta que os comunistas só consideravam possível resolver os problemas quando estivessem sozinhos no poder e



seus adversários presos ou no paredão. Lacerda compara os países capitalistas com os países socialistas. Cita os Estados Unidos como exemplo de um país que exportava trigo para o mundo inteiro e que a produção do campo na América havia dobrado, com a metade dos trabalhadores. Diz que Lenin tinha alertado para o perigo da pequena propriedade, porque quando a pequena prosperava, tornava-se uma grande propriedade. Por isso, ele não acreditava na reforma agrária brasileira. Ressalta que já haviam tirado muitas fotos da sua casa em Petrópolis, mas nunca vira uma foto de uma das fazendas do presidente. Explica que a primeira reforma agrária na Rússia, em 1917, resultara em sete milhões de mortes por causa da fome, segundo o próprio Partido Comunista russo. Afirma que Lenin foi obrigado a permitir que existisse a propriedade privada, para evitar que mais pessoas morressem de fome e o regime caísse.

Resumo: Lado B: Carlos Lacerda diz que o problema do Brasil eram os minifúndios, não os latifúndios, que eram apenas 1% das propriedades rurais. Considera que a reforma agrária deveria ter apenas um objetivo, aumentar a produtividade do trabalhador rural, fazer com que ele produzisse mais com o mesmo esforço que ele fazia, para ganhar mais do que ele ganhava. Lacerda diz que se esse não fosse o objetivo, a reforma agrária levaria à fome, à desordem, à insegurança e à tirania. Mas, diz que não se poderia pensar apenas em termos econômicos, por isso interessava ao país o aumento do número de proprietários agrícolas. Porém, afirma que para isso seria necessário que se valorizasse a propriedade, o que não ocorria, pois os proprietários de terra eram chamados de exploradores. Lacerda critica a ideia de que a agricultura no Brasil estava defasada, anacrônica. Assinala que a agricultura no Brasil era importante, mesmo sendo relegada a segundo plano, com a crescente industrialização do país. Explica que as indústrias no Brasil eram sustentadas pelo capital estrangeiro e pelos sacos de café. Lacerda considera que os governos abandonaram a agricultura. Afirma que a riqueza do Brasil vinha do café, do cacau, do algodão. Critica o governador de Pernambuco, Miguel Arraes, que dissera em um programa de televisão, em São Paulo, que considerava o estado o mais espoliado do Brasil. Aponta uma contradição nesta afirmação, porque Arraes teria ido a São Paulo pedir dinheiro a Pernambuco. Então, como o estado mais espoliado poderia emprestar dinheiro, ele pergunta. Lacerda afirma que o povo iria às ruas e que se os homens não fossem, as mulheres iriam. Diz que os homens sabiam que estava na hora de cada um fazer o seu dever e que os comunistas deveriam se convencer de que eram minoria e que não poderiam impor suas ideias à maioria. Fala sobre a obra da construção da adutora do Guandu para resolver o problema da falta d'água no estado da Guanabara. Afirma que teve que tomar a decisão de começar uma obra para qual não tinha recursos, mas que um trabalho de cinco anos resolveu um problema secular. Considera que foi uma obra de fé, porque o povo acreditou na obra.

Código: BR RJAGCRJ.CL.FAM.2.078

1. Assunto: 1.1 Lados A e B: Depoimento de Carlos Lacerda 5º Dia – Parts 5 e 6

2. Temas 2.1 Lado A: Governo Costa e Silva, AI-5, prisão, greve de fome, interrogatório

2.2 Lado B: Diabetes, greve de fome, Frente Ampla

Duração da fita: A: 45 min B: 45min

Data: 16/04/1977

Resumo: Lado A: Carlos Lacerda fala sobre a eleição de Costa e Silva e sobre a sua suspeita de que Costa e Silva já estava doente antes de assumir a Presidência. Conta uma reunião que teve com ele, em que eles não conversaram nada de relevante. Lacerda ficou em dúvida se Costa e Silva estava senil, ou se havia mudado de ideia, e não quis conversar nada de importante depois que a notícia da reunião saiu no jornal. Fala sobre a rivalidade existente entre Costa e Silva e Castelo Branco, que teria sido iniciada há muito tempo. Levanta várias hipóteses para o motivo desta rivalidade, mas não



chega a uma conclusão. Conta que o general Portela começou a mandar muito no governo Costa e Silva, o que seria um indício de que Costa e Silva já estava doente. Mas, diz que era só uma hipótese, que não tinha como ser comprovada. Lacerda fala sobre o fechamento do Congresso e a implantação do AI-5. Conta que nesta época estava fazendo um tratamento de sonoterapia. Fala que viu de casa a leitura do AI-5. Acrescenta que se surpreendeu com a reação de um sobrinho de 16, 17 anos, que demonstrou total desinteresse em relação ao Ato Institucional. Lacerda relata que, no dia seguinte à decretação do AI-5, foram até a sua casa prendê-lo. Conta que foi levado para o forte de Santa Cruz, em Niterói. Mas, ficou pouco tempo lá e foi transferido para o quartel da Polícia Militar, na rua Frei Caneca. Relata que teve como companheiro de cela, o ator Mário Lago, que já havia sido preso várias vezes neste período. Salienta que eles ficaram amigos na prisão. Narra o caso do filho de um advogado que foi preso com o pai, pelo fato de o pai ter pedido um *habeas corpus* para um estudante que tinha sido preso em uma manifestação contra o governo. O pai conseguiu sair, mas o filho ficou preso e não se conformava, dizendo para os outros presos: Vocês, eu entendo porque estão aqui, mas eu? Lacerda fala sobre sua decisão de fazer uma greve de fome em protesto contra sua prisão. Diz que já havia feito isto antes e que estava de dieta, por isso chegou a pensar em não fazer greve de fome, mas acabou decidindo fazer. Disse que encontrou um coronel que havia sido seu comandado quando era governador e se mostrou disposto a ajudá-lo no que fosse possível. Fala sobre o pedido que fez para que avisassem ao dono do Lidador que ele estava preso e que provavelmente passaria o Natal na cadeia. Pouco tempo depois, ele recebeu duas caixas com vários produtos suficientes para fazer um Natal de luxo. Lacerda conta que conseguiu manter a greve de fome e distribuiu os mantimentos entre os outros presos, que Mário Lago foi aclamado líder da cela, mas com a condição de que Lacerda o ajudasse. Comenta que o preso nunca poderia estar satisfeito e dizer que estava sendo bem tratado. Ressalta que a primeira reivindicação dos presos aceita foi o direito de banho de sol duas horas por dia. Lacerda comenta que se sentiu mal no primeiro dia de banho de sol, por causa da greve de fome, e que os médicos foram contra a greve, mas vendo que ele não cedia, recomendaram que bebesse muita água. Narra que argumentou que não tinha dinheiro para comprar água e que um dos médicos comprou várias garrafas d'água. Lacerda conta que o coronel que o ajudava conseguiu uma geladeira para colocar as garrafas d'água. Então, o Mário Lago "reclamou": "Esta prisão não vale. Eu já estive na geladeira, mas prisão com geladeira eu nunca vi. Isso é privilégio demais, já está perdendo a graça." Lacerda menciona que os presos tentaram jogar cartas para se distrair, mas não deu certo porque só o Hélio Fernandes sabia jogar. Então, a diversão passou a ser um rádio de pilha que alguém conseguiu.

Resumo: Lado B: Lacerda diz que tinha sido comunicado pelos médicos que, por haver um histórico de diabetes na família, poderia entrar em coma diabético e que eles teriam que avisar ao coronel. Lacerda conta que foi assim que os outros presos ficaram sabendo e que o único que sabia até então era o Mário Lago. Lacerda fala que começou a receber visitas da família. Afirma que sua mulher e sua filha não pediram que ele desistisse da greve de fome, mas que seu irmão falou: "Carlos, eu te conheço, eu sei que não adianta tentar tirar isto da sua cabeça. Agora, queria que você entendesse bem o que está se passando. Os jornais não estão noticiando nada disso, as praias estão repletas, o sol está maravilhoso, está todo mundo na praia, ninguém está tomando conhecimento. Então, você vai morrer estupidamente. Você quer fazer Shakespeare na terra da Dercy Gonçalves?" Explica que esse argumento quase o fez mudar de ideia, mas que ele não desistiu. Fala sobre um depoimento que teve que prestar a um delegado que foi à prisão. Diz que as perguntas eram irrelevantes, cita a primeira: "O senhor tentou formar uma Frente Ampla com os ex-presidentes Juscelino Kubistchek e João Goulart?" "Ele respondeu: "Tentei, o que me admira é o senhor não saber, saiu em todos os jornais." Assinala que as perguntas continuaram nessa linha e que ele disse que a única coisa que teria a acrescentar era que a formação da Frente Ampla tinha sido criada antes do AI-5 e que, portanto, não deveria ser considerada crime. Destaca que respondeu à pergunta sobre porque romperia com a "Revolução" afirmando que o Exército havia traído o seu compromisso de



garantir à população liberdade e eleições livres. Conta que conseguiu enviar uma cópia do seu depoimento ao exterior e que foi publicada fora do país a notícia de que ele estava em greve de fome, o que tinha gerado uma certa repercussão. Comenta que os médicos que estavam cuidando da sua saúde enviaram uma carta ao presidente Costa e Silva relatando a gravidade de seu estado. Diz que sua filha também enviou uma carta ao Costa e Silva. Lacerda relata que no dia seguinte foi visitado por um delegado que tentou convencê-lo a acabar com a greve de fome, sugerindo que ele passasse a ficar em prisão domiciliar. Lacerda recusou a oferta. O delegado disse que poderia forçá-lo a alimentar-se artificialmente. Mas, Lacerda respondeu que toda vez que acabasse a alimentação artificial ele voltaria à greve de fome. Acrescenta que o delegado voltou dizendo que ele estava livre. Então, acabou a greve de fome que durou uma semana. Ele convidou o coronel à sua casa para tomar uísque e comer empadinhas. Mas, comenta que a alegria durou pouco, porque seu médico chegou e o proibiu de comer empadinhas, beber uísque e mandou ele ir para cama descansar e beber coca-cola. Fala sobre a criação da Frente Ampla. Conta que um certo dia ficou conhecendo melhor o deputado Renato Archer, que sugeriu a formação de uma aliança entres as lideranças nacionais, para tentar restabelecer um clima de lei e ordem que não fosse hostil à “Revolução”, mas que fizesse alguma coisa a partir daí. Diz que foi conversar com Juscelino sobre a possibilidade de fazer a aliança e que redigiu um documento estabelecendo como seria a Frente Ampla, que tratava a “Revolução” como fato consumado. Considera que Juscelino teve a grandeza de assinar o documento que considerava a “Revolução”, que tinha cassado os seus direitos políticos, como fato consumado. Lacerda considera que esta foi uma vitória da “Revolução”.

Código: BR RJAGCRJ.CL.FAM.2.079

1. Assunto 1.1 Lados A e B: Depoimento de Carlos Lacerda 2º Dia – Partes 4 e 5

2. Temas: 2.1 Lado A: Atentado da rua Tonelero, Inquérito Policial Militar

2.2 Lado B: Atentado na rua Tonelero, rebelião de presos, assassinato de Gregório Fortunato

Duração da fita: A: 40min B:30min

Data: 20/03/1977

Assunto: Lado A: Carlos Lacerda relata como ocorreu o atentado que sofreu na rua Tonelero, quando estava chegando em casa, em que morreu o major Rubens Vaz, que fazia a sua segurança. Diz que levou um tiro no pé, mas conseguiu atirar no assassino, embora não tenha acertado. Conta que no depoimento, o assassino, que era profissional, disse que atirou primeiro no segurança, que era mais perigoso por estar armado, e depois na vítima. Mas, na ocasião, o major estava desarmado, quem estava armado era Lacerda. Lacerda conta que ao prestar depoimento em sua casa, recusou-se a entregar sua arma ao delegado, por desconfiar que ele estava levantando a hipótese de que ele tivesse discutido com o major e atirado nele. Lacerda diz que alguém o alertou que a arma era calibre 45, de uso exclusivo das Forças Armadas, então o caso deveria sair da Polícia para ser feito um Inquérito Policial Militar. Lacerda diz que o brigadeiro Eduardo Gomes conseguiu que fosse aberto um IPM. (Inquérito Policial Militar). Lacerda fala sobre o andamento das investigações e sobre o inquérito do Gregório Fortunato, que negou qualquer participação no atentado. As investigações continuaram até encontrarem um suspeito. Diz que ele trabalhava para Getúlio Vargas como informante sobre a política de produção de algodão no país. Lacerda relata que havia escrito dois artigos criticando o seu trabalho como assessor de Getúlio Vargas e que as investigações apontaram Gregório Fortunato como mandante. E o Gregório foi preso. Narra que Gregório negou qualquer participação e acusou Lutero Vargas de ser o mandante. Depois acusou o Mendes de Moraes. Mas, não se chegou a nenhuma conclusão sobre quem seria o mandante. Lacerda conta que Gregório negou que Getúlio soubesse, mas que havia contado ao irmão do presidente, Bejo. Lacerda ressalta que foi convencido por um dos investigadores a fazer uma edição falsa da *Tribuna*



da *Imprensa*, com a manchete “Bejo Vargas foge para Montevideú, abandonando seus amigos na hora do perigo”. Disse que esse jornal foi colocado em um local estratégico, que o Gregório leu e assumiu a sua culpa. Mas negou a participação do Getúlio ou do Bejo. Lacerda disse que Gregório nunca admitiu que alguém tivesse dado ordem a ele para planejar o atentado. Diz que Bejo Vargas foi intimado a depor e foi falar com Getúlio e que nesta noite Getúlio cometeu suicídio. Lacerda levanta a hipótese de que Bejo confessou a Getúlio ter sido ele o mandante.

Resumo: Lado B: Lacerda levanta a hipótese de que a carta de suicídio de Getúlio Vargas não tenha sido escrita por ele. Segundo Lacerda, apenas o bilhete seria de autoria de Getúlio. Ele fala de sua conversa com Café Filho, para que este assumisse a Presidência da República. Café Filho disse que preferia renunciar junto com Getúlio. Lacerda narra uma rebelião ocorrida em uma penitenciária, quando ele era governador. Diz que foi o primeiro a entrar na penitenciária, porque a polícia estava do lado de fora e não queria entrar. Diz que os presos estavam com dois reféns. Lacerda foi aonde estavam os reféns. Ele pediu que os reféns fossem soltos. Diz que ameaçou os presos de serem fuzilados pela Polícia, se fizessem algo contra ele ou contra os reféns. Os presos soltaram os reféns, reclamaram da comida e do diretor da penitenciária. Lacerda disse que iria verificar a qualidade da comida, mas que os presos não tinham o direito de opinar sobre a escolha do diretor, porque se tratava de uma atribuição do governo do estado. Conta que uma das pessoas que tinha ajudado a debelar a rebelião foi o tenente Gregório Fortunato, que pouco depois foi assassinado na penitenciária pelos outros presos. Comenta que chegou a pensar que iam acusá-lo pela morte de Gregório, mas que, como foi notória a ajuda de Gregório à Polícia, ficou clara a insatisfação dos presos com ele. Acrescenta que ficou provado que o atentado contra a sua vida fora planejado no palácio do Catete, e que o chefe da segurança pessoal do presidente teria sido o mandante. Assinala que, como havia imprensa livre no país, houve uma grande pressão para a renúncia de Getúlio Vargas. Critica a Constituição por permitir que o presidente e o vice-presidente pudessem ser de partidos opostos. Cita o exemplo de Café Filho, que assumiu o governo após o suicídio de Getúlio Vargas, que era rival de Vargas, e João Goulart, que assumiu o governo após a renúncia de Jânio Quadros.

Código: BR RJAGCRJ.CL.FAM.2.080

1. Assunto 1.1 Lados A e B: Entrevista de Carlos Lacerda 1º dia – Partes 1 e 2

2. Temas 2.1 Lado A: Revolução de 1930, Liga dos Estudantes Ateus, Clube da Reforma, Caju, *Tribuna da Imprensa*, *Diário de Notícias*, censura à Imprensa, surgimento da UDN, Tenentismo

2.2 Lado B: Tenentismo, Luiz Carlos Prestes, Internacional Comunista, Juventude Comunista, Frente Popular, “Intentona” Comunista de 1935, Caravana dos Estudantes, Partido Comunista, Estado Novo

Duração da fita: A: 45min B: 45min

Data: 19/03/1977

Resumo: Lado A: Carlos Lacerda remonta à sua juventude ao dizer que a política era assunto de todo dia em sua casa, quer pela frequência de políticos, quer pelo jornal. Comenta que isso era um bom pretexto para matar aulas. Segundo ele relata, aprendeu mais com os assuntos de casa do que nas aulas. Explica que sua geração foi politizada desde cedo, tendo sido criada dentro de uma ideia de luta contra a ditadura de Getúlio Vargas. Afirma que a Revolução de 1930 foi seguida de um período de grandes esperanças, porém, Getúlio começou a não cumprir os compromissos que tinha assumido. Getúlio lançara mão de entendimentos com Prestes, Siqueira Campos, João Roberto, etc. para articular os acordos de forma a fazer a fusão dos políticos de 1922 e 1924, em troca de certos compromissos de reformas políticas no Brasil. Mas, começou a traí-los fazendo uma política



idêntica a de antes de 1930. Sem falar da perseguição aos comunistas. Então, que o pai de Carlos Lacerda começou a escrever uma série de artigos no *Diário de Notícias* combatendo o que ele chamava de 'Traição à Revolução de Trinta'. Carlos Lacerda foi, então, criado nesse clima. O jornalismo o levou naturalmente a encarar a política como uma espécie de compromisso. Conta que na faculdade existia um clima inteiramente politizado, e que, entre os marxistas, surgiram as primeiras representações da chamada esquerda reluzente. Menciona que Mário Lago fundara a Liga dos Estudantes Ateus, à qual Carlos Lacerda chegou, inclusive, a pertencer. Carlos Lacerda fala, também, do Clube da Reforma, tendo à frente Miguel Luso, Alceu Amoroso Lima, Mauro Barcelos e outros. Afirma que o clube teria uma estrutura monárquica, sendo Miguel uma espécie de rei (presidente), com um gabinete com primeiro ministro. Relata, ainda, que do Clube saiu gente para todos os lados, para o integralismo, comunismo (muitos, por sinal) e um vago liberalismo (alguns). O Clube da Reforma era rival do CAJU, um centro de estudos jurídicos, do qual faziam parte Antônio Gallotti, Santiago Dantas, Gonzaga Nascimento e Silva e Otávio Faria. Carlos Lacerda fala que era um centro de direita e de grande valor intelectual. Comenta que 'brigas homéricas' se davam por conta das manifestações políticas dentro da própria faculdade. Por exemplo: o concurso da cadeira de Introdução à Ciência do Direito. Carlos Lacerda conta que Alceu Amoroso Lima, que segundo ele concorria a todas as cadeiras, porque entendia de todos os assuntos, ou achava que entendia, havia perdido a de Economia Política e foi então concorrer com Hermes Muller, que era protegido pela turma marxista, que combatia o Alceu. Carlos Lacerda torceu para Hermes Muller, que venceu o concurso com uma tese que era plágio, conforme apontou posteriormente Alceu. Nesse ambiente de efervescência política da faculdade, Carlos Lacerda afirma que havia um grupo de professores que dominava ideologicamente. Outros não ligavam para outra coisa senão dar apenas sua aula e ir embora. Os que conviviam com os estudantes eram os marxistas. Carlos Lacerda situa sua iniciação esquerdista na frequência às casas de Rezende, Chagas Freitas e Evandro Lins e Silva, onde ficavam até de madrugada batendo papo e discutindo textos de Marx e Engels. Com relação à sua iniciação política propriamente dita, no sentido militante, foi a partir de sua carreira no jornalismo, principalmente com a fundação da *Tribuna da Imprensa*. Lacerda conta que o jornal *Diário de Notícias*, no qual trabalhou auxiliando Cecília Meireles na página de educação, teve grande papel na Revolução de 1930, por ser um centro de debates em torno da ocupação dos gaúchos. Carlos Lacerda informa que o jornal era contra tudo isso, contra amarrar cavalo no obelisco. Informa, também, que esse foi o começo do primeiro período de censura à imprensa no Brasil. Conta que, na década de 1930, as tensões do ambiente político giravam em torno também da luta pelas eleições em oposição a Getúlio Vargas. O surgimento da UDN (União Democrática Nacional) se deu, inclusive, através de uma conspiração política contra Getúlio. Sobre as eleições das quais participou Armando Sales, que Carlos Lacerda informa que pertencia à plutocracia paulista, o governador da Bahia, Juraci Magalhães, tentou articulação para outra candidatura que fosse mais revolucionária que a de Armando Sales, encontrando-se com Benedito Valadares. Mas, Carlos Lacerda informa que nem Benedito podia ser o candidato e nem o próprio Juraci, que não tinha suficiente liderança. Carlos Lacerda levanta o seguinte dado: Getúlio demonstrou preferência por José Américo, ministro da Aviação e um dos chefes da Revolução de 1930 no Nordeste (Paraíba). Acrescenta que seus discursos de oposição eram mais duros que os de Armando Sales, por ele ser filho de uma região pobre e abandonada, que era então o Nordeste. Enquanto Armando Sales apresentava um discurso mais próximo de um discurso de estadista, José Américo se apresentava como um líder de oposição. Segundo Carlos Lacerda, a vitória de Armando Sales representava a vitória dos fazendeiros de café e, conseqüentemente, um retorno a antes de 1930. Grande parte da classe conservadora queria ordem e considerava essa coisa de eleições algo muito perigoso. E Getúlio Vargas começou a se articular. Além disso, assustava o Exército o perigo de uma desordem generalizada no país. Armando Sales, em manifesto ao Exército, advertiu sobre a iminência de um golpe. Tarde demais, pois Getúlio manteve o apoio dos tenentes, ao convencê-los de que era a encarnação dos ideais tenentistas das revoluções anteriores. O golpe de Getúlio Vargas



foi para Carlos Lacerda uma mistura de fascismo, caudilhismo sul-americano e um vago socialismo. Getúlio Vargas era, para Carlos Lacerda, “sempre um hesitante, sempre um vacilante”, e também considerava que ele “nunca foi homem de decisões, as decisões é que vinham ao encontro dele”. “Foi um grande oportunista” já que se valeu da reação dos não comunistas à Intentona Comunista de 1935 para angariar pares.

Resumo: Lado B: Carlos Lacerda conta que estavam exilados Luís Carlos Prestes, em Buenos Aires, além de João Alberto, Siqueira Campos e outros tenentes, que ainda mantinham ideais tenentistas como o voto secreto, o voto feminino, a reforma do Brasil, segundo ele. E Prestes, em Buenos Aires, teve seus primeiros contatos com o pessoal da Internacional Comunista, convertendo-se às suas ideias. Entretanto, conta Lacerda que o partido Comunista não queria aceitá-lo por considerá-lo um caudilho e eles não queriam um caudilho dentro do partido. Foi preciso que Prestes fizesse uma série de manifestos contra seus próprios companheiros, contra os tenentes, o que tinha feito enfraquecer ainda mais os tenentes perante Getúlio Vargas. Um dos entrevistadores solicita que Carlos Lacerda fale de sua participação na esquerda. Ele começa dizendo primeiro que abandonou a faculdade de Direito no 2º ano, ao ser reprovado em Direito Penal, pelo Ari Franco. Na faculdade, ele pôde verificar duas coisas: primeiro, que era contra a ordem jurídica vigente; e segundo, que concluía que a advocacia era uma profissão estranha porque os casos que lhe interessavam não davam dinheiro e os que davam dinheiro não lhe interessavam. Foi por isso que decidiu largar a faculdade. Depois, ele fala sobre a atuação dos estudantes comunistas na década de 1930. Cita a União Democrática Estudantil e alguns de seus representantes como Hélio Valcácia, Luís Paes Leme e Carrera. Ele informa que houve quem permanecesse comunista e quem deixasse de ser. Conta que não entrou para a Juventude Comunista. Fala também do episódio em que Giorgi Dimitrov defendeu a tese de abertura do Partido Comunista, na reunião da Internacional Comunista em Moscou, em uma série de organizações concêntricas, da qual fez parte a Frente Popular. De acordo com Carlos Lacerda, a política da Frente Popular refletiu no Brasil na dissolução da Federação da Juventude Comunista e criação da Juventude Popular, que no fundo era comunista, mas que tinha também simpatizantes. E aí sim, ele entrou para a Juventude Popular. No que diz respeito à repressão sofrida pelos comunistas, afirma que esta era ferrenha. O comunismo que havia mobilizava-se na clandestinidade. Seus líderes estavam exilados, por exemplo. Havia os trotskistas, egressos do Partidão, mas o comunismo que havia era o pequeno núcleo de russos ortodoxos da linha leninista, servido por uma segunda camada de simpatizantes, em maior número, e mais a Juventude Comunista. Carlos Lacerda conta que, quando do movimento de 1935, estava na casa de Álvaro Moreira, quando ouviu no rádio a notícia da prisão de vários comunistas, entre eles estava o nome de alguns estudantes, inclusive o seu. Ele falou: “Então vou ser preso. Está na hora de cair fora!”. Ele se refugiou na casa de Adalberto Pinheiro, companheiro dele de faculdade. Ele era de uma família católica muito conservadora que, certamente, recebeu uma espécie de anticristo em casa, um comunista refugiado, segundo ele relata. Ficou um mês e depois refugiou-se no estado do Rio. Carlos Lacerda volta ao ano de 1937. Conta que foi a Belo Horizonte com a Caravana dos Estudantes. O pretexto era fazer propaganda para a candidatura de José Américo e combater a de Armando Sales, considerado reacionário. Faziam uma campanha anti-integralista e ligeiramente comunista. Mas não tinham dinheiro para percorrer o país. Conseguiram descer o rio São Francisco com passagens pagas pelo governo de Minas, num navio muito velho, o primeiro que navegou no rio durante o Império, segundo Lacerda. No interior da Bahia foram recebidos pelos coronéis e chefes políticos, todos compadres do Juraci. O Juraci na Bahia fez a política diferente da dos tenentes, aderindo à política tradicional dos coronéis do interior. Ele então tinha prestígio eleitoral. O Coronel João Duque, que foi ao comício com os estudantes e abriu o comício, era o dono do lugar. Disse que era a terra da democracia e que iria dar a palavra ao seu orador oficial, que era o juiz eleitoral. “Um absurdo danado”, segundo Carlos Lacerda. O homem disse: “Está aqui uma caravana de jovens estudantes do Rio de Janeiro, envolvidos na propaganda da candidatura do



eminente candidato do coronel Juraci Magalhães, nosso e do povo brasileiro, à presidência da República: o doutor José Américo de Almeida”. Em cada cidade a que eles chegavam já havia um telegrama do Juraci pedindo que recebessem bem os estudantes que participavam de uma caravana, fazendo propaganda da candidatura de José Américo, e que promovessem o comício e tal. Mas, havia também um telegrama da Polícia do Rio que alertava para chegada dos estudantes comunistas, pedia que tomassem cuidado com eles e os prendessem se houvesse necessidade. Carlos Lacerda conta que eles eram muito bem recebidos e que não podiam voltar para o Rio, pois lá tinha sido declarado estado de guerra que, segundo Lacerda, foi uma invenção do Estado Novo. Havia, até então, apenas o estado de sítio. Eles consideraram que a Revolução Comunista foi uma declaração de guerra externa ao Brasil, e que o país estava em estado de guerra. O estado de guerra existia na Constituição de 1946, conforme evidencia Lacerda, para o caso de guerra externa. Acabaram com todas as garantias. Nomearam os generais e anularam todos os governadores. Ele conta, também, que não tinha dinheiro para ir ao exterior. E nem mesmo para o Rio de Janeiro. Acrescenta que ficou asilado numa casa, na ilha de Itaparica, uma casa simples que lhe foi cedida por um professor baiano de muito prestígio, que estava na Europa, chamado Estácio de Lima, de centro-esquerda não comunista. Depois, recebeu a visita de dois policiais que falaram que queriam revistar a casa. Levaram-no para a Bahia de saveiro, umas 11 horas preso, e, chegando lá, ele encontrou os comunistas com quem ele havia estado antes na Bahia, todos presos. Estavam um sargento e um tenente da Revolução de 1935, o Lauro Lago. Desembarcaram no Rio de Janeiro e Lacerda conta que teve até foto e matéria no jornal *O Globo* que dizia assim: “Desembarcam presos vermelhos vindos da Bahia”. Faz alusão ao movimento de 10 de novembro, o golpe de 1937. Comenta que chegaram Soares Brandão, o pessoal de São Paulo e outros e que formara-se uma convenção nacional, segundo sua acepção. Depois, narra que ele foi para a Casa de Correção e lá encontrou o pessoal de 1932 também, entre eles José Oiticica, ao qual ele se refere como um dos últimos anarquistas do Brasil. Conta que ele era professor de grego e teoria musical. Tão velho, que havia sido professor de seu pai no primário. Conta que Oiticica foi interrogado pela Polícia, que queria saber se ele fazia parte do movimento dos comunistas e ele negou dizendo que tinha horror aos comunistas...porque era anarquista! E completou dizendo que a atividade dos anarquistas era recolher fundos para socorrer os perseguidos, os presos políticos. Carlos Lacerda comenta que quando prenderam o Prestes, prenderam todo o arquivo do Partido Comunista. Os três sujeitos que realmente governavam o Partido Comunista no Brasil: um antigo deputado alemão, chamado Arthur Ernst Ewert, um americano chamado Victor Allen Barron, que morreu atirado de uma sacada da Polícia. Carlos Lacerda diz que não se sabe se foi morto ou suicidou-se. E um belga chamado Leon Julles Vallé, que foi mais esperto, segundo Lacerda, pois foi solto para levar a Polícia ao local onde estariam os outros e no caminho perdeu-se no horizonte e nunca mais se soube dele. Os três formavam a Tróica, eram os representantes da Internacional Comunista no Brasil. Eram os homens que mandavam no Prestes, que era então um executor de suas ordens. Sobre a Aliança Libertadora, Carlos Lacerda conta que ela foi criada dentro da política da Frente Popular, sendo uma versão tupiniquim desta. Ele prossegue dizendo que graças ao sectarismo do PCB, a Aliança nunca foi popular e se manteve essencialmente comunista. Lacerda faz alusão à instalação do movimento de frente popular anti-imperialista, nacionalista e democrática num comício organizado no teatro João Caetano, que contou com a presença, como convidado, no camarote, de um representante oficial do presidente Getúlio Vargas e o Major Costa Leite – um veterano das lutas tenentistas –, na ocasião, incumbiu Carlos Lacerda de falar em nome dos estudantes e lançar o nome do Prestes a presidente de honra da Aliança Libertadora. Carlos Lacerda conta que achou “uma honra excepcional, um negócio maravilhoso”. Quando chegou sua vez de falar, deu o seu recado e anunciou de improviso o Luís Carlos Prestes, o Cavaleiro da Esperança, o herói e presidente de honra do movimento, de cima do João Caetano. Várias bandeirolas diziam: “Prestes presidente de honra da Aliança”. Isso foi em 1935. A partir daí, começaram várias caravanas para o Norte e Nordeste do país. O movimento ia muito bem, começando a penetrar no sindicato. Lacerda faz alusão a um comício integralista em



São Paulo, no largo da Sé, contra a Aliança, que um grupo de resistência organizou, atacando o comício a balas, tiro mesmo, conta Lacerda. Todos os integralistas ficaram agachados e no dia seguinte o pessoal dos jornais anti-integralistas batizou-os de ‘galinhas verdes’. Perguntaram a Carlos Lacerda se dava para contar quantas vezes havia sido preso. Disse, então, que a militância rendeu-lhe algumas prisões. A primeira vez foi num comício na porta do Lorde Brasileiro. Estava ele, Moacir de Castro e outros. Antes, como eles eram incumbidos de realizar certos trabalhos para provar fidelidade, eficiência e coragem, foi fazer sua primeira ação, que foi pichar a estátua de Pedro Álvares Cabral. E pichou: “Abaixo o imperialismo, a guerra e o fascismo”. Depois, quando iam começar o comício, foram todos de camburão para a Polícia. Isso foi em 1933. Em 1935 escapou; voltou a ser preso em 1937, na Bahia, como ele havia relatado anteriormente; e, daí por diante, de vez em quando ele conta que ia preso. Em 1938, por exemplo, foi preso outra vez.

Código: BR RJAGCRJ.CL.FAM.2.081

1. Assunto 1.1 Lado A: Depoimento de Carlos Lacerda Dia – Parte 8

1.2 Lado B: Sem gravação

2. Temas 2.1 Lado A: Antecedentes imediatos ao Golpe de 1964, resistência no palácio Laranjeiras, apelo de Castelo Branco, Forças Armadas

Duração da fita: A: 45:48min

Data: 27/03/1977

Resumo: Lado A: Carlos Lacerda, discorrendo sobre a “Revolução de 1964”, fala sobre o brigadeiro Eduardo Gomes, afirmando que ele nunca conspirou na vida. E emenda: “O que, por incrível que pareça, é verdade. Ele participou das coisas, mas pela frente. Agora, conspiração no sentido de conjuração, secretamente, não fazia o gênero dele, absolutamente”. Carlos Lacerda conta sobre um jantar em Recife, que reuniu Santiago Dantas, o general Castelo Branco e outros: “A gente sentia o que estava sendo preparado”. Um dado que não escapa ao seu relato foi o afastamento, pelo Jango, dos oficiais do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, todos sem exceção, que serviam ao governo. Perguntado pelo entrevistador se ele achava que a Polícia sairia, independente de qualquer coisa, Carlos Lacerda afirma: “Vou além: não acho que ela sairia, acho que saiu” E diz: “Do outro lado, não haveria como ter ajuda. Qual era a ideia? Desembarque de tropa estrangeira? A tropa brasileira estava toda contra e quem não estava contra, aderiu!”. No que diz respeito às Forças Armadas, Carlos Lacerda afirma, sem querer caricaturá-la ou ridicularizá-la, como ele mesmo define: “Infelizmente as Forças Armadas no Brasil se fazem em torno do contágio de tolos”. Ele mostra-se claramente contra a lógica que consiste na vitória daquele que tem mais bala, mais tanque e mais munição. Mas, por outro lado, aponta como um dos propósitos principais das Forças Armadas a manutenção da unidade: “Eles sabem que este é o segredo de uma porção de coisas no Brasil. Primeiro lugar: eles mesmos”. Para ele, a carreira militar era muito sacrificada, sendo escolhida por membros da classe média pobre, por ser a única no Brasil em que não se pagava para estudar. Cita como exemplo o caso de Castelo Branco. E “não é a escolha por uma vida de coisas boas! Os civis, quando escolhem uma carreira, têm uma chance de enriquecer, triunfar na carreira, com a satisfação íntima muito grande”. Já os militares brasileiros percorrem o país de ponta a ponta, indo a Ponta Porã num dia, transferidos em outro para a Amazônia, e em outro para o Rio Grande do Sul... Isso acarreta dificuldades de solidificar a vida e educar os filhos.” Além disso, Carlos Lacerda menciona o fato dos militares passarem a vida inteira fazendo cursos, mesmo depois de chegar a general: “No fim de tudo, para ganhar umas fitinhas, umas medalhinhas”. Aos 20:25 da fita há uma pausa e, quando retorna, Carlos Lacerda já está falando a respeito de uma série de documentos em que uma parte é verdadeira, na qual constam negociações para o fornecimento de armas ao Exército, no caso de um eventual reconhecimento das nações estrangeiras de um governo que se formasse à margem



do governo do Brasil. Nos dias que antecederam ao golpe – dias 27, 28 e 29 de março - Carlos Lacerda passou a dormir no palácio e a organizar sua resistência, representada por uma Polícia Militar, como ele mesmo define, ‘desfalcadíssima e desarmadíssima’, em grande parte recrutas. Carlos Lacerda vai narrando os principais fatos da manhã do golpe de 1964 e toda a mobilização das Forças Armadas, tanto no Rio de Janeiro quanto em São Paulo. Na manhã de 31 de março, por volta de 06h00, Carlos recebeu um telefonema do Armando Falcão informando que a coisa havia sido antecipada. Em São Paulo, uma porção de caminhões de fábricas foi posto à disposição do Exército brasileiro e o Almirante Aragão comandava a tropa mais bem armada das Forças Armadas nacionais, a marchar para o Rio de Janeiro. Mínimo nos detalhes, Carlos Lacerda não esquece nem mesmo de uns velhinhos, almirantes reformados, generais reformadíssimos, que apareceram, saindo de casa com suas pistolas. Alguns oficiais arrumaram um transmissor de rádio para Carlos Lacerda, que conseguia falar com a rádio Independência de Belo Horizonte. Através dela, pronunciou-se. Além disso, fez um telegrama circular aos governadores. O general Castelo Branco entrou em contato com Carlos Lacerda, após ouvir o pronunciamento do governador. Carlos Lacerda perguntou onde ele estava e ele respondeu que estava no Ministério da Guerra. E Carlos Lacerda replicou: “Ah, então o senhor já tomou o Ministério?!” Castelo Branco respondeu que estava na chefia do Estado Maior e que o ministro da Guerra do Jango estava no gabinete dele. Castelo Branco disse, então, para Carlos Lacerda: “Eu acabei de ouvir a sua declaração. A partida do almirante Aragão é iminente. (...) está assentado entre nós. Nós consideramos que na primeira fase da luta (se houver luta), estamos esperando muito, a Guanabara é indefensável. Então, nós vamos através de São Paulo, Minas, Nordeste e Rio Grande do Sul, vamos organizar uma marcha... isolar Brasília e organizar a marcha sobre o Rio de Janeiro”. Castelo Branco informa, também, que o presidente se encontrava no palácio Laranjeiras, cercado de tanques, mas que não dispunha de nenhum soldado para proteger Lacerda. E por conta disso, diz: “Meu apelo se baseia no seguinte: a Revolução precisa de líder, não precisa de mártir”. E continua: “Eu queria fazer um apelo para o senhor abandonar o palácio Guanabara e refugiar-se, para que depois que nós libertarmos o Rio de Janeiro o senhor volte e retome seu posto”. Carlos Lacerda responde: “Eu tenho o maior apreço pelo seu apelo e o maior respeito pela sua posição. Mas, tenho certeza de que o senhor respeitará a minha. Há duas pessoas nesse mundo que podiam fazer um apelo mais difícil de resistir do que o seu: minha mãe e minha mulher. Eu consultei as duas, e todas duas acham que meu lugar é aqui”. Além disso, Carlos Lacerda contava com a ajuda do brigadeiro Eduardo Gomes e perguntou a ele o que faria no seu lugar, e o brigadeiro respondeu que ficaria. E com isso, Carlos Lacerda sentencia: “O senhor há de compreender que nessa altura não posso abandonar o posto. (...) Se o senhor não tem soldado para me mandar, azar o meu”. Observações: No último minuto, a fita ficou inaudível, com o áudio picotado e muito baixo.

Código: BR RJAGCRJ.CL.FAM.2.082

1. Assunto 1.1 Lados A e B: Depoimento de Carlos Lacerda Partes 1º Dia

2. Temas: 2.1 Lado A governo de Dutra, industrialização, Bucha, Rui Barbosa, campanha civilista, elite dirigente 2.2

Lado B Incidentes em comícios, estratégias de oratória

Duração da fita: A:29.47min B: 30:07min

Data: 19/03/1977

Resumo: Lado A: Carlos Lacerda fala do governo Dutra e de sua política. Alguns ministros convenceram Dutra do perigo iminente de uma nova guerra mundial. O Brasil tinha dívidas acumuladas no estrangeiro por conta de matéria-prima para a guerra. E, ao invés de pagarem as dívidas após a guerra, abriram às portas à importação. Foi quando começou o costume de se tomar



uísque no Brasil. Antes, isso era hábito de rico. Pobre tomava cerveja e chopp, pois não tinha dinheiro para tomar uísque. Aliás, comenta ele, nem dinheiro e nem hábito. Na casa de Mário de Andrade, por exemplo, servia-se cerveja, segundo Carlos Lacerda. Em nome do nacionalismo em voga, o Brasil passou também a importar equipamentos de empresas estrangeiras para suas fábricas novas, sem se importar com o fato dos equipamentos serem obsoletos. Afirma que o governo do Dutra foi um governo retrógrado, rotineiro e pouco imaginoso. Carlos Lacerda volta um pouco no tempo, até o ano de 1932, quando Assis Chateaubriand advertiu Getúlio Vargas, às vésperas da Revolução: “Presidente, São Paulo está às vésperas de uma guerra civil”. E, segundo ele, Getúlio respondeu: “Deixa a cobra botar a cabeça de fora” A partir de então, ele relata a existência e a atuação da sociedade secreta denominada “Bucha”, e sua importância para a história da República. Ele afirma: “É impossível escrever a história da República sem escrever a história da Bucha, assim como não é possível escrever a história da Independência sem escrever a história da Maçonaria”. A Bucha, em São Paulo, na faculdade de Direito, legou ao país a Abolição, a República, a Revolução de 1932... Muitas coisas boas e algumas coisas ruins também, segundo Carlos Lacerda. Ele relata que Robert Sorbonne, criador da Sorbonne, com vistas a atrair estudantes estrangeiros para a universidade, criara bolsas de estudos (pela 1ª vez na história da universidade no mundo!). E foi daí que surgiu uma série de estudantes bolsistas alemães que, ao voltarem para à Alemanha, integraram a Burschenschaft, entidade filantrópica alemã, que custeava os estudos. Passaram a lutar pelas causas liberais na Alemanha, participando inclusive da Revolução Liberal, de 1948. Daí, que alguns estudantes foram obrigados a se exilar. Um deles se exilou nos E.U.A. e teve grande influência junto a Abraham Lincoln; outro, chamado Júlio Frank, veio para São Paulo. Carlos Lacerda considera referência mais ou menos irresponsável, uma coisa completamente errada e falsa dos integralistas, a história secreta do Brasil, que apresenta a Burschenschaft, como uma organização judaica internacional para destruir o país. Ele afirma: “Nada disso é verdade”. Conta que o ritual de entrada era maçônico! Explica que Diego Antônio Feijó foi o primeiro chefe da Bucha no Brasil, que Júlio Frank chegou a São Paulo para ser professor de alemão em Sorocaba e de Sorocaba foi levado para São Paulo pelo brigadeiro Rafael Aguiar, e lá foi feito professor (o máximo a que ele chegou) de História Geral, na faculdade de Direito de São Paulo. Carlos Lacerda completa: “É o único túmulo que existe dentro da faculdade de Direito de São Paulo” (no pátio da faculdade). Carlos Lacerda atenta para o fato de que o único presidente da República civil, até Washington Luís, que não foi da Bucha, foi Epitácio Pessoa, que foi o primeiro presidente a combater o Rui Barbosa. Segundo ele conta, todos os demais passaram pela Bucha. Considerando não ser nada de extraordinário, tal fenômeno era para ele o mesmo que a Maçonaria, era “uma sociedade secreta de sujeitos sabidos e companheiros que passam pelas faculdades e sentem-se futuras elites dirigentes e se entendem”. Salaria que um sobe e chama o outro. Acrescenta que esse era “um capítulo inteiramente novo na História do Brasil, ainda por escrever. Uma visão completamente nova”. Assim como é falsa a ideia de que foi uma organização judaica internacional agindo contra o país. É errôneo também, para Carlos Lacerda, propor que foi uma conspiração da plutocracia paulista contra o trabalhador brasileiro. Ele chama a atenção para o que se diz sobre a lista dos integrantes da Bucha, que Ademar entregou a Getúlio Vargas. O presidente a recebeu incompleta e, entre os nomes que constavam da lista, muitos eram de pessoas que foram ministros dele. Ressalta que era o que se contava, pois ele não tinha provas, mas foi nessa ocasião que Getúlio Vargas teria dito a Ademar: “Não se pode governar o Brasil sem essa gente”. Carlos Lacerda afirma ser verdade que Ademar prestou juramento à Bucha, mas depois a traiu, ao violar todas as suas regras de conduta. Daí a campanha contra ele. De acordo com Lacerda, a Bucha era basicamente liberal, mas, depois, aqui e ali, tomou posição conservadora, na medida em que certos elementos conservadores foram dominando. Outro dado levantado por Carlos Lacerda é que a Liga Nacionalista foi uma entidade criada dentro da Bucha. Faz alusão também a um discurso pronunciado por Rui Barbosa, numa reunião secreta da Bucha, na qual ele aceitou a candidatura pela campanha civilista. Conclui que, em última análise, foi a Bucha que fez a campanha civilista. E finaliza: “Foi uma gente que se



preparou para dirigir o país, que não tinha uma elite dirigente. As elites saíam da faculdade. Se organizaram para isso”. A última informação que Carlos Lacerda tinha a respeito da Bucha era que, naquele momento, Gama e Silva, a quem considerava ser “a prova da decadência política”, tentara reorganizá-la. Os veteranos que restavam, recusaram. Primeiro, porque eles não estavam de acordo com muita coisa da “Revolução”; segundo, porque acharam que Gama e Silva queria reorganizar a Bucha para pô-la a serviço dos seus interesses políticos e militares. Puseram uma pedra em cima do assunto. Carlos Lacerda afirma que a sociedade secreta parecia não existir mais! Ele evidencia que não havia um nome de família recente no governo. Eram os paulistas propriamente ditos, os mineiros, pernambucanos e cariocas que se defendiam do perigo do país se desnacionalizar por uma invasão de imigrantes. Acrescenta que os liberais, com algumas correntes conservadoras, eram as velhas famílias de fazendeiros, cujos filhos iam estudar, e que, depois de transformados em industriais organizados, sentiam-se chamados a governar, a dirigir a comunidade brasileira. Então, tratavam de se organizar entre si para que aquilo fosse feito de uma maneira mais orgânica. Na falta de partidos políticos organizados, tais grupos eram a coisa mais parecida. No final da fita, perguntam a Carlos Lacerda sobre um eventual estilo de oratória em seus comícios, ele conta que isso sempre o ajudou muito. Exatamente por causa daquilo que ele mesmo definiu “de uma forma um pouco exagerada de captar a atenção do público”, era sempre deixado por último, como atração da festa. Ele falava para um público cansado, assim, levava desvantagem.

Resumo: Lado B: Ainda sobre os comícios, palestras, etc. o governador relata que saindo de caminhão chegava-se a fazer 10, 20 ou 30 comícios na mesma noite. Havia também os comícios em casa, sempre na casa de um camarada que fazia convite a amigos, vizinhos... Não era bem um comício, e sim uma espécie de palestra, com perguntas e respostas. Num deles, um garoto de mais ou menos 13 e 14 anos chamou sua atenção por se mostrar interessado, fazendo perguntas. Havia o acompanhamento das mulheres também, e tudo isso era, para ele, o indício de uma tomada de consciência que antes não havia no Brasil. Para ele, os encontros isoladamente não representavam muita coisa, mas juntos tinham um ‘teor cívico’ muito grande, uma mobilização. Perguntado sobre se havia uma técnica em seus comícios, Carlos Lacerda reconhece que não poderia se gabar de ter tido uma técnica. Não era que nem Juraci e Jango que “repetiam os mesmos discursos incansavelmente 400 vezes em 400 lugares diferentes”, sempre com “a mesma imagem, a mesma comparação, o mesmo fato...” Ele atribui a uma provável deficiência de memória o fato de não saber fazer isso. Por esse motivo, reconhece que alguns discursos eram muito bons, outros eram péssimos. Carlos Lacerda conta um episódio quando a Caravana da Liberdade chegou a um lugar chamado Rio Branco, no Norte do país e estava ele, Juraci Magalhães, o deputado Valuar de Castro que, segundo o governador mandava no lugar, e outros para um comício. Quando foi a sua vez de falar, cortaram os fios do microfone, depois, um grupo de empregados do governo aos berros impedia o povo de ouvir... Foi quando, relata Carlos Lacerda, ele viu Valuar no meio da multidão. E chegou para Juraci e disse: “Ou a gente sai dessa zona completamente desmoralizado, porque não vamos fazer comício nenhum aqui, porque não vai dar, e esse Valuar nos arreventa aqui ou a gente desmoraliza ele”. E foi assim que Carlos Lacerda, segundo ele conta, foi ao microfone, apresentou o deputado: “Ta presente aí o deputado Valuar de Castro... que não é Valuar de coisa nenhuma, que não vale nada, nem a cachaça que bebe nem o dinheiro que rouba, e tem dois minutos para vir aqui para a Tribuna e responder ao meu discurso”. O deputado foi ao microfone e disse que era um prazer receber os seus colegas naquela região e assegurava a liberdade de falar, não tendo nenhuma participação na desordem instaurada. E, antes de se retirar, fez um apelo ao povo para ouvir Carlos Lacerda, Juraci e os demais. Carlos Lacerda conclui na entrevista, portanto, que alguns imprevistos desse tipo ajudavam muito. Perguntado sobre qual era o melhor público para se falar, responde que sem dúvida era o do Rio de Janeiro, por ser muito politizado. Sobre o interesse da população, chama a atenção para as diferenças de classes sociais. Afirma já ter falado para zonas operárias do Rio de Janeiro (conjuntos residenciais, por exemplo) com o maior êxito, pois quando se tratava de



um projeto de interesse da classe operária, podia-se medir o teor político do sujeito. Quando se tratava de temas políticos gerais afirma: “Você encontra, às vezes, em um setor operário aparentemente menos informado, mais despreparado, um grau de interesse muito maior do que em certos centros que você presume mais informados”. Contrariamente, entre os burgueses, alguns setores mais abastados, a grande maioria via o comício como show, espetáculo, uma espécie de divertimento. E sobre esse assunto termina dizendo que onde havia preparação contrária, era mais difícil de entrar, mas, onde não havia preparação, encontravam-se facilidades. Em viagem às cataratas do Iguaçu, Carlos Lacerda foi perguntado sobre o porquê de nunca ter ido lá. Ele respondeu prontamente que lá não tinha eleitor. E completou, segundo relata: “E não tinha mesmo! Tinha catarata”. Carlos Lacerda fala de suas viagens pelo Brasil fazendo comícios e participando de congressos e do acompanhamento médico que tinha no período das viagens. Havia uma espécie de plantão médico, onde ele fosse tinha um médico para acompanhá-lo. Em São Paulo, era Mário Magalhães, cardiologista. Quando ia a São Paulo, para qualquer lugar, Mário Magalhães largava o hospital, largava tudo e o acompanhava. No Rio, o doutor Antônio Rebelo era o que o acompanhava mais. Andava com dois armários, com todos os remédios possíveis e imagináveis. Em Porto Alegre, houve um congresso de engenharia sanitária. E havia uma exposição sobre o que estava sendo feito em matéria de esgoto, de engenharia sanitária no RJ. Carlos Lacerda lembra do clima por ele definido como tumultuoso, com o pessoal da Petrobras todo mobilizado, por exemplo. Ele lembra que o governador do Rio Grande do Sul era Ildo Meneghetti e o prefeito de Porto Alegre era Brizola. A multidão estava contida em frente ao palácio durante o jantar, na primeira noite. Já na manhã seguinte, no primeiro dia do evento, Carlos Lacerda foi informado de que deveria sair pelos fundos, porque a rua estava toda amarrada pelo pessoal do Brizola, ‘o chefão’, como ele assim o definiu na entrevista. E ele então disse: “Acontece o seguinte: eu tenho muita vontade de sair pelos fundos. Confesso que não me agrada nada a ideia de sair pela frente. Acontece que sou governador de um estado. Eu não posso... (...) o governador não pode sair pelos fundos, tem que sair pela frente”. Então, saiu pela frente. Havia uma barragem de soldados para conter a massa. Estavam com ele: Ricardo Peixoto, a quem o governador clama: “justiça seja feita”, por este estar ao seu lado, já que “não é sujeito tirado a essas coisas”, mais 2 ou 3 engenheiros do estado e outros. Carlos Lacerda conta que eles entraram no meio do povo, que foi abrindo passagem num misto de espanto e respeito. Segundo ainda relata, não havia no fundo um ódio real, e sim um ódio instigado. Porém, quando ele chegou ao automóvel, atiraram do alto de um dos prédios uma pedra, que caiu na parte de cima do carro, amassando-o. Carlos Lacerda afirma: “No gaúcho tem duas coisas que são... são realmente da história deles: primeiro, eles respeitam a valentia, mesmo que você não seja valente, se você puder fingir que é, já chega para eles; segundo, eles são extremamente hospitaleiros... Tirando um ou outro mais exaltado, a ideia de reprimir um sujeito que vai lá de visita é uma ideia extremamente antipática para eles”. Carlos Lacerda conta, entretanto, que nunca teve um comício cancelado por conta de ameaças. E atribui o fato de receber tais ameaças à sua declarada insolência e porque não havia como se deter nessas coisas de política sem se gabar. Sobre o estilo político brasileiro, Carlos Lacerda fala que este ou era muito personalista, valendo-se de ataques pessoais, ou era um jogo combinado, em que o povo era muito mais espectador do que efetivamente participante. Seguindo seu relato, conta que o estilo político ao qual aderiu provocou uma mudança nesse status: primeiro, porque procurava citar fatos; segundo, porque procurava ligar a estação local à estação nacional, criando um vínculo de interesse do ouvinte; e por fim, essa “relativa onipresença” fazia unir o povo em toda a parte, rapidamente. Conta que, ao invés de ser aquele político tradicional que só fazia campanha e comícios em sua zona eleitoral e nas vésperas da eleição, ele ia ao encontro das pessoas em outras regiões, fazendo, inclusive, comício dois anos antes do pleito. Isso, segundo ele, assustava as pessoas que não entendiam o fato de um político, que não era da região, não ir pedir voto e falar longe da eleição o que só se falava às vésperas dela. Isso despertava muito interesse também, completa Carlos Lacerda. Outro fator que contribuiu para despertar interesse foi o mito da valentia, que naturalmente cria o da invencibilidade, conferindo ao



político uma espécie de corpo fechado. Por conta disso, na época, segundo relata, houve um despertar político que fazia com que, inclusive, mulheres ficassem nos comícios, nas ruas, até tarde da noite.

Código: BR RJAGCRJ.CL.FAM.2.083

1. Assunto 1.1 Lados A e B: Depoimento de Carlos Lacerda 3º Dia – Partes 11 e 12

2. Temas 2.1 Lado A: IBADE, Jânio Quadros, Samuel Wainer, Caravana da Liberdade, Tenório Cavalcante, candidatura à presidência, Juscelino Kubitschek, campanha de Jânio Quadros

2.2 Lado B: Apoio da UDN a Jânio, escolha do vice-presidente

Duração da fita: A: 30min B: 30min

Data: 26/03/1977

Assunto: Lado A: Fala sobre a contribuição que alguns políticos receberam do IBADE (Instituto Brasileiro de Ação Democrática) em suas campanhas eleitorais. Diz que não via problemas nisso, que essa contribuição não era ilegal e que nem todas as empresas que financiavam o IBADE eram americanas. Comenta sobre um encontro que teve com Jânio Quadros, após este ter sido eleito prefeito de São Paulo. Faz elogios a Jânio Quadros e conta que ele tinha interesse em resolver os problemas, era carismático e pela primeira vez um político de oposição tinha condições de ser eleito presidente da República. Explica que depois Jânio Quadros o visitou e fez várias críticas a Samuel Wainer e à criação de seu jornal, dizendo que era um escândalo. Lacerda publicou as críticas e, pouco tempo depois, Jânio Quadros o desmentiu, afirmando que nunca havia dado aquelas declarações. Lacerda ligou para ele e o chamou de charlatão. Volta a falar da Caravana da Liberdade e conta o sucesso que Tenório Cavalcante fazia nas viagens às cidades do interior. Diz que a caravana aproximou a UDN da população, embora o objetivo não fosse fazer campanha eleitoral, pedir votos. Fala que a caravana ajudou-o a ficar conhecido nacionalmente e que a tônica da campanha era a corrupção no governo Juscelino, o desperdício, o crescimento da inflação. O objetivo era politizar a população, visitar locais que os políticos só visitavam em época de eleição. Comenta que a UDN era um partido pobre, embora alguns políticos que pertenciam ao partido fossem ricos. Acrescenta que não tinha intenção de se candidatar à Presidência em 1960, embora tivesse apoio dentro da UDN para ser candidato. Menciona que depois de se recusar a ser o candidato da UDN, ouviu Juraci Magalhães dizer que, se fosse candidato, teria o apoio do Juscelino e talvez o de Jânio Quadros. Lacerda disse que não fazia sentido ter o apoio de Juscelino, que era alvo de críticas da UDN. Explica que o fato de não ser candidato não significava que apoiaria outra candidatura da UDN. Fala sobre uma reunião que teve com Jânio Quadros, que definiu o apoio da UDN à sua candidatura a presidente. Diz que São Paulo enganou o resto do país ao mostrar uma imagem positiva de Jânio.

Resumo: Lado B: Carlos Lacerda fala sobre as imposições que os udenistas fizeram a Jânio, para garantir apoio à sua candidatura. Diz que Jânio aceitou todas as imposições e que ameaçou renunciar à sua candidatura por divergências sobre a escolha de seu vice. Diz que, depois disso, Jânio sumiu e que teve que ir atrás dele. Lacerda fala que conseguiu saber onde Jânio estava e foi encontrá-lo. Jânio, então, disse que estava insatisfeito com as pressões que estava sofrendo e alegou outro motivo, a suspeita de que sua mulher estivesse com câncer. Discorre sobre as reuniões para decidir o vice de Jânio, que havia decidido manter a candidatura. Menciona que surgiu o nome de Milton Campos, como opção para ser vice. Lacerda conta sobre as reuniões que confirmaram a candidatura de Jânio Quadros à presidência da República e que Jânio pensou em desistir da candidatura novamente. Jânio aceitou a indicação de Milton Campos como seu vice. Lacerda explica por que apoiou Jânio, pois ele ganharia de qualquer maneira, então era melhor tê-lo como aliado do que



como adversário. Explica que praticamente não participou da campanha de Jânio.

Código: BR RJAGCRJ.CL.FAM.2.084

1) Assunto 1.1 Lado A : Depoimento de Carlos Lacerda 1º Dia

1.2 Lado B: Sem gravação

2) Temas 2.1 Lado A: Sucessão presidencial após governo Dutra, UDN, candidaturas Afonso Pena Jr, brigadeiro Eduardo Gomes, Cristiano Machado, retorno de Getúlio Vargas

Duração da fita: A: 29:26min

Data: 19/03/1977

Resumo: Lado A: Observação: Os primeiros 35 segundos da fita são inaudíveis. Carlos Lacerda, em seu depoimento, conta sobre a agitação política em torno da sucessão presidencial, após o governo de Eurico Gaspar Dutra. Conta que Milton Campos começara a candidatura de Afonso Pena Jr., pela UDN, numa tentativa de atrair o PSD, para impedir a candidatura de Getúlio Vargas. E também para evitar a do brigadeiro Eduardo Gomes. Houve uma reunião na casa de Prado Kelly, na rua Fonte da Saudade, com a presença do general Euclides Figueiredo. E, na ocasião, ficou decidido que a candidatura de Afonso Pena Jr. deveria ser resolvida até a noite daquele dia. Precisavam da resposta favorável de Ademar de Barros e a união de Minas e São Paulo em torno da causa. E Carlos Lacerda prossegue dizendo que a Afonso Arinos coube a tarefa de comunicar isso a Afonso Pena Jr. Chegando em sua casa, após um momento de hesitação em tocar no assunto, por parte de ambos, ele deu a notícia: “o Diretório da UDN nos incumbiu de vir aqui dizer que se o Ademar de Barros não apoiar a sugestão de Milton Campos, a sua candidatura deixa de ser viável, e, nesse caso, é amanhã de manhã que vai ser escolhido o brigadeiro Eduardo Gomes”. A partir de então, segundo Carlos Lacerda, Afonso Pena Jr. tentou durante 3 ou 4 horas falar por telefone com Milton Campos e não conseguiu. Enquanto isso, aquele clima na varanda de sua casa. Havia uns amigos pessoais dele lá... E mais bolinho, mais café... Afonso Pena dizia que não havia porquê retirar a sua candidatura. Só ao Milton competia retirá-la, na medida em que fora ele quem o indicara. Acrescentou que esse era um problema do Diretório da UDN, pois ele não havia pedido para ser candidato. Quando, então, conseguiu falar com Milton Campos, este disse-lhe que o Ademar não havia respondido nada. Carlos Lacerda conta que, no dia seguinte, todos foram para o Diretório da UDN, onde o Kelly deu 40.000 razões em favor da escolha do brigadeiro Eduardo Gomes. Perguntado se o brigadeiro queria ser candidato, Carlos Lacerda responde veementemente que sim. E completou: “Isso é que é engraçado (...) ao ponto como nunca vi antes. Antes não queria, daquela vez queria. Talvez para mostrar que não era o derrotado.” Carlos Lacerda acrescenta que nunca o tinha visto com desejo de poder, pois ele não tinha vocação para isso. Segundo o relato, Prado Kelly defendeu a candidatura de Eduardo Gomes como um ‘último recurso’ da UDN. Lacerda conta que sustentou que, do ponto de vista de honra, era evidente que todos estavam com ele. Mas, falando do ponto de vista eleitoral, informa que condenaram o brigadeiro Eduardo Gomes a uma nova derrota, pois o presidente da República seria Getúlio Vargas. E foi aí que ele perguntou para todos do Diretório do partido: “Vocês estão preparados para isso?” E, na *Tribuna da Imprensa*, Carlos Lacerda fez um artigo contra a candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes: “Foi um Deus nos acuda”. D. Eliana, irmã do brigadeiro, recusou o cumprimento de Carlos Lacerda, parando de falar com ele. Passou a chamá-lo de ‘traidor do brigadeiro’. Ademar foi a São Borja e convenceu Getúlio a ser candidato, assegurando apoio a ele. O Dutra não teve outro remédio, senão se debandar para o Getúlio também. E Carlos Lacerda parou, como último recurso, como ele mesmo relata, nas mãos do doutor Cristiano Machado, um dos representantes da Revolução de 1930 em Belo Horizonte, irmão do Aníbal Machado e de um comandante aposentado da Marinha, Otávio Machado, muito amigo seu. Cristiano, então secretário de Educação de Benedito (que era “um homem extremamente possessivo e desconfiado”, na definição do governador), contou que ficou anos sem vir ao Rio de



Janeiro por temer que Benedito interpretasse que ele estava tentando aproximação com Getúlio, para substituir o Benedito. Carlos Lacerda foi, então, procurar o Cristiano e disse a ele: “Dr. Cristiano, olha aqui; parece que o senhor vai ser o candidato do PSD. É inevitável (...) agora está lançada a candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes. Isso significa a vitória do doutor Getúlio Vargas”. E prosseguiu: “Só há uma maneira talvez de se entenderem: ou é o brigadeiro desistir da candidatura dele em seu favor, ou é o senhor desistir de sua candidatura em favor do brigadeiro. A segunda hipótese me parece muito melhor, não por despreço ao senhor, mas é porque é muito mais fácil levar o seu eleitorado para o brigadeiro, do que trazer o do brigadeiro para o senhor”. Cristiano respondeu a Carlos Lacerda que por ser homem de partido e pelo fato do PSD tê-lo escolhido, não competia a ele se envolver nisto e que não poderia renunciar a uma coisa que não era dele. Em outras palavras, não poderia abrir mão de algo que não lhe pertencia. Carlos Lacerda replicou: “Então, vamos para a derrota. (...) O senhor e o brigadeiro vão ficar com a responsabilidade da volta de Getúlio ao poder. E depois, para tirar esse homem, vai custar muita coisa ao Brasil”. Conta que o pessoal do brigadeiro nada entendia. Tristão de Ataíde, então diretor de assuntos culturais da União Panamericana, que para Carlos Lacerda era um “mestre em ensinar aos outros como fazer as coisas, contanto que ele não tivesse que fazê-las”, foi à *Tribuna* e protestou contra o posicionamento de Lacerda, dizendo que o Getúlio Vargas era um pesadelo dele e que ele tinha obsessão. Sua posição de defender a candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes levou-o a publicar na *Tribuna da Imprensa*, em resposta ao artigo de Carlos Lacerda, um artigo nesse sentido. Carlos Lacerda lembra que, enquanto isso, Cristiano Machado perdia, dia após dia, mais apoio, e foi justamente nesse período que se criou o verbo ‘cristianizar’, como sinônimo de esvaziar alguém. Perguntam a Carlos Lacerda se foi dessa época, e se partira dele, a ideia de que a UDN era “o partido das derrotas gloriosas”. Ele responde que sim e sustentou ainda que a UDN não tinha vocação de poder e que ele não tinha vocação para derrotas gloriosas. E completou dizendo que “achava que estava na hora de disputar o poder”, pois “é para isso que os partidos existem”. Para tal, precisava-se de um candidato que fosse capaz de disputar o poder em condições mínimas de vencer. E Eduardo Gomes não preenchia o perfil. Porém, entre Getúlio Vargas, Cristiano Machado e o brigadeiro Eduardo Gomes, Carlos Lacerda informa que era evidente que ele apoia o último. Acrescenta que nos comícios ele repetia o mesmo discurso da campanha anterior, com o mesmo gênero erudito, feitos por Prado Kelly. Enquanto isso, conta que Getúlio bradava: “voto não enche barriga de ninguém”; “vou abaixar o preço da carne”; “Trabalhadores do Brasil”. E sobre Getúlio fala: “Volta o homem tranquilo, com a saúde de ferro, de São Borja... Muito churrasco no lombo, muita cuia de mate, muito dinheiro...” E a cada dia havia uma nova adesão à sua campanha: a fina flor da burguesia, os industriais... Carlos Lacerda defendia a seguinte tese: “A máquina da ditadura foi montada em anos de trabalho. Montada tecnicamente através da censura, através da propaganda, através do monopólio do rádio, através do monopólio dos órgãos de comunicação de massa realmente e através, sobretudo, da impossibilidade da oposição se comunicar. Além disso, (...) por uma incapacidade da oposição de se comunicar, porque eram velhos políticos que tinham as mesmas técnicas do tempo em que as oligarquias ganhavam a votação...” Getúlio Vargas, ao contrário, como conta Carlos Lacerda, partiu para a técnica moderna de comunicação de massa. Faz menção a Dorival Fontes, considerado por ele um “fascista fabulosamente inteligente”, técnico no assunto e que foi o criador do mito Vargas no Brasil, a quem Carlos Lacerda se referia como o dono do país, pois a ele “toda a gente, mal ou bem, devia algum momento de sua vida... uma promoção, uma nomeação, uma boa palavra, um sorriso, um aperto de mão, um emprego para a família, ou alguma coisa”. Então, é a partir daí que ele sustenta a necessidade de uma reforma na legislação eleitoral, o desmonte da máquina da ditadura, para somente depois poder convocar as eleições. Para ele, a convocação da eleição em cima de tudo isso que estava enraizada no país, significava apenas prover a volta da ditadura pelo voto popular. E explicar isso aos juristas da UDN era algo considerado por ele inviável. Ao perder, a UDN propôs fazer campanha pela maioria absoluta: “Só quem tiver maioria absoluta é que ganha.” Carlos Lacerda aderiu, mas retrucou considerando isso algo



estúpido, pois Getúlio havia ganhado dentro da regra e como mudá-la depois do jogo? Falando sobre as Forças Armadas, na década de 1950 ainda existiam alguns elementos que mantinham o espírito tenentista, dos revoltosos de 1922 e 1924. Ainda não eram generais, mas já eram coronéis, majores. Carlos Lacerda conta que deles, embora alguns tenham apodrecido na corrupção, muitos conservavam uma certa pureza de ideais e uma certa ascendência sobre os camaradas, por conta do sacrifício ao qual haviam se submetido, em uma carreira truncada por prisões, etc. e tal. Comparando com o momento vivido por ele, na época da entrevista, Carlos Lacerda conta que o Exército dos anos 1950 renovava-se mais dificilmente. Os generais ficavam mais tempo no generalato e, por conta disso, dispunham de mais tempo de afirmar lideranças. Conta ele que foi Castelo Branco quem acabou com isso e que foi um de seus erros. Entre os generais de respeito, Carlos Lacerda cita o próprio Dutra, que saiu do governo muito respeitado, pois era a primeira vez em toda a história da República que o povo via nas ruas um ex-presidente. Carlos Lacerda conta que até publicou um artigo intitulado “o grande ex-presidente” e completa que ele ficou lisonjeado.

Código: BR RJAGCRJ.CL.FAM.2.085

1. Assunto 1.1 Lado A: Depoimento de Carlos Lacerda 3º Dia – Parte 5

1.2 Lado B: Sem gravação

2. Temas 2.1 Lado A: Retorno de Getúlio Vargas ao governo, uso da máquina administrativa nas eleições, rivalidade entre a Marinha e o Exército, episódio Carlos Luz, conspiração, cruzador Tamandaré

Duração da fita: A: 30.06min

Data: 26/03/1977

Resumo: Lado A: Carlos Lacerda começa o depoimento na fita considerando que a volta de Getúlio à Presidência era resultado do uso da máquina existente para coonestar, por via eleitoral, o golpe permanente que havia contra o país. E, prossegue no decorrer da fita, falando sobre a atuação das Forças Armadas nos anos 1950, sobretudo a rivalidade entre a Marinha e o Exército no período pós-Getúlio, acirrada com o episódio da partida do cruzador Tamandaré, do Ministério da Marinha, rumo a Santos, numa conspiração da Marinha para fundar um novo governo federal, tendo a bordo o então presidente da República, Carlos Luz. Carlos Lacerda conta que entre os militares não havia nada de inédito. A rigor, era muito mais conversa do que conspiração. Criou-se, nessa época, a expressão que se passou a não utilizar mais no período da entrevista, segundo ele: ‘fritar bolinho’. No meio militar, e no meio civil ligado a esses militares, chamavam a isso fritar bolinho, ou seja, reunião na casa das pessoas para ficar enrolando...Havia os ativistas, que tentavam armar uma conspiração, o grupo que disciplinarmente encontrava-se enquadrado pelo ministro da Guerra e a turma do muro, que era a mais numerosa, que esperava para ver para qual lado iam as coisas. Carlos Lacerda faz menção a um encontro no Ministério da Marinha, no qual se encontrava o ministro Amorim do Vale. Começaram a chegar mais pessoas: o Marcondes Ferraz, o ministro da Aviação, a quem Carlos Lacerda confere na entrevista a alcunha de “engenheiro mais privatista do Brasil em matéria de economia”, construtor de Paulo Afonso, uma das maiores autarquias do país; o Prado Kelly; o coronel Mamede (Jurandir de Bizarria); o general Geisel, que Carlos Lacerda lembra que era coronel nessa época. A pergunta que estava em questão era: o que fazer? O Ministério da Marinha encontrava-se indefeso, pois a guarnição militar do Primeiro Exército, em suma, estava toda ao lado de Lott. Carlos Lacerda acrescenta que todo o serviço de comunicações, que é o segredo de qualquer coisa, instrumento essencial de qualquer coisa, estava na mão do general Lott, no Ministério da Guerra.” O Ministério da Marinha não tinha esse serviço, esse tipo de comunicação. A comunicação era só entre navios. Daí que se deu início a uma transformação espantosa, de acordo com Carlos Lacerda. Um fenômeno “de estado de graça, ou a graça de



estado”: o deputado Carlos Luz, presidente da Câmara, “político habilidoso, jeitoso, amável, mas nada mais do que isso”, segundo Carlos Lacerda, de repente, com a Presidência interina da República, assumiu uma posição de grandeza, que foi crescendo. Na reunião, ele virou-se para os ministros e perguntou: “O que vamos fazer?”. Todos em silêncio à espera de uma decisão dele, que completou: “Porque eu não me entrego!” Carlos Lacerda não se lembra se foi o Sílvio Heck, comandante do Tamandaré, ou se foi o ministro da Marinha, que propôs que eles tomassem o cruzador, que estava atracado no Ministério, e tentassem um desembarque em Santos, pois a guarnição de Santos havia comunicado ao ministro da Marinha que estava solidária a eles. Chegou a notícia de que Jânio Quadros, governador de São Paulo, pretendia resistir. Segundo Carlos Lacerda: “A ideia era desembarcar em Santos, caminhar para São Paulo e constituir um governo federal em São Paulo, presidido por Carlos Luz, com o apoio do governador Jânio Quadros, do ministro da Marinha, do ministro da Justiça e com os outros que fossem...” Embarcaram no Tamandaré, inclusive Carlos Lacerda, então deputado. Segundo ele conta, o despreparo da conspiração ficava nítido nas condições precárias do navio, que estava com uma só caldeira funcionando, gerando menos de metade da velocidade normal, e com a precariedade do guindaste que movia a ponte usada para o embarque, que não funcionou depois, sendo preciso jogar a ponte no mar. E, na saída da baía de Guanabara, de repente, começaram a atirar no Tamandaré. Os tiros vinham do forte do Vigia, no Leme, do forte de Copacabana. O forte Santa Cruz recusou-se a atirar, e a fortaleza de Lage, Carlos Lacerda não se lembra, mas conta que tem a impressão de que também não atirou. O almirante, conforme relata Carlos Lacerda, “um homem reacionário, chefe da Liga Anticomunista, baixinho, nervosíssimo, de bravura pessoal incrível”, não demonstrou nenhuma alteração em sua fisionomia com os tiros. Ficou observando tudo de binóculo e anotando: “tantos metros, tantos metros, tantos metros...” E, depois, ainda de maneira irônica: “Como atiram mal esses nossos camaradas do Exército”! Carlos Lacerda considera que esse foi um momento muito emocionante. E o Tamandaré lentamente, sem uma caldeira. Prossegue relatando que o último ‘splash’ ele não lembra exatamente, mas foi entre 30 e 40 metros da proa do navio. O que eles souberam depois, é que a ordem era afundar o Tamandaré, sendo que depois a turma do deixa disso espalhou que não, que se tratava de meros tiros de advertência. Carlos Lacerda, irônico, diz: “Em matéria de advertência, chegou bem perto”. Carlos Lacerda considera uma coisa muito bonita na história do Brasil: consultado se devia responder ou não, em nenhum momento a bordo o presidente Carlos Luz deixou de tomar as decisões presidenciais, pois “com a presença do presidente da República a bordo, em qualquer quartel do mundo, ele é que é o comandante”. Carlos Luz disse: “Não. Não vamos responder e atirar na cidade indefesa”. Na verdade, segundo Carlos Lacerda, não havia a segurança de que qualquer tiro que partisse do Tamandaré atingisse em cheio as fortalezas. Eles passaram em frente e olharam Copacabana de uma certa distância e viam nas janelas as pessoas colocando lençóis e toalhas brancas. E isso foi o que o emocionou muito. Um erro de decisão poderia levar às piores consequências. Lacerda conta que chegou um telegrama cifrado, via rádio, do brigadeiro Eduardo Gomes, que começava assim: “O ministro da Aeronáutica, tenente-brigadeiro Eduardo Gomes, comunica à Sua Excelência, o presidente da República, Carlos Luz, que conseguiu levantar voo do aeroporto Santos Dumont e que está a caminho de São Paulo, onde o esperará junto com (...) Jânio Quadros. Aproveito a oportunidade para apresentar à Vossa Excelência os meus cumprimentos, os meus protestos de solidariedade e respeito”. Carlos Lacerda informa que as palavras talvez não fossem exatamente essas, mas que a linguagem sim. Carlos Lacerda: “Estamos perdidos”! Mas mesmo assim, seguiram para Santos. A certa altura, chegou a eles uma comunicação de Santos, de que a guarnição da Marinha de Santos havia aderido, em solidariedade ao Lott. A Marinha deixava claro com isso que eles não contassem com sua ajuda para o desembarque. Carlos Lacerda acrescenta que eles estavam mais perto do Rio do que de Santos. Carlos Luz reuniu em volta da mesa os ministros e os oficiais presentes e Carlos Lacerda, como deputado, achou que devia estar ao lado do presidente da República naquela hora. E foi aí que, como relata Carlos Lacerda, revelou-se realmente a capacidade de grandeza de uma criatura



que se investiu da graça de estado. Carlos Luz disse: “Eu quero submeter aos senhores, pois a decisão é muito grave para ser tomada por um homem só. E eu ainda por cima sou um presidente interino, (...) praticamente deposto. Então, eu quero submeter a votos a decisão se continuamos para Santos e forçamos o desembarque lá, qualquer que seja a consequência, ou se voltamos para nos entregar”. Houve um silêncio... E ele continuou: “Eu me submeto à decisão da maioria. Mas, faço questão de dizer, que se a decisão for pelo desembarque em Santos, contem com a minha total solidariedade, aconteça o que acontecer”. Carlos Lacerda revela que tem até então uma lembrança muito viva desse momento, pelo contraste da decisão ter partido de Carlos Luz. “Aquela decisão, aquela coragem...” Compara que se fosse o brigadeiro Eduardo Gomes, tudo bem, seria mais coerente com toda a sua trajetória. Começou cada um a justificar seu voto. Os ministros, todos, optaram pelo desembarque em Santos. Geisel também. Houve praticamente uma unanimidade. Mamede tomou a palavra: “Eu me submeto à decisão da maioria. Mas, me permitam lembrar aos senhores que o Brasil não vai acabar hoje. Que há tradicionalmente, desde o Império, o perigo de uma rivalidade entre a Marinha e o Exército, desde quando a Marinha ficou monarquista e o Exército proclamou a República. Acabamos de ver esta cena terrível do Exército atirando para afundar um cruzador da Marinha. Eu queria que os senhores pensassem um pouco, antes de tornarem uma decisão definitiva. Os senhores repensassem o problema, que por causa deste incidente, que afinal é um incidente, criasse uma rivalidade que durará muitos anos e pode custar muito sangue entre a Marinha e o Exército”. Carlos Lacerda conta que Mamede considerava que um desembarque sangrento em Santos, que viesse a provocar a morte do presidente da República, poderia ser o início de uma guerra civil, que poderia durar muitos anos no Brasil. Reconheceu que eles haviam sido derrotados naquele momento, mas que havia um futuro pela frente. E Mamede completou: “Algum dia, aquilo que está nos reunindo hoje aqui, poderá ser vitorioso. Com uma condição: a de se manter a unidade das Forças Armadas. Se elas forem divididas hoje, nem tão cedo o Brasil se livra dessa oligarquia, dessa corrupção estúpida”. Todos gelaram! Depois de suas palavras, houve um longo silêncio. Prado Kelly depois tomou a palavra para mudar o seu voto, sob a argumentação de que as palavras de Mamede o haviam impressionado profundamente. Ele desejava poupar a vida do presidente da República. Votou pela volta à Guanabara. Carlos Lacerda informa que as palavras do coronel Mamede também o impressionaram muito. E, como com o incidente o país não ia ter paz tão cedo, optou pela volta. Carlos Luz se submeteu à volta, mas disse que não ficou contente com a decisão....

Código: BR RJAGCRJ.CL.FAM.2.086

1. Assunto 1. 1 Lado A : Depoimento de Carlos Lacerda 3º Dia – Parte 7

1.2 Lado B: Sem gravação

2. Temas 2.1 Lado A: Exílio em Lisboa, situação pós-conspiração, anistia dada por Juscelino Kubitschek, FMI, política econômica desenvolvimentista, conspiração, altercação com Alckmim, os chapa-branca da UDN, episódios da Câmara dos Deputados, Lacerda na liderança

Duração da fita: A: 29:06min

Data: 26/03/1977

Resumo: Lado A: Observação: os primeiros 30 segundos da fita são praticamente inaudíveis. Carlos Lacerda conta sobre sua vida e como conseguia dinheiro. Fala de sua colaboração, sob pseudônimo de João da Silva (e outros pseudônimos também), com Roberto Marinho. Relata que trabalhou fazendo tradução de filmes, fazendo a legenda em português. Cada filme custava 200 dólares e lhe rendia um líquido de 116 dólares, em média. O primeiro filme que traduziu foi um chamado Monstro da Lagoa. Traduziu um ou dois filmes de cowboy também. Quando morou em Lisboa, por 3 ou 4 meses, segundo seu depoimento, conta que a casa alugada custava 1000 escudos e o



‘recheio’, como era chamado o mobiliário, custava 2000, totalizando 3000 escudos de aluguel. Infinitamente mais barato do que o dólar que, na época, chegou à quantia de 1,80 Cruzeiros. De volta ao Brasil, ele conta que houve muita punição disfarçada. As punições da parte do Exército correspondiam à não atribuir comando e não conferir promoção, apenas. A ideia expressa por Mamede no Tamandaré, a caminho de Santos, prevaleceu. Carlos Lacerda informa que Lott não brincou em serviço ao não dar comando a nenhum deles (os militares). Juscelino deu mostras de grandeza e sabedoria política, segundo a concepção de Carlos Lacerda, pois propôs anistia, indo, inclusive, contra a opinião de Lott e de muitos de seus partidários também. Isso fez com que se desarmasse o espírito dos militares contra ele, “inclusive os nossos militares”, conta Lacerda. Foi um gesto de pacificação. Juscelino teve muita dificuldade para nomear o novo ministro da Fazenda, quando então foi nomeado Alckmin (José Maria). Isso porque o governo começou um programa de resistência ao FMI, numa campanha popular que tinha o apoio dos nacionalistas e dos comunistas. O Fundo Monetário queria impor sua política de restrição de despesas, a fim de diminuir o grau de endividamento do Brasil e melhorar a situação da moeda. Carlos Lacerda compara que foi a mesma política imposta a Roberto Campos no governo de Castelo Branco, anos mais tarde. Lucas Lopes, então ministro da Fazenda, quis adotar a política do FMI, porém Carlos Lacerda faz menção a uma pessoa que tinha uma “capacidade de comunicação extraordinária”, segundo suas palavras, e que exercia grande influência sobre o presidente da República, que o considerava dotado de um talento formidável, como conta ainda Lacerda. Era o Schmidt (Augusto Frederico), que estimulou a resistência e a política de desenvolvimento, ainda que ela levasse ao aumento da inflação. E foi a partir dessa divergência que ocorreu a primeira grande divisão no governo JK, que resultou no pedido de demissão de Lucas Lopes. Ainda havia focos de conspiração entre os militares. Carlos Lacerda informa, por exemplo, que Armando Falcão tinha em mãos uma lista de oficiais da guarnição de Belém do Pará que estariam metidos numa conspiração contra o governo. E Carlos Lacerda continua seu relato, falando sobre como era o ambiente na Câmara dos Deputados. Entre os vários episódios, faz alusão ao da vinda de seu automóvel para o Brasil, quando obteve autorização para tal, do ministro do Exterior, Macedo Soares. Conta ele que Alckmin reteve por 10 meses seu automóvel na alfândega e o acusou de contrabando de automóveis. As relações entre os dois se azedaram. Ao chegar na Câmara, Carlos Lacerda encontrou um clima, que ele definiu como esquisito. Prossegue dizendo que Alckmin subiu na tribuna e exibiu a *Tribuna da Imprensa* do dia, que Carlos Lacerda não tinha visto ainda. E discursou: “Vejam, senhores, o que é a infâmia que se faz nesse país, os abusos da liberdade de imprensa. Este jornal, este ‘pasquim’, publica na primeira página o fac-símile da escritura de um terreno da esposa do presidente da República e diz que, segundo o presidente da República, toda a fortuna dele vem da venda desse terreno. Mas não publica o resto da escritura”! Todos olhavam para Carlos Lacerda e quando Alckmin desceu da tribuna, Carlos Lacerda pediu para ver o jornal e mostrou que a escritura inteira estava na terceira página. E disse que queria provar justamente que ninguém começa uma fortuna com a venda de um terreno desse valor, em Belo Horizonte. Alckmin para Lacerda: “Como é que você mente dessa maneira?” Carlos Lacerda responde: “Como é que você acha que eu poderia defender o Juscelino?” Era exatamente esse o clima... Carlos Lacerda conta outro episódio quando ele, a essa altura já líder da UDN, senta na primeira fileira e vê, de repente, um incidente entre Danton Coelho e Leonel Brizola. Quando ele se deu conta, já estava entre os dois para apartar a briga. Carlos Lacerda diz que se fosse perguntado o porquê de agir no sentido de separá-los, não saberia responder. Talvez um impulso para não deixar eles brigarem, avacalhar a Câmara... Um dia, Carlos Lacerda conta que estava falando com Molinaro, deputado do PTB do Paraná, major reformado, mas que andava fardado na Câmara, e ele ameaçou tirar o revólver da pasta. Carlos Lacerda disse a ele: “Puxa e atira de uma vez. Mas atira, pois se não atirar está desmoralizado.” Prossegue dizendo que ele evidentemente não atirou e ficou desmoralizado. Foi preso no Cairo depois, numa viagem parlamentar qualquer, por tráfico de drogas. Carlos Lacerda faz menção aos da chapa-branca da UDN que, se aproveitando da oposição que o partido fazia ao governo, frequentavam o palácio do



Catete e vendiam a bom preço negócios, vantagens, empréstimos no Banco do Brasil, etc. em troca de votos ou de ausências na hora da votação de projetos que interessassem ao governo. Sobre o problema da liderança da oposição, Carlos Lacerda conta que havia duas lideranças: a da UDN e a da oposição, que era o resultado da aliança entre o Partido Libertador - uma pequena bancada formada pela “melhor gente que passou pela Câmara”, segundo ele - , e a UDN. Apresentaram-se vários nomes do pessoal da tal banda que não tinha o apoio dos chapa-branca e, por conta disso, seria muito difícil eleger algum deles. João Agripino propôs que ele fosse incumbido de fazer um inquérito, um Ibope, para ver qual candidato reunia o maior número de votos entre Bilac Pinto, Aliomar Baleeiro e Carlos Lacerda. Houve um empate entre os três. O pessoal da chapa-branca era um dos mais notórios dentro do partido e se pronunciou dizendo que se o partido quisesse eleger um líder de oposição, que fizesse oposição para valer, era melhor votar no Carlos Lacerda. Afinal, Aliomar tinha muitas antipatias pessoais, pois era uma pessoa muito difícil, e o Bilac era “aquela coisa assim jeitosa, de oposição fraca”. Segue-se que foi convocada uma reunião no Copacabana Palace, e na ocasião ficou decidida a votação dos chapa-branca em favor de Carlos Lacerda, que acabou ganhando. Carlos Lacerda conta que sua atuação na oposição, como líder, a fez ir um pouco além da conta. Sucessivas obstruções ao orçamento do governo era um exemplo da oposição que fazia. Carlos Lacerda acrescenta que não frequentava muito os encontros dos chapa-branca, que começaram então a se queixar disso, porque havia sido graças aos votos deles que ele havia sido eleito e que desde então não dava mais confiança a eles e tal. Então, Carlos Lacerda conta na entrevista um fato inusitado. Ele foi encontrar-se com eles – os membros da chapa-branca – num bar, em Copacabana. Ligou para sua casa e disse para a mulher não esperá-lo nas próximas 48 horas. Daí, começou a beber uísque com Virgílio Távora, Antônio Ferraz, Ediberto de Castro. Conta Carlos Lacerda que os chapa-branca eram todos boêmios, exceto Sarney, que era mais ligado a Magalhães Pinto. Declara que Juraci era “um chapa-branca escondido”. Um dos entrevistadores insinua que Carlos Lacerda usara esta definição para Juraci, porque ele era um dos testas ferro de Juscelino. E completa perguntando a Carlos Lacerda: “É um chapa-fria, não é?” Carlos Lacerda concorda. Voltando ao bar Scott, Carlos Lacerda conta que por volta de 2 horas da manhã alguns já começavam a dar ‘sinais de prego’. Uns saíam, iam pra casa, tomavam banho e voltavam; outros chegavam... Conta que toda a bancada dos chapa-branca estava reunida. Às 4 horas da manhã alguns já davam ‘sinais de um pouco mais do que de prego’. E Carlos Lacerda aguentava bem. Conta ele que neste tempo tinha uma resistência enorme à bebida. Podia beber à noite inteira, numa boa. Não que bebesse tanto, acrescenta... Às 7 horas da manhã, Carlos Lacerda propôs a Ediberto que todos fossem para sua casa comer algo. Dizia que “já era hora de comer qualquer coisa”. Depois de comer, Carlos Lacerda prossegue dizendo que era hora “de fazer a barba” e ir à reunião do Diretório da UDN, que era às 10 horas. Depois da reunião todos eles almoçaram juntos e “tome conversa”, conforme o relato. Depois voltaram para o bar em Copacabana, onde passaram mais uma noite bebendo. Às 7 horas da manhã seguinte, com “todo mundo caindo aos pedaços”, Carlos Lacerda propôs novamente voltar à casa de Edilberto para comer o mesmo bife da manhã anterior. Os chapa-branca, em rendição, não aceitaram. E, então, Carlos Lacerda concluiu o longo encontro: “Isso foi só para ensinar a vocês que esse negócio de liderança a gente faz também no bar. Que eu não frequento isso aqui, porque nada serve nessa porra. Não posso ficar no bar toda noite e ser líder da oposição na Câmara. Isso é para vocês aprenderem a me respeitar. Até logo”. Carlos Lacerda conta que desse dia em diante conquistou os chapa-branca!

Código: BR RJAGCRJ.CL.FAM.2.087

1. Assunto 1.1 Lado A: Depoimento de Carlos Lacerda 3º Dia – Parte 3

1.2 Lado B: Sem gravação



2. Temas 2.1 Lado A: Continuação do episódio Carlos Luz, refúgio em embaixada de Cuba, esquerda festiva, exílio em Nova York, D. Helder Câmara

Duração da fita: A: 45min

Data: 26/03/1977

Resumo: Lado A: Carlos Lacerda fala sobre uma reunião que teve com Carlos Luz, então presidente da República, ministros e oficiais em um navio. Durante a viagem houve uma comunicação de que a guarnição da Marinha de Santos tinha aderido ao Lott, então que não se devia contar com a solidariedade da Marinha no desembarque. Por isso, Carlos Luz, presidente interino, pôs em votação a proposta de desembarcar em Santos ou o retorno ao Rio de Janeiro. Ele disse que aceitaria a vontade da maioria. A maioria votou pelo desembarque em Santos. Mas, o coronel Mamede argumentou que o desembarque iria acirrar a rivalidade existente entre a Marinha e o Exército, o que poderia causar uma guerra civil no país. As palavras gelaram os presentes à reunião. Lacerda aceitou voltar ao Rio, desde que pudesse explicar no dia seguinte, na Câmara, os motivos da decisão. Então desembarcaram no Rio de Janeiro. Lacerda disse que ouviu o conselho do Afonso Arinos e do Adauto para se refugiar em uma embaixada, porque o governo disse que não se responsabilizava pela sua vida. Lacerda conta que Carlos Luz aceitou sair da Presidência, depois de fazer um discurso de despedida na Câmara. Afonso Arinos sugeriu que eles fossem para a embaixada do Peru. Mas, eles foram barrados na embaixada peruana. Então, decidiram ir para embaixada cubana, que aceitou o pedido de asilo. Lacerda relata que houve uma reunião com os oficiais que estavam no navio, para alertá-los sobre o risco de serem presos. Afonso Arinos sugeriu que eles pedissem asilo em uma embaixada. Comenta que ficou exilado na embaixada de Cuba e que estranhou não ter sido apresentado à mulher do embaixador. Fala sobre as conversas que teve com o embaixador sobre Cuba. Lacerda afirma que houve uma certa resistência do Itamaraty em aceitar o seu asilo e que ele ficou sabendo, por um funcionário da embaixada, que a mulher do embaixador não gostava dele, era amiga de Getúlio Vargas e da esquerda festiva, como Jorge Amado. Para evitar que houvesse uma discussão entre o casal, Lacerda pediu permissão para viajar para o exterior. Acabou conseguindo autorização do governo brasileiro e foi para Cuba. Chegou a Cuba e ficou constrangido em agradecer o asilo ao ditador Batista. Então, preferiu agradecer pelos jornais ao povo cubano pelo asilo. De Cuba ele foi para Nova York. Pouco tempo depois, sua família viajou para lá. Lacerda conta que leu uma entrevista na *Tribuna de Imprensa*, escrita por Dom Hélder Câmara, em que ele demonstrava apoio incondicional ao governo Juscelino. Decidiu escrever uma carta respondendo à entrevista e solicitou que João Duarte, que estava comandando o jornal, pedisse autorização a Dom Hélder para publicá-la. Lacerda diz que a carta era dura, mas respeitosa. João Duarte não consultou D. Hélder e publicou a carta. Dom Hélder respondeu à carta com um artigo agressivo, dizendo que Lacerda tinha muito ódio no coração. Lacerda menciona que sua mãe escreveu uma carta respondendo a D. Hélder, dizendo que ele aproveitou que Lacerda estava exilado, para dizer que ele estava com ódio no coração. E perguntou porque D. Hélder, na ocasião do atentado, ia diariamente a casa dele dar a comunhão, se ele era um homem cheio de ódio. D. Hélder não respondeu.

Código: BR RJAGCRJ.CL.FAM.2.088

1. Assunto 1.1 Lado A: Depoimento de Carlos Lacerda 3º Dia – Parte 15

1.2 Lado B: Sem gravação

2. Temas 2.1 Lado A: Governo Carlos Lacerda, questões na justiça, sistema de acesso do professorado, Amaral Neto, líder do governo, lacerdismo, mal-amadas, carisma, integralismo, comunismo, Fundação Otávio Mangabeira

Duração da fita: A:30:27min

Data: 26/03/1977



Resumo: Lado A: Carlos Lacerda conta que, naqueles dias, pelos métodos do governo que eles viam serem adotados, pela mentalidade e pelo tipo de trabalho e reformas que eles viam executar, podia-se dizer que começava uma revolução no Brasil. E, pela primeira vez, uma revolução sem armas, feita pelo voto! Sandra Cavalcanti falou na frente do Castelo Branco e do Roberto Campos, no palácio Laranjeiras, que a “Revolução” de fato não tinha sido no dia 31 de março e sim em 05 de dezembro de 1960, dia da posse de Carlos Lacerda no governo da Guanabara. “Quando ela falou isso, Roberto Campos fechou a cara e Castelo Branco abaixou a cara, assim.... Não gostaram nada! Talvez, nunca a perdoaram”, supõe Carlos Lacerda. Para Carlos Lacerda “o que caracterizou essa revolução foi uma mudança completa de mentalidade. Uma mobilização geral, uma convocação ao povo para participar de um esforço. Havia uma torcida geral”. Carlos Lacerda acrescenta que havia no Rio de Janeiro uma indústria que expedia mandados de segurança para promoção de funcionários. “As leis eram mal-feitas, ou feitas até certo ponto maliciosamente”, promoviam a classe ‘A’. Informa, também, que para tal “já havia mandado de segurança impresso”. Todos eram ganhos, na medida em que os juízes eram obrigados a conceder os benefícios a classes inteiras de funcionários. E acrescenta que existia, inclusive, um escritório de advocacia especializado na questão. Comenta que: “nós nunca perdemos na justiça uma só causa do estado. (...) Pela primeira vez na história do Rio de Janeiro, não sei se na história do Brasil, pela primeira vez um governo nunca perdeu uma questão no judiciário, nunca uma desapropriação, uma ação de funcionário. Nada! E nós nunca compramos um juiz”! No caso das professoras públicas, foi-se criando uma prática: era muito comum professora pública ser filha de oficial do Exército. E havia ‘aquele negócio’, segundo Carlos Lacerda: “capitão, major ou coronel mandou pedir para a filha dele servir em Copacabana, porque ela vai se casar, vai morar em Copacabana, então não pode ficar em Santa Cruz...” Organizou-se, então, um sistema de acesso das professoras do Estado. Dados eram coletados, como “tempo de serviço, tempo disso, tempo daquilo e tal e o computador informava para onde a moça ia”. Carlos Lacerda conta, então, o episódio do senador Mem de Sá, que queria remover uma professora do Rio Grande do Sul, sua conhecida, para Botafogo ou Copacabana. E Carlos Lacerda disse a ele: “Senador, só tem um jeito: mandar quebrar o computador (...) e como pretexto de que o computador está quebrado, a gente remove a moça. Enquanto o computador estiver funcionando é difícil, porque eu não posso convencer o computador a atender a você pelo fato de você ser senador”. Lacerda conta outro episódio no qual, um dia, o deputado mais votado tinha sido Amaral Neto. Carlos Lacerda teve que fazer dele um líder (“o mais votado...”). No palácio, ele chegou a renunciar, a fazer um discurso de demissão, sob a alegação de que estava cheio de dívidas e não podia pagá-las, e por conta disso não podia ser líder, com as dívidas todas. Carlos Lacerda retruca: “Dívida de jogo, não é?” Amaral Neto: “Como é que você sabe?” Carlos Lacerda: “Sei mais da sua vida do que você pensa! (...) Temos que dar um jeito nisso, pois seria um escândalo um líder de governo e tal...” Carlos Lacerda foi até o Rafael, seu quebra-galho e falou pra ele: “Temos um problema aí: ou pagamos a dívida do Amaral ou amanhã não temos líder na Assembleia”. Rafael saiu, catou o pai dele e outras pessoas e pagou a dívida. A partir daí, num choque de interesses políticos mais sórdidos, eles exerciam uma força sobre ele pelo fato de que ele tinha medo do Carlos Lacerda denunciar o episódio na televisão. Fazem uma pergunta a Carlos Lacerda no ponto em que a fita tem 10 minutos e 50 segundos, inaudível, pois a voz do entrevistador está distante, e Carlos Lacerda responde, sempre se referindo a uma pessoa que não se pode ter a certeza se é ainda Amaral Neto. Carlos Lacerda menciona, então, que quando ele pretendeu se candidatar (também não menciona a que) disse a ele (?) francamente que não contasse com o seu apoio e que ele o combateria na convenção da UDN e jogaria todo o peso do governo no Diretório da UDN contra a candidatura dele. No decorrer da entrevista, fala de seu papel e de sua atuação na oposição e afirma que não quis criar “irremediadas com ninguém”, justamente porque para ele a vida, sobretudo a vida pública, afastava ou aproximava as pessoas muito facilmente. Sobre o fenômeno do lacerdismo, ele reconhece que existiu, sendo dotado de várias conotações, desde a que o considerava como um estado de espírito elevado, honesto, etc. e tal, até as mais pejorativas, das



quais ele destaca um certo fanatismo e as mal-amadas, que “seriam as mulheres que não eram suficientemente amadas pelos seus respectivos maridos ou namorados” e que se fixavam em sua figura, criando um mito machista. Ele acrescenta que tal fenômeno o deixava perplexo, que dele não gostava nada, e que é “realista o bastante para saber que em toda a parte do mundo, não é só no Brasil, toda liderança democrática precisa de um certo carisma”. Ele cita como exemplo o governo Kennedy, nos Estados Unidos que, segundo ele, não teve a chance de fazer a milionésima parte do que ele teve chance de fazer no governo da Guanabara, guardadas as devidas proporções. O presidente norte-americano não pôde nem dizer a que veio, sendo sua única realização o episódio da baía dos Porcos. Entretanto, Carlos Lacerda faz menção ao fato de Kennedy ter levantado o ânimo do povo americano, além de criar em todo o mundo o que ele denominou de “uma onda de esperança, de confiança” que fez com que muita gente no Rio de Janeiro, a começar por ele próprio, como ele mesmo admite na entrevista, chorasse com a notícia de sua morte. Carlos Lacerda completa que, para ele, a idéia que se criou em torno do nazismo e do fascismo, de que carisma corresponderia a um fenômeno de mística autoritária é inteiramente falsa. E completa, afirmando não conhecer nenhuma liderança democrática que não tenha tido carisma, e que não tenha tido também, e por isso mesmo, um efeito carismático. Ele conta uma famosa história de Churchill, quando ele fez um extraordinário discurso na travessia de Londres, ante a ameaça da invasão da Inglaterra. Ele disse: “Lutaremos na cidade, lutaremos nas ruas, nas casas, lutaremos com as armas, lutaremos com pau e pedra”. E Carlos Lacerda fala sobre o episódio: “Dizem que depois que acabou, ainda chegou a ser gravado, mas que foi cortado na edição, ele disse: Lutaremos com o quê?” E completa perguntando aos entrevistadores: “O que é isso senão o desejo de inspirar ao povo o espírito de resistência? (...) O que há de mais carismático nisso?” Ainda sobre o lacerdismo, Carlos Lacerda diz: “O tal lacerdismo, no sentido de carisma, se você permitir o exagero da comparação, (...) é o mesmo carisma da campanha civilista do Rui Barbosa”. E o que o impressionava, comenta ele, era o lado negativo do fenômeno. Por exemplo, sua posição anticomunista confundiu muita gente, de todos os lados. Ele ressalta que não se arrepende em nenhum minuto da posição que tomou, e que tomaria novamente, toda a vez que fosse necessário e que muita gente a confundiu com reacionarismo, achando ótimo que ele fosse um reacionário. Carlos Lacerda informa que sua posição nada tinha de reacionária e acrescenta: “Se dependesse de mim o partido [PCB] seria um partido legal, e na primeira que fizesse passava para a ilegalidade. Normalmente, legalmente...Toda vez que violasse as leis, pau neles”! O que Carlos Lacerda salienta que não se deveria confundir era a complacência aos comunistas, querendo medir para sua maior ou menor aceitação dos comunistas o seu grau de corrupção democrática. Carlos Lacerda considerava o comunismo antidemocrático e, por conta disso, não media o seu grau de amor, dedicação ou sinceridade democrática pela maior ou menor complacência que tinha para com os comunistas. E isso se aplicava aos fascistas também. Sentencia ele: “Eles são incompatíveis com a democracia”. Voltando ao fenômeno do lacerdismo, Carlos Lacerda destaca que embora ele tenha começado muito antes de ele ser governador, foi no seu governo que ele tomou o seu sentido construtivo, consolidando-se. No seu governo, o Rio de Janeiro tornou-se “um imenso canteiro de obras”, segundo sua definição, com obras para todo o lado. Diz ele também que teve que lutar muitas vezes com uma Assembleia, na qual raras vezes contava com a maioria, e com um Tribunal de Contas composto por pessoas que pouco entendiam do assunto. Algumas obras de governos anteriores pareciam se eternizar. Uma delas era a construção de um conjunto residencial de funcionários do estado, no antigo Jardim Zoológico de Vila Isabel. Carlos Lacerda, em visita às obras, perguntou a um dos empreiteiros: “Isso aqui não acaba mais?”. E o empreiteiro respondeu que os membros do Sindicato dos Empreiteiros haviam se reunido e distribuído quem é que ia disputar cada uma das obras e que, além daquela, eles tinham pego outras obras também no acordo. Carlos Lacerda ao ouvir isso deu ordem de prisão ao empreiteiro, que espantado questionou: “Preso, como?” Carlos Lacerda justificou o ato: “O senhor roubou o estado da Guanabara ao entrar num conluio com outros empreiteiros para falsear uma concorrência pública e não lhe acontece nada?” Foi daí que o



governador pediu a um dos homens da comitiva para acompanhar o empreiteiro até à delegacia policial, para que fosse feita a abertura de inquérito. Carlos Lacerda comenta que esse gênero de coisas criava um medo de roubar, tanto que não houve no governo nenhum caso, nenhum escândalo. O seu governo demonstrava seriedade. Entretanto, ele reconhece que, evidentemente, ‘estouravam coisas’ de vez em quando. Afirma ele que fez a Fundação Otávio Mangabeira, pois a verba do estado era insuficiente para construir escolas. Até havia uma firma que fazia, por um custo de 12 mil Cruzeiros, escolas pré-moldadas, pré-fabricadas, e muitas ainda funcionavam no período em que foi realizada a entrevista, conforme evidencia o próprio Carlos Lacerda, mas a Fundação foi instituída para receber donativos com vistas à construção de mais escolas. Explica que um sujeito, que frequentou muito o seu escritório eleitoral, num belo dia, abriu o jornal e leu que bicheiros estavam contribuindo para com a Fundação. Ele foi, então, ao encontro do presidente da Fundação, que era um voluntário, não era funcionário do estado, e quis saber: “Que história é essa de bicheiro?” Considerando ser um escândalo para o governo receber dinheiro de bicheiro, ele devolveu o cheque.

Código: BR RJAGCRJ.CL.FAM.2.089

1.Assunto Depoimento de Carlos Lacerda

Assunto: Com defeito.

Código: BR RJAGCRJ.CL.FAM.2.090

1. Assunto 1.1 Lados A e B: Depoimento de Carlos Lacerda 3º Dia – Partes 3 e 4

2. Temas: 2.1 Lado A: Sucessão presidencial, Juscelino Kubitschek, PSD, João Goulart, Getúlio, Vargas democratização, criação de partidos, UDN, Partido Democrata Cristão, general Caronbert, Juarez Távora, Café Filho, tenentismo, Luiz Carlos Prestes

2.2 Lado B: Reforma da Lei Eleitoral, Carlos Luz e a sucessão presidencial, candidatura Juscelino Kubitschek, Alckmin e a Santa Casa, Henrique Lott e o Ministério da Guerra, episódio Mamede/Caronbert, conspiração para o adiamento das eleições

Duração da fita: A:29:41min B:29:35min

Data: 26/03/1977

Resumo: Lado A: Carlos Lacerda fala na entrevista sobre o ambiente político e as eleições em torno da sucessão presidencial, que conduziram Juscelino à presidência da República. Ele afirma que Juscelino fez a grande manobra política de sua vida, ao percorrer o Brasil inteiro vendendo a ideia da sua candidatura ao próprio PSD. Segundo conta, ele foi às bases do partido e obrigou os Diretórios Municipais a pressionarem seus chefes a admitirem sua candidatura como uma candidatura viável, em condições de vencer. Converteu-se num líder popular, o mais popular que o PSD poderia ter gerado. De acordo com as palavras de Carlos Lacerda, era um partido tradicionalmente conservador, de oligarquias que, de repente, tinha gerado um homem com facilidade de expressão muito grande, uma mobilidade enorme. Acrescenta também que Juscelino, na pré-campanha, se impôs ao PSD, que o engoliu a contragosto, achando detestável a ideia! Carlos Lacerda faz alusão ao segundo golpe de habilidade de Juscelino, que foi trazer para vice-presidência da República aquele que seria o herdeiro natural de Getúlio Vargas: João Goulart. Segundo Lacerda, Juscelino ofereceu ao PSD a vitória eleitoral, com a aliança com o PTB, que foi a grande manobra do Getúlio, em 1945, quando ele sentiu, antes mesmo de ser deposto, que os partidos iam voltar com a redemocratização do país. Ele fez um partido trabalhista para os operários e colocou à frente dele o seu filho, e depois o ‘adotivo’, “amigo das tardes e noites solitárias em São Borja”, João Goulart. E



fez o PSD, conservador, oligárquico, partido tradicionalista e colocou à frente seu genro, Ernani do Amaral Peixoto. Carlos Lacerda afirma que ele então juntou as duas pontas e no meio ficou a UDN, que era uma mistura de tudo que tinha sido contra a ditadura e contra o Getúlio. E era notadamente um partido representativo da classe média. Alerta que isto não queria dizer que não tivesse empresários e operários. Mas, era predominantemente um partido que partia para a moralização dos costumes políticos. Era um partido ‘ruibarbosiano’, de ideologia liberal. As duas pontas unidas por Getúlio eram: a operária – o PTB -, “aparentemente reformista, mas na verdade demagógico, mas muito eficaz”, que tinha a máquina sindical na mão. “Era um partido de origem fascista-trabalhista e não anglo-trabalhista”, sentencia Carlos Lacerda; e a conservadora - o PSD -, o partido de fazendeiros. E Juscelino conseguiu juntar os dois partidos. Não só deu ao PTB a vice-presidência, mas também o Ministério do Trabalho, os institutos e alguns postos-chave da máquina trabalhista montada no período Vargas. Carlos Lacerda, por considerar a UDN superada, uma vez que não conseguia unidade de programa, tentou a criação de um Partido Democrata Cristão, mantendo negociações com Franco Montoro, Carvalho Pinto e outros. Conforme ele relata, um programa de reforma cristã no país parecia a solução. Nesta ocasião, esta sugestão foi apresentada também por Dom Hélder Câmara. Em viagem a Roma, Carlos Lacerda conheceu o secretário de Estado do Vaticano, chamado Cardeal Montigny e havia um secretário político que se chamava Monsenhor Cardim. Conversou com o primeiro sobre assuntos gerais da política brasileira e mundial e disse a ele que estava com muito desejo de contribuir para a formação do Partido Democrata Cristão no Brasil. O cardeal lhe disse para não fazer isso. “Não misture a igreja com a inevitável corrupção dos partidos políticos”. Carlos Lacerda comenta que ficou estarrecido: “O país, por excelência da democracia cristã, era o país em que os homens políticos, as cabeças políticas do Vaticano reprimiam a ideia do partido cristão. Inclusive diziam que se “arrepentiam amargamente de terem contribuído para a formação da democracia cristã italiana”. Voltando à aliança PTB-PSD, Carlos Lacerda conta que o PTB tinha enorme força em São Paulo e o PSD era fraco, mas financeiramente poderoso. A aliança entre os dois dava ao Partido Trabalhista o dinheiro do PSD. Carlos Lacerda fala da conspiração realizada no governo Café Filho para adiar as eleições com vistas à sucessão presidencial. No Exército era uma minoria, mas uma minoria muito atuante, formada pelos famosos coronéis do general Caronbert (Pereira da Costa, chefe do Estado Maior das Forças Armadas); na Aeronáutica, era quase unânime. A Marinha, segundo Carlos Lacerda, sempre fora menos politizada. “Sempre mais por fora, até por conta de uma tradição um pouco aristocrática, monárquica, sendo a mais antiga das armas”. Carlos Lacerda escalona por ordem de poder de fogo: Exército, Aeronáutica e Marinha. Faz alusão a um discurso feito por Mamede (Jurandir de Bizarria) à beira do caixão do general Caronbert, quando de sua morte, que teve repercussão nacional enorme, por ser um discurso profundamente provocador, contra os políticos e contra a farsa eleitoral que se ia fazer. Carlos Lacerda conta sobre a candidatura e a campanha de Juarez Távora, do PDC. Diz que para ele fez muito pouca campanha, resistindo muito à ideia de sua candidatura, por sentir novamente que era uma candidatura perdida. Perguntou-se, então, se Juarez fora apoiado pelo governo. Ele responde que sim, mas muito discretamente. Quer dizer, apoiado pessoalmente, pois a máquina do governo não havia apoiado ninguém. Café Filho pendia para o Juarez Távora, apenas por simpatia pessoal. Carlos Lacerda assegura que o presidente havia misturado as coisas. E acrescenta: “por ignorância. Ele era profundamente ignorante. Tinha o curso primário, só. Ele era legítimo produto de comício popular. E de discursos candentes na Câmara”. Não era um homem que tivesse um ideário. Ele confundiu sua posição com a posição do magistrado. O Primeiro Magistrado da Nação, ‘apelido’ dado ao presidente da República, confundia muita gente, inclusive Café Filho, segundo Carlos Lacerda. Então, ele não tinha que intervir! Sobre o discurso de Juarez, chama a atenção para o fato de ele carregar um pouco demais os punhos, trazendo o mesmo idealismo daquele jovem tenente da coluna Prestes, que tinha rompido com Luís Carlos Prestes na famosa troca de cartas entre os dois. Carlos Lacerda refere-se à liderança dos tenentes assumida por Juarez contra a posição de Prestes, em uma carta em que ele se declarava cristão, incompatível com



o comunismo do Cavaleiro da Esperança. Era, portanto, o discurso imbuído do idealismo tenentista, baseado nas ideias de uma reforma mal definida no país. Carlos Lacerda compara que enquanto Juscelino transmitia um sentimento de otimismo com a ideologia do desenvolvimento (“o país que vai pra frente, o país que vai crescer, que é um império fabuloso a se desenvolver, etc...”) nos comícios o Juarez se mostrava profundamente pessimista, não no sentimento, mas nas palavras: “Há que fazer muito sacrifício. O povo ainda tem que sofrer muito. O povo é muito pobre. O país é muito pobre. Há que trabalhar muito”. Esse contraste aumentou a força de Juscelino, conclui Lacerda. Foi então que Carlos Lacerda começou a defender a tese da maioria absoluta, para evitar uma eleição por uma pequena maioria que entregasse de volta o país àquelas forças que o tinham levado à eclosão das crises. Houve adesão de Aliomar Baleeiro e outros, mas, muitos outros, dentro mesmo da UDN, não aceitaram. Destaca que o povo sentiu que era uma manobra em cima da eleição, para mudar as regras do jogo, depois do jogo ter começado, e que por conta disso não colou.

Resumo: Lado B: Carlos Lacerda fala na entrevista sobre o processo eleitoral vigente nos anos 1950. Faz menção a um dispositivo que ele chama de ‘restos de voto’, que o fez levar para a Câmara, com seus votos, 5 ou 6 deputados que não se elegeram, pois o povo não havia dado votos suficientes para elegê-los. Isso porque havia um número x de votos, um quociente eleitoral que era o produto da divisão do número de eleitores pelo número de deputados. Cada voto acima do número mínimo de votos beneficiava o segundo colocado, o terceiro, e assim por diante. Alguns se elegiam à custa dos outros e Carlos Lacerda informa que a UDN viveu muito às suas custas, por conta desse dispositivo. Relata que na época sugeriu uma alteração profunda na lei eleitoral. Uma reforma, sobretudo o adiamento das eleições. Intentava o desmonte da máquina do Ministério do Trabalho, quer dizer, a máquina sindical mantida intacta por Café Filho, por ela estar a serviço da volta do PTB ao poder. Acrescenta ele que se cogitou a prorrogação do mandato do Café Filho, que não aceitou, pois adoecera. Quando teve o primeiro ataque de coração, internado, ficou impossibilitado de exercer suas funções. A imprensa, que estava ao lado de Juscelino, lançou a ideia de uma farsa, dizendo que Café Filho nada tinha e se internara apenas para permitir que Carlos Luz assumisse o governo. Carlos Lacerda considera isso rigorosamente falso, porque foram os maiores especialistas que atestaram sua doença. Assumiu, então, Carlos Luz, presidente da Câmara. Pessedista típico, antigo presidente da Caixa Econômica, deputado veterano de várias candidaturas. “Um homem muito suave, muito gentil, educado”, segundo as palavras de Carlos Lacerda, que acrescenta: “Me dava a impressão de um homem extremamente medíocre, extremamente polido, extremamente agradável como pessoa, mas um chefe pessedista típico: acomodado, sem maiores inquietações de ordem intelectual, de ordem política...Um homem de um país que estava deixando de existir, mas que ainda existia na cúpula”. Carlos Lacerda conta como se deu a escolha do ministro da Guerra por Café Filho. Ele chegou a consultar o brigadeiro Eduardo Gomes que, assim como outros, falou a ele sobre um general a-político, sem opinião política nenhuma, sem nenhuma vocação para líder político e, por isso mesmo, uma figura muito respeitada no Exército, um general de tarimba, dado exclusivamente à carreira militar. Era Henrique Lott. E Carlos Luz fez questão de conservar o ministério. Sobre a atuação de Carlos Luz há duas teorias e Carlos Lacerda honestamente informa não saber qual das duas é verdadeira: aquela segundo a qual o presidente realmente não estava na conjuração para adiar as eleições e evitar assim a certeza que se tinha da vitória do Juscelino; e a outra que dizia justamente o contrário, que ele estava profundamente empenhado em apoiar a execução do programa dos coronéis do Caronbert, de adiamento das eleições e reforma da lei eleitoral, o que era defendido por Carlos Lacerda, que disse: “Se ele estava nesse programa executou muito mal, porque segundo o relato dos próprios personagens, com o discurso do Mamede à beira da sepultura do Caronbert, o general Lott exigiu a punição do Mamede, a prisão dele”. Carlos Lacerda faz menção aos homens que passaram a frequentar assiduamente o gabinete do general Lott – Armando Falcão e José Maria de Alckmin. A este último, Lacerda refere-se como



“político habilidosíssimo” e diz que não ficou amigo dele por razões curiosas. Narra, ainda, outro episódio: certa vez foi a Minas com um grupo de escritores – Rubem Braga, sua mulher e outros – e houve um almoço, em plena guerra, com a presença da famosa geração de 1945, de Minas Gerais, dentre eles Fernando Sabino. Juscelino era prefeito de Belo Horizonte e a maior autoridade presente. Carlos Lacerda conta que pediram a ele para fazer um discurso. Ele disse que estavam no país da Inconfidência Mineira, que Minas era uma terra de funcionários públicos e que os presentes se sentiam inibidos de lutar contra a ditadura porque eram funcionários públicos. Lembrou que a Inconfidência Mineira havia sido uma revolução de funcionários públicos: ouvidores, auditores, escrivães. Houve um grande mal-estar, evidentemente. E, segundo Lacerda, o único a rir muito e achar muita graça, dando-lhe um abraço e dizendo que ele era terrível, foi o prefeito Juscelino. Benedito liderou o esforço do PSD para evitar a candidatura de Juscelino, sendo o grande vencido com a concretização dela. Carlos Lacerda conta um pouco sobre Alckmin e sua influência sobre o general Lott. O Alckmin, que fora diretor da Penitenciária Agrícola, na qual tinha feito uma grande administração, reformando completamente o conceito da penitenciária, adotando o sistema de trabalho livre, com trabalhadores no campo, sem guarda, sem cerca... Isso chamou muito a atenção de Carlos Lacerda, por achar a iniciativa muito simpática. Aliás, Alckmin era uma pessoa muito simpática, segundo Carlos Lacerda. “O que tinha de mentiroso, tinha de simpático. Muito agradável, afável, em certo sentido mais simpático até que o próprio Juscelino, porque na simpatia de Juscelino havia qualquer coisa de postiço, quer dizer, era deliberado, ao mesmo tempo que instintivo. Alckmin era naturalmente agradável”. Anos depois, de volta a Belo Horizonte, Carlos Lacerda foi visitar Alckmin, que fez questão que ele fosse ver a Santa Casa, a grande obra da vida dele, à qual tinha se dedicado anos e anos, segundo menciona Lacerda que, no depoimento, ainda disse: “Fazia qualquer papel pela Santa Casa de Belo Horizonte, qualquer acordo na Câmara para botar verbas na Santa Casa”. E foi assim que se dirigiu a Alckmin quando visitou a instituição: “Você, sem dúvida, quando morrer vai para o inferno, mas você vai ter direito a passar um tempo considerável no purgatório graças a essa sua obra na Santa Casa. Vai ter direito a uma temporada longa no purgatório”. Alckmin riu muito. Alckmin então meteu na cabeça do general Lott, “como um político habilíssimo que era, um homem profundamente insinuante”, que ele deveria se posicionar a favor da democracia e que a tentativa de adiar as eleições era profundamente antidemocrática, que ele tinha que firmar a sua posição na história como o ‘homem que havia garantido as eleições’. E o general se deixou convencer. e Lott foi a-político até certo momento. Exigiu de Carlos Luz a prisão do Mamede, por causa do tal discurso na sepultura do Caronbert. No que se refere ao presidente, mais grave do que sua recusa, foi o fato de ter feito Lott esperar por cerca de 2 horas na sala de espera. O general Lott alegou o fato como um dos motivos do golpe que depôs Carlos Luz da Presidência. Ele, um ministro da Guerra, um homem forte, julgou não ser merecedor de tal desrespeito. Lacerda prossegue fazendo observação de que já estava entendido com o Alckmin que Lott seria o ministro da Guerra de Juscelino. Como Carlos Luz recusara-se a punir o Mamede, acusaram-no de estar conivente com a conspiração. Carlos Lacerda não se lembra bem se Lott chegou a pedir demissão, mas crê que sim. Já em casa, Lott passou ordem a todas as guarnições e mandou uma intimação a Carlos Luz. O general Lott ficou com a propriedade de um grupo de políticos do PSD, dos quais o mais hábil de todos era o Alckmin, que, segundo as palavras de Carlos Lacerda, estava “catequizando o general Lott para a grande cruzada democrática, da volta desse pessoal ao poder”. E, em uma manhã bem cedo, o senador Vitorino Freire, íntimo de Carlos Luz, mas que já frequentava o gabinete do general Lott também, bateu na porta de Carlos Lacerda e disse a ele: “Está tudo liquidado, tudo acabado. Você trate de salvar a sua vida. Estou lhe avisando como vizinho, seu amigo”. Foi, do ponto de vista pessoal, corretíssimo com Carlos Lacerda, conforme ele mesmo reconhece. Vitorino voltava do palácio e informou que Carlos Luz estava praticamente deposto. Carlos Lacerda telefonou para o coronel Linhares, então major, e para o comandante Baltazar da Silveira, da Marinha. Marcou encontro com eles na casa do Afonso Arinos e lá ficaram vendo o que se podia fazer. Com a Câmara já fechada e cercada, não era possível ir



para lá. Ele, então, disse: “Bom, a única coisa que eu tenho a fazer é ir para o palácio do Catete e ficar ao lado do Carlos Luz, pessoa com a qual eu não tinha nenhuma aproximação, senão relações superficiais na Câmara dos Deputados (ele era o presidente da Câmara e eu deputado)”. Conforme o depoimento os três, então, decidiram ir para o Catete, mas antes, (Carlos Lacerda não se lembra se foi o Afonso Arinos, mas foi alguém de sua casa) ligaram para o Catete e souberam que o presidente já não estava mais lá. Encontrava-se no Ministério da Marinha. Foram então para o Ministério. Cada um com um revólver na mão. E Carlos Lacerda disse: “Se houver alguma coisa pelo caminho, pelo menos a gente morre atirando”. Entraram por conta da presença do comandante. Estava Carlos Luz com o ministro Amorim do Vale, que era muito favorável à tese do adiamento das eleições. Carlos Lacerda evidencia que havia de fato uma conspiração, mas quase todos os oficiais envolvidos eram oficiais sem comando. Os oficiais de comando, com raras exceções, estavam todos controlados pelo Lott. Carlos Lacerda informa que tinha conhecimento de que um grande número de oficiais era contra a posse do Juscelino, naquele momento. Além disso, estava muito trabalhado e informado pelos políticos. A conspiração não era uma conspiração clandestina. Ela era feita publicamente, os generais opinavam no plenário. Lacerda acrescenta que esperava que houvesse no Congresso uma ação da UDN em concordância com a ação da elite do Exército, sobretudo a dos oficiais de informação, da Escola Superior de Guerra, que tinham um ponto de vista oposto aos quartéis. A Escola Superior de Guerra representava uma mentalidade, nesse sentido, renovadora. Na medida em que eram herdeiros de todas aquelas revoluções tenentistas e tudo mais, eles achavam que o país não podia voltar, por uma farsa eleitoral, à situação anterior. Pensavam, assim como Carlos Lacerda, como ele mesmo atesta, que não era cabível continuar nesse círculo ininterrupto. Carlos Lacerda conclui que o país necessitava de profundas reformas, inclusive para acabar com o poderio das oligarquias e com o peleguismo. Estava convicto de que o simples ato de votar não era um ato democrático, prevalecendo a manutenção da máquina.

Código: BR RJAGCRJ.CL.FAM.2.091

1. Assunto 1.1 Lado A: Entrevista de Carlos Lacerda

1.2 Lado B: Aula de Sociologia

2. Temas 2.1 Lado A: Carlos Lacerda fala do episódio Carlos Luz, Nereu Ramos e a sucessão presidencial, Lacerda, asila-se na embaixada, regulamento do direito a asilo, Juscelino, a FAB e a anistia, candidaturas Jânio Quadros e Milton Campos, valorização do patrimônio indígena

2.2 Lado B: Aula de sociologia – conceito de sociedade, ética social e normas de conduta

Duração da fita: A:45:55min

B:45:37min

Data: [Décadas de 1960/70]

Resumo: Lado A: Carlos Lacerda fala da repercussão da conspiração em torno do episódio do Tamandaré. Carlos Luz aceitava as condições que lhe foram impostas, mas queria a garantia de que teria a tribuna da Câmara no dia seguinte, para que ele fizesse um discurso justificando a “Revolução”. A ele, Carlos Lacerda, restara buscar asilo numa embaixada, pois teve conhecimento de que o governo do Nereu (Nereu Ramos, presidente do Senado, que assumiu a Presidência do Brasil com a deposição de Carlos Luz) não se responsabilizava pela sua vida, segundo declaração de Flores da Cunha aos partidários da UDN. O governo se conformara com as exigências do Carlos Luz. No dia seguinte, a força moral com a qual ele assumiu a tribuna foi de tal ordem, segundo Carlos Lacerda, que ele conseguiu ser ouvido quase que em silêncio o tempo todo, justificando sua posição. Disse que não tinha conspirado, que não pretendia evitar a posse, que tinha sido um incidente entre ele e o ministro da Guerra... Enquanto isso, seguindo o depoimento, Afonso Arinos, por ser muito amigo do embaixador do Peru, recomendou a Carlos Lacerda que eles fossem para a



embaixada do referido país, na avenida Pasteur. Chegando lá, na ausência do embaixador, um secretário de delegação completamente apavorado, recusou o asilo a Lacerda. Foram, então, à casa do embaixador Gabriel Landa, de Cuba. E ele aceitou com o maior prazer. Mas a decisão se Lacerda ia ou não se refugiar na embaixada tinha que ser submetida aos oficiais presentes, segundo ele mesmo, que argumentou: “Essa gente vai ser toda presa. E não tem cabimento eu ir para uma embaixada e meus camaradas todos irem presos”. Todos os oficiais reunidos, Carlos Lacerda se pronunciou: “Os deputados aqui presentes vieram trazer um recado da Câmara, dizendo isso assim e assim. Vou pedir ao deputado Afonso Arinos que exponha o assunto e queria deixar a decisão para os senhores tomarem”. Afonso Arinos encontrava-se muito ressentido com Carlos Lacerda, porque ele estava do lado da posse e Carlos Lacerda contra a posse. E Lacerda havia fustigado, várias vezes, em artigos, a sua posição fraca. Dessa vez, Arinos foi à forra: “Quando eu, como representante da UDN, fiz parte da delegação brasileira na Conferência de Caracas, Conferência Panamericana, na qual se discutiu e se regulamentou o direito de asilo, fui muito atacado pelo deputado Carlos Lacerda, por ter aceitado, como membro da oposição, ser membro da delegação oficial, nomeado pelo presidente Getúlio Vargas. E agora, vejam os senhores como são as coisas, agora venho propor que ele se beneficie do artigo que regulamentou o direito de asilo”. Pelo tal regulamento, Carlos Lacerda informa que deveria ficar praticamente isolado do mundo, não podendo receber visitas, a não ser da mulher e dos filhos, que foram até lá. Mas, segundo ele conta, o asilo não impedia que ainda se conspirasse, recebesse visitas, etc. Depois de um tempo, tocaram a campanha e era o ex-chanceler Raul Fernandes, querendo visitar Carlos Lacerda. Gabriel Landa disse, então: “Não posso barrar o ex-ministro do Exterior do Brasil. Espero que vocês não conspirarem juntos. Não posso impedir a entrada dele”. Depois, toca novamente a campanha. Era João Neves, outro chanceler. Carlos Lacerda conta que ficou curioso, porque depois do quarto ou quinto dia na casa, nada da madame Landa aparecer. Só depois soube que a mulher havia dito a Landa que enquanto Lacerda estivesse lá, ela não iria para casa. Ocorre que, segundo afirma Lacerda, ela tinha sido muito amiga do Getúlio e fazia parte da ‘esquerda festiva’. Ela reunia na embaixada, por exemplo, o Jorge Amado e toda a esquerda festiva da época. Carlos Lacerda conta que ela tinha horror a ele, devendo achá-lo o maior dos fascistas. E Landa não tinha nada com isso. Era um político aposentado, que tinha aceitado ser embaixador pelo resto da vida. Mas, Carlos Lacerda, quando percebeu o constrangimento na vida do casal, disse ao embaixador que era hora de ir embora e que o asilo já durara muito tempo. Pediu que ele conseguisse autorização do Itamaraty para ele sair do Brasil. Landa não só conseguiu, como exigiu do governo cobertura policial para sua saída no embarque. Carlos Lacerda foi até Miami, e de lá para Cuba. Chegando em Havana, ele conta que conhecia a maior parte dos diretores de jornal da cidade, porque tinha sido secretário da Sociedade Panamericana de Imprensa. Fez uma visita a cada redação do jornal, caindo aos pedaços, 10 ou 11 horas da noite, e pediu que eles transmitissem o seu agradecimento ao povo cubano. Observação: aos 00:16:07 o áudio sofre um corte e entra o áudio de outra entrevista de Carlos Lacerda. O áudio anterior parece voltar aos 00:17:08. Perguntam a Carlos Lacerda até que ponto sua posição o havia desgastado com os seus amigos passados. Ele informa que havia uns que nunca o compreenderam. Por exemplo, o Burnier, que só veio a fazer as pazes com ele, e Carlos Lacerda não sabe nem dizer se foram pazes verdadeiras, no dia 31 de março, quando, de repente, apareceu no palácio Guanabara num jipe e apertou sua mão. Já Haroldo Veloso nunca lhe levantou nenhuma palavra de censura, permanecendo seu amigo. Luís Mendes de Moraes, que nunca havia sido seu amigo, continuou a não ser, e Carlos Lacerda conta que não sabe nem o juízo que ele fez de todos os acontecimentos. E, além deles, foi digno de nota, de acordo com Lacerda, o fato de que alguns grupos da FAB, que não participaram do movimento, acharam que ele havia se excedido, que ele nunca deveria ter-se calado. Carlos Lacerda estava convencido de que o Lott ia ser aproveitado nesse movimento para, no estado de sítio, prender deputados, enfim. Era para ele a volta ao Estado Novo. Entretanto, Juscelino, pela sabedoria, habilidade incrível, pediu anistia. E, depois de algum tempo, em Buenos Aires, eles voltaram. Vários deles, senão todos, foram readmitidos na FAB



(Força Aérea Brasileira). “O que desarmou a FAB com relação a Juscelino, de uma maneira incrível”, reconhece Lacerda. De fato, é muito difícil a manutenção de ódio a um sujeito que, mesmo atacado, toma a iniciativa da anistia. Observação: aos 00:24:01 o áudio da fita sofre outro corte e entra outra entrevista do Carlos Lacerda. Faz alusão à derrubada da pretensa candidatura do Maciel (Leandro), a partir da qual fez surgir na UDN, como sempre, a solução do grande nome, fazendo-os partir para o nome de Milton Campos. Perguntam a Carlos Lacerda se ele mesmo chegou a ser cogitado. Ele respondeu que nunca, porque não tinha realmente condições e também afastaria do Jânio muitos votos, sendo que se precisava de muitos mais votos do que simplesmente os da UDN. Na medida em que Jânio era um candidato populista, Carlos Lacerda conta que não poderia nunca ter essa pretensão. Informa que tinha condições de levar o apoio da UDN a ele, sem precisar ser candidato. Foi Otávio Mangabeira quem primeiro propôs o nome de Jânio Quadros como a única chance da UDN eleger um candidato. Combinou-se, na casa de Paulo Duarte, em São Paulo, com presença de Jânio Quadros, Otávio Mangabeira, Carlos Lacerda e outros. Há um corte na fita aos 27:36min, antes do Carlos Lacerda completar a ideia sobre a candidatura de Jânio Quadros. Observação: Logo em seguida entra um áudio onde há uma pergunta sobre quando Carlos Lacerda iniciou efetivamente a campanha contra o Getúlio, em 1951. E a associação com a criação da *Tribuna da Imprensa* e o lacerdismo, como fenômeno sociopolítico no país. Trata-se do conteúdo da fita 88 (lado A). Aos 30:11min o áudio da fita sofre um novo corte e entra um outro assunto. Primeiro, uma pessoa discursando, não se pode afirmar que se trata de Carlos Lacerda. A qualidade de som está muito ruim, não permitindo identificar o tema tratado. Há menção à FUNAI e ao seu presidente, aos quais compete agradecer a colaboração, segundo a pessoa que fala. A mesma acrescenta: “Só recebi colaboração. Não posso dizer que nunca deixei de ter o apoio do Conselho...” Evidencia que o presidente da FUNAI acumula a função de presidente do Conselho (não se menciona de que Conselho estão falando). Há um agradecimento a um trabalho exercido pela FUNAI. Termina dizendo que a defesa do índio era um trabalho que deveria continuar e no fim do discurso há uma salva de palmas. Aos 37:38min, entra outra pessoa discursando, ainda sobre os índios. Pela voz, parece ser Jânio Quadros. Trechos recortados: “...todos nós temos que ter essa capacidade criadora em evolução. (...) O homem que não tem capacidade de criar se fossiliza e cai (...). Então, aí sim, ele desaparece”. Mais adiante, prossegue: “Esta é a renda do índio. Ela é intocável, pertence ao próprio índio (...). Nos não interferimos”. Fala também sobre a renda do patrimônio indígena, que são os projetos que visam a valorizar e a ampliar o patrimônio indígena. Cita 3 projetos de grande escala no Brasil, sendo um sui generis que é o levantamento de 1 milhão e trezentos mil hectares em convênio com a Escola Florestal de Curitiba para reflorestamento, análise do solo e a utilização racional da madeira.

Resumo: Lado B: A fita começa com uma pessoa do sexo feminino falando sobre o conceito de sociedade, ética social e normas sociais de conduta. Parece-se com uma aula gravada de Sociologia, com a explicitação de muitos conceitos teóricos da referida disciplina. O áudio é linear, sem interrupções, havendo apenas aos 43:33min, já no fim da fita, um corte e um retorno a um áudio cuja voz parece ser de Carlos Lacerda. Qualidade ruim, não permitiu ouvir mais do que; “a favor do brigadeiro”. Ao que parece a aula foi gravada por cima de um outro áudio.

Código: BR RJAGCRJ.CL.FAM.2.092

1. Assunto 1.1 Lados A e B: Depoimento de Carlos Lacerda – Penúltima e última partes
2. Temas 2.1 Lado A: Sucessão de Dutra, UDN e o brigadeiro Eduardo Gomes, Cristiano Machado e o PSD, Getúlio e o PTB, aliança Perón/Vargas, João Goulart e o peronismo, o espírito tenentista, a criação da FEB



2.2 Lado B: Submissão ao Exército, conspiração dos militares, negócio de exportação de madeiras, carta falsa, código secreto do Itamaraty, ação contra Lacerda

Duração da fita: A:30:11min B:26:03min

Data: 19/03/1977

Resumo: Lado A: O áudio é o mesmo da fita 84 (lado A), que fala do ambiente político em torno das candidaturas à Presidência da República, na sucessão de Eurico Gaspar Dutra. Carlos Lacerda fala da escolha da UDN pelo brigadeiro Eduardo Gomes, em detrimento da candidatura de Afonso Pena Jr., como um último recurso do partido, a disputar com Getúlio Vargas, pelo PTB, e Cristiano Machado, pelo PSD. Carlos Lacerda vai ao longo do depoimento dizendo que Getúlio já havia vencido antes mesmo das eleições, devido a seus oponentes, e que uma das alternativas para impedir isso seria a união das duas outras candidaturas. Último dado levantado por Carlos Lacerda é o fato de que Dutra, na condição de ex-presidente da República, ser visto pelo povo andando pelas ruas, e faz uma comparação com Getúlio Vargas: “O próprio Getúlio, que não era presidente, era ditador, nunca foi visto na rua. Foi para São Borja tomar cuia de chimarrão”. Aos 18:21min prossegue seu depoimento, com informações que não foram gravadas na fita 84 (lado A), pois ela havia terminado. Portanto, as anotações a seguir são inéditas. Mais adiante, Carlos Lacerda diz que a volta de Getúlio Vargas ao poder significava uma aliança ao sul do continente, aparentemente contra os Estados Unidos, mas na realidade era contra a democracia, que era a aliança principalmente Perón-Getúlio. E o porta-voz dessa aliança era, segundo Carlos Lacerda, João Goulart. Carlos Lacerda faz menção a um encontro que teve com João Goulart, na casa de Jaci Magalhães, irmão de Juraci Magalhães, na rua Voluntários da Pátria, em Botafogo, em 1950, logo depois da eleição, quando ele acabara de ser nomeado ministro do Trabalho. Ao longo da conversa, Carlos Lacerda diz para Jango que ainda acreditava numa saída democrática para o país. E prossegue: “O senhor foi ser deputado ganhando de presente o mandato de deputado. Nunca apresentou um projeto. Nunca fez um discurso. Nunca deu um parecer. E agora é ministro do Trabalho, da mesma forma, por obra e graça do Espírito Santo. Se há uma pessoa aqui que deveria ser grata ao processo democrático é o senhor. Porque a democracia acumulou-o de benesses. O senhor está fazendo uma carreira triunfal sem o menor esforço, como é que se explica que o senhor seja peronista?” E João Goulart respondeu que embora fosse amigo do general Perón e que achasse que ele estava trazendo um grande ganho ao povo argentino, não era peronista. E acrescentou que ao contrário do que o Carlos Lacerda pensava, ele também acreditava no processo democrático. E concluiu: “Acabamos de ter uma prova disso, o senhor é que parece que não acredita, com a vitória do doutor Getúlio Vargas!” Carlos Lacerda replicou: “E não acredito mesmo! A vitória do doutor Getúlio Vargas não é uma vitória democrática. A vitória de Getúlio Vargas é a vitória da máquina que a ditadura impõe. Não é uma vitória democrática”. E continuou: “O senhor não preside sindicatos democráticos! Qual o sindicato que o senhor dirige como ministro do Trabalho? Onde houve uma eleição democrática? O senhor chama isso de democracia?” E Jango respondeu: “É a democracia possível no Brasil!” Carlos Lacerda informa que aí teve um começo de sensação, uma intuição de que Jango era um homem para quem o poder só tinha um atrativo, um lado hedonístico, fazer o bem aos amigos, chatear os inimigos, ter a importância que o poder confere... Mas, não tinha a menor preocupação com os encargos do poder, ou seja, suas chateações. Carlos Lacerda acrescenta que só o tempo depois confirmou sua sensação de que João Goulart não era capaz de fazer sacrifícios para ficar no poder. E conclui: “E foi uma das coisas que salvou o Brasil!” Carlos Lacerda muda de assunto quando perguntam sobre as Forças Armadas. Ratifica que elas ainda mantinham um espírito tenentista, dotado ainda de muito valor, do qual compartilhavam Juarez Távora, o brigadeiro Eduardo Gomes e outros, e também contavam com os chamados monstros sagrados, cujos exemplos citados por ele são Góes Monteiro, Dutra e Caronbert, sendo este último o núcleo do movimento dos coronéis, do Mamede, do Rodrigo Otávio e outros. Sobre o Mascarenhas, Carlos Lacerda conta que ele continuou fascinado pelo Getúlio Vargas até o fim de sua vida, porque havia dele recebido o comando da FEB. A Força Expedicionária Brasileira foi criada contra a



vontade de Dutra e do próprio Getúlio, sendo o preço pago pelo país ao Roosevelt para ter a siderurgia e para ter o direito de sentar-se à mesa dos vencedores e não à mesa dos vencidos, segundo Carlos Lacerda.

Resumo: Lado B: Carlos Lacerda conta que ele era submisso ao Exército, pois, em 1935, quando ele se apresentou ao plantel, mandaram ele voltar no dia seguinte, e, nesse intervalo, ele ouviu no rádio a notícia de sua prisão e deu o fora. Com a anistia, requereu ao Exército sua inclusão na FEB, com requerimento encaminhado ao major Médici, futuro presidente da República, Emílio Garrastazu Médici, e ia todos os dias ao Ministério da Guerra saber o resultado. Mas, nunca teve resposta. Eleito vereador, telefonou-lhe um coronel, pedindo que fosse lá no Ministério da Guerra. Chegando lá, ele informou a Lacerda que ele não poderia tomar posse como vereador, pois era submisso ao Exército e não tinha carteira de reservista. Carlos Lacerda conta que se defendeu, dizendo que havia solicitado inclusão na Força, mas não tinha obtido resposta. O coronel, então, fez na hora uma carteira de terceira categoria para Carlos Lacerda. Tirou de dentro do armário uma bandeira nacional e desfraldou a bandeira e pediu para o Lacerda estender a mão e fazer o juramento de defesa da pátria. Carlos Lacerda fala sobre a FEB e diz que ela exercia muita influência moral sobre a população. Ele conta que foi se criando no Exército um sentimento de inconformismo com a ideia da ditadura. Havia uma contradição que residia no fato dos militares estarem lutando em defesa da liberdade dos italianos e dos europeus, enquanto que aqui vivia-se sob a privação de liberdade. E foi um dos fatores que pesou na conspiração dos militares. O principal foi uma tomada de confiança nos líderes das Forças Armadas, movidos em grande parte pelos majores e coronéis que consideravam a volta do Getúlio um grande perigo para o país, na medida em que ele já velho, já desgastado, por ambição de poder, “que era sua constante”, segundo Carlos Lacerda, vinculava-se a uma esquerda que, embora indefinida ideologicamente, era muito atuante. Carlos Lacerda define o movimento como uma espécie de sul-peronismo e desenvolve então a ideia de que havia uma relação muito maior entre o peronismo e a volta do Getúlio ao poder, do que aparentemente se pensava. Seria a restauração de um fascismo populista sul-americano. Carlos Lacerda comenta a ligação entre Getúlio Vargas e sua campanha de retorno à Presidência com Perón, através de João Goulart. Ele conta um longo episódio. Houve a queda de Perón em Buenos Aires e Lacerda recebeu de um amigo fotocópias de um inquérito feito pelos oficiais que tomaram o poder na Argentina e que envolvia o João Goulart, mostrando que ele tinha feito um negócio de exportação de madeiras para a Argentina, cujo pagamento, muito acima do valor da exportação, ia ser usado para financiar a campanha do Getúlio. Um jornalista de Campos informou a Lacerda sobre a existência de um argentino que possuía a prova dessa ligação. O argentino foi à casa de Lacerda e entregou a ele uma carta de um peronista endereçada ao Jango, que tratava do tal negócio de madeiras. Carlos Lacerda acreditou na validade da carta, mas pediu ao ministro Lott, pela rádio Globo, que abrisse inquérito policial-militar para apurar a veracidade do fato. E, no fim das contas, foi comprovado que a carta era falsa, o que desmoralizou Carlos Lacerda e desacreditou o tema, conforme ele mesmo relata. Reconhece que foi um dos períodos mais terríveis de sua vida, ao se passar como cúmplice de um falsário. Lacerda prossegue dizendo que num outro dia, um repórter amigo seu entregou a ele um telegrama cifrado do Itamaraty, com a tradução em português claro, da embaixada do Brasil em Buenos Aires e do Ministério do Exterior, informando que realmente o vice-presidente João Goulart estava envolvido num inquérito feito pelos militares argentinos, que havia comprovado que uma das origens do financiamento da candidatura do presidente da República era o dinheiro dado pelo Perón, por intermédio de João Goulart. Carlos Lacerda foi pra Câmara e leu o telegrama. Foi acusado novamente de portar um documento falso, mas ele negou dizendo que se tratava de um telegrama do Itamaraty pois o código estava lá, traduzido. Macedo Soares aceita as pressões do pessoal do Jango e manda uma exposição de motivos a Juscelino, solicitando que ele fizesse uma mensagem à Câmara para que se suspendesse a imunidade de Carlos Lacerda, a fim de que ele fosse entregue à Justiça Militar para



ser julgado por traição à pátria, por ter revelado o código secreto do Itamaraty. Afinal, fora colocada ao alcance de todas as potências estrangeiras a comunicação mais secreta da embaixada do Brasil. O julgamento foi na Câmara, na Comissão de Justiça. O relator do processo foi Martins Rodrigues, deputado pelo Ceará, com fama de ser um dos grandes juristas do PSD, “o que era um certo exagero”, segundo conta Lacerda. Ele menciona que escolheu vários livros sobre a matéria que havia na biblioteca da Câmara e levou para sua casa pra redigir seu relatório, dar parecer a favor da cassação da imunidade de Carlos Lacerda. Lacerda acrescenta que o pessoal da Câmara era seu amigo e a bibliotecária de lá, quando Martins Rodrigues devolveu os livros, disse a ele quais eram os que Martins tinha consultado e perguntou se ele queria consultá-los também. Lacerda levou os livros e, junto com Rafael, ficou 12 horas e uma noite preparando sua defesa, usando os mesmos argumentos. Explica Carlos Lacerda que “várias das citações de autores que Martins Rodrigues fazia eram truncadas. Ele citava um pedaço de frase e não citava o resto, ele citava em falso. Enfim, ele fez uma ‘ginástica’ que me deu oportunidade de desmoralizar completamente o parecer dele”. Em sua defesa, Lacerda denunciou a falsidade do parecer: “O livro diz o seguinte, página tal, e o deputado Martins Rodrigues diz o seguinte e cita a página”. Mudando de assunto, Carlos Lacerda faz alusão a dois episódios envolvendo João Neves (da Fontoura), um dos ministros do novo governo do Getúlio, um anticomunista. O primeiro foi que o ministro lhe dissera que uma das razões de sua saída do Itamaraty tinha sido o fato de, no palácio do Catete, um emissário de Perón, passando por cima da embaixada brasileira e da chancelaria brasileira, ter ido direto entender-se com Getúlio. O segundo diz respeito ao incidente com o Gregório, quando João Neves disse-lhe, de acordo com suas palavras: “Oh, negro, sai da frente e não te mete. O ministro sou eu e, enquanto for ministro, eu sei o que eu falo para o presidente Getúlio Vargas e sei passar pelo Itamaraty”. No fim da fita, Carlos Lacerda conversa informalmente com os entrevistadores marcando o dia e a data de um novo encontro. Informa que sua disponibilidade seria no fim de semana. Diz que as histórias sobre o governo tinham muita coisa de interessante, muitos episódios, porém era mais fácil explicar e que o mais complicado era o período de 1964, “complicado pra burro”, considera Lacerda, por haver em torno do assunto mais mentiras e mais meias-verdades.

Código: BR RJAGCRJ.CL.FAM.2.093

1. Assunto 1.1 Lado A: Sem gravação

1.2 Lado B: Depoimento de Carlos Lacerda 1º Dia – Parte 11

2. Temas 2.1 Lado B: A Bucha, Carlos Lacerda nos comícios

Duração: B:30:19min

Data:19/03/1977

Resumo: Lado B: Identificada como o mesmo áudio da fita 82 (lado A), quando Lacerda fala, exceto nos minutos finais, sobre a história da sociedade secreta fundada no Brasil, ainda no século XIX, e existente na Primeira República no Brasil, a [Burschenschaft,] - Bucha. E a partir de 24:00min o áudio passa a ser o mesmo da fita 82 (lado B), que consiste na continuação do áudio da fita 82 (lado A), quando Carlos Lacerda fala de sua atuação nos comícios e congressos.

Código: BR RJAGCRJ.CL.FAM.2.094

1. Assunto 1.1 Lado A; Sem gravação

1.2 Lado B: Depoimento de Carlos Lacerda

2. Temas 2.1 Lado B: Lançamento da candidatura de Jânio Quadros, comício no monumento do



Ipiranga, campanha de Lacerda ao governo da Guanabara, candidaturas Sérgio Magalhães, Tenório Cavalcante e Mendes de Moraes, problema da água no Rio

Duração: B:46:49min

Data: 26/03/1977

Resumo: Lado B: Observação: O conteúdo do início da fita é o mesmo que entra aos 24:01min da fita 91 (lado A), interrompido aos 27:36min por um novo corte. Somente a partir dos 03:12min é inédito. Carlos Lacerda faz alusão à derrubada da pretensa candidatura de Leandro Maciel, a partir da qual fez surgir na UDN, como sempre, a solução do grande nome, fazendo-os partir para o nome de Milton Campos. Um dos entrevistadores pergunta se ele mesmo chegou a ser cogitado. Ele respondeu que nunca, porque não tinha realmente condições e também afastaria do Jânio os votos dos getulistas, sendo que se precisava de muitos mais votos do que simplesmente os da UDN. Na medida em que Jânio era um candidato populista, ressalta que não poderia nunca ter essa pretensão. Informa que tinha condições de levar o apoio da UDN a ele, sem precisar ser candidato. Prossegue dizendo que foi Otávio Mangabeira quem primeiro propôs o nome de Jânio Quadros, como a única chance da UDN de eleger um candidato. E foi então que ficou combinado, na casa de Paulo Duarte, em São Paulo, com a presença de Jânio Quadros, Otávio Mangabeira, Carlos Lacerda e outros, de se fazer um grande comício nacional, junto ao monumento do Ipiranga, convocando gente de todo o Brasil, como pré-lançamento da candidatura de Jânio Quadros, que ficou incumbido de toda a propaganda do comício. Porém, no dia do comício no hotel Comodoro, em São Paulo, encontrou no hall Afrânio de Oliveira com a cara no chão, o Horta encabulado. Reclamou que não havia visto nenhum anúncio, cartaz ou faixa do comício e, junto ao fato de estar chovendo, isso o tornaria um fracasso. Horta respondeu: “Pois é, exatamente por isso o Jânio está hesitando em ir ao comício. Porque ele não pode arriscar a popularidade dele num comício fracassado”. Carlos Lacerda ficou indignado. Houve escândalo no hall e ele disse que ia ao comício porque o que estava sendo feito não era com ele, era com o pobre velho que estava lá em cima, que ficara anos no exílio, esteve na cadeia várias vezes, e viera lançar a candidatura de um vagabundo impostor, que havia decidido fugir da raia. E disse: “Ou ele vai nesse comício hoje, ou ele aparece nesse comício hoje, nem que seja pra dar boa noite e ir embora ou eu faço deste comício o maior ataque que ele já teve na vida. E, amanhã, ele não é mais candidato de pipoca nenhuma e nem de ninguém no Brasil, porque eu conto tudo o que eu sei e mais o que eu não sei”. Mangabeira estava arrasado, mas disse que não recuaria. E Lacerda disse que o acompanharia. Eis que no comício havia “um chuvisquinho e umas 500 pessoas de guarda chuva aberto”. Depois foi chegando mais gente. As pessoas foram falando e Carlos Lacerda conta que sua hora de falar estava chegando e ele já estava pensando no que podia falar de pior de Jânio quando, de repente, ele vê a figura do candidato enrolado num cachecol, abraçando Mangabeira. Depois o abraçou também. Lacerda conta que se sentiu parte de uma comédia. E Jânio Quadros então falou: “Povo de São Paulo, doente, embora não fuja dos meus compromissos com o povo, aqui estou! Aqueles que prometeram e não vieram, respondam pela sua consciência”. Carlos Lacerda afirma: “Foi um sucesso absoluto. Um negócio triunfal!” E acrescenta que o medo de Jânio era de que não houvesse ninguém no comício. O lançamento da candidatura no Rio de Janeiro se deu numa convenção da UDN, realizada no palácio Tiradentes. Antes disso, entretanto, Jânio, no hotel Glória, chamou Carlos Lacerda ao quarto e disse a ele: “Carlos, não aguento essa sua UDN. É realmente impossível”. Na sala, Afonso Arinos. Jânio não se conformava com as condições impostas pelos partidários da UDN, com a situação dos partidos. Ele considerava tudo inviável e que a democracia nessas condições seria impossível. Carlos Lacerda respondeu: “Não é bem assim. Veja bem... Em todo o caso, a convenção está lá, você vai ganhar a convenção...” Ele respondeu: “Não! Não, não e não”.

Observação: Aos 13:20min a fita sofre um corte e entra o áudio de outra entrevista de Carlos Lacerda. Carlos Lacerda agora fala sobre sua campanha para o governo do estado da Guanabara, em que foi eleito governador. Conta que havia um grupo de médicos que trabalhava com ele fazendo um estudo hospitalar do Rio de Janeiro. Revela que até então um turista que chegava no



Copacabana Palace escovava os dentes com água mineral, dada a qualidade da água do Rio de Janeiro. Vendia-se um caminhão de água nos bairros chiques, mas no resto... Acrescenta, também, que dois terços do Rio de Janeiro não tinham esgotos. Então, tais fatos revelados davam à camada eleitoral pensante, mais consciente, a noção de que aquele sujeito que tinha feito oposição há tanto tempo, considerado demagogo, de repente estava mostrando conhecimento dos problemas e que ia muito além da campanha do Sérgio, que sofreu com um grave defeito, ao falar sobre imperialismo, nacionalismo. Não tinha nada a ver com a Guanabara nascente, com direitos estaduais a defender. Conta que sem perder de vista a campanha nacional, sempre fazia referências a Jânio Quadros. Sobre seu opositor, o Sérgio Magalhães, conta Lacerda que nunca ouvira um discurso seu em praça pública. Os da Câmara, não diria que eram chatos, mas não entusiasmavam. Eram meio monótonos. E na TV, ele fez coisas do ponto de vista eleitoral muito proveitosas para ele. Mas, era algo ridículo! Lacerda compara que, ao contrário, sua campanha teve um caráter muito construtivo em relação à discussão dos problemas do novo estado. Cada um dos 4 ou 5 discursos das convenções foi dedicado a um dos problemas da cidade (saúde, transportes, água). Relata que muita gente começou a acreditar nele. Mas, segundo ele, um dos fatores decisivos de sua vitória foi mesmo o número de sujeitos que lhe deram voto para ver o seu fracasso. Muita gente confessou isso a ele depois, inclusive. Uma porção de industriais o tinha como demagogo, achava que ele seria na verdade um comunista disfarçado. Ainda se referindo à sua campanha, narra que 2 ou 3 coisas atrapalharam muito, entre elas a seguinte história: num belo dia chegou a Carlos Lacerda a notícia de que um certo capitão Felisberto Batista estava na tipografia do IABB, imprimindo um boletim altamente injurioso contra ele. Por conta disso, ele invadiu o lugar, agarrou o capitão, que tentou sacar o revólver contra ele, e apreendeu o negócio. Mandou abrir um processo contra o capitão e contra o IABB. E isso foi usado pelo adversário, que alertou o povo para um candidato que havia invadido a tipografia de operários, com um grupo de capangas, e espancou operários e o diabo a quatro. Lacerda disse que tal calúnia foi muito negativa. Não havia operários lá e nem mesmo o capitão foi espancado. Chegou a apuração. E tome Sérgio Magalhães... No subúrbio, Lacerda conta que levava surra atrás de surra do opositor, equilibrando as coisas na Zona Sul. E, conforme suas palavras, “de repente vinha lá o subúrbio da Penha e não sei o quê e tal e eu aí dava uma lavagem no Sérgio Magalhães”. Observa que Tenório Cavalcante e o general Mendes de Moraes tiveram votação pequena. E, no fim, Carlos Lacerda acabou ganhando com 28% contra 26% do Sérgio Magalhães. Na hora de compor o seu gabinete, um dos seus primeiros secretários foi o de Finanças, Raimundo Padilha. E, na véspera da sua posse, junto com toda a equipe, soube Lacerda que a *Última Hora* estava preparando a seguinte manchete: “Diretor relapso do Banco do Estado da Guanabara nomeado secretário de Finanças”. O recém-eleito governador chamou Padilha em sua casa e perguntou o que havia de verdade naquilo. Ele contou que um de seus filhos, o menor, comprometera-o gravemente, ao se meter em agências de automóveis e se encrencar financeiramente, pois Padilha, em plena campanha eleitoral, pediu um empréstimo ao Banco do Estado (ou Banco da Prefeitura, Lacerda não se lembra). E só se emprestava lá com o cartão do governador. Foi um pequeno empréstimo, coisa ridícula, mas chegou o vencimento e ele não pagou. Lacerda informou a ele que se soubesse antes poderia destinar uma verba da campanha para pagar a tal dívida, mas que nessas condições, não podia nomeá-lo. Lacerda ficou sem secretário até o seu irmão recomendar o nome de Mário Fernandes, que foi convidado pelo então governador e logo tomou posse. E, assim, Carlos Lacerda compôs todo o secretariado. O discurso de posse foi no palácio Tiradentes e depois foram todos para o Guanabara. Aos 31:14min o áudio da fita sofre um corte e entra um áudio de outra entrevista de Carlos Lacerda, cujo conteúdo é o mesmo da fita 88 (lado A), no qual ele fala, sobretudo, entre outros assuntos, do fenômeno do lacerdismo.



Código: BR RJAGCRJ.CL.FAM.2.095

1. Assunto 1.1 Lado A: Sem gravação

1.2 Lado B: Depoimento de Carlos Lacerda – 1º Dia – Penúltima parte

2. Temas 2.1 Lado B: Sucessão presidencial: Getúlio, Eduardo Gomes e Cristiano Machado

Duração: B:29:59min

Data: 19/03/1977

Resumo: Lado B: A fita traz o mesmo conteúdo da fita 84 (lado A), na qual Carlos Lacerda fala sobre a campanha de sucessão presidencial, que reuniu Getúlio Vargas pelo PTB, o brigadeiro Eduardo Gomes pela UDN e Cristiano Machado pelo PSD. Para Carlos Lacerda, o não retorno de Getúlio era mais importante do que a candidatura do brigadeiro. Ele vai contando em seu depoimento os principais episódios do período. Aos 07:43min o som fica quase inaudível, aos 08:31min a fita emudece. Após 14 segundos, ainda muito baixo, retorna o som. Aos 18:13min passa a ser coincidente com o da fita 92 (lado A). Não há corte, nem interrupções. Essa entrevista, na fita 92 (lado A), está mais completa, pois a fita 84 (lado A) termina no meio do depoimento do Lacerda.

Código: BR RJAGCRJ.CL.FAM.2.096

1. Assunto 1.1 Lado A; Sem gravação

1.2 Lado B: Depoimento de Carlos Lacerda – 2ª Parte

2. Temas 2.1 Lado B: Curso de Direito, União Democrática Estudantil, Internacional Comunista, Juventude Comunista, Frente Popular, “Intentona Comunista”, Caravana de Estudantes, candidatura José Américo de Almeida, exílio em Itaparica, Golpe de 1937, anarquismo, José Oiticica, Aliança Libertadora, Cavaleiro da Esperança, inúmeras prisões

Duração: B:44:31

Data: 19/03/1977

Resumo: Lado B: Observação: Mesmo conteúdo da fita 80 (lado B), apresentado a partir dos 02:00min. A partir 40:10 o conteúdo é diferente. Um dos entrevistadores solicita que Carlos Lacerda fale de sua participação na esquerda. Ele começa dizendo que abandonou a faculdade de Direito no segundo ano, ao ser reprovado em Direito Penal, pelo Ari Franco. Na faculdade, ele pôde verificar duas coisas: primeiro que era contra a ordem jurídica vigente; e, segundo, que concluíra que a advocacia era uma profissão estranha, porque os casos que interessavam a ele não davam dinheiro e os que davam dinheiro não lhe interessavam. Foi por isso que decidiu largar a faculdade. Depois, ele fala sobre a atuação dos estudantes comunistas, na década de 1930. Cita a União Democrática Estudantil e alguns de seus representantes, como Hélio Valcácia, Luís Paes Leme e Carrera. Ele informa que houve quem permanecesse comunista e quem deixasse de ser. E relata que não entrou para a Juventude Comunista. Fala também do episódio em que Dimitrov defendeu a tese de abertura do Partido Comunista, na reunião da Internacional Comunista em Moscou, em uma série de organizações concêntricas, da qual fez parte a Frente Popular. E, segundo ele, a política da Frente Popular refletiu no Brasil na dissolução da Federação da Juventude Comunista e criação da Juventude Popular, que no fundo era comunista, mas que tinha também simpatizantes. E aí sim, ele entrou para a Juventude Popular. No que diz respeito à repressão sofrida pelos comunistas, afirma que esta era ferrenha. O Comunismo que havia mobilizava-se na clandestinidade. Seus líderes estavam exilados, por exemplo. Havia os trotskistas, egressos do Partidão, mas o Comunismo que havia era o pequeno núcleo de russos ortodoxos da linha leninista, servido por uma segunda camada de simpatizantes, em maior número. E mais a Juventude Comunista. Carlos Lacerda conta que, quando do movimento de 1935, estava na casa de Álvaro Moreira, quando ouviu no rádio a notícia da prisão de vários comunistas, e, dentre eles, estava o nome de alguns estudantes, inclusive o seu. Conta que falou: “Então vou ser preso. Está na hora de cair fora!”. Ele se refugiou na casa de



Adalberto Pinheiro, companheiro dele de faculdade. Uma família católica muito conservadora, que certamente recebeu uma espécie de anticristo em casa, um comunista refugiado, segundo ele relata. Ficou um mês e depois ficou refugiado no estado do Rio. Carlos Lacerda volta ao ano de 1937. Tinha ido a Belo Horizonte com a Caravana dos Estudantes. O pretexto era fazer propaganda para a candidatura de José Américo e combater a de Armando Sales, considerado reacionário. Faziam uma campanha anti-integralista e ligeiramente comunista. Mas não tinham dinheiro para percorrer o país. Conseguiram descer o rio São Francisco, com passagens pagas pelo governo de Minas, num navio muito velho, o primeiro que navegou no rio durante o Império, segundo Lacerda. No interior da Bahia foram recebidos pelos coronéis e chefes políticos todos compadres do Juraci. O Juraci na Bahia fez a política diferente da dos tenentes, aderindo à política tradicional dos coronéis do interior. Ele então tinha prestígio eleitoral. O Coronel João Duque, que foi ao comício com os estudantes, abriu o comício. Era o dono do lugar. Disse que era a terra da democracia e que iria dar a palavra ao seu orador oficial, que era o juiz eleitoral. “Um absurdo danado”, segundo Carlos Lacerda. O homem disse: “Está aqui uma caravana de jovens estudantes do Rio de Janeiro, na propaganda da candidatura do nosso eminente candidato do Coronel Juraci Magalhães e do povo brasileiro à Presidência da República: o doutor José Américo de Almeida”. E a cada cidade em que eles chegavam já havia um telegrama do Juraci pedindo que recebessem bem os estudantes, que participavam de uma caravana, fazendo propaganda da candidatura de José Américo e que promovessem o comício e tal. Mas, havia também um telegrama da polícia do Rio que alertava para a chegada dos estudantes comunistas, pedia que tomassem cuidado com eles e os prendessem se houvesse necessidade. Carlos Lacerda conta que eles eram muito bem recebidos e que não podia voltar para o Rio, pois lá foi declarado estado de guerra, segundo Lacerda foi uma invenção do Estado Novo. Havia até então apenas o estado de sítio. Eles consideraram que a Revolução Comunista tinha sido uma declaração de guerra externa ao Brasil, e que o país estava em estado de guerra. O estado de guerra existia na Constituição de 1946, conforme menciona Lacerda, para o caso de guerra externa. Acabaram com todas as garantias. Nomearam os generais e anularam todos os governadores. Ele conta também que não tinha dinheiro para ir para o exterior. E nem mesmo para o Rio de Janeiro. Comenta que ficou asilado numa casa, na ilha de Itaparica, uma casa simples que lhe foi cedida por um professor baiano de muito prestígio, que estava na Europa, chamado Estácio de Lima, e que era de centro-esquerda, não comunista. Depois recebeu a visita de dois policiais que queriam revistar a casa. Levaram-no para a Bahia de saveiro, umas 11 horas preso, e, chegando lá, ele encontrou todos os comunistas que ele antes havia encontrado presos na Bahia. Estavam um sargento e um tenente da Revolução de 1935, o Lauro Lago. Desembarcaram no Rio de Janeiro e Lacerda conta que teve até foto e matéria no jornal *O Globo* que dizia assim: “Desembarcam presos vermelhos vindos da Bahia”. Faz alusão ao movimento de 10 de novembro, ao golpe de 1937. Chegaram Soares Brandão, o pessoal de São Paulo e outros e formou-se uma convenção nacional, segundo sua aceção. Depois, conta que ele foi para a Casa de Correção e lá encontrou o pessoal de 1932 também, entre eles José Oiticica, ao qual ele se refere como um dos últimos anarquistas do Brasil. Conta que ele era professor de grego e teórico musical. Tão velho que havia sido professor de seu pai no primário. Relata que Oiticica foi interrogado pela Polícia e perguntaram se ele fazia parte do movimento dos comunistas e ele negou dizendo que tinha horror aos comunistas... Porque era anarquista! E completou dizendo que a atividade dos anarquistas era recolher fundos para socorrer os perseguidos, os presos políticos. Carlos Lacerda comenta que quando prenderam o Prestes, prenderam todo o arquivo do Partido Comunista. Os três sujeitos que realmente governavam o Partido Comunista no Brasil, segundo sua opinião, foram: um antigo deputado alemão chamado Arthur Ernst Ewert, um americano chamado Victor Barron, que morreu atirado de uma sacada da Polícia. Carlos Lacerda diz que não se sabe se foi morto ou suicidou-se. E um belga chamado Leon Julles Vallé que foi mais esperto, segundo Lacerda, pois foi solto para levar a polícia ao local onde estariam os outros e no caminho se perdeu no horizonte e nunca mais se soube dele. Os três formavam a Tróica, eram os representantes da Internacional Comunista no



Brasil. Eram os homens que mandavam no Prestes, que era então um executor de suas ordens. Sobre a Aliança Libertadora, Carlos Lacerda conta que ela fora criada dentro da política da Frente Popular, sendo uma versão tupiniquim desta. Ele prossegue dizendo que, graças ao sectarismo do PCB, a Aliança nunca foi popular e manteve-se essencialmente comunista. Lacerda faz alusão à instalação do Movimento da Frente Popular Anti-imperialista, Nacionalista e Democrática num comício organizado no teatro João Caetano, que contou com a presença de um representante oficial do presidente Getúlio Vargas, ocupando um camarote. E o major Costa Leite – um veterano das lutas tenentistas – incumbiu Carlos Lacerda de falar em nome dos estudantes e lançar o nome do Prestes a presidente de honra da Aliança Libertadora. Carlos Lacerda conta que achou “uma honra excepcional, um negócio maravilhoso”. Quando chegou a sua vez de falar, deu o seu recado e anunciou de improviso o Luís Carlos Prestes, o Cavaleiro da Esperança, o herói e presidente de honra do movimento, de cima do João Caetano várias bandeirolas que diziam: “Prestes, presidente de honra da Aliança”. Isso foi em 1935. Começaram, então, as caravanas para o Norte e Nordeste do país. O movimento ia muito bem, começando a penetrar no sindicato. Lacerda faz alusão a um comício integralista em São Paulo, no largo da Sé, contra a Aliança, que, por sua vez, organizou um grupo de resistência atacando o comício a balas, tiro mesmo, conta Lacerda. Todos os integralistas ficaram agachados e no dia seguinte o pessoal dos jornais anti-integralistas batizou-os de ‘galinhas verdes’. Perguntam a Carlos Lacerda se dava para contar quantas vezes havia sido preso. Ele responde que sua militância rendeu-lhe algumas prisões. A primeira vez foi em um comício na porta do Lorde Brasileiro. Estava ele, Moacir de Castro e outros. Antes, como eles eram incumbidos de realizar certos trabalhos para provar fidelidade, eficiência e coragem, foi fazer sua primeira ação, que foi pichar a estátua de Pedro Álvares Cabral. E pichou: “Abaixo o imperialismo, a guerra e o fascismo”. Depois, quando ia começar o comício, foram todos de camburão para a polícia. Isso foi em 1933. Em 1935 escapou; voltou a ser preso em 1937, na Bahia, como ele havia relatado anteriormente; e daí por diante ele conta que, de vez em quando, ia preso. Em 1938, por exemplo. Um dos entrevistadores pediu para ele explicar como se dera o seu rompimento com o Partido Comunista. Ele estava falando de sua prisão de 1939 e disse que explicaria logo. Conta, então, que não havia entendido o motivo de sua prisão daquela vez, porque ele não estava mais vinculado ao partido. Serafim Braga, delegado, chamou Carlos Lacerda e disse que ele podia ir para casa. Antes de ir, Lacerda perguntou o porquê de sua prisão. O delegado respondeu que havia recebido uma denúncia de que Lacerda estava distribuindo panfletos trotskistas na praça Floriano. Carlos Lacerda replicou: “Senhor Serafim, já passei da idade de distribuir panfletos. Agora estou na idade de escrevê-los! E você sabe muito bem que não sou trotskista. Agora você sabe que os comunistas me denunciaram”.

Código: BR RJAGCRJ.CL.FAM.2.097

1. Assunto: 1.1 Lado A – Depoimento de Carlos Lacerda

[Programa de rádio]

2 Temas 2.1 Lado A: Diversos trechos de áudio dos Cds 11 (lado B) e 61 (lado A)

2.2 Pessoa discutindo com advogado os direitos à herança Acesso do conteúdo somente na instituição

Duração da fita: A: ____ B:29:32min

Data: Lado A: A 26/03/1977 B: [1970/1977]

Resumo: Lado B: A fita apresenta um áudio em que há uma mulher conversando com um homem chamado _____. Parece uma conversa por telefone, em um programa de rádio. Os dois conversam sobre o caso de uma mulher, _____, que requer, como suplicante, o levantamento dos seguintes seguros de vida, contratados por um inventariado: da Itaú Seguradora



SA, como funcionário da Varig; e da Companhia de Seguros Minas Brasil, como associado do Sindicato Nacional dos Aeronautas. Pode-se deduzir pela conversa que a suplicante, não dispondo de renda própria, e por conta disso, teria o direito de receber mensalmente uma terça parte dos vencimentos e vantagens que o suplicante tem ou viesse a ter na empresa onde trabalha, a fim de atender à sua manutenção, entende que os referidos seguros podem ser considerados nitidamente vantagens decorrentes do exercício do emprego do inventariante, na Varig. E, em vista disso, pede um terço dos 29.000 Cruzeiros dos seguros mencionados, ou seja, 9.666 Cruzeiros, sendo o restante dividido entre os filhos do inventariado e parte dela. É possível que _____ seja um advogado, pois vai tirando as dúvidas levantadas pela mulher ao longo do diálogo. Já em outro assunto, a mulher pergunta ao presumível advogado se este ainda teria entendimento com o _____. E diz que não houve abertura de inventário dos velhos, e, em seguida, pergunta: “Não é obrigado por lei abrir?” Afirma que há um prazo, inclusive, para abrir inventário. A mulher está preocupada com a transferência de dívidas de impostos - de “velhas, que caindo pelas tabelas podem morrer logo” - para os herdeiros. O presumível advogado explica que isso não ocorria. A dívida não era transferida. A mulher replica dizendo que tudo bem, que queria então que se danassem e que não a procurassem para pagar nada depois. E completa: “É tudo complicado naquela família. Nunca vi!” Ela alude, ainda, a uma lei que saiu no Supremo, perguntando presumível advogado se ele tomou conhecimento da mesma. Trata-se de uma lei de transposição. O ocupante da classe de auxiliar do Judiciário, o que corresponde ao auxiliar de plenário do Tribunal de Justiça, alçada do Estado, passava para a carreira principal de técnico judiciário, precisando fazer jus a uma série de exigências de nível intelectual. E, com a lei 6258, isso não era mais necessário para os atuais ocupantes da classe. E ela pergunta ao presumível advogado: “Isso para mim é bom, não é?” Ao terminar a ligação, aos 11:00min, há um corte e começa a execução de músicas. No fim de duas músicas entra a vinheta da rádio: “Antena 1, Light FM”. Depois entram vários áudios, um por cima do outro, com a programação de várias rádios, nos quais se pode identificar até a transmissão de um jogo do Vasco. São músicas incompletas e desconexas. No fim da fita há a execução de inúmeras músicas.

Código: BR RJAGCRJ.CL.FAM.2.098

1. Assunto 1.1 Lado A: Sem gravação

1.2 Depoimento de Carlos Lacerda – 2º Dia – Última Parte

2. Temas 2.1 Lado B: Programa de Lacerda na rádio Globo, apoio dos majores em 1954, atentado na rua Tonelero, inquérito policial-militar, Aeronáutica, política do algodão, Gregório Fortunato

Duração da fita: A: 45,51min

Data: 20/03/1977

Resumo: Lado B: Carlos Lacerda fala sobre sua atuação política durante a década de 1950. Conta que, em certo momento, a Rádio Globo se abriu a ele, que ganhou mais tempo na televisão também. Diz que seu programa alcançou muito êxito em matéria de audiência, pois havia um temor, sobretudo das classes nobres, de que houvesse um retorno de Getúlio Vargas ao poder. Ele prossegue dizendo que foi pela primeira vez que surgiu, no rádio e na TV brasileira, a utilização de novos recursos para explicar coisas complexas. O quadro negro servia para que ele fizesse esquemas. As pessoas telefonavam fazendo perguntas e ele as respondia prontamente, explicando através de esquemas no quadro. Isso era absolutamente novo na TV e foi algo forçado pelas circunstâncias, sem ser algo proposital, admite Lacerda, acrescentando que graficamente isso tinha um alcance muito maior. Carlos Lacerda recebia apoios. Em 1953 ou 1954, ele não sabe precisar, quatro majores, Gustavo Borges, Américo Fontenele, Moacir Del Tedesco e Rubens [Vaz] foram ao seu encontro, e por achar que ele estava muito sozinho em sua campanha, ofereceram-se para ficar ao seu lado, porque estavam impressionados com os argumentos e com as informações que ele



vinha passando, com os documentos e certidões que apresentava. Decidiram que Carlos Lacerda não podia ficar sozinho, porque se ocorresse algo a ele, seria apenas mais um jornalista morto no Brasil. Continuaría tudo como estava e de então para pior. Agora, estando ao lado deles, seria um acontecimento de gravidade muito maior. Carlos Lacerda agradeceu a preocupação, mas disse que não queria fazê-los de capangas, pois não precisava de capangas. Eles, na condição de militares, disseram a Lacerda que poderiam dar-lhe cobertura, de maneira a garantir a sua segurança. Carlos Lacerda passou a se reunir com eles. Conta um episódio que prova que ternos eram confeccionados por um alfaiate judeu, da rua do Ouvidor, que inclusive confeccionava para ele e para outros, como Rubem Braga, e postos na conta do palácio Guanabara. Acrescenta ele que, numa tarde, estava o senador José Eduardo Macedo Soares, irmão de José Carlos Macedo Soares, e diretor do *Diário Carioca*, na Confeitaria Brasileira, na Cinelândia, tomando um chá, quando apareceu um homem que trabalhava no referido jornal, gigantesco e com fama de homossexual, que o agrediu e foi preso. Na delegacia, mostrou sua identidade e disse que não tinha profissão, que vivia às custas do senador, e o tinha agredido porque ele se tinha recusado a dar-lhe dinheiro. Com outros repórteres, Carlos Lacerda procurou o senador e perguntou se poderia fazer uma reportagem sobre o assunto. O senador respondeu que sim e foi aí que eles acompanharam Adauto Cardoso e Sobral Pinto, advogados de Macedo Soares, na resolução do inquérito. Foram até o endereço do “vagabundo que vivia às custas de homens”, um quarto alugado numa pensão da Lapa ou da avenida Mem de Sá, e dentro do armário encontraram um terno com a etiqueta da alfaiataria. Carlos Lacerda fez a Polícia notificar o terno encontrado no quarto do sujeito e lavrarem o termo de apreensão da roupa. Depois, foram ao alfaiate e perguntaram se ele a tinha feito. Ele disse que não se lembrava e precisava olhar no livro. Viu e estava: “Roupa para fulano de tal, a cobrar no palácio Guanabara”. O alfaiate foi então escolhido como testemunha, por ser capaz de identificar o agressor. E no registro dele estava lá que a conta, não só deste, mas de outros credores, estavam registradas para cobrança no palácio Guanabara!

Observação: Aos 19:10min a fita sofre um corte, entrando uma música por cima, e retorna cinco segundos depois. Ao retornar, Carlos Lacerda conta, até o fim da fita, um episódio que versa sobre o atentado na rua Tonelero. Relata ele, que estava na esquina da rua Paula Freitas com a Tonelero, em Copacabana, numa troca de tiros com um sujeito que estava a uma certa distância dele. Lacerda se encontrava ferido no pé por uma bala que fraturou seu osso e não conseguiu acertar nenhum tiro, pois ele mesmo reconhece que além do revólver não ter mira, ele mesmo também não tinha. De repente, ele olhou atrás do automóvel e viu um corpo caído: era o (Rubens) Vaz, oficial da Aeronáutica, que trabalhava com Lacerda. Chegou morto ao Miguel Couto. Armando Nogueira, que morava perto e estava chegando em casa, foi, por isso mesmo, o primeiro repórter a chegar ao local. Conta Carlos Lacerda que sua impressão é que tinha vindo tiro de vários lados e que havia também um sujeito, na outra esquina com a Tonelero, atirando. A versão oficial era que havia apenas um, tendo sido insinuado que o outro estava lá apenas para fiscalizar. A primeira pessoa pública que apareceu no local foi Armando Falcão, então deputado. Depois começou a chegar mais gente, como o brigadeiro Eduardo Gomes e o delegado do Distrito, situado à rua Hilário de Gouveia. Havia um guarda da Polícia de Vigilância que ouviu os tiros e perseguiu o assassino, que pegou um táxi na rua Hilário de Gouveia. Ele atirou e marcou a mala do carro. Instaurado o inquérito policial, o delegado apareceu na casa de Lacerda para ouvi-lo. Uma de suas primeiras perguntas foi se tinha ocorrido uma altercação entre ele e o Vaz e pediu para ver o seu revólver. Carlos Lacerda perguntou: “Para que você quer meu revólver agora, já?” O delegado disse que queria ver o calibre e Carlos Lacerda negou-se a mostrar a arma, alegando que não entendia aonde o Delegado queria chegar com a natureza da pergunta. E menciona que o expulsou de sua casa: “Eu não lhe entrego a arma e o senhor retire-se da minha casa. (...) Na minha casa o senhor não fica!” Ficava claro para Lacerda a intenção do delegado de incriminá-lo. Alguém, Lacerda não se lembra quem, teve a ideia de abrir um inquérito policial-militar, pois a arma era uma arma de guerra, calibre 45. Só militar tinha



direito a portá-la. Eduardo Gomes interferiu como autoridade da Aeronáutica e exigiu a abertura do inquérito, pois também o morto era um oficial da Aeronáutica, por isso o inquérito tinha que ser na área da Aeronáutica. O inquérito foi instalado num dos quartéis da referida Força, no Galeão e passou a ser policial-militar. O guarda da Hilário de Gouveia havia tomado nota da licença do carro do taxista. Lacerda divulgou na Rádio Globo um aviso para que quem visse um automóvel assim e assim, com um buraco de bala na mala, denunciasse. O taxista, então, apresentou-se, apavorado. E no interrogatório falou que foi contratado apenas para trazer um senhor e não sabia de nada. Perguntaram-lhe onde é que o senhor tinha tomado o carro, ele disse que havia sido no largo, em frente ao palácio do Catete, pois ele fazia ponto ali. A caça, então, começou. Num primeiro momento, umas acusações mais vagas, indiscriminadas. Depois, debandou o pessoal do palácio. Logo depois, Getúlio Vargas dissolveu sua guarda pessoal. Carlos Lacerda lembrou que o inquérito da Polícia continuou concomitantemente ao inquérito da Aeronáutica. Então, os advogados de Carlos Lacerda requereram a presença de Gregório, que, em seu depoimento, falou: “Não tenho nada contra esse moço! Até nem costumo ler os artigos dele. Eu sei que ele ataca muito o presidente, mas eu não leio jornal”. Alegou total inocência. Porém, começou uma caçada aos outros. A população se mobilizava também, segundo Lacerda. Ele faz alusão a um sujeito de Marília, que surgiu no Catete, com a volta de Vargas, não se sabia o porquê. Sabia-se que fora incumbido por Getúlio de aconselhá-lo em matéria de algodão. Ele fornecia ao presidente dados sobre a colheita de algodão em São Paulo, aconselhava como fixar o preço da compra e financiamento de algodão. Lacerda fez dois artigos contra ele, criticando a política do algodão. Pegaram o sujeito e, assim como os outros, levaram-no para o Galeão e para uma acareação com Carlos Lacerda, que reconhece nunca ter visto “um sujeito com vida dupla tão extraordinária”. Quando o sujeito viu Lacerda, disse-lhe: “Ah, até que afinal eu conheço o senhor pessoalmente”. Lacerda respondeu que não o conhecia e perguntou quem era. Obteve como resposta: “Eu sou aquela pessoa que o senhor atacou várias vezes por causa da política do algodão. E agora sou muito grato ao senhor, porque não sou ninguém na vida. E cada vez que o senhor me atacava, meu prestígio no palácio subia muito”. Três dias depois, Lacerda recebeu em casa uma comissão de autoridades respeitáveis de Marília, que fez um apelo pedindo a soltura do sujeito. Em Marília ele era um benemérito, de família exemplar. Contribuinte de tudo quanto era instituição de caridade... Era uma vida dupla total, duas personalidades diferentes, segundo Carlos Lacerda, que não tem prova e convicção de que o sujeito foi torturado. Enfim, chegou-se a Gregório como mandante imediato do atentado. O coronel Adir, presidente do inquérito, hesitou em tomar a providência de mandar prendê-lo. Telefonou para o Eduardo Gomes, que estava na casa de Francisco Campos, e disse: “Brigadeiro, as investigações chegaram ao tenente Gregório. O que eu faço agora?” O brigadeiro consultou o Campos, a quem ele respeitava muito. Campos, que não tinha meias medidas, falou: “Mande prender imediatamente! Mande uma escolta buscar. Tem que ser preso. Não foi acusado lá pelas testemunhas e pelos cúmplices e mandantes? Tem que ser preso e interrogado”. A escolta trouxe então Gregório, que foi interrogado e detido. Perguntaram a Lacerda se tinham conseguido chegar aos executores diretos. Ele respondeu que sim, a todos eles. O Alcino disse que tinha sido contratado por outro sujeito, o Climério Euribes de Almeida que, apavorado, denunciou Gregório, que continuava a negar. E citou como autor do crime o nome de Lutero Vargas, que atribuiu a Carlos Lacerda a referida calúnia. Carlos Lacerda diz que, pelo contrário, que não combinava com o gênio dele, pois ele era um homem bom. Depois, Gregório citou também Mendes de Moraes e Evaldo Lodi, sendo que este último teria até oferecido dinheiro para eliminar Carlos Lacerda. E todos davam explicações, cada um à sua maneira, e não se chegou a um mandante intelectual do crime. Carlos Lacerda comenta que Gregório contou apenas uma parte da verdade. Adir perguntou a ele se ele havia contado ao presidente da República e ele respondeu que não, nunca, e que o presidente de nada sabia. Em seu depoimento relatou que o irmão do presidente sabia, o coronel Vargas, pois em uma viagem a Petrópolis lá se encontrou com ele e confessou: “Fiz isso assim e assim e tenho que comparecer no Galeão para depor”.



Código: BR RJAGCRJ.CL.FAM.2.099

1. Assunto 1.1 Lado A: Depoimento de Carlos Lacerda – 2º Dia – Antepenúltima Parte

1.2 Lado B: Execução de Músicas

2. Temas 2.1 Lado A retorno de Vargas, tenentismo, campanha civilista, Ministério da Agricultura, os Chapa-branca e a UDN, João Cleophas, briga no Bife de Ouro, Clube Militar, Estilac Leal, movimento antiamericano, general Caronbert, Chateaubriand, criação do jornal *Última Hora*, Samuel Wainer, Dorival Fontes e a revista *Hierarquia*

2.2 Lado B: Execução de músicas diversas.

Duração da fita: A: 58:45min B: 8:53min

Data: 20/03/1977

Resumo: Lado A: Carlos Lacerda fala sobre o ambiente político, quando do retorno de Getúlio Vargas à Presidência. Conta que ele estava mais ou menos garantido, pois seus adversários eram os antigos amigos, e não pessoas que estavam dispostas a derrubá-lo. Acrescenta que embora houvesse um temor de que ele retornasse, não havia a menor intenção de conspirar contra Vargas. Ele estava muito mais velho quando de seu envolvimento com a esquerda, palavra essa muito vaga para Lacerda. Sobre o Exército, Lacerda relata que havia um nacionalismo exacerbado pelos tenentes que, no passado, ajudaram na campanha civilista de Rui Barbosa, sob a ideia de que o Exército não existia para garantir privilégios e sim para promover reformas no país. O primeiro problema de Getúlio Vargas, na concepção de Carlos Lacerda, foi a consagração do João Goulart - Jango – a quem ele define no depoimento como “rapaz inexperiente, esperto, inteligente, ignorante, com muito pouco vocação do poder como dever, e com muito mais vocação do poder como coisa hedonística, como gozo dos privilégios e dos favores que o poder pode dar aos amigos”. Faz alusão ao Ministério da Agricultura, acrescentando que sempre fora assim, que se o Ministério fechasse e o jornal não desse notícia nenhuma, ninguém perceberia. Ele diz: “Manda plantar o amendoim, mas não fixa o preço do amendoim. Manda plantar sem saber se vai dar lucro”. Considera, portanto, o Ministério parasitário e inócuo, cujo ministro era o João Cleophas, da UDN, “um velho oligárquico de Pernambuco, um homem apaixonado pelos problemas agrícolas”, segundo Lacerda, que conta que se atirou com unhas e dentes nele. João Cleophas foi uma espécie de ‘judas’ da UDN. Sobre a bancada dos chapa-branca, existente dentro da UDN, menciona que eles procuravam se aproximar de todos os governos e usavam os opositoristas para se valorizarem. Afirma que Edilberto Ribeiro de Castro, deputado da UDN, participava um pouco disso. Ele narra um episódio. Estava no bar (Bife de Ouro, na av. Atlântica) com Edilberto (Ribeiro) e chegou João Cleophas, junto com um amigo de Pernambuco, para jantar com ele. Jantaram, inclusive Lacerda. Apareceu um sujeito e afrontou Carlos Lacerda, dizendo-lhe coisas desagradáveis, que Lacerda comenta que não entendeu bem o que era, mas era algo do tipo: “Levante-se para apanhar”. Lacerda respondeu: “Você está falando sério?”. Era: Euclides Aranha – o Kiko Aranha - um dos filhos do Oswaldo Aranha. Ocorre que Lacerda tinha escrito na véspera, uns dois ou três artigos traçando um perfil carregado do Oswaldo Aranha, apresentando-o como mentiroso, fantasista, improvisador. Depois de provocar, Kiko deu um soco em Lacerda, recuou e puxou o revólver. Lacerda salienta que tomou o revólver dele e colocou no bolso. Ficou com dois – o seu e o dele. Eram iguais, dados a eles pela mesma pessoa: Celso Mendonça. Era parecido com o calibre 38, mas de cano curto, eficaz para tiros de pouca distância, conta Carlos Lacerda, que acrescenta: “Parecia um faroeste. Viravam as mesas e tapa para cá, soco para lá... Tinha umas americanas, turistas, fascinadas com aquela cena de faroeste”. Continuando a história, Lacerda relata que os amigos de ambos os apartaram. João Cleophas levantou-se para telefonar para o Oswaldo Aranha e nunca mais voltou, sumiu, e foi Edilberto quem telefonou pedindo uma providência para tirar o filho de Aranha. O amigo de



Cleophas ficou à mesa. Depois, sentaram-se à mesa de Carlos Lacerda dois amigos de Oswaldo Aranha: um deles da UDN, Jorge Jabour, irmão do grande plantador de café, Abraão Jabour, que tinha sido deputado da UDN, e o [?], que começou como repórter de *O Globo* e se tornou uma figura eminente, como procurador da República. Eles falaram que os amigos do Oswaldo Aranha estavam na casa dele e estavam indo todos para o bar e que era melhor Lacerda sair dali, pois aquilo viraria uma carnificina. Lacerda conta que lhes respondeu: “Tô no meio do bife e não posso sair sem acabar o bife!” O [?] e o Jabour negociaram então a história. Ficou acordado que eles sairiam com o Kiko por um lado e Carlos Lacerda por outro, assim que terminasse o bife. E foi isso que ocorreu. Acabou a história. Estilac (general Newton Estilac Leal) começou a movimentar o Clube Militar em sentido favorável ao Vargas e desfavorável aos EUA. Tentou, através de sua liderança militar, organizar o Exército em torno de uma ideia de se separar da tradicional gerência dos EUA, dando início a um movimento nacionalista antiamericano no Exército, extremamente perigoso, segundo Carlos Lacerda, pois não era a influência ou não dos EUA que estava em jogo, e sim um maior ou menor distanciamento de uma concepção democrática de governo. Na medida em que o Brasil se afastava militarmente de uma aliança com os EUA, inevitavelmente colocava-se numa área oposta, ou seja, numa área autoritária. Getúlio teve então apoio de um núcleo militar, tendo à frente o Ministério da Guerra. Carlos Lacerda conta que foi a partir de então que se mobilizaram alguns militares, participando de conversas entre eles, para a retomada do Clube Militar. Começou a surgir a liderança do general Caronbert. Foi aí que Lacerda, como relata em seu depoimento, conheceu Golbery [do Couto e Silva], então tenente-coronel, e Mamede. E foi então em torno de Caronbert que os tenentes-coronéis começaram a se organizar. Em outro assunto, Lacerda fala do episódio em que Samuel Wainer foi chamado pelo Chateaubriand, que sentia a vitória iminente de Getúlio Vargas, para fazer uma entrevista com o provável presidente em São Borja. Era então a primeira vez que Vargas voltava a público, na sua grande entrevista. Houve a aproximação entre o presidente e Samuel, que passou a ser ‘o jornalista’ do novo Getúlio, da fase da velhice. Carlos Lacerda comenta sobre o isolamento em que se via Getúlio antes de seu retorno: “Largaram o velho lá em São Borja”. Os amigos o abandonaram e a família ia pouco lá também. Foi nessa fase que ele estreitou laços com o jovem João Goulart. O filho do vizinho que ia à sua casa toda noite comer churrasco tornou-se seu companheiro e confidente. Sobre isso, acrescenta Lacerda: “Aquele jovem que todo homem velho precisa perto de si para lhe trazer um pouco de mocidade”. Getúlio foi abandonado pelos jornalistas também. No governo do Dutra passou a ser gafe falar de Getúlio Vargas, pois Dutra não queria lembrar do antecessor, a não ser no seu sentido negativo. Eis que aparece então Samuel para lhe dar uma tribuna maravilhosa. De volta ao governo, foi fácil Samuel convencê-lo de que ele precisava de um jornal próprio, com os seguintes argumentos: a imprensa era dominada pela plutocracia, pelos grandes empresários, pela grande indústria, pelo imperialismo americano, e, por conta disso, era fundamentalmente reacionária, e combateria de todos os modos qualquer tentativa de reforma que ele propusesse no sentido progressista; ele precisava de um grande jornal que fosse seu porta-voz. Lutero Vargas entrevistou junto ao Matarazzo, que forneceu o primeiro dinheiro para a *Última Hora*. O Ricardo Jafet, presidente do Banco do Brasil, como prêmio do apoio financeiro que deram à campanha do Getúlio Vargas, recebeu as jazidas de minério de ferro do Mato Grosso e, como pagamento disso, fez um contrato de financiamento de papel para a *Última Hora*, por 20 anos, a preço de banana. Samuel tinha muito talento para tocar um jornal, conforme relata Carlos Lacerda, que acrescenta que o jornal era esmagador, pagando os melhores salários da praça, tendo um suplemento colorido... Mandaram buscar de Buenos Aires o velho Guevara, o grande renovador da imprensa no Rio de Janeiro, na década de 1920. Foram compradas máquinas fabulosas, instaladas num prédio próprio, na avenida Presidente Vargas. Oferecia pelo mesmo preço muito mais do que os outros jornais podiam oferecer. Entretanto, Lacerda reconhece que mostrou o fenômeno da *Última Hora* como um fenômeno de corrupção, com um empréstimo de 1 ou 2 mil contos no Banco do Brasil. Houve uma tentativa de grande briga entre Carlos Lacerda e Getúlio Vargas, polarizando a *Tribuna da Imprensa* e a *Última Hora*. Carlos Lacerda fala,



também, sobre o chefe da Casa Civil de Getúlio Vargas, Dorival Fontes: “Um homem extremamente simpático, fascista convicto!” Foi fundador de uma revista chamada *Hierarquia*, mesmo nome de uma revista de Mussolini. Tinha em casa, inclusive, retratos de Mussolini com dedicatória e tudo. Foi Dorival Fontes, segundo Lacerda, que criou o mito Getúlio Vargas, mobilizando toda a inteligência brasileira pra tal. Carlos Lacerda diz que o novo Getúlio Vargas era uma personalidade convertida à democracia que, reconduzido à Presidência pela via do voto popular, passara a acreditar no voto. Acrescenta que Dorival Fontes lhe dissera que era uma contradição combater Vargas por ele ter sido ditador no passado e que não havia o menor perigo de uma volta à ditadura. Observação: aos 33:18min o áudio sofre um corte e entra a execução de músicas diversas.

Código: BR RJAGCRJ.CL.FAM.2.100

1. Assunto 1.1 Lado A e B: Estatuto da UDN, sessão do Tribunal Superior Eleitoral

2. Temas 2.1 Lado A leitura do estatuto, discussão sobre eleições

21. Lado B: Registro das chapas, casos de impugnação

Duração da fita: A: 30min B: 25min

Data: [1965/ 1979]

Resumo: Lado A: Leitura do estatuto do partido, que estabelece normas de comportamento e sanções a quem infringi-lo. Discussão entre os membros do partido sobre pontos do estatuto e sobre a validade de uma eleição realizada internamente no partido. Debate sobre o tempo que os candidatos a deputado do MDB teriam na televisão e no rádio, durante a campanha eleitoral.

Resumo: Lado B: Sessão do Tribunal Superior Eleitoral, que analisa recursos impetrados pelo MDB e nega a validade deles. Debate sobre um caso em Barra do Piraí, em que uma eleição terminou em tumulto. O procurador regional eleitoral fala sobre o registro prévio necessário às chapas que queriam concorrer às eleições de cada partido. E analisa o caso do diretório de um partido que não aceitou a inscrição de uma chapa que não havia feito uma pré-inscrição. Discussão sobre deferimento ou indeferimento do registro de uma chapa. Discussão sobre o deferimento do pedido de registro de um diretório da Arena em Itaguaí.

Código: BR RJAGCRJ.CL.FAM.2.101

Assunto 1.1 Lados A e B: Depoimento de Carlos Lacerda – 1º Dia

2. Temas 2.1 Lado A: Crítica aos livros de Darcy Vargas e Hélio Silva, Constituição de 1937, saída do *Correio da Manhã*, criação do jornal *Tribuna da Imprensa*

2.2 Lado B: Gaiola de Ouro, Câmara dos Vereadores, peleguismo patronal e operário, Bilac Pinto e a emenda à Constituição – monopólio do petróleo para a Petrobras.

Duração da fita: A: 25 min B: 25 min

Data: 19/03/1977

Resumo: Lado A: Lacerda critica o livro da Alzira (Vargas) e do Hélio Silva. Diz que Hélio Silva contentou-se com os documentos que Alzira deu a ele, não buscou outros documentos. Lacerda diz que o livro de Alzira tinha passagens inverossímeis. Lacerda afirma que quem havia derrubado Getúlio Vargas fora Francisco Campos, que fizera a Constituição de 1937, ao afirmar que Getúlio não cumprira a Carta de 1937, que previa a realização de um plebiscito. Ou seja, ele não seguiu nem a Constituição do Estado Novo. Lacerda fala sobre a sua oposição ao governo Dutra, que era



defendida por Virgílio Melo Franco. Enquanto isso, Otávio Mangabeira defendia apoio ao Dutra. Lacerda disse que falou para Otávio Mangabeira que ele nunca se elegeria presidente, porque não agradava totalmente nem aos ricos nem aos pobres. Lacerda diz que na época decidiu seguir a corrente do Virgílio. Fala sobre a convenção da UDN na ABI (Associação Brasileira de Imprensa). Diz que o clima estava tenso e que ficou incumbido de defender a saída dos dois ministros da UDN no governo Dutra, Raul Fernandes e Clemente Mariani. Conta que saiu do *Correio da Manhã* porque uma matéria sua foi censurada pela direção do jornal. Então, ele saiu e criou o seu próprio jornal, *Tribuna da Imprensa*, que era o nome da coluna que ele escrevia no *Correio da Manhã*. Ressalta que decidiu candidatar-se a vereador antes de criar o jornal e que bateu o recorde de votos para vereador.

Resumo: Lado B: Lacerda diz que fez um discurso explicando que estava renunciando ao seu mandato de vereador, pela falta de poder que os vereadores tinham para fiscalizar o prefeito. Diz que o apelido Gaiola de Ouro, dado à Câmara de Vereadores, foi criado na época em que seu pai era vereador. Diz que outros vereadores também renunciaram e que ele começou a participar de comícios pelo país, com outros políticos da UDN, e que esse movimento teve algum êxito. Enquanto isso, a constituinte continuava em andamento e a UDN estava dividida, porque fazia parte do governo. Diz que no governo Dutra institucionalizou-se o peleguismo patronal e o peleguismo operário, e os falsos líderes dos dois lados. Conta que os líderes da UDN tentaram uma recuperação do partido, que não funcionou. Comenta que Bilac Pinto tinha apresentado um projeto de emenda à Constituição, que dava o monopólio do petróleo à Petrobras. Lacerda fala sobre a volta de Getúlio após o fim da constituinte. Elogia Arthur Bernardes, que tinha mandado prender seu pai, mas que tinha um grande senso de comando. Salienta que houve uma discussão na UDN sobre como agir na posse de Getúlio Vargas. Elogia a capacidade de discursar de Otávio Mangabeira, que falava discursos decorados como se fossem improvisados. Conta que na posse de Getúlio, ele pediu a palavra para fazer uma menção à atuação das Forças Armadas em 29 de Outubro de 1945, quando Getúlio saiu da Presidência da República.

Código: BR RJAGCRJ.CL.FAM.2.102

1. Assunto: Lados A e B: Depoimento Sérgio Magalhães (candidato ao governo do estado da Guanabara)

2. Temas 2.1 Lado A: Política econômica, câmbio, inflação, custo de vida, companhias estrangeiras, exportação, divisas, teoria estruturalista, ISEB, Lei de Remessa de Lucros, Frente Parlamentar, capitalismo de base nacional, campanha Sérgio Magalhães

2.2 Lado B: Frente Parlamentar, mudança do Congresso para Brasília

Duração da fita: A:29:19min B: 28 min

Data: [1977]

Resumo: Lado A: Vozes de crianças brincando. Aos 01:44min há um corte na fita e entra um homem falando que podia identificar duzentas e tantas mil pessoas que haviam se beneficiado direta ou indiretamente da sua administração e que por conta disso esperava uma votação maior. Trata-se de depoimento de Sérgio Magalhães, candidato derrotado por Carlos Lacerda nas eleições para o governo da Guanabara. Aos 02:12min há um novo corte e o retorno das vozes das crianças. Percebe-se nitidamente que houve uma gravação por cima do depoimento dele, que aos 05:07min retorna. Ele fala de sua tese com relação à política econômica do país. Fala do orçamento da República e do equilíbrio e desequilíbrio econômico do governo. Cita que na época em que não havia Banco Central, o câmbio era pelo Banco do Brasil, que a remessa de lucros para o exterior desequilibrava a balança de pagamentos do país e, conseqüentemente, provocava a inflação.



Começou a atacar o problema do custo de vida sob esse ponto de vista. Comenta que atuação de companhias estrangeiras nos grandes grupos econômicos, que elevavam os preços e remetiam os lucros para o exterior, estavam forçando o governo, porque uma parte da nossa produção tinha que ser exportada para fazer divisa. Acrescenta que sua tese começou a chamar a atenção dos economistas, dos sociólogos. Alertava que o país precisava de mudanças em sua estrutura econômica. Mais professores e mais estudiosos o haviam procurado para dizer que o que ele preconizava era o que eles vinham pensando há muito tempo também. E ele percebeu ali que se estavam iniciando os estudos da teoria estruturalista. Conta que sua atuação foi nesse sentido. Cita que na época foi criado o ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros), no governo do Juscelino. Ele passou a ter assessoramento de estudiosos do ISEB e daí surgiu o projeto da Lei de Remessa de Lucros para o exterior, que foi um de seus primeiros projetos. A matéria era ampla. O assunto parecia que não chegaria ao povo, por ser muito especializado. Na campanha sucessória, vários candidatos se interessaram pelo programa, como Lott. Jango, interpelado pelos trabalhadores, já tinha tido seus esclarecimentos também. O fator decisivo mesmo para que esse projeto se tornasse lei é que ele foi incluído na plataforma de Jânio Quadros, na campanha eleitoral, quando em um de seus comícios, ele, cansado de repetir discursos, solicitou aos jornalistas presentes uma ideia nova. E a questão foi levantada por um deles, Moniz Bandeira, que lembrou do problema da remessa de lucros. Então, em Salvador, Jânio disse que, como presidente da República, enviaria ao Congresso uma mensagem propondo uma nova lei da remessa de lucros para o exterior. Sérgio Magalhães conta que a praça pegou fogo. Prossegue dizendo que foi a UDN quem pediu urgência para a votação dessa lei. E foi essa urgência que provocou a aprovação do projeto, com todas as ideias. Aprovado na Câmara, foi para o Senado, que o modificou, voltou à Câmara, que modificou novamente, repondo os seus dispositivos originais, e daí saiu para ser sancionada. Na época, o presidente já era João Goulart, que não sancionou e nem vetou. Ela voltou para o Senado e o político não se recorda se era Moura Andrade o presidente que promulgou a Lei de Remessa de Lucros. Observação: Há um corte aos 14:50min – volta voz de uma criança falando de uma prova que fez. Uma pessoa pede para a criança ler o seguinte: “O território do Amapá marcha em ritmo de progresso acelerado, explorando criteriosamente as riquezas do seu subsolo, principalmente o ouro e o manganês. A extração acompanha o progresso e muito movimentado é o porto da Macapá, capital do território”. Há um novo retorno de Sérgio Magalhães, aos 00:16:03min. Conta ele que o projeto número 1, de 1959, foi o primeiro projeto de lei apresentado na Câmara, sob a sua presidência. E que para formar a nova Lei de Remessa de Lucros, com o projeto que foi aprovado na Câmara, foram reunidos antes vários projetos de sua autoria, que versavam sobre todas as questões envolvidas. Ele destaca a atuação do ex-deputado Celso Brant, de Barbosa Lima Sobrinho e de José Jofre, e acrescenta que quase toda a Frente Parlamentar da época participou. Conta que, em torno de 1964, medidas que foram incorporadas ao programa foram adotadas. Ele lê dois itens do programa da Frente Parlamentar. O primeiro diz: “Nacionalização progressiva da indústria farmacêutica e produção imediata de medicamentos básicos pelo Estado”; o segundo, que era o item 42 do programa, diz: “Criação de empresa estatal para desenvolvimento sistemático da pesquisa geológica e exploração das riquezas minerais”. Ele conclui que o programa da Frente Parlamentar era um programa realista, que visava o desenvolvimento autônomo da economia nacional. Fala que defenderam, na época, o desenvolvimento através do fortalecimento do capitalismo nacional, mas acharam que o capitalismo no Brasil teria muito ainda o que produzir. Menciona que acreditaram ser possível um capitalismo de base nacional, através de medidas dessa natureza, o que na prática mostrou-se impossível, por conta dos problemas tecnológico e financeiro. Acrescenta que, a não ser à custa de muitos sacrifícios, que já não seria talvez possível naquele regime democrático, a não ser num prazo mais longo, e através de grande politização do povo, seria viável. Já em outro assunto, relata que, em 1960, ele fora candidato ao governo do estado pelo PTB e obteve uma votação um pouco inferior à votação do candidato vencedor, Carlos Lacerda, com uma diferença de apenas 2%. Conta que foi escolhido candidato porque, uma vez escolhido o candidato da UDN, o PTB



precisava de um opositor que fizesse frente. Um homem de reputação fora de dúvida, pois ele se refere a Carlos Lacerda como um “especialista em demolir pessoas” e tinha que ser também um indivíduo com condições intelectuais para fazer a campanha. Isso, segundo ele, fez com que a escolha repousasse em seu nome. Narra que concorreu com homens fortes, como Edgar Romero. Prossegue dizendo que também foi escolhido pelo PSB, que foi candidato pelos dois partidos, em uma aliança. Sobre a campanha, ele diz que houve fases desanimadoras, pois Lacerda usava a TV, que tinha grande penetração, e ele durante o dia falava nas ruas, fosse na porta de uma fábrica, numa feira livre ou numa praça e se conseguissem reunir cem pessoas era muita coisa. Falava nos Diretórios também. Mas, ele considerava que a luta era muito desigual, na medida em que somando todas as pessoas para quem ele falava, não dava uma centena, enquanto que Carlos Lacerda falava para milhares. Porém, ele sentiu que sua campanha tinha um efeito multiplicador ao ser cumprimentado por um sujeito que fez questão de assim proceder, pois no Méier, discursando às 22:00 no comitê do partido, era já a quinta vez, no mesmo dia, que ouvia o candidato falar em público. Estava o sujeito voltando para a casa e contou a ele que durante o seu deslocamento pelo centro da cidade, durante todo o dia, viu o candidato em lugares e horários diferentes, fazendo seu discurso. Com isso, ele encontrou ânimo para continuar. Menciona que depois chegou a fazer uns programas na TV também, mas muito menos do que Carlos Lacerda. Mostrou seu programa de governo, desfazendo a história de que ele era comunista, mostrando sua formação, sua educação. Ao mesmo tempo, ele tratava dos problemas, o que foi a grande força de sua candidatura, segundo ele. O opositor falava de pessoas, de problemas ele não falava. Comenta que disse na época que Carlos Lacerda não tinha nem condições, como ele tinha, de explicar ao povo como era formado o preço da carne, no afã de fazê-los entender o porquê de seu alto preço. Ele conta que com isso a candidatura cresceu muito, o que quase o fez ganhar! Ele acrescenta que houve um desvio de votos muito grande para Tenório Cavalcante e Mendes de Moraes.

Resumo: Lado B: Sérgio Magalhães diz que embora tivesse convivido muito com Agamenon, não pensava em entrar para a política, assim como João Goulart, que não queria ser ministro do Trabalho e foi esconder-se em uma fazenda, e que Getúlio teve que mandar dois emissários para convencê-lo. Diz que os deputados do PSB, do PTB e até da UDN votavam juntos em matérias de interesse nacional. Destaca a importância da atuação da Frente Parlamentar. Diz que o grande erro foi a mudança do Congresso para Brasília. Conta que houve uma mudança completa no trabalho dos parlamentares, que o Congresso estava muito afastado da população e por isso foi criada a Frente de Mobilização Popular. Relata que o Rio de Janeiro oferecia uma atração aos parlamentares que Brasília não oferecia, e que este era mais um fator que servia de argumento para criticar a mudança do Congresso do Rio de Janeiro. Ele lembra que a Frente Parlamentar começou com poucos integrantes, cerca de 10. Mas, na legislatura seguinte, aumentou o número de integrantes, passou a ter uns 30 e na seguinte chegou a 70 integrantes. Menciona que ela foi se formando automaticamente por deputados que votavam de maneira igual, na maioria das vezes. Afirma que era difícil a Frente se tornar um partido, havia muita discordância entre os deputados.